

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PPG EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – CAMPUS DE SÃO CARLOS**

**Silvano Carmo de Souza**

**Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso:  
a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais**



**São Carlos  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**PPG EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – CAMPUS DE SÃO CARLOS**

**Silvano Carmo de Souza**

**Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso:  
a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências Ambientais como parte dos requisitos  
para obtenção do título de doutor em Ciências  
Ambientais

*Linha de pesquisa:* ambiente e sociedade.

*Orientador:* Prof. Dr. Amadeu José Montagnini  
Logarezzi

**São Carlos**  
**2017**




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

---

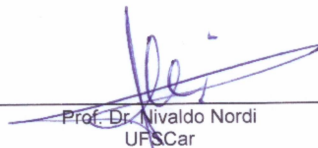
**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de Tese de Doutorado do candidato Silvano Carmo de Souza, realizada em 21/03/2017:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Amadeu José Montagnini Logarezzi  
UFSCar


  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Adriana Fernandes Coimbra Marigo  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nivaldo Nordi  
UFSCar

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros  
UCDB

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart  
UNEMAT

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância dos membros Heitor Queiroz de Medeiros e Laudemir Luiz Zart e, depois das arguições e deliberações realizadas, os participantes à distância estão de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno Silvano Carmo de Souza

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Amadeu José Montagnini Logarezzi  
Presidente da Comissão Examinadora  
UFSCar





**Título:** Vozes que se implodem  
**Técnica:** Óleo sobre tela  
**Dimensão:** 100 x 80 cm

**Artista:** Sálvio Junior  
**Fotografia:** Daniel Moraes

do Sol do Pantanal vêm essas cores  
a retingir o azul de seus céus  
refletindo nas águas de seus rios  
reconhecendo as tramas de suas gentes

das palavras desta tese vieram essa inspiração  
a refletir suas criticidade e profundidade consequentes  
em linguagem que potencializa ainda mais seus dizeres  
em que as interdições que tanta dor trazem ao labor  
são apresentadas em traços fortes e cores vivas  
indicando a luta e a esperança dessas gentes  
pescadoras e pescadores tradicionais sob o Sol pantaneiro e ao lado de Sálvios e Silvanos

*Amadeu Logarezzi*



*Uma vez mais quero afirmar que não há dicotomia entre diálogo e ação revolucionária. Não há uma etapa para o diálogo e outra para a revolução. Ao contrário, o diálogo é a própria essência da ação revolucionária.*

**Paulo Freire**  
Conscientização

*Dedico este trabalho a todas as pescadoras e a todos os pescadores profissionais artesanais do Pantanal de Mato Grosso. Especialmente às/aos vinculadas/os à Colônia Z-2 de Cáceres e à Associação de Pescadores de Cáceres – Appec, que desenvolvem a pesca pantaneira de forma tradicional. Mulheres e homens de esperança, que amam a vida, dispostas/os aos enfrentamentos implicados nas lutas cotidianas, que tiveram suas vidas entretecidas no intranquilo movimento das águas, com quem compartilhei a vida, pessoas que me ensinaram valores eternos, valores que espero continuar compartilhando com meus filhos.*

## **Agradecimentos**

*Primeiramente agradeço e louvo a Deus pela vida, pela saúde, pelos 12 anos de cura do câncer. Te louvo!*

*À Érika Patrícia minha esposa, a quem amo, com quem tenho compartilhado a vida há 15 anos. Minha profunda gratidão por seu abraço, seu sorriso, sua generosidade e permanente cuidado comigo e com nossos filhos. Te amo!*

*A nossos filhos, Apolo e Heitor, o melhor de nós. Minha gratidão eterna a vocês que, em função do câncer não viriam, mas que pela cuidadosa mão de Deus vieram para nos encher de esperança e profunda alegria. Lutem!*

*À minha mãe Adenilda Xavier e a meu pai Jorge Rodrigues a quem amo sem medidas, de quem me orgulho pela dedicação aos filhos, muito grato por cada palavra e gesto de amor. Sabem o quanto os amo!*

*À minha sogra Leia Lacerda e a meu sogro Raul Gabriel (in memoriam), minha gratidão pelo abraço permanente, pelo carinho e confiança. Gratidão e Saudades!*

*À todas/os familiares, amigas/os, às/aos membros da Assembleia de Deus Nova Aliança, minha gratidão ao cuidado e presteza de todas/os vocês. Agradeço de forma muito especial a minhas amigas Sueli Pereira (in memoriam, Claudia, Juraci, Marina Lara, Beatriz e Enilza e a meus amigos Rogério, Laudemir Zart, Luciano, Lourenço, Sérgio, Virgílio, Farias, Walter, José Rodrigues e Jorge Pedroso, com quem compartilho sonhos e que estiveram cotidianamente ao meu lado durante esta caminhada.*

*Às pescadores e aos pescadores que me receberam em suas vidas, que acreditaram em nosso trabalho; que, apesar de todas as dificuldades, estiveram cotidianamente conosco, compartilhando sua fé e esperança; que me ensinaram os valores implicados sua ética tradicional ribeirinha pantaneira. Continuemos!*

*Ao Amadeu Logarezzi, meu amigo e orientador, a quem sempre renderei minha gratidão pela acolhida, pela coerência intelectual, pela paciência impaciente e por sua indescritível generosidade; por ter acreditado em nosso trabalho, por me ensinar com a vida os valores da práxis freiriana. Continuemos!*

*Às/aos membros das duas bancas de qualificação, professoras/es Adriana Fernandes Coimbra Marigo, Haydée Torres de Oliveira, Rodolfo Antônio de Figueiredo, Luciano*



*Elsinor Lopes, Laudemir Luiz Zart e Nivaldo Nordi; da banca de defesa da tese professoras/es Adriana Fernandes Coimbra Marigo, Regina Aparecida, Valéria Vasconcelos da Silva, Heitor Queiros Medeiros, Laudemir Luiz Zart e Nivaldo Nordi, pela sensibilidade, disponibilidade e pelas muitas contribuições. Gratidão!*

*Às minhas amigas e a meus amigos do Gepea/UFSCar e do Gepezinho pela acolhida, carinho e disposição ao diálogo, foi muito bom ter estado ao lado de todas elas. Compromisso!*

*Às pessoas que representam/compõem as seguintes instituições, entidades e colegiados: Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; Comissão Arte da Pesca ; Colônia Z-2 de Cáceres - MT, Associação de Pescadores de Cáceres – MT - APPEC, Instituto Gaia, Instituto Xaraiés , Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo (IFMT); Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cáceres; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo de Cáceres; Biblioteca Municipal de Cáceres; Prefeitura Municipal de Cáceres, Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso, Marinha do Brasil, Juizado Volante Ambiental (Juvam); Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cáceres); Cepesca (Conselho Estadual de Pesca), pelas portas abertas e disposição ao diálogo. Caminhemos!*

*À todas as/os servidoras/es, professoras/es e técnicas/os administrativos, e demais amigas/os do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM), da Universidade Federal de São Carlos pela acolhida. Gratidão!*

*Por fim, cumprimentando minhas amigas Catarina, Mamédia, Iraci, Liliana Moura, Maria Edna, Iris Viana e a meus amigos Olegário Baldo (in memoriam), Jair Cestari, José Lima, Carlos Rafael, Marcelo, Carlinhos, Natalino, Wellington e Nato, agradeço a todas/os as/os companheiras/os de trabalho do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. Gratidão e Saudades!*

## **Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais**

**Resumo:** esta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica foi desenvolvida no município de Cáceres, Pantanal de Mato Grosso. Trata-se de um trabalho elaborado por muitas mãos, resultado de muitas vozes. Fruto da interação de trabalhadoras e trabalhadores que têm suas vidas entrecidas pelo intranquilo movimento das águas dos rios do Pantanal de Mato Grosso. Durante aproximadamente dois anos dialogamos com pescadoras e pescadores tradicionais vinculadas/os a duas entidades de representação da categoria: a Colônia Z-2 e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres - Appec. Antes de se filiarem às entidades, essas pessoas e/ou seus familiares já desenvolviam tradicionalmente, há décadas, a pesca para subsistência. Tivemos como objetivo principal contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal no município de Cáceres, a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es, de modo a promover, simultaneamente, processos de formação dialógico-crítica com elas/es, sobretudo a partir e a respeito de seus contextos. Para tanto lançamos mão do referencial teórico-metodológico freiriano e habermasiano – densamente consubstanciado na metodologia comunicativo-crítica. Nesse processo dialógico-diagnóstico, analítico-desvelador e propositivo-transformador dialogamos sobre três temas, considerados por elas e por eles como principais: a) exercício da pesca profissional artesanal; b) participação nas ações políticas da Colônia Z-2 e da Appec e nos processos de formulação das políticas públicas de pesca, e c) a conservação da biodiversidade de peixes. Os resultados, as análises e os desdobramentos dessa pesquisa estão arrolados na parte II dessa tese. São cinco artigos, nos quais procuramos, além de retomar em cada um deles o referencial teórico-metodológico que fundamenta este trabalho, igualmente discorreremos sobre as reflexões que realizamos dialogicamente com 83 pescadoras e pescadores profissionais artesanais. Nos cinco artigos estão arroladas as motivações da voz lúcida e do silêncio ensurdecedor que impulsionaram nossos movimentos durante o período em que estivemos juntas/os. Em grande medida, identificamos que há, no seio dessas comunidades pesqueiras, uma disposição crescente ao diálogo freiriano, que de suas práticas sociais pesqueiras decorrem processos educativos nos quais estão implicadas intencionalidades educativas enfrentantes. Apesar de toda violência a que estas pessoas já foram e são submetidas, persiste candentemente a disposição em enfrentar os processos de espoliação de direitos. Por isso, a importância de pesquisas de educação ambiental embasadas em valores, práticas e conceitos dialógico-críticos, pois estas potencializam a coordenação de ações com vistas à superação dos processos de opressão, potencialização intrinsecamente aliada à sua participação dialógica como sujeitos históricos, que são também capazes de ler seu mundo e buscar sua transformação.

**Palavras-chave:** Educação ambiental dialógico-crítica. Educação ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal. Aprendizagem dialógica e saberes tradicionais. Conservação ambiental e saberes tradicionais. Metodologia comunicativo-crítica

## **Critical Dialogical Environmental Education in the Pantanal of Mato Grosso: The voice and silence of traditional fisherman and fisherwoman**

**Abstract:** The research of critical-dialogical environmental education was developed in the municipality of Cáceres, Pantanal of Mato Grosso. It is work done by many hands, the results of many voices meeting. Fruit of the interaction of workers who have their lives interwoven by the uneasy rhythm of the waters of the Pantanal rivers of Mato Grosso. During approximately 2 years we dialogue with traditional fishermen linked to two entities representing the category: Colony Z-2 and the Association of fishermen of Cáceres – Appec. Before entities were affiliated, these people and/or their families had traditionally developed, for decades, fishing for subsistence. Our main objective was to contextualize the artisanal fishing activity in the municipality of Cáceres, starting with an egalitarian dialogue with fishermen, in order to simultaneously promote processes of critical dialogic formation with them, especially from and regarding their contexts. To do so, we launched the freirian and habermas theoretical and methodological referential, densely consubstantiated in the critical communicative methodology. In this dialogical diagnostic, analytical revealing and propositional transformative process, we discuss three themes, considered by them and by them as the main ones: a) the practice of artisanal professional fishing; b) participation in the political actions of Colony Z-2 and Appec and in the processes of formulation of public fisheries policies, and c) conservation of fish biodiversity. The results, analyzes and developments of this research are listed in part two of this thesis. There are five articles in which we seek, in addition to retaking in each of them the theoretical and methodological framework that underlies this work, we also discuss the reflections we carry out dialogically with 83 professional fishermen. In the four articles are listed the motives of the lucid voice and the deafening silence that drove our movements during the time we were together. To a large extent, we have identified a growing disposition within the fishing communities for the freirian dialogue. Despite all the violence to which these people have already been and are submitted, the disposition to face the processes of spoliation of rights persists keenly. Therefore, the importance of environmental education research based on values, practices and critical dialogic concepts, since these potentialize the coordination of actions with a view to overcoming the processes of oppression, potentialization as historical subjects, which are also able to read his world and seek his transformation.

**Keywords:** Environmental education critical-dialogic. Environmental education with traditional communities in the Pantanal. Dialogical learning and traditional knowledge. Conservation and traditional knowledge. Communicative-critical methodology



## Sumário

<b>Parte I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>a. Organização da tese .....</b>	<b>14</b>
<b>b. Os caminhos por onde passei: um pouco de minha trajetória.....</b>	<b>15</b>
<b>c. As pessoas do contexto investigado: vidas entretecidas no/pelo movimento das águas do pantanal de Mato Grosso .....</b>	<b>19</b>
<b>d. Referencial teórico e metodológico.....</b>	<b>24</b>
d.1. A ação dialógica e a práxis: suporte, trabalho e os elementos essenciais ao diálogo.	24
d. 2. Agir comunicativo: comunicar para transformar a realidade.....	29
d.3. Alguns marcos regulatórios utilizados nessa pesquisa: o tratado de educação ambiental como horizonte principiológico .....	32
d.4. A educação ambiental dialógico-crítica: a racionalidade ambiental como horizonte epistemológico .....	34
d.5. Contextualização do objeto de estudo: a pesca profissional artesanal .....	41
<b>e. Os caminhos da pesquisa e a explicitação das vozes pantaneiras .....</b>	<b>44</b>
e.1. Metodologia comunicativo-crítica.....	46
e.2. A orientação comunicativa: dos diálogos iniciais à propositura e acompanhamento das ações .....	51
<b>Referências da parte I .....</b>	<b>59</b>
<b>Parte II: ARTIGOS .....</b>	<b>68</b>
<b>Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais .....</b>	<b>69</b>
Introdução .....	71
1. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa.....	73
2. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa .....	81
3. Processos investigativo-educativos de resistência na prática da pesca profissional artesanal: o exercício da pesca tradicional.....	84
Algumas considerações .....	93
Referências .....	96

<b>Educação ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso.....</b>	<b>100</b>
Introdução .....	103
1. As/os pescadoras/es profissionais artesanais: movimento de resistência e de enfrentamento ao capital.....	104
2. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa.....	106
3. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa .....	117
4. A participação comunicativa e a prática educativa: diálogos sobre as políticas públicas de pesca.....	119
Algumas considerações e encaminhamentos .....	132
<b>A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros .....</b>	<b>139</b>
Introdução .....	142
1. Pescadoras e pescadores profissionais artesanais: os sujeitos da pesquisa.....	143
2. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa.....	146
3. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa .....	158
4. Diálogos sobre as políticas de pesca e respectivos instrumentos de gestão.....	161
Algumas considerações .....	180
Referências .....	183
<b>Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica .....</b>	<b>189</b>
Introdução .....	191
1. Aspectos teóricos fundantes de nossa relação dialógica com as comunidades pantaneiras	193
2. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa .....	201
3. O entendimento e a coordenação de ações: a práxis freiriana na educação ambiental dialógico-crítica .....	204
Algumas considerações .....	220
Referências .....	222

<b>O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas.....</b>	<b>228</b>
Introdução .....	230
1. Dialogicidade e criticidade para uma educação ambiental transformadora.....	230
2. O trabalho e a libertação no contexto da ética tradicional ribeirinha pantaneira .....	234
Algumas considerações .....	246
Referências .....	248
<b>Parte III: COMPLEMENTOS .....</b>	<b>250</b>
<b>Considerações .....</b>	<b>250</b>
A educação ambiental dialógico-crítica e o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica: possibilidades dialógicas de desvelar os silêncios e de explicitar as vozes .....	251
A ética tradicional ribeirinha pantaneira: algumas reflexões iniciais .....	256
Caminhos caminhados, caminhos a caminhar .....	264
<b>Referências .....</b>	<b>272</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>275</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>292</b>



## Parte I: INTRODUÇÃO

### a. Organização da tese

Este trabalho de educação ambiental dialógico-crítica está organizado em três partes. Na *primeira* (introdução) tratarei de minha caminhada como educador popular, técnico em agropecuária e pesquisador. Falarei sobre os caminhos percorridos até chegarmos a este trabalho, sobre as pessoas e o contexto investigado, as questões de pesquisa e os objetivos, bem como do referencial teórico-metodológico utilizado para a consecução desta pesquisa.

A *segunda* parte é composta por cinco artigos, a serem submetidos para publicação em periódicos das áreas de Ciências Ambientais/Educação/Educação Ambiental. Os cinco textos foram elaborados de maneira alinhavada, de forma que a/o leitora/or<sup>1</sup> possa lê-los separadamente, uma vez que estes deverão ser publicados isoladamente. Por isso alguns aspectos teóricos e metodológicos serão repetidos em parte deles. Neles desvelaremos e denunciaremos dialogicamente a *cultura do silêncio*, empreendida pelo capital, com vistas à invisibilizar as comunidades tradicionais pesqueiras do Pantanal de Mato Grosso; também abordaremos dialogicamente o *anúncio implicado na voz* dessas pessoas e trataremos da disposição de insurgirem-se contra as ações do Estado e do mercado que intentam contra as formas de humanização que se dão nas interações mantidas entre elas/es e seu território. Nos cinco textos a/o leitora/or encontrará uma relação dialética no binômio voz-silêncio em que o *anúncio e a denúncia freirianos* são expressões da cotidianidade das comunidades tradicionais pesqueiras dessa região do estado de Mato Grosso.

Os três primeiros artigos (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a; 2017b; 2017c) tratam de temáticas significativas (FREIRE, 1980; 2004) apresentadas pelas/os pescadoras/es profissionais artesanais filiados à Colônia de Pescadores de Cáceres – Colônia Z-2 e à Associação de Pescadores de Cáceres – Appec. O quarto artigo (SOUZA et al., 2017), além de retomar a discussão teórico-metodológica, também contextualiza a/o leitora/or acerca do conjunto de encaminhamentos realizados pelos sujeitos dessa pesquisa. O quinto artigo (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d) apresenta uma reflexão teórica sobre a educação ambiental dialógico-crítica e sobre o trabalho como condição ontológica dos seres humanos além de

---

<sup>1</sup> Freire (2015) em “Pedagogia da esperança” desculpa-se com as mulheres por seus textos antigos e defende a ruptura da dominância do gênero masculino na língua portuguesa. Neste sentido, optamos por utilizar uma linguagem não sexista nesta pesquisa e neste texto, repercutindo um novo discurso democrático que vem se construindo nas últimas décadas nesse sentido. De acordo com o autor, “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo... a relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas” (p. 94-95).

apresentar uma discussão sobre a liberdade e a necessidade no campo do exercício da Ética tradicional ribeirinha pantaneira.

Na *terceira* parte, além das considerações, onde trataremos de maneira mais detida da ética tradicional ribeirinha pantaneira e das expressões do silêncio pantaneiro experienciadas ao longo da pesquisa, também arrolaremos os apêndices e os anexos. Aqui não faremos considerações finais propriamente, mas apresentaremos nossas impressões sobre o referencial teórico, a metodologia e sua relação com as possibilidades de seu uso no campo da educação ambiental com comunidades de pescadoras/es tradicionais.

### **b. Os caminhos por onde passei: um pouco de minha trajetória**

Sou filho de uma família de migrantes de Minas Gerais, que, em função das dificuldades financeiras e da fome que lhes batia à porta, vieram para o interior de Mato Grosso na década de 1960. Nasci em 1981, às margens do rio Paraguai em Cáceres e meus primeiros contatos com as cachoeiras e os córregos rurais e urbanos dessa região (a maioria interdita para recreação) ocorreram ainda em minha primeira infância. Aprendi a importância da conservação e dos usos múltiplos da água muito cedo. Nosso lazer e parte de nossa alimentação sempre estiveram vinculados às riquezas oriundas do rio Paraguai. As lembranças mais lúcidas e lúdicas que tenho dessa fase de minha vida dizem respeito, primeiramente às atividades relacionadas ao nosso ponto de venda de pão (a nossa Padaria Mineira) onde trabalhei ao lado de meus familiares – eu e meus irmãos Walter e Jonisom construímos uma amizade linda nesse período, trabalhamos lá durante toda nossa adolescência e juventude – e depois, aos momentos que experienciei com minha mãe, meu pai, meus irmãos e amigas/os às margens do rio Paraguai, na cachoeira da Piraputanga e nos córregos do Zé Bastos e do Lava Pés. Talvez por isso, desde muito cedo defendo que o livre acesso à água é um direito humano fundamental. Desde a adolescência denunciemos o derramamento de rejeitos e resíduos nos córregos urbanos. Pulamos e cortamos muitas cercas que de alguma forma nos impediam de divertir!

Foi nesse contexto que conheci pescadoras e pescadores de subsistência e também profissionais artesanais. Mulheres e homens que tiveram, em grande medida, suas vidas entrecidas pelo movimento das águas do rio Paraguai e seus afluentes, que há décadas enfrentam as forças do capital que intentam lançá-las/os na invisibilidade social e institucional. Na juventude, após concluir o curso técnico em agropecuária – na Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (EAFC) – trabalhei como técnico em agropecuária da Secretaria Municipal de Agricultura Cáceres e conheci ali, agora de maneira mais apreendida,

a *ineficiência propositada* do Estado brasileiro no cumprimento de suas obrigações no que tange à garantia de direitos sociais às comunidades de trabalhadoras/es rurais – em várias destas comunidades rurais moram pescadoras/es tradicionais.

Já na graduação, como estudante dos cursos de Ciências Biológicas, Ciências Jurídicas e Teologia – período em que conheci a Teologia da Missão Integral e a Teologia e Filosofia da Libertação<sup>2</sup> – participei intensamente do movimento estudantil e de movimentos sociais que atuavam em defesa de demandas socioambientais no Pantanal de Mato Grosso. Durante este período também participamos de projetos e de grupos de pesquisa vinculados à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT, antiga EAFC), que objetivaram dialogar com povos e comunidades tradicionais pantaneiras dentro e fora do ambiente acadêmico, no sentido de conhecer, problematizar e transformar a realidade que nos mediatizava.

Como exemplo destas atividades considero importante citar que, a partir dos projetos de ensino, pesquisa e extensão em que estivemos envolvidos durante os anos de graduação, dialogamos com comunidades de pescadoras/es no sentido de explicitarmos os conflitos socioambientais em que estavam inseridas/os e buscamos dialogicamente os consensos possíveis sobre o uso dos territórios de pesca no perímetro urbano de Cáceres; bem como tratamos também da popularização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pleiteando desde aquela época (2004) a criação de uma unidade de conservação que atendesse às demandas dessas pessoas. Como técnico do Centro de Pesquisa de Limnologia, Biodiversidade e Etnoecologia do Pantanal (Celbe/Unemat) participamos de vários projetos de pesquisa e extensão que envolveram a atividade pesqueira, participação essa interrompida em 2005, quando fui diagnosticado com câncer no intestino. Essa doença (estadiamento quatro em uma escala que vai até cinco) tirou-me a saúde por um tempo, mas não arrebatou a

---

<sup>2</sup> Nesses meses de diálogo, reflexão e escrita desta tese revisei um dos trechos do livro “A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana” do teólogo Leonardo Boff que muito inquietou e influenciou minha juventude. Trata-se da descrição/denúncia que Boff faz de o que é, em sua percepção, o processo de colonização e de como se dá a libertação. Ao se referir à colonização, Boff (2007) afirma que “tal processo é profundamente humilhante para um povo. Produz sentimentos dilaceradores. A médio e a longo prazos não há razões, quaisquer que sejam, que consigam justificar e tornar aceitável tal sofrimento. Aos poucos ele se torna simplesmente insuportável. Dá origem a um antipoder” (p. 22). Assim, tanto quanto ocorre no processo de conscientização proposto por Freire (1980; 2004), as/os oprimidas/os começam a “extrojetar” as/os opressoras/es cuja sombra “forçadamente hospedam dentro de si. É o tempo maduro para o processo de libertação. Primeiro na mente. Depois, na organização, por fim na prática. *Libertação significa a ação que liberta a liberdade cativa*, já que somos ontologicamente livres. É só pela libertação que os oprimidos resgatam a auto-estima. Refazem a identidade negada. Reconquistam a pátria dominada. E podem construir uma história autônoma, associada à história e outros povos livres” (BOFF, 2002, p. 22, destaque meu). Espero permanecer inquieto e comprometido com a *ética da libertação* proposta por Boff e com a *práxis freiriana!*

utopia e o esperar sempre pulsantes. Além de Érika Patrícia, minha esposa, com quem compartilho intensa e amorosamente a vida, muitas amigas e muitos amigos estiveram ao meu lado e, ao lado de minha família, recebemos muitos abraços. Teremos sempre uma imensa gratidão pela vida delas e deles!

Ao retornar às atividades, agora no mestrado, entre 2006 e 2008, dialogamos durante um ano com pescadoras/es dos municípios mato-grossenses de Barão de Melgaço, Poconé e Cáceres sobre suas demandas diante do processo promovido pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso de elaboração da Política Estadual de Gestão da Bacia do Alto Paraguai – Lei 8.830/2008. À luz do referencial teórico freiriano, permanecemos durante 12 meses dialogando diariamente com estas mulheres e estes homens sobre suas demandas e possibilidades de transformação pela via participativa. Neste período explicitamos dialogicamente os conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001) em que estas comunidades pesqueiras estavam inseridas (SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017), especialmente em função das cotas de poder do agronegócio mato-grossense.

Entre os anos de 2010 a 2013, como professor da educação básica e tecnológica no IFMT, além das demais atividades pedagógicas e administrativas, ministrei aulas nos seguintes cursos: Aquicultura e pesca (Educação de jovens e adultos – Proeja); Curso de pescador artesanal (Proeja – formação inicial e continuada em Poconé - MT) e no programa Mulheres mil (Proeja – Formação inicial e continuada). Coordenamos o processo de implantação de um curso de especialização em educação do campo, que em grande medida teve seu projeto político pedagógico elaborado participativamente, ouvindo as educadoras e os educadores que atuavam na educação campestre em regiões pantanosas do município de Poconé. Tendo sempre por base a dialogicidade freiriana, procuramos tratar das políticas públicas de pesca e aquicultura e sua relação com o dia a dia das/os pescadoras /es tradicionais pantaneiras/os.

Agora, no doutorado, ao participar das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (Gepea/UFSCar), das reuniões do Gepezinho e do Grupo de pesquisa Novos Direitos (Novos Direitos/UFSCar), tive a oportunidade de respirar os esperançosos ares do Laboratório de Educação Ambiental e do Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia. Nestes ambientes/momentos, sempre repletos de pessoas comprometidas com a vida, conversamos longamente sobre as utopias e os compromissos teórico-metodológicos que referiam nossa atuação, nossos estudos e nossas pesquisas. Nesse período – ao estudar as produções das/os educadoras/es vinculadas/os ao Centro Especial de Investigação em Teorias

e Práticas Superadoras de Desigualdade<sup>3</sup> (Crea) da Universidade de Barcelona e as produções das educadoras/es do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da UFSCar – conheci a vocação transformadora da metodologia comunicativo-crítica<sup>4</sup> (GÓMEZ, et al. 2006). Trata-se de uma metodologia fundada nos pensamentos freiriano e habermasiano entre outras/os autoras/es, substantivamente comprometida com as transformações sociais que objetivam desvelar e enfrentar comunicativamente as forças do capital. Estas experiências nos impulsionaram na direção de realizarmos, *com* as pescadoras/es artesanais, um projeto de pesquisa de educação ambiental que radicalizasse o diálogo, no sentido de que através de uma pesquisa dialógico-crítica pudessemos, todas/os nós, identificar e propor ações transformadoras empreendidas na direção da dignidade da pessoa humana, através da promoção comunitária da conservação da diversidade sociocultural das comunidades pesqueiras de Cáceres, bem como da conservação da diversidade biológica dos peixes.

Hoje, três anos depois do início do doutorado, enquanto escrevo este breve relato sobre minhas andanças e sobre essa pesquisa, meus filhos estão aqui, próximos de mim – Apolo (quatro anos) está debaixo da mesa brincando e Heitor (cinco meses) dormindo no carrinho ao meu lado – espero que eles leiam esse texto, desejo que eles reflitam sobre o que registramos aqui, que avaliem diligentemente o que anunciaremos e denunciaremos dialogicamente nas linhas e nas entrelinhas dessa tese. Que eles saibam que o que aqui ficou subtendido, só não foi dito explicitamente, especialmente, por sua segurança!

Tanto quanto as pessoas que me inspiram/inspiraram enfrentaram dias de luta coletiva pela redemocratização do Brasil nos anos de 1970, nós temos experienciado dias de resistência e de enfrentamentos. Dias de golpe, o golpe de 2016. Passamos por dias difíceis, acinzentados, dias de desrespeito à diversidade, de avanço de um conservadorismo propositado, articulado e desumanizante, dias de perdas substantivas de direitos, dias de golpe contra a democracia. Espero que meus filhos (ao lado de tantas outras crianças) se juntem à tessitura de pessoas que comunitariamente se insurgiram contra os processos de opressão de nossos dias, e que decididamente enfrentem as/os déspotas e as estruturas do capital que sobrevirão. Que o esperançar freiriano incutido na ação dialógica e a disposição ao encontro do agir comunicativo de Habermas lhes orientem, sirva-lhes de sul!

---

<sup>3</sup> A partir de 2015 “Community of Research on Excellence for All” (Comunidade de Investigação de Excelência para Todos) conforme sítio da instituição <http://crea.ub.edu/index/about/?lang=es>

<sup>4</sup> Metodologia Comunicativa de Investigación em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

### c. As pessoas do contexto investigado: vidas entretecidas no/pelo movimento das águas do pantanal de Mato Grosso

*Eu não sou só profissional, eu sou tradicional; tem gente que é só profissional, mas eu sou tradicional!*  
Pintado

Este é um trabalho realizado por muitas mãos, mãos de trabalhadoras e trabalhadores da pesca profissional artesanal<sup>5</sup> que, comprometidas/os com sua identidade, história e cultura, generosamente se dispuseram a dialogar sobre suas vidas e seus modos de relação com o Pantanal de Mato Grosso. Também cooperaram (e permanecem cooperando) com a consecução dessa pesquisa pessoas vinculadas a várias instituições públicas, entre elas: Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo (IFMT); Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Prefeitura Municipal de Cáceres, Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso, Marinha do Brasil, Juizado Volante Ambiental (Juvam); além de diversas/os conselheiras/os (e respectivas entidades) vinculadas/os ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cáceres (Comdema) e ao Conselho Estadual de Pesca (Cepesca).

Na esteira do que nos ensina a pedagogia freiriana, a vocação ontológica do ser humano é a de *ser-mais*<sup>6</sup>, de “ser sujeito e não objeto” (FREIRE, 1980. p. 35), portanto nessa pesquisa não existiram pessoas investigadas, todas são agentes sociais transformadoras, sujeitos de direito e capazes de voz e ação. Como dito pelo professor Carlos Rodrigues Brandão,

a expressão aparentemente neutra que existe na idéia de “objeto de pesquisa”, muitas vezes subordina a idéia e a intenção de que aqueles cujas “vida” e “realidade” afinal se “conhece”, sejam reconhecidos para serem *objetos* também da História (BRANDÃO, 1984, p. 10, grifo do autor).

<sup>5</sup> Para esta tese as/os pescadoras/es profissionais artesanais serão identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*. Esta designação se deu em função do consenso construído acerca desse tema durante a pesquisa, a partir dos quais nossos diálogos levaram em consideração os aspectos culturais que caracterizam a atividade. Inclusive apontaram que esta seria uma forma de diferenciá-las/os das/os pescadoras/es que, apesar de profissionais, não têm vínculos histórico-culturais com a atividade pesqueira artesanal.

<sup>6</sup> FREIRE (1969), ao tratar da humanização que ocorre na inserção crítica do sujeito em sua concretude histórica (como vocação ontológica do ser humano) e da desumanização que se dá na negação do sujeito histórico (como distorção dessa vocação), afirma que “se falamos da humanização, *do ser mais do homem* – objetivo básico de sua busca permanente –, reconhecemos o seu contrário: a desumanização, o ser menos. Ambas, humanização e desumanização, são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompleticidade. Tão somente a primeira, contudo, constitui a sua verdadeira vocação. A segunda, pelo contrário, é a distorção da vocação” (p. 127, grifo nosso). Portanto nessa pesquisa, denunciaremos dialógica e coordenadamente processos histórico-socioculturais que objetivam negar a vocação do *ser-mais* impresso na cultura tradicional de pescadoras e pescadores tradicionais do Pantanal de Mato Grosso, bem como anunciaremos, também dialógica e coordenadamente, possibilidades de superação coletiva desses processos de desumanização.

Debruçamos dialógica e criticamente sobre as questões a que pescadoras e pescadores profissionais artesanais se referiram, temática esta relativa à realidade mediatizadora que nos aproximava do *contexto da pesca profissional artesanal* realizada no Pantanal de Mato Grosso. Ao tratarmos desses temas, não houve passividade, hierarquias interpretativas ou epistemológicas. Procuramos, à luz do compromisso ético e transformador impresso no referencial teórico-metodológico (GÓMEZ et al., 2006), garantir em *todas* as fases da pesquisa – do delineamento da pesquisa até a análise dos dados e consequentes encaminhamentos – que todas as pessoas participassem ativamente dos momentos de diálogo estabelecidos neste trabalho.

Como pretendido por Paulo Freire, “os temas existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos” (FREIRE, 2004. p. 99); para tanto foi a partir da realidade delas/es que identificamos a *temática significativa* (FREIRE, 1980, p. 30) sobre a qual trataremos aqui. A partir dela estabelecemos conjuntamente campos dialogais nos quais tivemos a oportunidade de juntas/os aprofundarmos nossa tomada de consciência em torno da contrastante realidade que nos mediatizava.

Em Cáceres-MT a pesca profissional artesanal é desenvolvida por pessoas filiadas a duas entidades de representação: a Colônia de Pescadores de Cáceres (Colônia Z-2)<sup>7</sup> e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres (Appec). Antes de se filiarem essas pessoas e/ou seus familiares já desenvolviam de maneira tradicional, há décadas, a pesca para subsistência – este é um dos motivos pelos quais propuseram ser chamadas/os de pescadoras/es tradicionais. São aproximadamente 580 profissionais filiadas/os à colônia<sup>8</sup> e 300 filiadas/os à associação<sup>9</sup>. Esta atividade é desenvolvida em grande medida de forma artesanal e ocorre majoritariamente no rio Paraguai e em seus afluentes, os rios Sepotuba, Jauru e Cabaçal<sup>10</sup>. No contexto do ordenamento pesqueiro nacional a pesca comercial é desenvolvida de duas formas: industrial ou artesanal; já a pesca não comercial é desenvolvida de três formas: científica, amadora ou de subsistência.

---

<sup>7</sup> Para Medeiros (1999) a “Colônia Z-2 no Pantanal de Cáceres é formada basicamente por homens muito simples e pobres, sendo em sua grande maioria os últimos descendentes dos primeiros habitantes desta região do Pantanal, isto é, são os descendentes das nações indígenas Bororo, Guató, Guaicuru, Paiaguá, dos negros trazidos como escravos e dos brancos que para cá vieram. São os descendentes dos deserdados sociais da história de ocupação desta região e habituados a viver conforme determinação dos ciclos naturais do Pantanal” (p. 43).

<sup>8</sup> Informação cedida pela presidenta da Colônia Z-2 em 03/02/2017.

<sup>9</sup> Informação cedida pelo presidente da Appec em 09/02/2017.

<sup>10</sup> As pescadoras e os pescadores que participaram dessa pesquisa disseram que atuam em uma extensão de aproximadamente 250 quilômetros. Os territórios de pesca, chamados de pontos de pesca, apontados em diferentes unidades de paisagens no Paraguai e seus afluentes, os rios Sepotuba, Cabaçal e Jauru, mais do que locais onde são desenvolvidas atividades laborais atinentes a uma categoria profissional, são *territórios usados* (SANTOS, 1999), ambientes onde sua identidade e cultura têm sido entretecidas há séculos.



Após a autorização das representações e a aprovação do Comitê de Ética para Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar (CAAE: 38516414.6.0000.5504), parecer 922.782, iniciamos a observação comunicativa (GÓMEZ et al., 2006). Para isso estivemos em dias alternados – tanto na Colônia Z-2, quanto na Appec – dialogando com as/os pescadoras/es, que ali permaneciam, sobre os objetivos da pesquisa e contextualizando a metodologia. Como discorreremos abaixo, participaram de forma direta das atividades educativas da pesquisa 83 pessoas, sendo 25 pescadoras e 58 pescadores, vinculadas às duas entidades<sup>11</sup>.

Durante a observação comunicativa – realizada entre os meses de dezembro de 2014 e março de 2015 – dialogamos com 71 pessoas, na entrevista com 40 pessoas e nos grupos de discussão comunicativos (GDC) com 16 pessoas<sup>12</sup>. Todas as pessoas que participaram das entrevistas e dos grupos de discussão comunicativos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética da UFSCar (apêndice 2).

Como dito, estas pessoas preferiram ser chamadas/os de pescadoras/es tradicionais. Diante disso é importante destacar que, apesar de vivermos em tempos de imposição capitalista de *homogeneização cultural* (TOURAINÉ, 1997) estas mulheres e estes homens afirmaram que, embora muitas/os delas/es tenham perdido o direito de uso de alguns apetrechos tradicionais ou o direito de permanência pacífica em seus territórios tradicionais de pesca (p. ex.) – inclusive onde várias/os delas/es nasceram – continuam se autorreconhecendo<sup>13</sup> como pescadoras/es pantaneiras/os tradicionais. Expressões como:

---

<sup>11</sup> Além delas/es, representantes de diversas instituições públicas e entidades privadas têm participado das reuniões promovidas pela câmara técnica e pela comissão criadas pelo poder público para atender os encaminhamentos desta pesquisa. É importante destacar que durante nossa pesquisa muitos conflitos de interesse – tanto internos, quanto externos – foram explicitados, entretanto em razão da segurança de todas as pessoas envolvidas nessas atividades, tratamos nesta tese preferencialmente dos temas sobre os quais consensuamos que seriam abordados. Como proposta de superação desse fator limitante de nossa tese, elas/es sempre argumentaram que os melhores (*mais seguros*) espaços/momentos para que representantes dos órgãos públicos e/ou de setores do mercado participassem de nossos diálogos seriam nos grupos de trabalhos e/ou comissões, já criadas pelo poder público. A título de exemplo, vale citar a participação, solicitada por elas/es, do Ministério Público Federal (MPF) na comissão responsável pelo registro de patrimônio imaterial (Comissão pesca e arte) que também está tratando das questões relativas às perdas de território tradicional de pesca (SOUZA, et al. 2017). Após dialogarmos sobre as atribuições institucionais do MPF diante do patrimônio cultural, elas/es acordaram que o órgão poderia/deveria atuar dentro da comissão como mediador das situações de conflitos que indubitavelmente surgiriam nas reuniões, inclusive promovendo termos de ajustamento de conduta com as/os demais usuárias/os do rio.

<sup>12</sup> Os GDC trataram dos seguintes temas: a) registro de saberes tradicionais e inclusão de sua história nos currículos das escolas municipais; b) a política municipal de pesca; c) a questão territorial: participação no processo de discussão sobre o Plano de Manejo da ESEC de Taianã e a demanda pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável; e d) áreas de uso restrito sob o olhar das/os pescadoras/es profissionais artesanais – subsídios ao Cadastro ambiental rural (CAR).

<sup>13</sup> No contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais o *autorreconhecimento*, ao lado de outras características arroladas no âmbito do Decreto 6.040/2007, é uma das características socioculturais elementares dos povos e comunidades tradicionais. Para esta tese, em função do contexto de conflitos socioambientais em que as pantaneiras e os pantaneiros estão implicadas/os adotamos a concepção proposta por Diegues (2001a), para quem o autorreconhecimento “é freqüentemente, nos dias de hoje,

“minha casa está aqui no [bairro da periferia de Cáceres], mas eu vivo é no rio”, Chuncha; “eu e meu velho [o pescador Bagre Cabeçudo] estamos aqui agora porque está proibido pescar, mas nosso lugar não é aqui, é lá no nosso barraco, [...] a gente pesca lá tem mais de 30 anos”, Piraputanga; “minha vida não é aqui na cidade, aqui tem muito movimento, muito barulho, eu gosto é do movimento dos peixes, dos passarinhos [...], prefiro barulho da onça do que esse barulho doido da cidade, eu gosto mesmo é do meu acampamento”, Cocha de Nego; “eu não sou da cidade, eu nem tenho jeito de viver aqui na cidade, por isso quando abre a pesca eu só venho aqui pra vender meu peixe, eu fico mesmo é lá pra cima no [...]; só que já tem [...] querendo tomar meu ponto de pesca”, Tuiuiú; “eu gosto é de pegar pacu no mato, de matar o bocudão [peixes como o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) e o cachara (*Pseudoplatystoma fasciatus*)] aqui na cidade tem muita confusão; se tivesse um jeito de nós vivermos como era antes seria muito melhor”, Pataquinha. Note-se, desde já, que estes relatos apontam para o anúncio e a denúncia implicados nos diálogos que tivemos sobre a cultura tradicional pantaneira, além disso, expressam conflitos socioambientais em que estão/estiveram envolvidas/os.

A cultura tradicional<sup>14</sup> pantaneira a que pertencem e que lhes pertence está viva, sendo permanentemente por elas/es transformada através dos modos de produção e de interação humana, que se dão na relação sociedade/ambiente, faz-se permanentemente na historicidade e concretude de sua existência. Diegues (2001a) considera que, a partir de uma perspectiva marxiana, as *culturas tradicionais*, como a cultura tradicional ribeirinha das/os pescadoras/es pantaneiras/os,

estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2001a, p. 82).

Apesar dos enfrentamentos diversos, permanecem pescando, buscam no Pantanal a cura para diversas enfermidades, encontram os sentidos de sua fé e religiosidade, cultivam valores morais tradicionais pantaneiros; apesar de ameaçada e atacada. Seu mundo da vida é substantivamente entretido pelo movimento das águas e pelas relações (solidárias e/ou

---

uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por esta” (p.88).

<sup>14</sup> Para aprofundamento das discussões sobre povos e comunidades tradicionais sugerimos as leituras de Godelier (1973; 1984), Diegues (1983; 1988; 2001a; 2001b), Diegues et al. (2000), Da Silva e Silva (1992; 1995), Da Silva et al. (2008), Begossi (2001), Brandão e Leal (2012) e Pinho et al. (2012).

conflitantes) estabelecidas entre as gentes pantaneiras; insistem na prática da pesca artesanal, continuam sendo orientadas/os pela lua, pelo movimento das águas, dos cardumes e das aves, pelo cheiro e som oriundos das matas, resistem e enfrentam as estruturas do capital.

*Eles [...] tiraram minha família de lá [...] eu era pequeno; depois nós viemos aqui para o [...] o fazendeiro deu um tombo no meu pai e perdemos tudo lá também. Mas isso não tirou nossas raízes, meu pai fica até doente por causa dessas coisas. É por isso que eu amo esse rio e vivo da pesca. Ferreirinha*

*É só fechar a pesca e a gente fica doente, lugar de pantaneiro é no rio, lá é nossa área. Eu fico angustiado aqui na cidade durante a piracema [...]. A lei tirou nós de lá, mas eu fico com minha cabeça só lá! Bagre Cabeçudo*

*Se eu pudesse eu voltaria pra lá, moraria com minha família lá no meu lugar natural. Pintado*

*Cresci pescando ali pescando na [...] agora dizem que só pesca autoridade, eu cresci lá, minhas filhas cresceram ali, mas proibiram nossa família até de encostar a canoa perto da casa de [...] lá só vai doutor! Chuncha*

Diante de inúmeros outros relatos como estes e em função da contextura teórica dessa pesquisa (anúncio das belezas e das possibilidades de transformação social com vistas à humanização, e de denúncia dos processos de espoliação da vida, portanto de desumanização<sup>15</sup>), estas/es pescadoras/es serão nesta tese identificadas/os por codinomes<sup>16</sup>. Não discorreremos de maneira pormenorizada sobre as motivações que cada uma delas/es apresentou ao escolher seus codinomes, entretanto é importante destacar que há um sentido – em grande medida – enfrentante subentendido em cada escolha. Uma lembrança de luta, de companheirismo, beleza, solidariedade, tristeza etc. A pescadora que escolheu o nome Chuncha, por exemplo, disse que “eu sou brava mesmo, ninguém brinca comigo nesse rio, se eu ver alguém pescando irregular eu conto pra polícia [...]”; já o pescador Acari “eu fui humilhado nesse rio, fui humilhado pela [...], por isso não quero essa profissão pra meu filho”. O pescador Lambari, falando sobre a solidariedade do grupo me perguntou “você já viu um lambari sozinho? Claro que não, nós somos assim, iguais aos lambaris. Estamos sempre com o nosso grupo”. A pescadora Lua afirmou “quero que me identifique como Lua, pois tudo que fazemos nesse rio depende dela, somente quem é pantaneiro mesmo sabe disso,

<sup>15</sup> Como dissemos acima, o *ser-mais* freiriano é uma vocação humana, portanto condição de nossa humanização, expressão de nosso inacabamento e, desse modo, caminho para nossa completude histórica. Nesse sentido, ao tratar da humanização e da desumanização como possibilidades inscritas em nossa consciência de inconclusão, Freire (2004) afirma que “se ambas são possibilidades, só a primeira [a humanização] nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, *mas também afirmada pela própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada*” (p. 30, grifo nosso).

<sup>16</sup> Lambari, Piraputanga, Bagre Cabeçudo, Martim Pescador, Onça, Anhumá, Acari, Ferreirinha, Pintado, Rubafo, Chuncha, Curimbatá, Jaú, Pacu, Sauá, Saicanga, Vitória Régia, Pacu Peva, Lobó, Piapara, Jurupensem, Pataquinha, Lua, Mutum, Surubim, Ximburé, Tuiuiu, Orquídea, Urtiga, Beija Flor, Piquira, Piau, Rosa, Caravaçu, Fidalgo, Cachara, Cocha de Nego, Jejum, Curimba, Ariranha, Flor de Aguapé, Vagalume.

a lua é nossa guia. Não preciso de mais nada pra pescar, basta eu olhar pra ela que já sei onde vou pescar e que peixe vai sair”. Implicada a cada codinome há uma história de comprometimento com a cultura tradicional pantaneira e esperamos em outro espaço discorrer detalhadamente sobre esse momento de nossos encontros.

#### **d. Referencial teórico e metodológico**

##### **d.1. A ação dialógica e a práxis: suporte, trabalho e os elementos essenciais ao diálogo.**

A teoria da ação dialógica – proposta por Freire na década de sessenta (FREIRE, 2004) – está fundada no diálogo como sendo algo próprio da natureza humana. Freire afirma que o diálogo é “parte da natureza histórica dos seres humanos. [...]. O diálogo *sela* o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade” (FREIRE; SHOR, 2001, p. 122-123, grifo do autor). Na esteira do que propõe o pensamento marxiano, esta teoria apresenta o diálogo como nossa condição ontológica, como caminho de superação da alienação social e das muitas formas de opressão, apresenta-nos como seres que se humanizam enquanto dialogam para transformar a realidade por meio da ação-reflexão – *que é práxis*<sup>17</sup> – que se dá concomitantemente no/sobre o mundo. Desse modo, considerando esta perspectiva teórica, *práxis* se refere a

atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis” (PETROVIC, 1988, p. 460).

A partir daí, Freire (2004) propõe então que a palavra verdadeira – *práxis libertadora* – é *ação e reflexão* que se dá com o mundo com vistas a transformá-lo. Ao tratar da *práxis* como *maneira humana de existir*, Freire (1983) afirma que ação e reflexão são “constituintes inseparáveis” de nosso permanente vir-a-ser. Para ele

assim como não há [mulher] homem sem mundo, nem mundo sem [mulher] homem, não pode haver reflexão sem ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão (FREIRE, 1983, p. 17).

---

<sup>17</sup> Ao tratar da alienação e da práxis no contexto da tradição marxiana, Chauí (2008) afirma que práxis é a “ação sociopolítica e histórica” (p. 172); já a alienação social é o “desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos, produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas” (ibidem. p. 173).

Tomando estas afirmativas como referência, resta-nos a possibilidade de sugerir que a ação dialógica, como aqui indicada, é que dá consistência ao giro dialógico (AUBERT et al., 2008) experienciado pela sociedade da informação. Giro dialógico caracterizado, sobretudo pela crescente disposição das pessoas em argumentar sobre suas vidas, pleitear direitos, denunciar desmandos, superar hierarquias e anunciar belezas.

Desse modo, não se trata de algo doado pelas elites. Lukács (1978) afirma que a “liberdade não pode ser simplesmente um produto necessário de um desenvolvimento inelutável, ainda que todas as premissas de sua explicitação encontrem nesse desenvolvimento – e somente nele – suas possibilidades de existência” (p. 18). Esta consideração é importante, sobretudo, porque vivemos em uma sociedade classista e capitalista (FREIRE 2004; FERNANDES, 2009), fundada na opressão, nas relações de consumo, no acúmulo e na substituição de bens (LOGAREZZI, 2007). Não concebemos, portanto, o giro dialógico (e suas consequências) como doação das elites, como ato espontâneo, resultado dos encontros acadêmicos oriundos das experiências intelectuais; o consideramos sim como fonte/meio/resultado dos processos de conscientização em que as pessoas, ao buscar refletir interativamente o mundo em que vivem se movimentam em sentido contrário a qualquer ação e/ou inação que promova cerceamento de direitos, limitando suas possibilidades de *serem-mais*.

Não há de se esperar, portanto, que representantes do capital façam essa mudança. Seria ingenuidade aguardar que essa redefinição de prioridades fosse feita (de forma verdadeira) na direção de atender a pauta das/os pescadoras/es tradicionais do Pantanal. Participação é conquista (DEMO, 1996); como dito por Freire (1996, p. 55) não há “nenhuma vinculação dialogal entre estas elites e estas massas [...]”. Diante disso, sustentamos que, no compromisso com a luta por liberdade – por *serem mais* –, oprimidas/os devem, em solidariedade, estabelecer agendas comuns com seus semelhantes e com as/os diferentes com vistas à transformação de seus contextos.

Para os demais seres o Pantanal é suporte. Nele os seres vivos não humanos imprimem seu instinto, mas não deliberam sobre suas aptidões inatas, são adaptativos em seu esforço de se auto afirmarem como os seres que são, por meio das interações em que se desenvolvem e se reproduzem, no ambiente em que estão. Seres humanos, ao contrário, realizam trabalho<sup>18</sup>,

---

<sup>18</sup> Em A ideologia alemã (1845/1846), Marx e Engels (2007), ao tratarem da existência humana e sua relação com a materialidade histórica, afirmam que “o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza” (p. 87). Partindo da análise dessa interação sociedade/ambiente, os autores consideram ainda que “pode-se distinguir os homens dos animais pela

produzem cultura, não permanecem no instinto; seu esforço de autoafirmação dos seres que são vai muito além do adaptativo ao meio e às interações nele disponíveis. Sendo seres conscientes, objetivam a realidade, deliberam sobre as circunstâncias da vida, são transformadores. Assim, no contexto histórico, o

trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, *sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza* (MARX, 1996, 297, grifo nosso).

Nessa acepção, trabalho é, portanto, condição ontológica social dos seres humanos. É no trabalho que os humanos tomam consciência de sua existência interativa no mundo; é no trabalho que os seres humanos transformam o ambiente; é no trabalho, portanto que esse mundo, ao ser dialeticamente percebido/transformado, deixa de ser suporte (como é para os demais seres vivos) para ser território onde ocorre *mutuamente* a produção intelectual e material da vida. Assim, sendo seres conscientes, objetivam a realidade, deliberam sobre as circunstâncias da vida, são transformadores – não existem seres humanos no vazio, não há humanidade no vácuo – e, no *trabalho* de transformarem seu entorno, transformam-se a si mesmos dialeticamente, num vir-a-ser contínuo e permanente marcado pela aptidão cultural que cria e movimenta o mundo.

Freire (1980, p. 34) afirma que “cada homem está situado no espaço e no tempo [...]. O homem é um ser de raízes espaço-temporais”. Estabelecem o que Milton Santos (SANTOS, 1999) chama de *território usado*, a partir de onde emana vida eminentemente entretecida por valores e deliberações humanas. Como veremos nessa pesquisa, ao tratarmos dos territórios tradicionais de pesca, o território não se resume a um

conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8, grifo do autor).

Desse modo, para nós os territórios pantaneiros tradicionais de pesca são os ambientes em que pescadoras e pescadores tradicionais exercem o trabalho por meio do qual se identificam como pertencentes àquele chão e àquelas águas, produzem cultura, educam e são educadas/os

---

consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (idem).

por suas filhas e seus filhos, trocam saberes, desenvolvem suas estratégias de pesca; consubstanciam, a partir destes territórios, seus valores, utopias e sonhos impressos em sua identidade, compartilhados em sua *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA, 2017).

Paulo Freire nos mostra que para o ser humano o mundo é uma realidade objetiva, possível de ser conhecida e transformada. Assim, o Pantanal com todas as suas belezas e contradições histórico-culturais compõe o *mundo da vida* (HABERMAS, 2012a; 2012b) daquelas/es que exercem a pesca tradicional. Como trabalhadoras/es, estas pessoas têm consciência de luta, do tempo, do espaço, fazem cultura, temporalizam-se, fazem-se humanos de um local para o mundo e de um instante para a história sempre em um movimento dialético; transformam, portanto, o suporte em mundo através do trabalho em que se identificam como sujeitos. Freire (1992) considera que

somente [a mulher] o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis. Somente ele vem sendo um ser de relações num mundo de relações. Sua presença num tal mundo, presença que é um *estar com*, compreende um permanente defrontar-se com ele (FREIRE, 1992, p. 39, grifo do autor).

Nessa perspectiva, portanto, como temos dito, o trabalho humano – ao contrário do que fora empreendido a partir da modernidade pela racionalidade instrumental – é tomado como finalidade autônoma, é o meio de produção da vida material, é, *ao lado do diálogo*, condição ontológica de nossa existência; “ocupa lugar central, quer nos processos metabólicos (orgânicos) da relação ser humano-natureza, quer nos processos propriamente sociais da relação entre seres humanos. Em ambos os casos o trabalho aparece como a atividade mediadora dessas relações pela qual o ser humano se constitui” (SOUZA, et al. 2014, p. 497). Assim, não há de se considerar, portanto, o trabalho capitalista, que aliena o ser humano de sua produção, afinal de sua cultura, como *algo natural*, mas eminentemente *histórico-desumanizante*. Para nós, como apontado por Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), o trabalho é

parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. [...] não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.64).

Processos de pesquisa dialógicos propõem interferir permanente e abertamente na relação sociedade/ambiente, objetivando problematizar as formas de interação entre os seres humanos e entre eles e o ambiente; visam também superar as formas de opressão que advêm das possíveis distorções dessa forma de interação.



Por isso a importância do diálogo verdadeiro e propositivo. Sorrentino et al. (2013) afirmam que “a palavra diálogo significa ‘uma corrente (ou fluxo) de significados’ entre nós e através de nós, contrariando o senso comum, que atribui à palavra a noção de ‘dois’ (*di*)”. As autoras e os autores afirmam ainda que

o diálogo está passivo de ocorrer quando as partes forem capazes de reconhecer suas pressuposições e as dos outros e, em um processo, *deixá-las em suspenso* [...]. Não se trata aqui de se ignorarem os conflitos existentes, mas sim de não tornar-se refém deles. Assim dialogar significa encontrar tempo para perceber o que se passa nas nossas mentes e [nas] dos outros, sem fazer julgamentos ou chegar a conclusões (SORRENTINO, et al. 2013, p. 40, grifo das/os autoras/es).

Deste modo, o diálogo é encontro que oportuniza intersubjetivamente humanização e transformação do mundo – é na práxis que o suporte se transforma em mundo. Freire (1992, p. 43) afirma que o “diálogo é o encontro amoroso de homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Dentro dessa compreensão o autor apresenta alguns elementos fundamentais para que o *diálogo verdadeiro* seja estabelecido em uma relação humana transformadora.

- ✓ *Amor*: trata-se do amor ao mundo, à vida e aos seres humanos. Se expressa na práxis que anuncia a vocação ontológica dos humanos de serem sujeitos e denuncia as ações que objetivam transformá-los em objetos. Freire (2004, p. 80) diz que “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens não me é possível o diálogo”. Não há diálogo onde não resida o amor; para Freire a pronúncia do mundo (transformação do mundo) está condicionada à relação amorosa e, porque amorosa, desveladora, propositiva, libertadora.
- ✓ *Humildade*: Freire (2004, p. 80) afirma que “não há, por outro lado, diálogo se não há humildade”. Seres humanos individualistas não dialogam, porque se acham acabadas/os. Somente dialogam pessoas que, conscientes de sua natureza inconclusa, abrem-se às outras pessoas com vistas a compreenderem e transformarem o mundo. Nesse sentido, Freire (1992) considera que “ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais” (p. 47).
- ✓ *Fé nos seres humanos*: Freire (2004, p. 81) considera que “a fé nos seres humanos é um dado a priori do diálogo”. Trata-se da fé nas possibilidades deste ser de desvelar a vida, para, a partir de sua realidade imediata transformar dialeticamente o mundo. Ou seja, essa convicção e/ou crença na capacidade de fazer e refazer dos seres humanos vem antes mesmo de que o diálogo aconteça e a guisa de argumentação racional. Freire concebe que a capacidade de ação e reflexão – práxis – dos seres humanos é condição ontológica sua. O autor denuncia ainda que “sem essa fé nos homens o diálogo é uma farsa” (FREIRE, 2004, p. 81). Trata-se da fé que se vê rumada pela utopia, pela expectativa fundada no compromisso que se estabelece no encontro, na disposição dialógica.
- ✓ *Confiança nos seres humanos*: para Freire (2004) a confiança é resultado das relações horizontais que se dão no diálogo verdadeiro. O autor ressalta que seria “contradição” se em uma relação que se alicerça na fé, no amor, na humildade e na horizontalidade não tivesse como consequência óbvia a confiança. Para ele “a confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cava vez mais

companheiros na pronúncia do mundo” (FREIRE, 2004, p. 82). Como proposto pelo pensamento habermasiano, é fundamento do agir comunicativo (HABERMAS, 2012a; 2012b), já que está implicada na pretensão de veracidade que deve compor a pretensão de validade carregada em uma enunciação.

- ✓ *Esperança*: para Freire (2004) a esperança reside na essência da imperfeição dos seres humanos, levando-as/os a movimento permanente de busca; só espera quem tem consciência do inacabamento. Não se trata de tomar assento e ceder para as contingências da vida. Para o autor “não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto, e se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2004). Tem esperança quem se esforça por ser solidário, porque não há esperança no isolamento, no desespero, na fuga, no idealismo descomprometido com a pronúncia do mundo. Ela reside na dialética movimento-estabilidade, é combustível que dá sentido ao quefazer na direção do *ser-mais*.
- ✓ *Pensar verdadeiro*: pensa verdadeiro quem pensa criticamente, quem *ad-mira* o mundo, quem ao conhecer objetivamente a realidade se dispõe a fazer a pronúncia do mundo, objetivando a humanização dos seres humanos. Aqui, assim como nos demais elementos, há uma profunda valorização do processo como relação dialética entre movimento-estabilidade. Pensar verdadeiro é se comprometer com os processos na direção da luta contra o pensar intransitivo ingênuo. Que não importa só que esteja em movimento, mas, especialmente, que esteja aberto, que nós, sujeitos do mundo, é que o conduzimos, embora, no mundo opressor de hoje, uns tenham muito mais poder do que outros nessa condução.

Para além de ser *um dos* elementos do diálogo verdadeiro, para nós o *amor à vida, aos seres humanos e ao mundo* é também ponto de encontro entre os demais elementos: do amor não falseado, dele fluem os demais elementos. Trata-se de amor enquanto *ágape*, que impulsiona a/o dialogante na direção da/o outra/o com vistas a ouvi-la/o, criticá-la/o para que em comunhão possam transformar a realidade; que mesmo na diferença proporciona um campo dialogal agradável, despido de orgulho, soberba, egoísmo etc., buscando, assim, a unidade na diversidade, na solidariedade do diverso que constitui a totalidade.

#### **d. 2. Agir comunicativo: comunicar para transformar a realidade**

Jürgen Habermas, através da teoria do agir comunicativo, publicada nos anos de 1980 (HABERMAS, 2012a; 2012b), parte da compreensão de que vivemos em uma sociedade dual, que a estrutura dessa sociedade é composta pelo mundo da vida e pelo sistema. Para ele, a realidade social é uma elaboração humana que não depende apenas do significado que as pessoas, particularmente, atribuem ao mundo, mas também dos significados construídos intersubjetivamente.

O mundo da vida constitui o âmbito *de atuação das pessoas*, interativamente: a efetivação da agência humana; é formado pela coexistência de três mundos: o mundo objetivo refere-se à totalidade das coisas sobre as quais os seres humanos podem emitir enunciados

pretensamente verdadeiros e buscar entendimento sobre eles; o mundo social refere-se à totalidade das relações sociais que, tácita ou normatizadamente, referem a legitimidade de comportamentos pretensamente corretos em interações interpessoais; por sua vez, o mundo subjetivo diz respeito à totalidade das vivências às quais somente a/o falante tem acesso privilegiado e que ela/ele pode manifestar de modo pretensamente veraz a uma outra pessoa ou a um grupo. De outro lado, para Habermas (2012b), o sistema pode diferenciar-se em sistema econômico e sistema administrativo. O autor considera que além de guardarem entre si uma relação de complementaridade, eles constituem o âmbito *institucional* de organização e regulação da vida em sociedade.

Há evidentemente uma imbricação entre mundo da vida e sistema: de um lado, são também pessoas que efetivam a existência e a atuação do sistema e, de outro, as pessoas em seus mundos da vida de convivência cotidiana são também afetadas diretamente pelo sistema. Em princípio, para o autor, o mundo da vida é marcado prevalentemente pela busca do entendimento e, por sua vez, o sistema é marcado prevalentemente pela racionalidade instrumental, objetivando êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar dessa contradição e propor o agir comunicativo, como disposição humana de contraposição à colonização do mundo da vida, Habermas (2012a) afirma que

no agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo *êxito de si mesmos*; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar seus diversos planos de ação com base em *definições comuns* sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 496, grifos nossos).

Em sociedades de classes (FERNANDES, 2009), como a nossa, há uma progressiva desacoplagem entre o sistema e o mundo da vida. Para Habermas (2012a) ocorre um avanço da colonização do mundo da vida pelo sistema, na medida em que a burocratização (do Estado) e o dinheiro (do mercado) tomam espaços que antes eram ocupados pela solidariedade como princípio de tomada de decisão, inclusive no âmbito familiar e no comunitário. Com esse processo, ações comunicativas, que objetivam a coordenação de ações transformadoras a partir da busca do entendimento como compromisso coletivo a ser alcançado antes de tudo, são substituídas por ações orientadas prioritariamente pelo êxito individual, o que acaba por gerar patologias sociais.

Diante disso, com vistas a enfrentar estas patologias, Habermas afirma que, para além das ações que visem majoritariamente o êxito individual (fundadas em uma racionalidade instrumental), deve ser adotado o agir comunicativo<sup>19</sup>. Neste, as pessoas capazes de

---

<sup>19</sup> Para Habermas (1990) o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, onde as/os “participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação” (p. 72, grifo do autor), afirma ainda que

linguagem e ação, que estabelecem relações interpessoais – seja por meios verbais seja por meios extra verbais – podem alcançar objetivos pela via do entendimento (tendo o êxito *coletivo* como uma decorrência do entendimento e não como uma orientação *a priori*), de forma que através dele, do entendimento, seja possível coordenar os planos de ação decorrentes de um processo interativo e suas respectivas execuções. Para Habermas (2012a) todo ato de entendimento

pode ser concebido como parte de um *procedimento cooperativo de interpretação*, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas. Para tanto, são úteis os conceitos dos três mundos enquanto sistema de coordenadas suposto em comum, no qual os contextos situacionais podem ser ordenados de tal forma que se chegue a uma concordância sobre o que é que os envolvidos podem tratar como fato ou como norma vigente ou como vivência subjetiva (HABERMAS, 2012a, p. 138, grifo nosso).

Posto isso, não se deve reduzir a compreensão sobre comunicação a simples conversação, que, por isso, se resume apenas a expressar ou a interpretar a realidade. Deve ir além, precisa ser uma forma de organização da ação, tem de ser um agir comunicativo, tem que ser práxis. Habermas introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Note-se que, nesse sentido, a

racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação [...] (HABERMAS, 2012a, p. 43).

Diferentemente da racionalidade instrumental – que propõe dominação do ambiente como se dela não fizéssemos parte metabólica e socialmente – a racionalidade comunicativa emerge em situações não coercivas, surge no encontro entre sujeitos históricos, valoriza a diversidade de olhares e saberes a partir de um lugar no mundo, é especialmente humanizante porque possibilita que as/os falantes coordenem seus atos através de uma ação comunicativa pautada nas pretensões de validade (verdade, retitude e veracidade), visando a busca do entendimento com fins à proposição de acordos coletivos que objetivem a coordenação de ações e a superação das situações problemáticas. Há, portanto, nos contextos de busca de entendimento para consequente coordenação de ações, uma articulação de ações a partir do melhor argumento (HABERMAS 2012a, p. 67), não uma imposição de ideias fundada no poder e/ou na manipulação perlocutiva que vise majoritariamente o êxito do falante.

---

isto ocorre da seguinte forma: “os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (idem). Diante disso Habermas estabelece a diferença entre o agir comunicativo e o agir estratégico apontando que o “agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica *dos planos individuais de ação*, mas na força racionalmente *motivadora de atos de entendimento*, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (idem, grifos nossos).

Consideramos que nas situações de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017) sobre as quais estamos debruçadas/os nesta tese, apesar da permanente ingerência do Estado e do mercado, há no interior das comunidades tradicionais envolvidas *movimentos solidários internos de enfrentamento*, fundados em uma racionalidade que, mais do que diferente, ela denuncia a desumanização promovida pela racionalidade de base puramente instrumental do capital, e que, deste modo, irrompe resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Pensar este processo a partir da coordenação de ações coletivas baseadas no entendimento da comunidade envolvida, como descrevemos acima em Habermas, é plenamente consistente com o seu pensamento a partir da implicação dialética entre reflexão e ação que há na palavra verdadeira, que é práxis, emanada das relações dialógicas, como descrevemos anteriormente em Freire. Tal consistência é a própria base de sustentação deste trabalho em geral, particularmente em seus aspectos metodológicos e procedimentais, sintetizados na próxima seção (seção e).

### **d.3. Alguns marcos regulatórios utilizados nessa pesquisa: o tratado de educação ambiental como horizonte principiológico**

*A lei está matando nós, isso é uma guerra fria que vai matando nós de pouco a pouco. Curimbatá*

*Essas leis tiram nosso existir. Pintado*

Nestes dois anos de convivência nós dialogamos sobre muitas normas. Além de abordarmos os capítulos que tratam dos direitos sociais e das questões ambientais da Constituição Federal de 1988, também tratamos de um conjunto bastante amplo de instruções normativas, decretos, leis, tratados e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Para isso, assim como realizamos em nossos trabalhos de graduação, também no mestrado (SOUZA, 2008), além dos princípios do direito constitucional e dos princípios do direito ambiental<sup>20</sup> nosso olhar para esse conjunto de regulamentos teve como horizonte principiológico o *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*<sup>21</sup>. Temos utilizado este documento ao longo destes anos,

<sup>20</sup> Para aprofundamento sobre os princípios constitucionais do Estado brasileiro sugerimos a obra *Curso de Direito constitucional positivo* do professor José Afonso da Silva (SILVA, 2005) e para aprofundamento acerca dos princípios do direito ambiental a obra *Direito do ambiente* de Edis Milaré (MILARÉ, 2011).

<sup>21</sup> Especialmente os seguintes princípios: a) a educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; b) a educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político; c) a educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos

principalmente porque – ao lado de diversas outras iniciativas da sociedade civil (como a Carta da Terra; o Manifesto em defesa das Comunidades Tradicionais Pantaneira frente à proliferação de barragens para geração de energia no Pantanal<sup>22</sup>; a Carta de Corumbá<sup>23</sup>; a Carta de Cáceres<sup>24</sup>, entre outros) – são suas/seus proponentes/es e signatárias/os mulheres e homens que, pela via do diálogo, têm proposto pensar e agir na direção de um mundo mais justo, demandam por mais participação efetiva, educação, saúde e lazer, enfim por justiça socioambiental; gentes “comprometidas com a proteção da vida na Terra”, que reconhecem o “papel central da educação na formação de valores e na ação social”. Olhamos para as normas que influem na vida das pescadoras e pescadores *através* desses princípios.

O ordenamento pesqueiro – tanto no âmbito nacional quanto no âmbito estadual – ao lado das normas que tratam dos direitos e deveres das pescadoras e dos pescadores profissionais artesanais e do conjunto de instrumentos legais que versam sobre a conservação da biodiversidade brasileira é muito amplo. Importa-nos destacar, desde já, alguns documentos legais que foram fundamentais para a consecução dialógica dessa pesquisa. a) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040 de fevereiro de 2007; b) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, instituída pela Lei 11.959 de junho de 2009; c) Política Estadual de Pesca, instituída pela Lei 9.096 de 16 de janeiro de 1999; d) Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, d) Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei 9.795 de 27 de abril de 1999; e) Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, aprovada no Brasil pelo Decreto legislativo nº 2, de 1994; f) Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

A relevância contextual desse conjunto de normas para esta pesquisa reside primeiramente no fato de serem instrumentos normativos que influem diretamente em sua vida cotidiana, em consenso com as pescadoras e pescadores com quem dialogamos. Em grande medida as ações e/ou inações estatais apontadas pelas/os pescadoras/es estão implicadas nessas normas; segundo, também porque nos possibilitaram dialogar – no âmbito do explícito jogo de forças entre a racionalidade instrumental (fundante no direito positivo) e

---

para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue; d) a educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis (SATO, 2003, p. 18-19).

<sup>22</sup> Disponível em [http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2014\\_EPCTCO1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2014_EPCTCO1.pdf)

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA1990\\_FPMS1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA1990_FPMS1.pdf)

<sup>24</sup> Disponível em [http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2013\\_DS1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2013_DS1.pdf)

a racionalidade ambiental (característica da cultura tradicional pantaneira) – sobre a importância da apropriação conceitual técnico-jurídica desses dispositivos, tendo em vista serem fundamentais para a propositura de ações comunitárias que objetivem denunciar injustiças e garantir direitos às comunidades pesqueiras; e terceiro, porque tivemos a oportunidade de identificar dialogicamente durante os dois anos de pesquisa o *esvaziamento sociocultural*<sup>25</sup> – especialmente na Lei federal nº 11.959/2009 e nas Leis estaduais 9.096/1999 e 8.830/2008 – e, diante disso, consensuar e acordar ações iniciais que promovam a cultura tradicional pesqueira, com vistas à manutenção de seu modo de vida, da biodiversidade de peixes, bem como a proteção e promoção de seus saberes tradicionais associados à pesca artesanal.

#### **d.4. A educação ambiental dialógico-crítica: a racionalidade ambiental como horizonte epistemológico**

Durante essa pesquisa de educação ambiental – em função das reflexões realizadas em diálogo com trabalhadoras e trabalhadores da pesca artesanal –, identificamos importantes elementos de análise que perpassam as formulações de teóricas/os que abordam a sociedade contemporânea. Seja no contexto da sociedade da informação (CASTELLS, 2005), seja nas elaborações que fundamentam os argumentos de que vivemos em uma sociedade dialógica (GÓMEZ, et al. 2006) – em que se evidencia o giro dialógico (AUBERT et al., 2008) –, ou nos argumentos empregados por Ulrich Beck para teorizar sobre a sociedade de risco (BECK, 2011), tanto a *participação* como condição primária para o pleno da exercício da cidadania, quanto a *existência de uma crise* (ambiental, econômica, política etc.) causada especialmente pelo modo de produção capitalista<sup>26</sup>, são elementos de análise sempre presentes.

<sup>25</sup> Como apontado por Souza e Logarezzi (2017b) “entendemos por *esvaziamento sociocultural das normas* a negação velada e/ou explícita de direitos e garantias fundamentais aos povos e às comunidades tradicionais. Negação esta que se dá por meio da impressão, nestas normas, da cultura espoliadora de direitos emplacada pelo capital, também do ataque a sua história, a sua cultura, aos seus territórios etc. Trata-se de uma ação (ou inação propositada) do Estado realizada com o objetivo de silenciar essas pessoas por meio da retirada de direitos como a perda de seus territórios tradicionais de pesca, impondo uma interferência em seu modo de produção através da proibição do uso de vários apetrechos de pesca, ou por meio da proibição do corte de espécies vegetais utilizadas para confecção de barcos, canoas, remos, tabuados etc.” (p. 128).

<sup>26</sup> Em uma perspectiva marxiana, no que tange à relação ambiente/sociedade, o modo de produção capitalista, consubstanciado em uma racionalidade majoritariamente instrumental, ignora propositadamente a historicidade implicada no conceito de natureza. Há, por decorrência disso, uma *naturalização* (desumanização) da natureza, com o objetivo de subjugá-la aos interesses do capital – portanto de privatizá-la. Assim, como são as/os capitalistas que detêm, em grande medida, os meios de produção, também são elas/es que impõe sobre a maioria da população (formada de trabalhadoras e de trabalhadoras/oprimidas e oprimidas nas palavras de Paulo Freire) formas insustentáveis de apropriação “dessa natureza”. Nessa pesquisa, como veremos em Souza e Logarezzi (2017a; 2017b; 2017c) identificamos esse fato ao tratarmos do esvaziamento sociocultural das normas que regulamentam a atividade pesqueira no Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que trata da proibição de uso de apetrechos e na ausência de ações estatais efetivas de promoção da atividade artesanal.



Diante disso, nas últimas décadas, em função dessa crise socioambiental – notadamente resultada dos modos de apropriação dos bens naturais empreendidos pelo capital – o campo da educação surge como possibilidade de denúncia dos processos de desumanização implicados nessa crise<sup>27</sup> e também como espaço de anúncio coordenado e coletivo das alternativas de sua superação. Entretanto, como apontado por Layrargues (2004), assim como acontece com os demais sistemas sociais, a educação tradicional não tem sido sustentável, indicando ainda a necessidade de sua reformulação "para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade" (p. 7). Para ele e várias/os outras/os teóricas/os da educação ambiental esta reformulação passa pela ressignificação da relação sociedade/ambiente<sup>28</sup>, que poderá se dar a partir da pluralidade de saberes, de outras epistemologias, a serem empreendidas com urgência nos espaços educativos.

Ao analisar o campo da educação e suas implicações diante dessa crise, Logarezzi (2012) afirma que ele “surgiu como um espaço central para atuação em busca de superação dos novos problemas que se evidenciavam e que viriam, em seguida, a se tornar cada vez mais desafiadores” (p. 1). Diante desse quadro, ao demandar por uma educação que problematize a realidade a partir das vozes de todas as pessoas envolvidas nos processos educativos, o autor discorre sobre como se deu a inserção do adjetivo *ambiental* na contextura desse debate, afirmando que “o campo da educação ambiental surgiu então na perspectiva de garantir e guiar tal incorporação – uma adjetivação aparentemente dispensável à educação, mas que na prática se revelou necessária” (p. 1). Portanto a adjetivação ambiental visa, sobretudo, incorporar nos mais diversos espaços de práticas sociais, em que haja intencionalidade educativa, dimensões da realidade ambiental, econômica e sociocultural antes ignoradas (propositadamente) pela educação conservadora/bancária<sup>29</sup>. Leff (2001) considera que a Educação ambiental

---

<sup>27</sup> Ao tratar da teoria econômica, Leff (2010b) considera que ela “constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político – como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores do mercado, dos fatores de produção –, gerou um mundo que transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema” (LEFF, 2010b, p. 21).

<sup>28</sup> Sugerimos a leitura de Sauv  (1999); Sorrentino (2002); Carvalho 2004; Guimaraes (2004); Zart (2004); Loureiro (2004; 2006); Oliveira (2005); Sorrentino, Portugal e Viezzer (2009); Loureiro e Torres (2014) Costa e Loureiro (2015); Guimarães e Medeiros (2016).

<sup>29</sup> Em sua Pedagogia do oprimido Paulo Freire (FREIRE, 2004) afirma que na visão bancária da educa o o saber “  uma doa o dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doa o que se funda numa das manifesta es instrumentais da ideologia da opressão – a absolutiza o da ignorância, que constitui o que chamamos de aliena o da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro” (FREIRE, 2004, p. 58).

fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isto implica educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (LEFF, 2001, p. 256).

A partir do que fora apontado pelas/os autoras/es citadas/os, entendemos que para a efetivação desse processo educativo faz-se necessário à promoção intersubjetiva de uma racionalidade que, distinta da instrumental, reconheça na multiplicidade de saberes e de formas de apropriação dos bens ambientais as possibilidades comunitárias de desvelamento, enfrentamento e, portanto, superação coletiva dessa crise. Importa que dessa racionalidade surjam possibilidades de encontros, explicitação de conflitos, disposição à elaboração de consensos e proposição/consecução de acordos comunitários. Desse modo, com vistas à manutenção de todas as formas de vida, Leff (2001), ao tratar da racionalidade ambiental, afirma que ela

reconhece a identidade de cada povo, sua cosmologia seu saber tradicional como parte de suas formas culturais de apropriação de seu patrimônio de recursos naturais. Também se inscreve dentro dos interesses diversos que constituem o campo conflitivo do ambiental. [...] O saber ambiental vai além da ambientalização do conhecimento existente – a internalização de uma “dimensão” ambiental – que viria completar a epopéia da racionalidade científica por alcançar um conhecimento objetivo e unitário da realidade. O saber ambiental transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social. [...] está comprometido com a utopia, através de novas formas de posicionamento dos sujeitos na história face ao conhecimento. [...] não só articula as ciências existentes, mas que forja novas ideologias e teorias que geram novas solidariedades e sentidos, que mobilizam ações sociais orientadas pelos princípios da racionalidade ambiental. [...] produz um diálogo de saberes... (LEFF, 2001, p. 232 - 235)

Por isso, indicamos que a racionalidade ambiental, como proposta por Enrique Leff, seja considerada como *horizonte epistemológico* nos diálogos que objetivem a promoção da participação efetiva dos sujeitos implicados na crise societária contemporânea. Como demonstraremos nos artigos que compõem esta tese, as possibilidades de superação da crise emergirão e/ou podem emergir nos espaços educativos onde as motivações da crise (das situações de opressão) sejam intersubjetivamente identificadas, problematizadas e que as possibilidades de superação sejam coletivamente consensuadas, acordadas e prontamente enfrentadas com vistas a sua superação<sup>30</sup>. Nessa perspectiva, não basta o diagnóstico, há de

---

Diante disso o autor propõe como forma de sua superação, uma educação como prática da liberdade, substantivamente problematizadora “que implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de homens” (ibidem, p. 70).

<sup>30</sup> No que diz respeito à inserção crítica das/os oprimidas/os na realidade, Freire (2004) considera que “o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma

termos o compromisso<sup>31</sup> com as transformações sociais inerentes à superação de tal crise. Para tanto é fundamental que os processos de opressão sejam desvelados intersubjetivamente nos espaços públicos de diálogo. Ao tratar do compromisso transformador da dimensão freiriana e sua relação com a ação política na esfera pública, Layrargues (2014) afirma que

é inescapável a compreensão de que as mudanças estruturantes têm melhores condições de ocorrer por meio da ação política, da luta social, da participação e controle social democrático na esfera pública, *dadas as limitações naturais das soluções de âmbito meramente comportamental na esfera privada da vida doméstica ou profissional* (LAYRARGUES, 2014. p. 9, grifo nosso).

Assim, a educação ambiental que aqui adjetivamos como dialógico-crítica é *antes de tudo um ato político*, fundada no pensamento freiriano, consubstanciada no inarredável compromisso coletivo com a transformação social, com a práxis libertadora. Trata-se, portanto, do processo educativo que se dá nos encontros entre pessoas dispostas ao diálogo igualitário, que reconhecem umas nas outras a condição ontológica de agentes sociais transformadores. Gentes que, a partir de suas diferenças e/ou aproximações socioculturais, permanecem comprometidas com as possibilidades de transformação do mundo que as mediatiza. Quanto aos qualificativos “dialógico” e “crítico”, Logarezzi (2010) considera que

o qualificativo “crítica”, ao ser concebido segundo a proposição freiriana, [...] inclui a denúncia das contradições sociais enquanto base da destruição ambiental, e coloca esta relação como fundamento para a ação de enfrentamento das contradições, sendo ação anunciadora e, portanto, transformadora. [...] Por sua vez, o qualificativo “dialógica” indica, também na concepção freiriana, que no fundamento do processo educativo estão a incompletude humana e a tomada de posição frente ao real, como ontologia e base da educabilidade, e está a assunção do diálogo como capacidade humana mediadora do processo de se educar e de se refazer no mundo e com as outras pessoas; diálogo este que se dá entre sujeitos dispostos à humanização e à coerência entre o que se faz e o que se fala cotidianamente. [...] Tais adjetivos implicam um compromisso que, sobretudo, aposta no diálogo igualitário como principal motor da transformação da realidade, antepondo-se – mas não se contrapondo – à centralidade ocupada pelo trabalho em outras perspectivas teóricas (LOGAREZZI, 2010, p. 14).

Como proposto pelo autor e por decorrência das aproximações teóricas atinentes à racionalidade ambiental acima comentadas, sugerimos também que a educação ambiental

---

transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro” (p. 38). Por isso sustentamos que, se a ação educativa não é neutra, ela encerra em si a vocação de promover ações políticas.

<sup>31</sup> Ao falar sobre compromisso, Freire (1983) afirma que esta seria uma palavra “oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no Plano do concreto” (p. 15). Para Freire, portanto, não há de falar em compromisso sem a promoção da práxis libertadora implicada na ação dialógica. O autor continua, sustentando que “o verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade dos que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em coisas”. [...] “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” [...]. Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e que está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se” (ibidem, p. 17).

dialógico-crítica é diagnóstica, propositiva e enfrentante. *Diagnóstica* porque comprometida com o desvelamento permanente da realidade que mediatiza o contexto experienciado. Desvelamento este que se dá entre sujeitos de direitos e obrigações, dispostos a dialogarem sobre a realidade que os mediatiza, de maneira que seu encontro não se resuma a “conversação”, não objetive somente conhecer tal realidade, mas, além disso, que esse encontro possibilite a coordenação de ações com vistas à promoção de êxitos coletivos. Daí o sentido de ser *propositiva*, porquanto não admite que o resultado cotidiano das reflexões oriundas desses encontros permaneça e/ou seja destinado exclusivamente às prateleiras de bibliotecas etc., mas que o resultado (que jamais se encerra em si mesmo) se traduza diariamente em uma inserção crítica de todas e todos na realidade, que se encarne em uma ação comunicativa (Habermas, 2012a; 2012b), que os dissensos, consensos e acordos formulados sejam diligente e proativamente considerados, que se revertam, portanto em ação política sobre a realidade. É também *enfrentante*, uma vez que, se comprometida com o desvelamento intersubjetivo e crítico da realidade, redundará em novos e permanentes processos de intervenção coletiva nesta.

Como sustentamos no início desta seção, a educação ambiental dialógico-crítica não é neutra<sup>32</sup>, mas uma ação política comprometida com os processos de transformação social. Assim, em um contexto de crise socioambiental em que se demanda por participação social substantiva como forma de superação de tal crise, necessariamente, as demandas suscitadas nesse processo explicitarão as diferenças e as divergências de interesse levantadas nesses processos. Portanto, diante do inédito-viável<sup>33</sup> – das possibilidades de superação – surgem as importantes possibilidades de enfrentamento (já que, nos termos freirianos, não há diálogo entre opressora/or e oprimida/o, possivelmente haverá enfrentamento!). Deste modo, em uma sociedade de classes (FERNANDES, 2009) como a nossa, é importante que a educação ambiental denuncie e promova ações coordenadas de superação a todas as formas de opressão imbricadas nas problemáticas de nosso tempo.

---

<sup>32</sup> Para Freire (1992) “quem fala de neutralidade são precisamente os que temem perder o direito de usar sua ineutralidade em seu favor” (p. 77).

<sup>33</sup> Freire (2004, p. 90-95) considera que o processo de conscientização se inicia com a situação-limite dada e impercebida pela visão de fundo inicial do contexto, passa pelo *inédito viável como sonho produzido que produz ação* e se encerra com o ato-limite transformador, engendrado na práxis social em que se transformam também, e sobretudo, as pessoas do contexto. Desse modo, o inédito viável se constitui em possibilidades concretas de superação das situações de opressão dialógica e criticamente percebidas e destacadas do mundo da vida do contexto em questão. É considerando-o, que os seres humanos, através dos atos-limites (respostas e ações transformadoras), agenciam suas vidas com vistas a superar os constrangimentos impostos à sua liberdade, ao direito de *serem-mais*.

Nesse ínterim, considerando estas contribuições teóricas que tratam de uma educação ambiental transformadora, alinhando-as aos princípios pautados no Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global e, evidentemente, a partir das experiências que tivemos nos diálogos com trabalhadoras e trabalhadores da pesca artesanal no Pantanal de Mato Grosso durante a elaboração dessa tese, compreendemos que a educação ambiental dialógico-crítica tem os seguintes horizontes de reflexão

- a) Reconhece e prioriza o diálogo verdadeiro – que é práxis – condição de humanização, vocação humana. Portanto considera que as possibilidades de superação da crise ambiental residem na participação que se dá de maneira ativa e inteira em tal diálogo; logo é comprometida com a conscientização<sup>34</sup> freiriana.
- b) É também crítica, portanto comprometida com a explicitação das contradições socioambientais implicadas no modo de produção capitalista, que em última análise é responsável pela crise socioambiental.
- c) Tem intencionalidade política fundamentalmente comprometida com as/os oprimidas/os (FREIRE, 2004), por conseguinte, além de denunciar coletivamente as estruturas sociais que tencionam colonizar o mundo da vida (Habermas, 2012a), também procura intersubjetivamente encontrar e apresentar alternativas de enfrentamento e superação das patologias sociais implicadas nesse processo de colonização.
- d) Considera que todas e todos são sujeitos históricos, capazes de linguagem e ação, portanto não haverá “pessoas investigadas” ou “pessoas estudadas”, mas gentes com saberes e vivências diferentes que através do diálogo poderão consensuar e acordar formas de superação das problemáticas econômicas, ambientais, socioculturais etc.
- e) Propõe o reconhecimento da pluralidade de saberes, sejam os conhecimentos acadêmicos ou os saberes de populares, advindos do saber de experiência feito (FREIRE, 2002). Importa que seja garantida, durante o processo educativo, a possibilidade do encontro dialógico entre estas formas de conhecer e agir no mundo. Todas as pessoas são sujeitos no processo de conhecimento/transformação da realidade.
- f) Busca a superação do exclusivismo pretendido pela racionalidade instrumental, promovendo a racionalidade ambiental. Especialmente no que diz respeito à dominação do meio ambiente – aspecto fundante da racionalidade instrumental – importa, portanto que

---

<sup>34</sup> Freire (1980) afirma que “a conscientização é um compromisso histórico. É também *consciência histórica*: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na *relação consciência-mundo*” (p. 26).

as relações dialógicas adstritas ao binômio sociedade/ambiente considerem nas tomadas de decisão interações de complementaridade, generosidade e cuidado.

- g) Concepção de natureza como totalidade a que pertencemos como sujeitos históricos, portanto humanizada, fundada numa práxis capaz de decidir e agir sobre os desígnios da humanidade. Assim, reconhece na vocação humana do diálogo as possibilidades de superação da crise socioambiental.
- h) Compromisso com as pessoas do contexto investigado, em função dos laços de afeto e confiança que necessariamente serão estabelecidos para que de fato as transformações esperadas permaneçam no horizonte das pretensões desse coletivo. É fundamental que educadoras/es assumam de modo aberto o compromisso de *ser* e *estar* inteiras/os na caminhada que se pretende comunitariamente realizar.
- i) Compromisso com o contexto investigado, o qual é encarnado, permanentemente humanizado, portanto o compromisso com ele é também compromisso com os sujeitos implicados nas interações em que se destacam também processos educativos nos termos freirianos. Isso acontece porque as interações dialógicas se darão a partir de um lugar no mundo em que ao ser encarnado torna-se lar, casa, “meu cantinho”, “meu barraco”, “meu rio”, “nosso território”, trata-se de espaço cultural.
- j) Um amoroso cuidado<sup>35</sup>, que emerge do respeito à voz e ao silêncio da/o outra/o. Respeito à humanidade da/o outra/o. Se há respeito verdadeiro, cada gesto, cada movimento, cada escrito, cada olhar, cada propositura, serão tratados com cuidado. Se há respeito, há solicitude, presteza, disposição à escuta, inclusive do que não se diz, mas que *se espera que seja ouvido*. No cuidado há compromisso com o silêncio, especialmente, com o desvelar as causas do silêncio. Como proposto por Boff (1992, 1999, 2000) o cuidado é modo humanizante de se relacionar e promover a vocação humana do *ser-mais*, como caminho de denúncia a toda e qualquer estrutura que objetiva furtar-se à humanidade.

Estas características e/ou concepções gerais também são encontradas em outras abordagens teóricas e respectivas práticas de educação ambiental, algumas delas listadas em Sauv  (2005), Layrargues (2004), Loureiro (2006), Santos e Sato (2006), Ferraro Junior (2005; 2007); Loureiro e Torres (2014), especialmente no seio daquelas que mant m vínculos teórico-metodológicos com a educa o popular freiriana. No que há de comum entre elas, que

---

<sup>35</sup> Diante de uma sociedade da informa o e da comunica o (que fundada em uma racionalidade instrumental promove uma *incomunica o*) BOFF (1999) propõe uma  tica do cuidado, tomando o cuidado como *modo-de-ser-no-mundo*. Para o autor “o cuidado não se opõe ao trabalho, mas lhe confere uma tonalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A rela o não   sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito. Experimentamos os seres como sujeitos, como valores, como símbolos que remetem a uma realidade frontal. A natureza não   muda. Fala e evoca. Emite mensagens de grandeza, beleza, perplexidade e força. O ser humano pode escutar e interpretar esses sinais. Coloca-se ao p  das coisas, junto delas e a elas sente-se unido. *Não existe, co-existe com todos os outros. A rela o não   de domínio sobre, mas de con-vivência. Não   pura interven o, mas inter-a o e comunhão*” (p. 95, grifo nosso).

entendemos importante ressaltar no âmbito do exercício da liberdade com vistas à superação dos processos de desumanização impostos pelo capital, destaca-se a busca da superação da antidialogicidade. Para nós a situação-limite das situações-limites está implicada na antidialogicidade que, em função da racionalidade instrumental, marca as relações interpessoais das sociedades contemporâneas. De um lado é (também) causa das situações-limites objetivas (concretas), e, de outro, obstaculiza os processos de sua superação.

Assim, entendemos ser importante que estas proposições possam ser consideradas e incorporadas à prática das educadoras/es ambientais e das demais pessoas envolvidas nas atividades educativas. Pretendemos, portanto, com essa educação ambiental dialógico-crítica, uma ação política comunitária comprometida com a transformação social.

#### **d.5. Contextualização do objeto de estudo:**

##### **a pesca profissional artesanal**

Como assinalado por Silva (1988), Diegues (2002), Santos e Santos (2005) e Silva (2014), a atividade pesqueira profissional artesanal – principal atividade econômica das pessoas diretamente envolvidas em nossa pesquisa – é uma importante atividade social, econômica e ambiental realizada no Brasil. Tem um papel decisivo para os modos de vida local, fazendo parte da tradição transmitida entre gerações e sendo uma importante fonte de segurança alimentar, geração de trabalho, renda e equidade social. Dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2014) informam que ela é exercida por aproximadamente um milhão de mulheres e homens que, se somados à força de trabalho de seus familiares, chega a 3,5 milhões de pessoas vivendo ou obtendo sua maior renda na atividade; informam ainda que cerca de 45% da produção anual brasileira é proveniente da pesca artesanal e que as/os pescadoras/es estão organizadas/os em 1.200 colônias, 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas.

Até 2008 foi registrado pelo MPA um total de 10,3 mil pescadoras/es profissionais na Bacia do Alto Paraguai, sendo 6,7 mil em Mato Grosso e 3,6 mil em Mato Grosso do Sul. A atividade é exercida em pequena escala e, como verificado no ordenamento pesqueiro, o anzol é o único apetrecho permitido atualmente. O pescado destina-se, principalmente, ao abastecimento da população regional (EMBRAPA, 2012).

Quanto à forma de organização das pescadoras e dos pescadores profissionais artesanais, em Mato Grosso as/os elas/es têm se organizado em colônias<sup>36</sup>, associações<sup>37</sup> e na

---

<sup>36</sup> As Colônias de Pescadores (CP), as Federações Estaduais (FE) e a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) foram reconhecidas, pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos de classe dos trabalhadores do setor



Federação Estadual de Pescadores. Como já dissemos, no município de Cáceres as/os pescadoras/es estão organizadas/os em duas instituições representativas, a Colônia Z-2 e a Appec. A Colônia Z-2 foi criada através da portaria nº 46 da Confederação Nacional dos Pescadores, em 3 de junho de 1982 e possui aproximadamente 580 filiadas/os; e a Appec foi fundada em 30 de julho de 2009 e possui aproximadamente 300 filiadas/os. De acordo com os relatos de várias/os pescadoras/es que foram filiadas/os à Colônia Z-2 e hoje estão na associação, a criação da Appec se deu, em grande medida, em função das divergências internas concernentes a conflitos de interesse das lideranças.

Analisando a conjuntura e as perspectivas da pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Albuquerque (2001) aponta que a pesca é a atividade econômica mais importante para 81% das/os pescadoras/es profissionais artesanais, as/os quais, em sua grande maioria, aprenderam a pescar com seus familiares. Ao tratar do perfil da atividade pesqueira profissional, Catella (2008) afirma que ele

vem se modificando ao longo dos anos em decorrência de novas demandas sociais, geralmente mediadas por *decisões políticas circunstanciais*, visto que, historicamente, não houve a formulação de uma política de pesca consistente, com objetivos claros e definidos em conjunto com os atores da atividade. Essas decisões repercutiram sobre o desembarque pesqueiro e o *bem estar dos atores*. Contudo, a pesca sustentável depende de uma gestão adequada, o que por sua vez requer informações tanto dos aspectos biológicos como sócio-econômicos da atividade (CATELLA, 2008. p. 175, grifos nossos).

Nesse contexto, a partir do que fora identificado, analisado e sugerido por Medeiros (1999), Albuquerque (2001), Catella (2004; 2008); Catella et al. (2008), Da Silva et al. (2008); Vargas et al. (2010); Silva e Sato (2010); Mateus, Vaz e Catella (2011); EMBRAPA (2012); Morais, Ighes e Da Silva (2012) e Pinho et al. (2012), notamos que em função da importância (econômica, social, cultural e ambiental) da prática pesqueira artesanal para estas comunidades, faz-se necessário que pesquisas que versem sobre a pesca profissional artesanal e/ou sobre a pesca de subsistência promovam um processo de aprendizagem dialógico-crítico que, além de identificar as demandas inerentes ao cotidiano da atividade pesqueira artesanal, também possibilitem sua explicitação – no âmbito da esfera pública de tomada decisões –,

---

artesanal da pesca. Cabe às CP, FE e CNP a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. A Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 547, de 2010, estabelece o Cadastro Especial de CP, no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho. As entidades registradas recebem certificado, tornando-se aptas a receber, de seus filiados, a contribuição sindical prevista no art. 579 da Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>37</sup> De acordo o artigo 44, inciso I e artigo 53 da Lei nº 10.406 de 2002 (Código Civil Brasileiro) “as associações são pessoas jurídicas de direito privado” e “são constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

para que de fato processos de gestão socioambiental comprometidos com a realidade dos povos e das comunidades locais sejam implementados.

No âmbito das pesquisas que propõe diálogos com povos e comunidades tradicionais pantaneiras, destacamos os trabalhos pioneiros de Da Silva e Silva (1992; 1995). Em diálogo com as comunidades ribeirinhas pantaneiras às margens do rio Cuiabá, as autoras analisaram as estratégias de vida de pescadoras/es e criadoras/es de gado, no contexto do pulso de inundação; também trataram de temas que dizem respeito aos processos de formulação de políticas de conservação da biodiversidade pantaneira. Já no contexto destas pesquisas essas comunidades denunciavam a postura antidemocrática das/os gestores do estado de Mato Grosso. Nas palavras das autoras

as leis que regulamentam a pesca na piracema, quanto aos equipamentos permitidos e peso do produto pescado, trazem dificuldades de sobrevivência a esta categoria social, sobretudo aos que dependem apenas da captura de pescado. [...] Os pescadores reclamaram muito destas disposições e argumentam que não são eles os culpados pela diminuição dos peixes, porque sempre pescaram racionalmente (DA SILVA; SILVA, 1992, p. 46-47).

Diversos trabalhos têm sido realizados no sentido de identificar a percepção das/os pescadoras/es pantaneiras/os acerca da realidade da pesca no Pantanal de Mato Grosso, entre eles o de Medeiros (1999), que estudou os impactos das questões políticas com incidência no Pantanal de Cáceres (MT) sobre a vida das/dos pescadoras/es, a partir do estudo de caso em que foram ouvidas/os pescadoras/es filiadas/os à Colônia Z-2; Martins (2003), estudando e problematizando a exclusão socioeconômica provocada pelo turismo na população ribeirinha de Cáceres-MT; Lima (2004) estudou o rio Paraguai em Cáceres-MT como elemento educativo; Netto (2006) procurou correlacionar a pesca esportiva e a pesca profissional e as implicações socioambientais das atividades; Bezerra e Oliveira (2011) fazem uma análise da percepção das/os pescadoras/es cadastradas/os na Colônia Z-2 sobre os impactos socioambientais associados à degradação do rio Paraguai, na zona urbana de Cáceres-MT.

Também têm sido realizados trabalhos com abordagem etnobiológica que procuram caracterizar as relações ambientais e educativas no cotidiano da Comunidade Ribeirinha de Porto Brandão, Pantanal de Barão de Melgaço-MT (REIS, 1996); estudos com os pescadoras/es tradicionais da comunidade de Estirão Cumprido (PORTO, 1999); estudos etnoecológicos sobre a fauna e flora na Comunidade de Miguel Velho, Santo Antônio de Leverger-MT (SILVA, 2001); percepção das mudanças naturais e antrópicas no sistema hídrico do Rio Cuiabá na comunidade de Sítio Santa Rita (SIMONI, 2004); estudos do conhecimento ecológico tradicional da pesca pela comunidade Cuiabá Mirim, Barão de Melgaço-MT no Pantanal Mato-grossense (MORAIS, 2006; VIANA, 2008); análise de

grupos de interesse que atuam na região (SILVEIRA; DA SILVA; SIMONI, 2012); (SOUZA, 2008; SOUZA; IRIGARAY, 2008); estudos sobre o trabalho cooperado entre pescadoras e pescadores (ÁVILA, 2011) e trabalhos que propõem diálogos no campo da educação de jovens e adultos e sua relação com a atividade pesqueira como os de (JESUS, 2013) e (LIMA, 2016).

Como arrolado em um de nossos objetivos específicos (seção “e” desta introdução), diante desse quadro visualizamos que podemos contribuir com esta pesquisa no âmbito da produção científica, em especial porque este trabalho tem sido realizado a partir das temáticas significativas identificadas pelas pescadoras e pescadores. Estamos considerando que a colônia e a associação são espaços de práticas sociais onde ocorrem processos educativos, os quais podem ser potencializados em direção a uma educação libertadora que amplie a participação delas/es e conserve a biodiversidade pantaneira na medida em que estes processos são mediados de maneira dialógica.

#### **e. Os caminhos da pesquisa e a explicitação das vozes pantaneiras**

A atividade pesqueira tradicional desenvolvida nessa região do país é contra hegemônica<sup>38</sup>. Apesar de contribuir substantivamente com a manutenção e manifestação da cultura tradicional pantaneira e de ser fonte de renda e de proteína tanto para as/os pescadoras/es como para a população residente nos bairros periféricos do município, essas/es pescadoras/es tradicionais afirmam que são (des)tratadas/os como invisíveis pelo poder público.

Diante disso, há entre elas/es – haja visto o desrespeito institucional e das lutas passadas e presentes – um sentimento crescente de resistência e de enfrentamento às ações de mercado que objetivam, por exemplo, retirá-las/os de seus territórios tradicionais de pesca. Há no interior das comunidades tradicionais pesqueiras envolvidas nessa pesquisa, movimentos solidários internos que irrompem resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Nesse movimento solidário e enfrentante, elas e eles assumem permanentemente *sua identidade de pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os* – e reclamam pelos direitos implicados nessa condição social –, como também evocam o conjunto de garantias legais a que *sua categoria profissional tem direito*. Nesse contexto, trabalhamos nesta pesquisa perseguindo os seguintes objetivos:

---

<sup>38</sup> Nos termos gramscianos (GRUPPI, 1978), como será densamente demonstrado nessa pesquisa, há um movimento contra hegemônico nos enfrentamentos cotidianos empreendidos pelas/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que trata da defesa de seus territórios de pesca e de sua cultura.

- I. *geral*: contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal em Cáceres no Pantanal de Mato Grosso, a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es, de modo a promover, simultaneamente, processo de formação dialógico-crítica com aquelas pessoas, sobretudo a partir e a respeito de seus contextos.
- II. *específicos*:
  - a) identificar, a partir de suas vozes, as principais políticas públicas de pesca e de conservação de peixes no Pantanal de Mato Grosso que influenciam o cotidiano das/os pescadoras/es, bem como as estratégias de organização e de participação praticadas contemporaneamente;
  - b) identificar as dimensões obstaculizadoras e as transformadoras que interferem na conservação da diversidade biológica de peixes, na cultura tradicional pantaneira de pesca e na participação comunicativa das/os pescadoras/es profissionais artesanais;
  - c) potencializar, a partir do diálogo igualitário, o processo de aprendizagem das/os pescadoras/es, em um processo de participação comunicativa;
  - d) contribuir com uma nova metodologia para os estudos com comunidades de pescadoras/es profissionais artesanais, dentro de uma abordagem comunicativo-crítica, oportunizando a busca por emancipação a partir da participação comunicativa;
  - e) delinear e pôr em prática estratégias de participação comunicativa e de mobilização social de pescadoras/es profissionais artesanais em busca da dignidade e valorização da pessoa humana e da conservação da biodiversidade pantaneira.

A fim de alcançar dialogicamente esses objetivos tomamos como base as questões de pesquisa abaixo indicadas.

- I. De acordo com as aspirações apresentadas pelas/os pescadoras/es profissionais artesanais, quais são as principais políticas públicas de pesca e de conservação da biodiversidade de peixes que interferem em seu cotidiano?
- II. Quais processos educativos ocorrem nas práticas sociais da colônia e da associação de pescadoras/es profissionais artesanais?
- III. Como os processos de participação comunicativa, empreendidos nestes locais durante a pesquisa, entendidos como processos educativos libertadores, podem contribuir com a conservação da biodiversidade de peixes e no exercício da participação efetiva?

Diante disso e a partir das vozes que a entreteceram, essa pesquisa de educação ambiental percorreu (ainda percorre, porque se pressupõe permanentemente inacabada) um caminho metodológico que permitiu ao grupo de pessoas participantes, além de dar visibilidade aos modos de vida e formas sustentadas de uso dos bens e serviços ambientais; também identificar os elementos que obstaculizam os processos de libertação e viabilizar ações de enfrentamento e superação das situações-limites em que vivem cotidianamente implicadas.

### e.1. Metodologia comunicativo-crítica

A metodologia comunicativo-crítica – MCC (GÓMEZ et al., 2006) é fundamentalmente comprometida com a transformação social; trata-se de uma metodologia fundada na práxis libertadora. Para tanto, além de levar em consideração os sistemas e suas estruturas, o mundo da vida e a ação humana, não fica circunscrita em conhecer e interpretar essa realidade – para sobre ela somente simplesmente opinar –, antes propõe o desvelamento coletivo desta realidade com vistas à formulação de consensos e acordos comunitários que objetivem a superação das formas de opressão.

A metodologia é comunicativa porque “supera a dicotomia objeto/sujeito mediante a categoria da intersubjetividade e crítica (em consistência com a metodologia sociocrítica) porque parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas e da sociedade” (GÓMEZ et al., 2006, p. 12, tradução nossa). A metodologia propõe diálogo permanente e igualitário entre as/os pesquisadoras/es e as demais pessoas envolvidas nas atividades (GÓMEZ; PUIGVERT; FLECHA, 2011); pretende que, na pesquisa e em seus desdobramentos, seja estabelecida uma democracia dialógica e propositiva (FLECHA; SOLER, 2014). Para tanto está fundada nos seguintes postulados:

#### *Universalidade da linguagem e da ação*

Todas as pessoas são capazes de comunicar-se e de agir. Como apresentado por Habermas (2012a; 2012b) a linguagem e a ação são capacidades inerentes aos seres humanos, portanto, atributos universais. É no uso livre e consciente dessas capacidades que os seres humanos atuam nos processos de descolonização do mundo da vida, aspecto este fundante neste trabalho. Como apontado por Gómez et al. (2006) essa compreensão é decisiva para a metodologia comunicativo-crítica, portanto também para esta pesquisa, pois sinaliza a importância e conseqüente influência da *cultura* e dos *processos históricos* nos espaços comunicativos, afirmando que “não há culturas superiores, mas sim diferentes” (p. 42).

Nessa perspectiva, é determinante ressaltar a relevância da concepção freiriana de práxis; para o pensamento freiriano trata-se da teoria do fazer. Nela não há dualidade entre o momento da reflexão e o momento da ação, pelo contrário “*ação e reflexão se dão simultaneamente*” (FREIRE, 2004. p. 125). Nesse sentido a MCC propõe que o permanente estar sendo da ação investigativa seja um processo contínuo de coordenação de ações com vistas a desvelar as situações-limites presentes na realidade mediatizadora, para, então, buscar o êxito coletivo, impresso no inédito-viável freiriano.

*As pessoas são agentes sociais transformadoras*

Como apontado por Gómez et al. (2006) algumas teorias – como as sistêmicas, as estruturalistas e as pós-estruturalistas – predestinam os seres humanos à reprodução fatalista da vida social. Argumentam que a reprodução da vida social é uma ação funcional dos sistemas e de suas estruturas. Diante disso, negam aos seres humanos a liberdade de agirem propositadamente para a transformação de suas realidades, de deliberarem sobre suas vidas.

Ao contrário disso, a MCC, fundada em grande medida nos pensamentos freiriano e habermasiano, sustenta que todas as pessoas são agentes sociais transformadores. Que todas/os, em função de sua capacidade de comunicar e de agir podem dialogar e intersubjetivamente desvelar a realidade que as/os mediatiza, seja a realidade objetiva ou a social. Desse modo, para esta metodologia não há pessoas investigadas. Investigam-se, dialógica e criticamente os temas e os contextos sobre os quais os sujeitos diretamente implicados pretendam dialogar.

*Racionalidade comunicativa*

Como pretendido por Habermas (2012a; 2012b) a racionalidade comunicativa considera o uso da linguagem como meio de diálogo e do entendimento. O autor introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Para o autor, é a partir do entendimento linguístico que as pessoas participantes da pesquisa – sujeitos capazes de linguagem e ação – coordenam seus atos através de um agir comunicativo pautado nas pretensões de validade (de verdade, de retitude e de veracidade), visando a coordenação de ações coletivas e a superação das situações problemáticas. Valoriza-se, portanto o melhor argumento, não a imposição de ideias que geralmente objetivam o êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar de uma determinação conceitual dos enunciados que pretendam ser racionais, Habermas (2012a) sugere que

se atribua a racionalidade de uma exteriorização à sua disposição de sofrer críticas e à sua capacidade de se fundamentar . [...] quanto melhor se puder fundamentar a pretensão de eficiência ou de verdade proposicional associada a elas, tanto mais racionais elas serão (HABERMAS, 2012a, p. 34).

É nessa perspectiva que este postulado, alinhado aos demais, procura garantir que as interações sejam sempre simétricas e colaborativas, não ocorram por meio da imposição de ideias, mas sugere que o entendimento linguístico seja o caminho da coordenação da ação.

### *Sentido Comum*

Como metodologia fundada na *práxis* (FREIRE, 2004) a MCC propõe que todas as pessoas envolvidas nos processos investigativos conheçam e se comprometam com contexto sociocultural acerca do qual se pretende dialogar. Gómez et al. (2006) afirma que “*o sentido subjetivo depende da experiência de vida e da consciência das pessoas, e normalmente se forma dentro do próprio contexto cultural*” (p. 43). Assim, a metodologia indica que todas as pessoas envolvidas na pesquisa estejam dispostas a interagir dialogicamente com a realidade que mediatiza as relações.

Há de se conhecer a temática significativa, há de tê-la de fato como relevante; somente assim ocorrerá comprometimento e disposição ao diálogo e a possíveis enfrentamentos. Tanto os sujeitos diretamente implicados no contexto da pesquisa, quanto o conjunto de pesquisadoras/es e demais colaboradoras/es envolvidas/os devem agir com compromisso e autenticidade. Sobre estas/es últimas/os Fals Borda (1984) afirma que

nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e cientistas como tais, *sem que seja preciso que se disfarcem* como camponeses ou operários de origem. Têm apenas que demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua própria disciplina [...] (FALS BORDA, 1984, p. 49-50, grifo nosso).

Não há, diante disso, de se desconsiderar as responsabilidades e as diferenças socioculturais de cada pessoa envolvida na pesquisa. Pesquisadoras/es continuarão tendo suas responsabilidades acadêmicas e as demais pessoas envolvidas contribuição igualmente com o conhecimento popular, que emerge de suas experiências. Entretanto o *sentido comum* direciona a pesquisa – por ser também processo educativo que gera conhecimento – na direção de desvelar intersubjetivamente a realidade, objetivando transformá-la.

### *Inexistência de hierarquia interpretativa*

Para Gómez et al. (2006) não há hierarquia entre os pressupostos interpretativos apresentados pelas/os pesquisadoras/es e as/os demais envolvidas/os na pesquisa. Portanto, todas as pessoas têm capacidade para interpretar e deliberar sobre suas vidas e contextos sociais acerca dos quais estiverem dialogando.

Ao tratar da conscientização, que é *inserção crítica* das pessoas na realidade, Freire (2004) considera que esse processo não é uma doação de quem pretenda interpretar e/ou pensar *por* elas. O autor sustenta que “quanto mais as massas desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem”

nela criticamente” (p.40). Não se concebe, portanto proprietárias/os de chaves hermenêuticas e exegéticas; aqui o desvelar é feito *com* elas/es, em processo dialético, amoroso e respeitoso.

#### *Mesmo nível epistemológico*

Como apontado por Gómez et al. (2006), este postulado é uma continuação natural do postulado que trata da inexistência de hierarquias interpretativas. Sendo assim, em todas as fases da pesquisa a/o pesquisadora/or deverá – indiscutivelmente – procurar a participação ativa de todas as pessoas envolvidas no contexto investigado. Desde o delineamento da pesquisa, identificação de temas, interpretação dos dados e proposições de ações, em todas essas fases as pessoas deverão participar conscientemente.

Na esteira desse processo há de se explicitar, a partir das vozes de todas/os, as contradições e os possíveis caminhos de superação das situações-limites que forem identificadas. A produção do *conhecimento libertador* e a inadiável e conseqüente proposição de ações que visem romper com a dicotomia opressor/oprimido, não podem ocorrer a partir da deliberação unilateral, pessoal, subjetiva de quem quer que seja. Ao contrário disso, como sinalizou Freire (2004. p. 102) “quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando”. Portanto não há desnível epistemológico porque há compromisso com o diálogo que é condição ontológica, portanto fundamento da humanização.

#### *Conhecimento dialógico*

O diálogo verdadeiro, que é práxis, é central na formulação do conhecimento dialógico. Trata-se do conhecimento que surge no encontro entre pessoas dispostas a pronunciar o mundo, a partir do mundo que as mediatiza. Diferentemente dos paradigmas positivista e subjetivista, a perspectiva comunicativo-crítica propõe superar a dualidade sujeito/objeto através da categoria intersubjetividade e da capacidade de reflexão e autorreflexão dos sujeitos (GÓMEZ, et al. 2006). Nessa perspectiva o conhecimento se dá na interação que ocorre entre sujeitos livres, capazes de linguagem e ação; entendemos que isso somente pode ocorrer dentro de um campo dialogal fundamentalmente alicerçado nas pretensões de validade e não de poder. Nesta pesquisa propusemos estabelecer encontros dialógicos em que saberes acadêmicos, de responsabilidade dos pesquisadores (e demais colaboradoras/es), e o conhecimento tradicional pantaneiro, consubstanciado nos *saberes de*



*experiência feito* (FREIRE, 2002) das pescadoras e dos pescadores tradicionais pantaneiros<sup>39</sup>, viessem a ser respeitosamente apresentados e discutidos com vistas a produzir coletivamente um conhecimento dialógico a respeito dos temas de interesse do contexto. Sobre esse saber, entretecido na memória coletiva dessas pessoas, e a respeito de qual deve ser nosso compromisso e nossa postura, Freire (2002) afirma, como educador, que é preciso

ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar o seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (FREIRE, 2002, p. 32, grifos do autor).

Portanto, como apontado por Freire (2004) o diálogo “fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é transcendental e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta” (p. 16). Por isso diálogo é encontro, mais do que encontro que ocorre entre duas ou mais pessoas, ele é condição ontológica de nosso permanente processo de humanização. Nessa perspectiva, tamanha é a importância da intersubjetividade na ação dialógica que Freire (2004), ao tratar do compromisso com a transformação social, afirma que “essa teoria porque é revolucionária, não é possível falar em ator, no singular, nem em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação” (p. 126). Conhecimento dialógico é, portanto, saber que se produz na práxis, com envolvimento e interação propositada, com consciência de inacabamento ontológico, com compromisso e respeito à pluralidade de vozes<sup>40</sup> existentes nos contextos investigados, consciência de que todas e todos são sujeitos no processo gnosiológico.

Da mesma forma, Flecha (1997) apresenta os princípios da aprendizagem dialógica que devem se fazer presentes na pesquisa: diálogo igualitário, inteligência cultural,

<sup>39</sup> Diegues (2005) ao tratar da sociobiodiversidade e sua relação com ações educativas e as políticas públicas de conservação afirma que “o Brasil é também um país de megadiversidade sócio-cultural, representada por 215 povos indígenas diferentes, com mais de 170 línguas diversas, além de uma dezena de populações tradicionais, fruto da miscigenação entre índios, colonizadores e negros, com línguas e quase-dialetos distintos (caipira, caiçara, sertanejo, caboclos, ribeirinhos, entre outros)” (p. 307). Diante disso, para fins de promoção de políticas públicas de conservação dessa riqueza sociocultural, o autor sinaliza para a urgência do necessário encontro entre os saberes acadêmicos e os saberes dos povos e comunidades tradicionais. Para ele “o que se propõe é uma cooperação orgânica entre o conhecimento e práticas científicas e do conhecimento tradicional no estudo e manejo da biodiversidade. Para tanto, é preciso, antes de tudo, se reconhecer a existência de sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais, de se perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência” (p. 311).

<sup>40</sup> Ao tratar da necessidade de superação das hierarquias, Freire (2004) afirma que nas relações dialógicas o “educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado. [...]. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com* as liberdades e não *contra* elas” (FREIRE, 2004, p. 68, grifo do autor).

transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças. Tanto os postulados da MCC, quanto os elementos essenciais do diálogo verdadeiro, também estes princípios consideram a centralidade do diálogo nas possibilidades de transformação social.

Assim sendo, a MCC, como metodologia de pesquisa que objetiva a transformação social, está fundamentada em postulados e princípios que procuram garantir a participação plena de todas as pessoas envolvidas na pesquisa, de modo a não replicar na pesquisa os processos de opressão e conseqüente colonização do mundo da vida, característicos de paradigmas que coisificam os seres humanos. Enfim – com base nos postulados em comento – nesta metodologia considera-se respeitosamente a voz de todas/os as/os envolvidas/os no processo investigativo, de modo a não haver desnível epistemológico e nem hierarquia interpretativa entre participantes de diferentes inserções sociais/culturais. Com isso, distinguem-se os papéis de *pesquisadora/or acadêmica/o* e de pesquisadoras/es do contexto da pesquisa, ou popular, cujo encontro potencializa a produção do conhecimento dialógico, em que a elaboração teórica e a vivência prática interagem dialógica e dialeticamente, resultando numa práxis transformadora comprometida com os desafios aportados pelas pessoas do contexto, redundando ainda na perspectiva de coletivamente se fazerem sujeitos históricos. Destaca-se que a distinção entre esses papéis não implica a admissão daquele desnível ou daquela hierarquia. Na verdade, implica maior rigor na produção do conhecimento, na medida em que se aliam sistematização teórica acadêmica e contextualização prática popular.

## **e.2. A orientação comunicativa: dos diálogos iniciais**

### **à propositura e acompanhamento das ações**

Como vimos, a metodologia comunicativo-crítica valoriza a interação, o encontro, a disposição dialógica de pronunciar a vida – sua propositura é uma ação político-pedagógica. Para isso, prevê que a *orientação comunicativa* seja sempre considerada tanto na escolha e no uso das técnicas de coletas de informação – que podem ser quantitativas e/ou qualitativas –, quanto no processo de análise dos dados. Para tanto é fundamental que os postulados implicados na metodologia sejam permanentemente buscados em todas as etapas da pesquisa. Habermas (2012b) afirma que o agir comunicativo, como o pretendido pela MCC, depende

de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo; mesmo que no ato de sua comunicação ele consiga *ênfatizar* respectivamente *apenas um* dos três componentes (HABERMAS, 2012b, p. 221, grifo do autor).

Desse modo, a/o pesquisadora/or deve esforçar-se no sentido de garantir que a *relação* entre ela/ele e as/os demais sujeitos seja dialógica, que nela não paire a ideologia da neutralidade científica, bem como não devem existir as hierarquias interpretativas e os desníveis epistemológicos. Cada pessoa, como sujeito histórico que é, terá direito de voz e ação em todas as etapas da pesquisa. Sendo assim, a relação deve ser baseada na reflexão intersubjetiva, na disposição em falar livre e criticamente sobre a vida. Será, portanto no encontro – porque amoroso – que as pessoas atribuirão sentidos que tenham por objetivo superar as situações-limites por elas identificadas e por elas escolhidas como prioridade. Para a consecução dessa pesquisa utilizamos levantamento documental, revisão bibliográfica, observação comunicativa, entrevista e grupos de discussão comunicativos.

e.2.1. *A identificação da temática significativa: sensibilidade, amizade e confiança como fundamentos*

Como discorri acima, meus diálogos com comunidades de pescadoras/es tradicionais têm ocorrido desde minha juventude – na convivência diária com elas/es no rio e nos córregos de Cáceres – entretanto, comecei a notar os processos de opressão e conseqüente dilapidação sociocultural quando servidor público, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres, período em que trabalhei como técnico em agropecuária na zona rural. A partir dessa vivência, meu interesse em trabalhar com estas comunidades sempre esteve fundado na compreensão de que há uma *intencionalidade educativa enfrentante* em parte significativa dos processos educativos decorrentes das práticas sociais que se desenvolvem no interior desses grupos. Por exemplo, ao ensinar solidariamente a/o filha/o ou uma/um companheira/o de trabalho sobre as técnicas tradicionais de pesca a serem desenvolvidas em uma determinada região, concomitantemente elas/es também já compartilham as estratégias de manutenção do território e formas de enfrentamentos às ameaças e dificuldades cotidianas. Há evidentemente uma intencionalidade intrínseca nesses processos educativos e esta pesquisa procurou dialogicamente identificar tais processos, problematizá-los e potencializá-los.

Gómez et al. (2006 p. 57) afirmam que “toda investigação se inicia com a identificação, delimitação e valoração de um tema ou questão de investigação que inquieta e preocupa os sujeitos” da pesquisa. Portanto, nosso envolvimento anterior com estas pessoas foi fundamental para que pudéssemos nos aproximar do que é proposto pela metodologia, que prevê que os sujeitos da pesquisa devem participar de todas as fases do projeto – da identificação dos temas de pesquisa, da análise, divulgação das análises e propositura de ações.

Para isso, além de mantermos um campo dialogal comum em que já compartilhávamos as expectativas da categoria, durante o ano de 2014 realizamos 6 encontros institucionais com lideranças das/os pescadoras/es profissionais artesanais do município de Cáceres-MT. Estes encontros tiveram como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa, enfatizar a importância da participação delas/es em todas as fases do projeto e identificar, formalmente, qual era a *temática significativa* (FREIRE, 1980. p. 30) de interesse da categoria. Nestes primeiros diálogos, tanto as lideranças da Colônia Z-2 quanto as lideranças da Appec apontaram que os dois principais temas a serem dialogados diziam respeito à *participação da categoria nos processos políticos, tanto internos quanto externos*; também, enfatizaram a necessidade de aprofundarmos os diálogos *sobre a conservação da biodiversidade de peixes*, já que a manutenção do estoque pesqueiro é uma condição fundamental para a continuidade da atividade.

Diante disso, durante o processo de elaboração do projeto, validamos e consensuamos com as representações das entidades que trabalharíamos com estes temas. Ocorre que, no início da observação comunicativa, nos foi apresentado outro tema de igual importância para a categoria. Este tema diz *respeito ao exercício da atividade profissional artesanal*. Durante três dias, enquanto acompanhávamos a reforma (comunitária e artesanal) da embarcação do pescador Bagre Cabeçudo, tivemos a oportunidade de durante este período dialogar com elas/eles sobre a importância da solidariedade e da generosidade para superar a falta de logística e infraestrutura da colônia. Também problematizamos a questão da ausência do Estado com políticas de fomento e incentivo para a aquisição/fabricação de novas embarcações e equipamentos que facilitariam o desenvolvimento daquela atividade específica. Na ocasião, à sombra do pé de seriguela, a pescadora Beija flor, que também iria reformar sua embarcação nos próximos dias, fez a seguinte fala:

*se não fosse a amizade desses caras, eu e meu companheiro não teríamos condições de retornar para o rio agora na abertura. Nós temos muito interesse em participar dessas reuniões que [...], mas temos muitas dificuldades. Eu tenho que me virar aqui na reforma dessa lanchinha porque não tem apoio nenhum do governo nem de ninguém, são somente os companheiros que dão essa mão para a gente.* Beija Flor

Além de Beija Flor, compartilharam esses momentos várias/os pescadoras/es, entre elas/es, algumas pessoas que estão participando ativamente de outros momentos de nossa pesquisa. Elas e eles falaram longamente sobre os elementos obstaculizadores ao exercício livre<sup>41</sup> da atividade pesqueira, como, por exemplo: o avanço do agronegócio – plantio de soja

---

<sup>41</sup> Curimatá falou da perda da liberdade relativa à navegação de barcas: *eu queria continuar tendo liberdade para sentir o cheiro do Pantanal, como eu sempre senti, queria continuar tendo a liberdade que sempre tive,*

nas proximidades do rio Paraguai; a ação de atravessadoras/es; a atuação, muitas vezes truculenta, da fiscalização; as dificuldades de acesso a políticas de fomento e, também, sobre a falta de expectativa sobre o futuro da profissão. Naquela ocasião afirmaram categoricamente que não queriam que suas filhas e filhos, netas e netos fossem pescadoras/es profissionais em função, principalmente, do sofrimento da atividade e da falta de apoio estatal.

Diante destas falas, no intervalo, enquanto nos preparávamos para descer ao rio o barco de Bagre Cabeçudo, apresentei a proposta de inserirmos em nosso roteiro da observação comunicativa a questão dos desafios enfrentados pela categoria para o desenvolvimento da atividade pesqueira a um grupo de três pescadoras e oito pescadores. Todas e todos consideraram a proposta pertinente. O pescador Piapara, por exemplo, disse que *“uma coisa está junta com a outra, quando os pescadores falarem das nossas dificuldades eles vão falar dessas coisas de política e do problema desse veneno da soja que vai acabar com o peixe”*. O pescador Bagre Cabeçudo destacou que: *nossas dificuldades são muito grandes, mas nós amamos o que nós fazemos, eu pesco nesse pantanalzão tem mais de 30 anos e essas dificuldades não vão fazer eu e minha velha pararmos*. Lambari afirmou que: *ser pantaneiro é ser guerreiro, não temos apoio de ninguém, eles só vêm aqui para pedir voto e nada mais*.

Diante disso, dialogamos sobre este entendimento com parte das diretorias da Colônia Z-2 e da Appec. Após dialogarmos sobre os encaminhamentos feitos pelo grupo, elas/es manifestaram que a inserção de mais um tema contribuiria para a pesquisa e encaminhamentos futuros. A partir de então, tanto na observação comunicativa quanto nas demais técnicas de coleta de dados, dialogamos sobre a seguinte temática significativa: a) exercício da pesca profissional artesanal, b) participação nas ações políticas da Colônia Z-2 e da Appec e nos processos de formulação das políticas públicas de pesca e c) conservação da biodiversidade de peixes.

#### *e.2.2. A observação comunicativa*

Como proposto por Gómez (2006, p. 83-87) a observação comunicativa é uma estratégia de coleta de informações que permite a quem investiga presenciar de maneira direta o contexto estudado, portanto convivendo com as demais pessoas envolvidas na pesquisa. Considerando a centralidade do *diálogo verdadeiro* – condição primária para a observância dos postulados metodológicos sobre os quais já discorremos – durante a realização dessa técnica a/o pesquisadora/or e as demais pessoas “compartilham significados e interpretações

---

*mas as embarcações que vão transportar essa soja já roubaram minha liberdade uma vez e agora vão roubar de novo.*

sobre as ações, habilidades, atitudes etc. nas atividades da vida cotidiana” (p. 87). As/os participantes estão, portanto, em plano de igualdade, os significados são atribuídos dialogicamente, a partir das interações.

A partir do roteiro (apêndice 3) validado pelas diretorias das entidades, a observação comunicativa foi realizada em 69 dias entre os períodos matutino, vespertino e noturno, distribuídos nos meses de dezembro de 2014 a março de 2015. Neste período dialogamos com 71 profissionais da pesca artesanal filiadas/os à Colônia Z-2 e à Appec. As informações provenientes deste período foram registradas em cadernos de campo e posteriormente categorizadas, analisadas e validadas em diálogos individuais e com grupos de pescadoras/es vinculados às duas agremiações em três reuniões realizadas em abril de 2015. Foi nesse período que identificamos a maioria das pessoas que compartilhariam suas experiências nas entrevistas e nos grupos de discussão comunicativos.

### *e.2.3. As entrevistas em profundidade*

Como previsto por Gómez et al. (2006), assim como na realização de outras técnicas, também nas entrevistas em profundidade (MINAYO, 2012) não deve haver assimetria entre pesquisadora/os e as demais pessoas envolvidas na pesquisa. Com um roteiro (apêndice 4) elaborado a partir do que consensuamos durante a observação comunicativa, entrevistamos 40 pessoas, sendo 8 pescadoras filiadas à Colônia Z-2 e 6 pescadoras filiadas à Appec; 20 pescadores filiados à Colônia Z-2 e 6 pescadores filiados à Appec. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e validadas.

Tivemos em média três encontros com cada um/uma das/os participantes para validar cada entrevista. Elas ocorreram na sede das entidades, nos acampamentos e barracos, nas praças, nas residências das/os pescadoras/es. Foi um processo longo, calmo, dialógico, amoroso; em função do tempo e da disposição demandados, somente ocorreu porque estávamos entre pessoas comprometidas com o processo sobre o qual encontrávamos debruçados. Além de lermos, na íntegra, a transcrição, também identificamos dialogicamente – para cada um dos três temas significativos – as dimensões obstaculizadoras e transformadoras, como pretendido pela metodologia comunicativo-crítica.

### *e.2.4. Os grupos de discussão comunicativos*

Como descrito por Gómez, et al. (2006) os grupos de discussão comunicativos são espaços importantes para confrontar a subjetividade individual com a do grupo. Desse modo, espera-se colocar em contato diferentes vivências, perspectivas, experiências, pontos de vista.

A autora e os autores também afirmam que o grupo de discussão comunicativo é importante para que se possa

descrever e compreender as percepções sobre uma determinada situação, um programa ou um acontecimento, sendo seu objetivo principal obter informações exaustivas sobre as necessidades, os interesses e as preocupações de um determinado grupo social. (GÓMEZ, et al., 2006. p. 81 )

Pretende-se, portanto, sem negar os conflitos intrínsecos ao contexto investigado, identificar dialogicamente consensos possíveis para transformar a realidade social. Os encontros não são somente diagnósticos, mas, além disso, são problematizadores e propositivos. A partir do diálogo igualitário, a/o pesquisadora/or – tendo em conta o saber acadêmico –, e as demais pessoas – com o saber popular (no caso dessa pesquisa o saber tradicional pantaneiro) –, contrastam respeitosamente suas opiniões objetivando anunciar as potencialidades próprias dos processos educativos decorrentes das práticas sociais que se estuda, igualmente de denunciar e enfrentar os processos de colonização do mundo da vida a que os sujeitos estejam sendo submetidos.

A partir da temática significativa (FREIRE, 1980; 1996; 2004), sobre a qual estivemos dialogando no decorrer da pesquisa, identificamos conjuntamente *temas mais específicos* sobre os quais poderíamos tratar dialogicamente nestes grupos. Para tanto, durante os anos de 2015 e 2016, foram criados quatro grupos de discussão comunicativos a partir dos quais abordamos os seguintes temas: a) registro de saberes tradicionais e inclusão de sua história nos currículos das escolas municipais, b) a política municipal de pesca, c) a questão territorial: participação no processo de discussão sobre o plano de manejo da Estação Ecológica de Taiaimã no Pantanal e a demanda pela criação de uma unidade de conservação de uso sustentável e d) áreas de uso restrito sob o olhar das/os pescadoras/es profissionais artesanais – subsídios ao Cadastro ambiental rural (CAR). Cada grupo tinha em média 7 pessoas. Além do pesquisador e das/os demais colaboradas/es (educadoras/es populares, servidoras/es públicos), participaram de forma *permanente* destes grupos 16 profissionais da pesca artesanal, sendo 10 pescadores e 6 pescadoras, distribuídas/os entre as duas entidades de representação. Ressalte-se que algumas/uns pescadoras/es participaram ativamente dos quatro grupos.

Além das reuniões realizadas entre as/os participantes permanentes dos grupos, sempre estiveram conosco outras/os pescadoras/es – inclusive de municípios vizinhos. Diante disso, para garantir a dialogicidade desejada, no início de *todos* os encontros, além de

contextualizarmos a pesquisa, também discorríamos sobre os elementos essenciais ao diálogo apresentados por Freire (2004)<sup>42</sup>.

*e.2.5. A análise dos dados: dissensos, consensos, acordos e os encaminhamentos possíveis*

Como já fora dito, assim como nas demais fases da pesquisa, também na análise dos dados procuramos garantir a igualdade das relações. Como não seria diferente, os postulados da metodologia comunicativo-crítica devem ser diariamente retomados e considerados. Como proposto por Gómez et al. (2006), na análise dos dados as reflexões e as interpretações são realizadas de maneira compartilhada, cabendo à/ao pesquisadora/or, além de sistematizar as informações, cooperar com o conhecimento científico e às demais pessoas envolvidas compartilharem seus saberes populares, reforçando o diálogo igualitário como elemento chave na análise das informações.

Ao colocar o diálogo igualitário como elemento chave também para a análise das informações, a MCC rompe com o “exclusivismo” do conhecimento científico – pretendido na modernidade – predominante na sociedade capitalista e propõe, como alternativa, a formulação comunitária do conhecimento dialógico. Trata-se, então, do rompimento com um paradigma de racionalidade, com uma forma de fazer ciência, com uma maneira de se relacionar com as pessoas, de se pronunciar no mundo.

Como pretendido nos postulados que consideram todas as pessoas como *agentes sociais transformadores e capazes de linguagem e ação*, a metodologia comunicativo-crítica busca a transformação social. Braga, Gabassa e Mello (2010) afirmam que, não obstante a metodologia considerar as contribuições da fenomenologia de Shutz (1979), da etnometodologia de Garfinkel (1967) e da hermenêutica de Geertz (1990), a MCC, além de ter seus próprios postulados e organização, coloca “especial ênfase nas interações e no diálogo que têm lugar na vida social, centrando-se nas dimensões sociais que provocam a exclusão e as que levam à inclusão” (BRAGA; GABASSA; MELLO, 2010, p. 71).

Fundada no conceito de aprendizagem dialógica, a metodologia possui componentes de análise próprios: a) as dimensões obstaculizadoras (que dizem respeito às barreiras que

---

<sup>42</sup> Para as transcrições, nos esforçamos em seguir as orientações de Whitaker et al. (2002). Ao tratarmos do respeito à cultura da mulher e do homem rural, as autoras e os autores consideram que “respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. Como nossos diálogos na observação comunicativa, nos grupos de discussão comunicativos e na validação das entrevistas não foram gravados, as notas e respectivas análises estão arroladas em nossos cadernos de campo. Ressalte-se ainda que, todas as transcrições – sejam as oriundas das gravações das entrevistas ou das notas dos cadernos de campo – foram validadas com as/os participantes da pesquisa em um processo longo de leitura e interpretação densamente comprometido com o referencial teórico-metodológico da pesquisa.



impedem a transformação, portanto servem a processos de colonização do mundo da vida) e b) as dimensões transformadoras (que mostram as formas de superar tais barreiras, portanto que servem a processos de resistência e enfrentamento à colonização); também os tipos de manifestação do discurso: interpretação espontânea, interpretação reflexiva e as interações (GÓMEZ, et al. 2006, p. 95-97). Entretanto, em função dos objetivos de nossa pesquisa, para este trabalho utilizamos como componentes de análise as dimensões obstaculizadoras e as transformadoras.

A fim de garantir a organização e respectiva análise conjunta dos dados, ao longo da pesquisa, as informações foram sendo diariamente registradas em diários de campo e organizadas em matrizes de análise (GÓMEZ et al., 2006, p. 100-104) dispostas em temas, categorias, subcategorias e dimensões. Como se verá nos artigos foram elaboradas três matrizes de análise, uma para cada tema central da pesquisa. Cada uma delas foi utilizada exaustivamente durante nossas atividades. Como se notará, esses dados são de natureza complexa e foram sistematizados em quadros baseados no exemplo do esquema proposto no quadro 1 (esta foi a matriz de análise que utilizamos para dialogar sobre a participação). Essa complexidade implica alguma imprecisão ou ambivalência da localização de certos dados nas células do quadro. Contudo nos esforçamos para, em diálogo com cada participante, localizar em suas falas elementos que possam ser identificados de acordo com temas acerca dos quais dialogávamos, com as categorias mundo da vida e sistema, com as subcategorias sujeito, Colônia Z-2/ Appec, Estado e mercado e, por fim, com as dimensões obstaculizadora e transformadora, que se cruzam nas respectivas células, como as indicadas no exemplo abaixo.

**Quadro 1 – Exemplo de sistematização temática dos dados.**

<b>Dimensões</b>	<b>Tema, categorias e subcategorias</b>			
	Participação nos processos políticos internos e externos (P)			
	Mundo da vida (M)	Sistema (S)		
	Sujeito	Representação: Colônia Z-2 / Appec	Estado	Mercado
<b>Obstaculizadora (O)</b>	POMs	POSr	POSe	POSm
<b>Transformadora (T)</b>	PTMs	PTSr	PTSe	PTSm

**Legenda:** P = Participação nos processos políticos internos e externos; M = Mundo da vida; S = Sistema; O = Obstaculizadora; T = Transformadora; s = Sujeito; r = representação; e = estado; m = mercado. A primeira letra da sigla se refere ao tema (P), a segunda à dimensão (O ou T), a terceira à categoria (M ou S) e a quarta à subcategoria (s, r, e ou m).

## Referências da parte I

- AGOSTINHO, A. A.; JÚLIO Jr., H. F. Peixes da Bacia do Alto Rio Paraná. In: Lowe-McConnell, R. H. *Estudos de comunidades de peixes tropicais*. EDUSP, p. 374-350, 1999.
- ALBUQUERQUE, F. F. *Pesca no Mato Grosso do Sul: regulamentação e sustentabilidade*. 2001. 100 p. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília, 2001.
- ALVES, R. *Da esperança*. Campinas: Papirus, 1987.
- ARENHART, N. MUNIZ, C. C. *Monitoramento reprodutivo de peixes reofilicos da bacia do Alto Paraguai: 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011*. Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso. CFRP, 2011. 27 p.
- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico em la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.
- ÁVILA, G. R. P. T. de. *Viabilidade socioambiental do cooperativismo no setor de pesca profissional na baixada cuiabana*. Tese de doutorado. 86 f. Programa de pós-graduação em ecologia e recursos naturais. São Carlos: UFSCar, 2011.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001. p. 205-236.
- BEZERRA, D. O. S.; OLIVEIRA, H. T. Impactos- socioambientais no Rio Paraguai, Cáceres, Mato Grosso, Brasil – Percepção dos pescadores da Colônia Z – 2. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 4, p. 957-973, 2011.
- BOFF, L. *A águia e a galinha*. Uma metáfora da condição humana. 45 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Ética da Vida*. 2 ed. Brasília: Letra Viva, 2000.
- BRAGA, F. M.; GABASSA, V.; MELLO, R. R. *Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito para todos(as)*. Coleção UAB - UFSCar. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO (Org). *Pesquisa Participante*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 9-16.
- \_\_\_\_\_. LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, jan. /jul., 2012.
- BRASIL. *Decreto nº 5.051*, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm)>. Acesso em: 08/04/2015
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.040* de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 06/09/2013

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.959*, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em 12/06/2014

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.795* de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em 04/08/2015.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. In: *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. v. 1, 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CATELLA, A. C. *A pesca no Pantanal sul: a situação atual e perspectiva*. Corumbá: Embrapa Pantanal – MS, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC48.pdf>>. Acesso em: 24/07/2015

\_\_\_\_\_. *A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994-1999)*. Manaus. 351 f. Tese de Doutorado. INPA. 2001.

\_\_\_\_\_. *A Pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 48 p.

\_\_\_\_\_. MASCARENHAS, R. O. ALBUQUERQUE, S. P. ALBUQUERQUE, F. F. THEODODO, E. R. M. Sistemas de estatísticas pesqueiras no Pantanal, Brasil: aspectos técnicos e políticos. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences*. n. 3. v. 3. p. 174 – 192, 2008.

CATELLA, A.C. et al. Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal. Corumbá, MS: *Embrapa Pantanal*. Documentos. 2012. 3p. Disponível em: <[http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf)>. Acesso em: 10/06/2013

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.

COSTA, C. A. S.; LOUREIRO, C. F. B. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* (Online), v. 10, p. 180-200, 2015.

DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *Estratégia de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense: relatório preliminar*. São Paulo: NUPAUB, 1992.

\_\_\_\_\_. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

\_\_\_\_\_. VIANA, I. G.; PINHO, C. S.; GALDINO, Y. S. N.; BANDEIRA, A. F. Comunidades Tradicionais Pantaneiras. In: SANTOS, J. E. dos; GALBIATI, C. (Org.). *Gestão e Educação Ambiental: Água Biodiversidade e Cultura*. 1ed. São Carlos: RiMa Editora, 2008, v. 01, p. 320-338.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. NUPAUB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mitos e realidades sobre pescadores artesanais. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil*. Série Trabalhos e Estudos, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001b. p. 97-124.

\_\_\_\_\_. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 305-312.

EMBRAPA. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*, 2012. Disponível em: <[http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf)>. Acesso em 10/06/2013.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO (Org.) *Pesquisa Participante*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 42-62.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v.1. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v.2. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2007.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

FLECHA, R.; GÓMEZ; J. PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós, 2001.

\_\_\_\_\_. SOLER, M. Communicative Methodology: Successful actions and dialogic democracy. *Current Sociology* 62(2), 2014, p. 232-242.

FREIRE, P. *Conscientização*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. O Papel da Educação na Humanização. *Revista Paz e Terra*, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF\\_OPF\\_01\\_0003.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF_OPF_01_0003.pdf)  
Acesso em: 20/10/2014

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de formação integral dos trabalhadores In: COSTA, H. da; CONCEIÇÃO, M. *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63 - 71.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Nueva York: Prentice-Hall, 1967.

GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 1990.

GODELIER, M. *Horizons, trapets marxistes en anthropologie*. Paris: Maspero. 1973.

\_\_\_\_\_. *L'Idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés*. Fayard, 1984.

GOMEZ, A.; PUIGVERT, L.; FLECHA, R. Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research Critical. *Qualitative Inquiry* 17(3), 2011, p. 235-245.

\_\_\_\_\_. SILES, G.; TEJEDOR, M. Contribuyendo a la transformación social a través de la metodología comunicativa de investigación. *Qualitative Research in Education*, v. 1, n. 1, p. 36-57, 2012.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 25-34, 2004.

GUIMARÃES, M.; MEDEIROS, H. Q. Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 1, p. 50-67, 2016.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de soluções. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA A. de C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP NUPALB, 2001.

JESUS, K. P. C. de. *Pescadores em Processo de Alfabetização no PROEJA FIC Pesca: Representações Sociais das Transformações na Vida e no Trabalho a partir do contato com a*

Escola Formal. 2013. 157 f. Dissertação (Curso de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, 2013.

LAYRARGUES, P. P. (Re) Conhecendo a educação ambiental brasileira. IN: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004, p. 7-9.

\_\_\_\_\_. A dimensão freireana na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. TORRES, J. R. (Org.). *Educação Ambiental. Dialogando com Paulo Freire*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 7-12.

\_\_\_\_\_. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E. *Discursos Sustentáveis*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia Ambiental*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Pensar a complexidade ambiental*. In: LEFF, E. (Org.). *A Complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Saber ambiental*. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, A. M. *Um estudo com pescadores pantaneiros de Cáceres – Mato Grosso: o rio Paraguai como elemento educativo*. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

\_\_\_\_\_. *Um estudo com pescadores pantaneiros de Cáceres – Mato Grosso: o rio Paraguai como elemento educativo*. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33ª, 2010, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental em resíduo: o foco da abordagem. In: LOGAREZZI, A. J. M.; CINQUENTTI, H. C. S. (Org.). *Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos: Edufscar, 2007. p. 119 -144.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 13-51.

\_\_\_\_\_. TORRES, J. R. (Org.). *Educação Ambiental. Dialogando com Paulo Freire*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, v. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINS, C. C. C. *A exclusão sócio-econômica provocada pelo turismo na população ribeirinha de Cáceres - MT*. 2003. (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local e Regional) - Departamento de Geografia. UNEMT, 2003.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano São Paulo: Boitempo, 2007.

MATEUS, L. A. F.; VAZ, M. M.; CATELLA, A. C. Fishery and fishing resources in the Pantanal. In: JUNK, W. J. et al. (Eds.). *The Pantanal: Ecology, biodiversity and sustainable management of a large neotropical seasonal wetland*. First ed. Sofia-Moscow: Pensoft, 2011. p. 621-647.

MATO GROSSO. *Lei nº 8.830* de 11 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <[http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei\\_4702.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_4702.pdf)>. Acesso em 08/09/2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.096* de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=133482>> Acesso em 09/10/2015.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

MILARÉ, E. *Direito do Ambiente*. A gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. glossário. 7 ed. rev. atual. ref. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 61-77.

MORAIS, F. F. de.; IGNES, J. R.; DA SILVA, C. J. Uma abordagem etnobiológica da Comunidade Estirão Cumprido, entorno do sistema de baías Chacororé – Sinhá Mariana. In: DA SILVA, C. J. SIMONI, J. (Org.). *Água, biodiversidade e cultura no Pantanal*. Estudos ecológicos dos sistemas de baías Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 155-168.

MORAIS, R. F. *Conhecimento ecológico tradicional da pesca pela comunidade Cuiabá Mirim – Barão De Melgaço, Pantanal Mato-grossense*. 2006. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFMT, Cuiabá – MT 2006.

NETTO, S. L. *Pesca profissional versus pesca esportiva: suas diferenças e semelhanças no Pantanal Mato-grossense, Brasil*. 2006. 47f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

\_\_\_\_\_. MATEUS, L. A. de F. Comparação entre a pesca profissional – artesanal e pesca amadora no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 35(3): 373 -

387, 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/35\_3\_373-387.pdf >. Acesso em 06/06/2014.

OLIVEIRA, H. T. Transdisciplinaridade. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v.1. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005. p. 335-344.

PETROVIC, G. Práxis. In: BOTTOMORE (Editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 460 - 465.

PINHO, C. R. S.; DA SILVA, C. J.; SOUZA, S. C.; IRIGARAY, C. T. J. H. As comunidades tradicionais pantaneiras no contexto da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. In: DA SILVA, C. J. SIMONI, J. (Org.). *Água, biodiversidade e cultura no Pantanal*. Estudos ecológicos do sistemas de baias Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 207 - 220.

PORTO, R. A. *Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental da Pesca no Pantanal de Barão de Melgaço, Mato Grosso: Um Estudo de Caso*, 1999. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFMT) Cuiabá –MT, 1999.

REIS, S. L. A. *As Relações Ambientais e Educativas no Cotidiano da Comunidade Ribeirinha de Porto Brandão, Pantanal de Barão de Melgaço – MT*. 1996. Dissertação apresentada ao Programa Integrado de Pós-graduação do Instituto de Educação da UFMT, Pública, Cuiabá-MT, 1996.

RIBAS, J. *Conhecimento ecológico tradicional da pesca pelos pescadores da comunidade de Estirão Comprido, Barão de Melgaço, Pantanal Mato-grossense, MT*. 2008. Dissertação de mestrado (Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

SANTOS, G. M. dos; SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, J. E. dos; SATO, M. (Org.) *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. 3 ed. São Carlos: Rima, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SATO, M. *Educação ambiental*. São Carlos, Rima, 2003.

SAUVÉ, L. La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco educativo de referencia integrador. *Tópicos*, v. 1, n. 2, p. 7-27, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma cartografia de corrientes em educación ambiental. In: SATO, M. CARVALHO, I: (Org.). 2004. *A pesquisa em educação ambiental: cartografias de uma identidade narrativa em formação*. Porto Alegre: Artmed. 2005.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, A. *Pesca artesanal brasileira*. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, G. A. M. *Estudo Etnoecológico da Comunidade de Miguel Velho – Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso*. 2001. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFMT, Cuiabá-MT, 2001.



SILVA, J. A. da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2005

SILVA, L. G. *Os pescadores na história do Brasil*. Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso–Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 261-281, 2010.

SILVEIRA, J. M. F. DA SILVA, C. J. SIMONI, J. Identificação e caracterização dos grupos sociais (stakeholders) no Sistema de Baías Chacororé - Sinhá Mariana. In: Da SILVA, C. J.; SIMONE, J. S. (Org). *Água Biodiversidade e cultura do Pantanal*. Cáceres: Ed. Unemat, 2012.

SIMONI, J. S. *Percepção das Mudanças Naturais e Antrópicas, por uma Comunidade Ribeirinha no Sistema Hídrico do Rio Cuiabá, Mato Grosso*, 2004. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas), Instituto de Biociências da UFMT, Cuiabá-MT, 2004.

SORRENTINO, M. De Tbilissi a Thessalonik: a educação ambiental no Brasil. In: Quintas, J. S.(Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2002.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; VIEZZER, M. A educação de jovens e adultos à luz do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis responsabilidade global. *La Piragua - Revista Latinoamericana de Educación y Política*, n. 29, p. 93-108, 2009.

\_\_\_\_\_. et al. Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para a educação ambiental. In: SORRENTINO, M. (Org.) *Educação Ambiental e Políticas Públicas. Conceitos, Fundamentos*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2013. p. 21-62.

SOUZA, S. C. de. *Proteção jurídica do Pantanal: a construção do marco regulatório no estado de Mato Grosso*. 2008. 205 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, 2008.

\_\_\_\_\_. IRIGARAY, C. T. J. H. Comentários à lei de gestão do Pantanal de Mato Grosso. *Amazônia Legal*, v. 2, n. 4, p. 41-59, 2008.

\_\_\_\_\_. IRIGARAY, C.T. J. H. A Lei de gestão da Bacia do Alto Paraguai: a participação dos grupos de interesse na formulação do marco legal no Pantanal de Mato de Grosso. In: IRIGARAY, C.T.J.H. (Org.) *Tutela Jurídica do Pantanal Mato-grossense*. 2017 // no prelo.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros, 2017c.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. *Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais*, 2017a. // no prelo

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso, 2017.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M.; PINHO, C. R. S.; COSTA, R. O. Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica, 2016d.

TOURAINÉ, A. *¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Madrid, PPC Editorial, 1997

VARGAS, R. D.; LIMA, R. P.; MARQUES, D. K. S.; SANTOS, R. A. C. P. Manejo e Gestão dos Recursos Pesqueiros. In: *Pesca e Piscicultura no Pantanal: O produtor pergunta, a Embrapa responde*. Editores Técnicos: MARQUES, D. K. S.; MORAES, A. S. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília – DF, 2010. p 38-49.

VIANA, I. G. *Rio Cuiabá: espaço de vida da Comunidade de Cuiabá Mirim, Pantanal Mato-grossense*. 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, Cáceres: 2008.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, p. 115-120, 2002.

ZART, L. L.. A educação ambiental como proposta de superação da instrumentalização do desenvolvimento. In: ZART, L. *Educação ambiental crítica: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada*. Cáceres-MT: Unemat Editora, 2004, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *Educação ambiental crítica: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada*. Cáceres-MT: Unemat Editora, 2004.

## Parte II: ARTIGOS

**Primeiro artigo** – *Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais* (SOUZA; LORAREZZI, 2017a).

Trata dos processos educativos transformadores adstritos à prática da pesca tradicional realizados no município de Cáceres e região. Foi submetido à revista *Ambiente & Educação*.

**Segundo artigo** – *Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso* (SOUZA; LORAREZZI, 2017b).

Trata da participação dessas pessoas tanto nos processos de tomada de decisão das entidades de representação, quanto da formulação das políticas públicas de pesca. Este artigo foi submetido à revista *Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

**Terceiro artigo** – *A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros em Cáceres-MT* (SOUZA; LORAREZZI, 2017c).

Este artigo discorre sobre os saberes tradicionais e a conservação da biodiversidade de peixes na região de Cáceres-MT. Aqui apresentamos a importância dos saberes de experiência feito das/os pantaneiras/os para a conservação da biodiversidade, bem como tratamos do interesse dessas pessoas em participar dos processos de formulação de políticas públicas de conservação da biodiversidade de peixes na região.

**Quarto artigo** – *Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica* (SOUZA; LOGAREZZI; PINHO; COSTA, 2017).

Para a elaboração desse texto, além de mim e de meu orientador, também cooperaram com a redação a educadora popular Cláudia Regina de Sala Pinho – representante dos povos e comunidades tradicionais pantaneiras na Comissão nacional de povos e comunidades tradicionais –, também o educador popular Rogério Oliveira Costa – analista ambiental do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. Neste texto, além de retomar a reflexão teórico-metodológica que nos orientou em todas as etapas dessa pesquisa, também, discorremos sobre os desdobramentos da pesquisa e a participação das pessoas nesses processos.

**Quinto artigo.** *O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas* (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d).

Na esteira do que contextualizamos teórica e metodologicamente nos demais artigos, neste, faremos uma reflexão teórica sobre a Educação ambiental dialógico – crítica. Também trataremos do papel do trabalho na constituição de sujeitos humanos diante das imposições restritivas ao exercício da busca por uma libertação que contemple suas possibilidades ontológicas.

## Artigo I

### **Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais**

**Silvano Carmo de Souza**

Professor do IFMT Campus Cáceres - Olegário Baldo. Mestre em Ciências Ambientais. Doutorando em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade - Educação Ambiental.

**Amadeu José Montagnini Logarezzi**

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar  
Pós-doutorado em sociologia - UFSCar  
Coordenador do grupo de estudo e pesquisa em educação ambiental (Gepea / UFSCar)

Artigo submetido para a Revista Ambiente & Educação

Formatado conforme diretrizes às/aos autoras/es conforme link

<https://www.seer.furg.br/ambeduc/about/submissions#authorGuidelines>



Reunião realizada na Colônia Z-2 com o Grupo de discussão comunicativo que tratou do Registro de saberes

## **Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais<sup>43</sup>**

**Resumo:** nesta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica realizada no Pantanal em Cáceres-MT dialogamos, durante dois anos, com pescadoras/es tradicionais. A partir do referencial teórico-metodológico freiriano e habermasiano, objetivamos identificar e problematizar quais são os elementos obstaculizadores (processos de colonização do mundo da vida) e transformadores (processos de resistência e enfrentamento à colonização) que dizem respeito à prática da pesca profissional artesanal. Identificamos, dialogicamente, que decorrem destas práticas sociais pantaneiras processos educativos libertadores, de anúncio e denúncia permanentes, fundados em uma solidariedade interna, característica da ética tradicional ribeirinha pantaneira. Também, notamos que pesquisas de educação ambiental embasadas em valores, práticas e conceitos dialógico-críticos potencializam a coordenação de ações.

**Palavras-chave:** Educação ambiental dialógico-crítica. Educação ambiental no Pantanal. Educação ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal. Aprendizagem dialógica. Metodologia comunicativo-crítica.

## **Environmental education dialogical-critical with traditional communities at Pantanal of Mato Grosso: The facing and solidarity in the social practices**

**Abstract:** This research of environmental education dialogical- critical realized at Pantanal in Cáceres-MT. We dialogued throughout two years with traditional fishermen and fisherwomen. From the referential methodological-theoretical based on Freire and Habermas theories. We objectify to identify and problematize which are the obstacles elements (colonization process of world of life) and transformers (resistence and confrontation process against colonization) that say about professional artisanal fishing practice. We identified dialogically that elapse of this local social practices educational processes liberating, of announcement and permanent denunciations, established on internal solidarity, feature of traditional ethic of ribeirinha pantaneira (Pantanal natives). We also observed that researches of environmental education based on values, practices and dialogical - critical concepts intend to potentize the coordination of actions.

**Keywords:** Environmental education dialogical-critical. Environmental education at Pantanal. Environmental education. Dialogical learning. Communicative-critical methodology

---

<sup>43</sup> Este artigo foi elaborado no contexto de exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. A tese de doutorado da qual ele faz parte é composta de cinco artigos alinhavados entre si. Este trata dos processos educativos transformadores na prática da pesca tradicional; o segundo da participação das pescadoras/es na formulação das políticas públicas de pesca (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b); o terceiro, discorre sobre os saberes tradicionais e a conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c); o quarto, apresenta os encaminhamentos e demais proposituras oriundas desta pesquisa que tratam das políticas públicas atinentes à pesca tradicional (SOUZA, et al. 2017); e o quinto apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação ambiental dialógico – crítica e sobre o trabalho como condição ontológica dos seres humanos nos contextos de luta por libertação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d).

## Introdução

No Pantanal de Mato Grosso as comunidades tradicionais pesqueiras geram benefícios para toda a sociedade. Isso ocorre tendo em vista promoverem a manutenção da sociobiodiversidade pantaneira, através de modos próprios de ser, fazer e se relacionar com o ambiente em que compartilham seu mundo da vida. O exercício da pesca profissional artesanal é uma atividade contra hegemônica<sup>44</sup>, pois, através da defesa da cultura tradicional pantaneira<sup>45</sup>, enfrenta diariamente os interesses dos projetos políticos neoliberais, a exemplo do avanço do agronegócio – monocultura, latifúndios e agrotóxicos – e da implantação de usinas hidrelétricas – de pequeno, médio e grande porte – nos rios da Bacia do Alto Paraguai.

A pesca profissional artesanal, como será demonstrado nesse artigo, é essencialmente caracterizada por seu aspecto cultural. A tradição, materializada especialmente nos instrumentos e técnicas de pesca, representa uma expressão fundamental dos processos educativos intrínsecos às práticas sociais dessas comunidades. Em grande medida, há nesses processos educativos uma *intencionalidade educativa enfrentante* que, em função da defesa de sua cultura pesqueira artesanal denuncia a *inação propositada do estado* e as *intromissões do capital*. As/os pescadoras/es<sup>46</sup> tradicionais têm nesse conhecimento tradicional, entretido em sua memória coletiva, uma de suas principais fontes de informação, manutenção de sua cultura tradicional (DIEGUES, 2001) e conservação da biodiversidade. Seu cotidiano é caracterizado pela resistência e luta pela manutenção de seus territórios de pesca e da proteção do patrimônio cultural material e imaterial.

A atividade pesqueira profissional artesanal é desenvolvida por pescadoras/es vinculadas/os a duas entidades: a Colônia Z-2 e a Associação de Pescadores Profissionais de

---

<sup>44</sup> Nos termos gramischianos (GRUPPI, 1978), entendemos que há um movimento contra hegemônico nos enfrentamentos cotidianos empreendidos pelas/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, especialmente, no que trata da defesa de seus territórios de pesca e cultura.

<sup>45</sup> Diegues (2001) considera que, a partir de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais, como a cultura tradicional ribeirinha das/os pescadoras/es pantaneiras/os, “estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (p.82).

<sup>46</sup> Freire (2015) em “Pedagogia da esperança” desculpa-se com as mulheres por seus textos antigos e defende a ruptura da dominância do gênero masculino na língua portuguesa. Neste sentido, optamos por utilizar uma linguagem não sexista nesta pesquisa e neste texto, repercutindo um novo discurso democrático que vem se construindo nas últimas décadas nesse sentido. De acordo com o autor, “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo... a relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas” (p. 94-95).

Cáceres – Appec. São aproximadamente 580 filiadas/os à colônia e 300 filiadas/os à Appec. Em grande medida, esta atividade é desenvolvida de forma artesanal e ocorre majoritariamente no rio Paraguai e em seus afluentes (SOUZA, 2017). Nesta região a pesca é uma importante atividade humana, seja para subsistência, lazer ou econômica. Diferente da pesca de subsistência – que não permite a comercialização –, a/o pescadora/or profissional artesanal vende o seu pescado, que tem como destino principalmente o abastecimento da população local e regional. Apesar de muitas/os comercializarem o pescado em suas residências – numa rede de solidariedade elaborada há décadas – ainda assim, a comercialização é praticada, expressivamente, por atravessadoras/es.

Além de conhecer os melhores locais de pesca, a maioria dessas/es pessoas, ainda, possui seus barcos e/ou canoas, tabuados, remos, rabetas etc. Somado a isso, em função de seus saberes de experiências feitas (FREIRE, 2002), muitas/os delas/as dominam a arte da confecção de diversos apetrechos. Esse contexto de prática social (OLIVEIRA, et al. 2009) oportuniza o desenrolar de um processo educativo de fato transformador, pois o conhecimento do ambiente, a posse desses instrumentos e o domínio dessas artes lhes confere autonomia para, pelos menos em parte, decidirem suas vidas diante das ameaças que diariamente lhes sobrevêm.

Dialogando, então, sobre as práticas sociais pantaneiras e os processos educativos decorrentes, objetivamos identificar, em diálogo com pescadoras/es tradicionais, quais são os elementos obstaculizadores (que servem a processos de colonização do mundo da vida) e os elementos transformadores (que servem a processos de resistência e enfrentamento à colonização) que dizem respeito à prática da pesca profissional artesanal. Portanto, trataremos, neste artigo, dos processos educativos de enfrentamento e resistência que ocorrem nas práticas sociais pantaneiras, considerando, para tanto, as vozes das/os pescadoras/es profissionais<sup>47</sup> filiadas/os às duas entidades de representação sediadas no município de Cáceres-MT.

---

<sup>47</sup> Pescadoras/es profissionais artesanais são aqui identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*, assim como na tese intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais”, como resultado de processo dialógico detalhado na referida tese (SOUZA, 2017, p. 19).

## 1. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa

### 1.1. *Sociedade da informação e o giro dialógico no Pantanal de Mato Grosso*

*Depois dessas nossas conversas o fiscal precisa me falar onde é que está escrito que eu não posso mais fazer isso ou aquilo [...]. Curimbatá<sup>48</sup>*

As mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea têm demonstrado que, após os anos de 1970, esta sociedade tem se apresentado com diferentes denominações, tais como sociedade da informação, sociedade do conhecimento e sociedade do risco (GÓMEZ et al. 2006). Para a autora e os autores,

em qualquer caso, estas diferentes concepções de sociedade compartilham um denominador comum, *o diálogo*, que se constitui uma nova categoria social inerente às relações sociais, influenciando em todos os âmbitos, tanto no econômico e político como no pessoal, familiar e social (GÓMEZ et al., 2006, p. 11-12, grifo e tradução nossa).

As formulações teóricas propostas por Castells (2005, v.1), somadas às contribuições elaboradas pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade<sup>49</sup> (Crea) da Universidade de Barcelona e pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos, nos mostram que a partir de então a informação passa a ser elemento central nas relações humanas, sejam elas educacionais, trabalhistas, comerciais, políticas etc. e, também, tem implicações geopolíticas, tanto no âmbito local, regional – como acontece no Pantanal de Mato Grosso –, quanto no global, inaugurando um novo paradigma societário, o da sociedade da informação.

Diante disso, grupos de interesses diversos, especialmente os envolvidos em conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017), como as pessoas com quem dialogamos, tendem a concentrar seus esforços na busca e no processamento de informações com vistas a atender seus pleitos socioculturais. Se, por um lado, setores de mercado capitalista impõem suas demandas, inclusive ocupando todas as instâncias do Estado – Judiciário, Executivo, Legislativo e o Ministério Público –, por outro, setores populares se articulam em movimentos não institucionalizados e/ou através de pessoas jurídicas de direito privado com fins de se oporem às condições de opressão às quais são submetidas/os. Ao tomarem conhecimento de seus direitos e deveres, aquelas/es que eram/são tidas/os como *seres menos* pelo projeto societário

<sup>48</sup> Consensuamos, durante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, que as/os pescadoras/es serão identificadas/os por codinomes. A maioria delas/es escolheu nomes de animais e plantas do Pantanal.

<sup>49</sup> A partir de 2015 “Community of Research on Excellence for All” (Comunidade de investigação de excelência para todos) conforme sítio da instituição <http://crea.ub.edu/index/about/?lang=es>



capitalista, além de ter a oportunidade de decidir sobre suas vidas, passam, do mesmo modo, a questionar de forma consistente as arbitrariedades cometidas pelo capital.

Há evidenciado, portanto, um giro dialógico (AUBERT et al., 2008, p. 33), a partir do qual as pessoas se informam e criticamente desvelam e analisam sua realidade. Diante desse processo passam, então, a questionar contratos, convenções e tratados, duvidar das imposições dogmáticas e da rigidez do pensamento (GADOTI, 2003, p. 16-23), questionar a burocratização e a instrumentação dos ambientes de aprendizagem pelas elites (GUTIERREZ, 1988, p. 17 - 46) e a problematizar o distanciamento das políticas públicas de sua realidade (FREIRE; NOGUEIRA, 1989). Portanto, como apontado por Flecha, Gómez e Puigvert (2001), o giro dialógico tem repercussão na vida cotidiana das pessoas – na relação entre familiares, amigas/os, trabalhadoras/es e empregadoras/es – e, além disso, tem oportunizado uma maior participação daquelas/es que tradicionalmente tiveram seu direito de dizer e de agir cerceado. Desse modo, em função do giro dialógico presente nos contextos de interação das/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, como verificado por Souza e Logarezzi (2017b), importa que espaços/momentos de democracia deliberativa<sup>50</sup> sejam promovidos, tanto para tratarem de assuntos internos (referentes às deliberações das entidades de representação) quanto para tratarem de temas atinentes às políticas públicas de pesca.

---

<sup>50</sup> Ao tratar da democracia a partir da teoria do agir comunicativo, Habermas (1997) afirma que o “processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (p. 18). Após retomar alguns aspectos teóricos atinentes ao processo democrático, tanto na perspectiva liberal quanto na perspectiva republicana, o autor afirma que a “teoria do discurso [do agir comunicativo] assimila elementos de ambos os lados, integrando-os no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão. Esse processo democrático estabelece um nexos interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discurso da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais e equitativos” (ibidem, p. 19). Para tanto, Habermas sustenta que a “teoria do discurso conta com a *intersubjetividade de processos de entendimento*, situada num nível superior, os quais se realizam através de procedimentos democráticos ou na rede comunicacional de esferas públicas políticas” (ibidem, p. 21-22, grifo nosso). Assim, por exemplo, as formas de aferimento das vontades populares *não podem ser resumidas ao sufrágio*, que em grande medida acabam por redundar em uma representação passiva e descomprometida com as demandas concretas/diárias da coletividade. Mas supera essa concepção de participação, suscitando e valorizando a promoção de espaços/momentos diferenciados de participação, onde as pessoas possam apresentar e dialogar sobre suas demandas particulares e coletivas; também reivindica que as decisões devem ser precedidas por debates, diálogos que deverão/poderão ocorrer tanto nos espaços institucionalizados (legislativos, p. ex.) como também em reuniões, conselhos, encontros etc. Há, portanto, a necessária *inclusão verdadeira* (inserção comunitária que se faz de forma crítica e não como resultado da doação e/ou do favor de quem quer que seja) de diferentes vozes nos processos de formulação de políticas a serem empreendidas na esfera pública. Para tanto é importante que nestes ambientes de participação todas e todos tenham direito a voz (que não haja imposição de ideias), sendo também fundamental que a participação seja racionalmente motivada, a fim de que estes ambientes e as ações deles resultantes sejam, de fato, mais reflexivos, respeitosos e justos. Para fins de aprofundamento sobre a democracia deliberativa sugerimos a leitura de Avritzer (2000), Faria (2000), Werle; Melo (2007) e Luchmann (2002).

## 1.2. A ação dialógica no Pantanal de Mato grosso: os elementos essenciais ao diálogo

Freire e Shor (2001) consideram que o diálogo é parte da natureza histórica dos seres humanos. Para os autores, o “diálogo *sela* o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade” (p. 122-123). Para eles o diálogo é, portanto, nossa condição ontológica, uma vocação humana.

Ao tratar das interações que os seres humanos estabelecem com a realidade, que se dá na materialidade histórica, Freire (1996) afirma que,

a partir das relações [da mulher e] do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. [...] Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1996, p. 51).

Assim, o que o educador está nos ensinando é que somos *seres da ação, inacabados/os*, gentes que se humanizam e humanizam o mundo permanentemente através da interação propositada que se dá na relação sociedade/ambiente. É, portanto através dessa relação consciente e crítica *com o mundo* que os seres humanos vão fazendo história, vão significando, ressignificando e transformando sua condição de seres que possuem capacidade deliberativa. Capacidade de decidir sobre si e sobre o mundo.

Diferentemente dos outros seres, que não deliberam sobre suas vidas, os seres humanos, livres da clausura do destino implicado no instinto, têm consciência de inacabamento, de inconclusão e agem para *serem mais*. Como dito por Freire (1983), “o cão e a árvore também são inacabados, mas [a mulher e] o homem se sabe inacabado e por isso se educa” (p. 27). Essa consciência da capacidade deliberativa, de autorreflexão, também é consciência de que, diferentes dos demais seres, que estão *no mundo*, nós estamos *com o mundo*, nos relacionamos com o mundo. E podemos nele interferir, ou para o bem da coletividade, ou para o mal da coletividade: nós criamos e recriamos o mundo enquanto produto cultural que é.

Assim, sobre essa maneira de interferir no mundo, de nos relacionar com o mundo, de pronunciá-lo, portanto de transformá-lo, o pensamento freiriano denuncia toda e qualquer forma de opressão, dominação, exploração, manipulação. Entretanto não se imobiliza perante a *causa da denúncia*; pelo contrário disso, propõe a ação dialógica como atitude de superação dos processos de desumanização. O autor afirma que a humanização e a desumanização são possibilidades inscritas em nossa consciência de inconclusão, entretanto, alega que “se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação humana”

(FREIRE, 2004, p. 30). A ação dialógica propõe desvelar a realidade com vistas à promoção de processos de humanização, enxerga no diálogo um caminho possível na busca do *ser-mais*.

Nesse contexto o autor considera que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (p. 78). Por isso, o diálogo como vocação ontológica dos seres humanos “é uma exigência existencial” (p. 79). Diante dessa condição para humanização, ao tratar do *ser dialógico*, no contexto de um humanismo verdadeiro, Freire (1992) afirma que

ser dialógico é não invadir, e não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens falsos “seres para si”. [...] O diálogo é encontro amoroso [das mulheres e] dos homens que mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos[as]” (FREIRE, 1992, p. 43).

Assim, considera que toda *ação dialógica* ocorre em um lugar no mundo, um lugar no qual (e/ou nos quais), em nosso permanente devenir, *vamos sendo dialógicos* em nossa humanidade de ser. Lugar onde o ser humano encarnado e historicizado estabelece relações, tem suas crenças, ama, educa, realiza trabalho<sup>51</sup>, lugar, portanto transformado em território<sup>52</sup>, espaço cultural. Nesta pesquisa, este lugar no mundo, é uma região pesqueira localizada no Pantanal de Mato grosso, a pesca tradicional aqui mencionada é realizada nas *águas pantaneiras*. Com base no pensamento freiriano, ao tratar da vocação ontológica dos seres humanos, que se se humanizam também na interação sociedade/ambiente, Souza (2017) afirma que

para os demais seres o Pantanal é suporte. Nele os seres vivos não humanos imprimem seu instinto, mas não deliberam sobre suas aptidões inatas, são adaptativos em seu esforço de autoafirmarem-se como os seres que são, por meio das interações em que se desenvolvem e se reproduzem, no ambiente em que estão. Seres humanos, ao contrário, realizam trabalho, produzem cultura, não permanecem

---

<sup>51</sup> Em A ideologia alemã (1845/1846), ao tratarem da existência humana e sua relação com a materialidade histórica, Marx e Engels (2007) afirmam que “o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza” (p. 87). Partindo da análise dessa interação os autores consideram ainda que “pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (idem). Nessa acepção, como apontado por Souza (2017) trabalho é, portanto, “condição ontológica social dos seres humanos. É no trabalho que os humanos tomam consciência de sua existência interativa no mundo; é no trabalho, portanto que esse mundo, ao ser dialeticamente percebido/apropriado, deixa de ser suporte (como é para os demais seres vivos) para ser território onde ocorre mutuamente a produção intelectual e material da vida” (p. 26, grifo do autor).

<sup>52</sup> Para Milton Santos “o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8, grifo do autor).

no instinto; seu esforço de autoafirmação dos seres que são vai muito além do adaptativo ao meio e às interações nele disponíveis (SOUZA, 2017, p. 25-26).

O Pantanal, deste modo, *compõe* o mundo da vida (HABERMAS, 2012a) das comunidades de pescadores e pescadores tradicionais pantaneiras. Sua vida é entrecidada pelo ritmo das águas dessa região (DA SILVA, 1995). Estas pessoas, como sujeitos de direitos, capazes de linguagem e ação “têm consciência de luta, do tempo, do espaço, fazem cultura, temporalizam-se, fazem-se humanos de um local para o mundo e de um instante para a história sempre em um movimento dialético; transformam, portanto, o suporte em mundo através do *trabalho*” (SOUZA, 2017, p. 27). Freire (1992) nos ensina que

somente o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis. Somente ele vem sendo um ser de relações num mundo de relações. Sua presença num tal mundo, presença que é um *estar com*, compreende um permanente defrontar-se com ele (FREIRE, 1992, p. 39, grifo do autor).

Assim, com vistas à promoção do diálogo verdadeiro – que é práxis libertadora – como forma de *agir com o mundo*, de maneira justa, respeitosa, crítica, portanto transformadora, o autor apresenta alguns elementos fundamentais à relação dialógica. A saber: a) o *amor*: para Freire (2004) “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens não me é possível o diálogo” (p. 80); b) a *humildade*: Freire (2004) afirma que “não há, por outro lado, diálogo se não há humildade” (p. 80) e ainda que “ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais” (FREIRE, 1992, p. 47); c) *fé nos seres humanos*: Freire (2004) considera que “a fé nos seres humanos é um dado a priori do diálogo” (p. 81); o autor denuncia ainda que “sem essa fé nos homens o diálogo é uma farsa” (p. 81). Trata-se da fé que se vê rumada pela utopia, pela expectativa fundada no compromisso que se estabelece no encontro, na disposição dialógica (SOUZA, 2017, p. 28); d) *confiança nos seres humanos*: para Freire (2004) a confiança, como produção humana, é decorrência das interações que se dão no diálogo verdadeiro. Para ele “a confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo” (p. 82); e) *esperança*: para Freire (2004) a esperança reside na “essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca” (p. 82), não sendo para o autor, “porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto, e se luto com esperança, espero”. Trata-se, portanto do esperar, da busca, da disposição ao encontro; f) *pensar verdadeiro*: para Freire (2004) pensar

verdadeiro é pensar crítico, é um pensar que “não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade” (p. 82). Trata-se do pensar a partir da espacialidade e da temporalidade que mediatiza a interação, com vistas à transformação permanente dessa realidade.

Neste contexto teórico-metodológico, esta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica procurou trabalhar com as aproximações epistemológicas adstritas a estes princípios e as mutualidades existentes entre eles e os postulados da metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ, et al. 2006) e os princípios da aprendizagem dialógica (FLECHA, 1996).

### 1.3. *Agir comunicativo: comunicar para transformar a realidade*<sup>53</sup>

Jürgen Habermas, através da teoria do agir comunicativo, publicada nos anos de 1980 (HABERMAS, 2012a; 2012b), parte da compreensão de que vivemos em uma sociedade dual, que a estrutura dessa sociedade é composta pelo mundo da vida e pelo sistema. Para ele, a realidade social é uma elaboração humana que não depende apenas do significado que as pessoas, particularmente, atribuem ao mundo, mas também dos significados construídos intersubjetivamente.

O mundo da vida constitui o âmbito *de atuação das pessoas*, interativamente: a efetivação da agência humana; é formado pela coexistência de três mundos: o mundo objetivo refere-se à totalidade das coisas sobre as quais os seres humanos podem emitir enunciados pretensamente verdadeiros e buscar entendimento sobre eles; o mundo social refere-se à totalidade das relações sociais que, tácita ou normatizadamente, referem a legitimidade de comportamentos pretensamente corretos em interações interpessoais; por sua vez, o mundo subjetivo diz respeito à totalidade das vivências às quais somente a/o falante tem acesso privilegiado e que ela/ele pode manifestar de modo pretensamente veraz a uma outra pessoa ou a um grupo. De outro lado, para Habermas (2012b), o sistema pode diferenciar-se em sistema econômico e sistema administrativo. O autor considera que além de guardarem entre si uma relação de complementaridade, eles constituem o âmbito *institucional* de organização e regulação da vida em sociedade.

Há evidentemente uma imbricação entre mundo da vida e sistema: de um lado, são também pessoas que efetivam a existência e a atuação do sistema e, de outro, as pessoas em seus mundos da vida de convivência cotidiana são também afetadas diretamente pelo sistema.

---

<sup>53</sup> Essa seção do artigo foi extraída na íntegra da introdução de nossa tese de doutorado intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

Em princípio, para o autor, o mundo da vida é marcado prevalentemente pela busca do entendimento e, por sua vez, o sistema é marcado prevalentemente pela racionalidade instrumental, objetivando êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar dessa contradição e propor o agir comunicativo, como disposição humana de contraposição à colonização do mundo da vida, Habermas (2012a) afirma que

no agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo *êxito de si mesmos*; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar seus diversos planos de ação com base em *definições comuns* sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 496, grifo nosso).

Em sociedades de classes (FERNANDES, 2009), como a nossa, há uma progressiva desacoplagem entre o sistema e o mundo da vida. Para Habermas (2012a) ocorre um avanço da colonização do mundo da vida pelo sistema, na medida em que a burocratização (do Estado) e o dinheiro (do mercado) tomam espaços que antes eram ocupados pela solidariedade como princípio de tomada de decisão, inclusive no âmbito familiar e no comunitário. Com esse processo, ações comunicativas, que objetivam a coordenação de ações transformadoras a partir da busca do entendimento como compromisso coletivo a ser alcançado antes de tudo, são substituídas por ações orientadas prioritariamente pelo êxito individual, o que acaba por gerar patologias sociais.

Diante disso, com vistas a enfrentar estas patologias, Habermas afirma que, para além das ações que visem majoritariamente o êxito individual (fundadas em uma racionalidade instrumental), deve ser adotado o agir comunicativo<sup>54</sup>. Neste, as pessoas capazes de linguagem e ação, que estabelecem relações interpessoais – seja por meios verbais seja por meios extra verbais – podem alcançar objetivos pela via do entendimento (tendo o êxito *coletivo* como uma decorrência do entendimento e não como uma orientação *a priori*), de forma que através dele, do entendimento, seja possível coordenar os planos de ação decorrentes de um processo interativo e suas respectivas execuções. Para Habermas (2012a) todo ato de entendimento

pode ser concebido como parte de um *procedimento cooperativo de interpretação*, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas. Para tanto, são úteis os conceitos dos três mundos enquanto sistema de coordenadas

---

<sup>54</sup> Para Habermas (1990) o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, onde as/os “participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação” (p. 72, grifo do autor), afirma ainda que isto ocorre da seguinte forma: “os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (idem). Diante disso Habermas estabelece a diferença entre o agir comunicativo e o agir estratégico apontando que o “agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica *dos planos individuais de ação*, mas na força racionalmente *motivadora de atos de entendimento*, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (idem, grifos nossos).

suposto em comum, no qual os contextos situacionais podem ser ordenados de tal forma que se chegue a uma concordância sobre o que é que os envolvidos podem tratar como fato ou como norma vigente ou como vivência subjetiva (HABERMAS, 2012a, p. 138, grifo nosso).

Posto isso, não se deve reduzir a compreensão sobre comunicação a simples conversação, que, por isso, se resume apenas a expressar ou a interpretar a realidade. Deve ir além, precisa ser uma forma de organização da ação, tem de ser um agir comunicativo, tem que ser práxis. Habermas introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Note-se que, nesse sentido, a

racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação [...] (HABERMAS, 2012a, p. 43).

Diferentemente da racionalidade instrumental – que propõe dominação da natureza como se dela não fizessemos parte metabólica e socialmente – a racionalidade comunicativa emerge em situações não coercivas, surge no encontro entre sujeitos históricos, valoriza a diversidade de olhares e saberes a partir de um lugar no mundo, é especialmente humanizante porque possibilita que as/os falantes coordenem seus atos através de uma ação comunicativa pautada nas pretensões de validade (verdade, correção e veracidade), visando a busca do entendimento com fins à proposição de acordos coletivos que objetivem a coordenação de ações e a superação das situações problemáticas. Há, portanto, nos contextos de busca de entendimento para consequente coordenação de ações, uma articulação de ações a partir do melhor argumento (HABERMAS 2012a, p. 67), não uma imposição de ideias fundada no poder e/ou na manipulação perlocutiva que vise majoritariamente o êxito do falante.

Consideramos que nas situações de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017) sobre as quais estamos debruçadas/os nesta tese, apesar da permanente ingerência do Estado e do mercado, há no interior das comunidades tradicionais envolvidas *movimentos solidários internos de enfrentamento*, fundados em uma racionalidade que, mais do que diferente, ela denuncia a desumanização promovida pela racionalidade de base puramente instrumental do capital, e que, deste modo, irrompe resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Pensar este processo a partir da coordenação de ações coletivas baseadas no entendimento da comunidade envolvida, como descrevemos acima em Habermas, é plenamente consistente com o seu pensamento a partir da implicação dialética entre reflexão e ação que há na palavra verdadeira, que é práxis, emanada das relações dialógicas, como descrevemos anteriormente em Freire” (SOUZA, p. 29-32).

## 2. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa

Para a realização dessa pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012) utilizamos a metodologia comunicativo-crítica<sup>55</sup> – MCC (GÓMEZ et al., 2006), (GÓMEZ; PUIGVERT; FLECHA, 2011). A MCC está fundada, especialmente, nas formulações teóricas de Jürgen Habermas (HABERMAS, 2012a; 2012b); Paulo Freire (FREIRE, 2004) e Ramón Flecha (FLECHA, 1996). Ao lado destas, importantes contribuições teórico-metodológicas têm sido realizadas por outras/os educadoras/es vinculadas/os ao Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade<sup>56</sup> (Crea) da Universidade de Barcelona e pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos.

O principal objetivo da MCC é a transformação social, processo que – segundo esta concepção – somente se dará de maneira efetiva com a participação de sujeitos históricos, comprometidos com sua culturalidade, na espacialidade e na temporalidade do contexto investigado, bem como através da interação dialógica entre os coletivos sociais e as pessoas livres e dispostas a esta forma de interação. Para tanto, são postulados da MCC: a universalidade da linguagem e da ação; as pessoas são agentes sociais transformadores; a racionalidade comunicativa; o sentido comum; a inexistência de hierarquia interpretativa; o mesmo nível epistemológico e o conhecimento dialógico (GÓMEZ, 2006, p. 40-47). Nesses processos investigativos também devem ser considerados os princípios da aprendizagem dialógica apontados por Flecha (1996), a saber: o diálogo igualitário; a inteligência cultural; a dimensão da transformação; a dimensão instrumental; a criação de sentido; a solidariedade e a igualdade de diferenças.

Importante notar a imbricação que há nestes postulados e princípios, todos estando estabelecidos na capacidade humana de promover mudanças, de superar as problemáticas socioambientais que afetam uma determinada coletividade. Esta imbricação aponta na direção de que é importante, no contexto da sociedade dialógica, promover espaços de deliberação que visem êxitos coletivos, consubstanciados na elaboração intersubjetiva do entendimento e na propositura de acordos sempre comunitários. Nessa acepção teórico-metodológica o conhecimento não é neutro (FREIRE, 2004), portanto a MCC considera a cultura, as interpretações e as experiências de cada sujeito, propondo então que *o diálogo seja a intersecção* – o *locus* de encontro propositivo entre seres humanos em humanização – que

<sup>55</sup> Metodologia comunicativa de investigación, em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

<sup>56</sup> A partir de 2015 “Community of Research on Excellence for All” (Comunidade de Investigação de Excelência para Todos) conforme sítio da instituição <http://crea.ub.edu/index/about/?lang=es>



promove as mudanças pretendidas na direção da percepção e da superação das situações-limite. Assim sendo, quanto às atribuições e responsabilidades de quem pesquisa e dos demais sujeitos, SOUZA (2017) afirma que na MCC

distinguem-se os papéis de pesquisadora/or acadêmica/o e de pesquisadoras/es do contexto da pesquisa, ou popular, cujo encontro potencializa a produção do conhecimento dialógico, em que a elaboração teórica e a vivência prática interagem dialógica e dialeticamente, resultando numa práxis transformadora comprometida com os desafios aportados pelas pessoas do contexto, redundando ainda na perspectiva de coletivamente se fazerem sujeitos históricos. Destaca-se que a distinção entre esses papéis não implica a admissão daquele desnível ou daquela hierarquia. Na verdade, implica maior rigor na produção do conhecimento, na medida em que se aliam sistematização teórica acadêmica e contextualização prática popular (SOUZA, 2017 p. 51).

Nesta metodologia, portanto, são consideradas as vozes de todas as pessoas envolvidas no contexto da pesquisa. Em sua realização não há de se falar em pessoas investigadas. Pelo contrário, todas/os são sujeitos, são pessoas capazes de linguagem e ação. Desse modo, nesta abordagem não se “pretende somente descrever e explicar a realidade, compreendê-la e interpretá-la para estudá-la, mas *também estudá-la para transformá-la* (GÓMEZ, 2006, p. 32, grifo nosso)”. Como dito a transformação social sempre estará no horizonte, será sempre intersubjetivamente perseguida.

Estivemos em atividade de campo durante dois anos, utilizamos como técnicas de coleta de informações a observação comunicativa, os grupos de discussão comunicativos (GÓMEZ, 2006) e a entrevista em profundidade (MINAYO, 2012). Participaram de maneira direta das atividades educativas dessa pesquisa 83 pessoas, sendo 25 pescadoras e 58 pescadores, vinculadas às duas entidades de representação das/os pescadoras/es profissionais artesanais em Cáceres<sup>57</sup>. A observação comunicativa foi realizada entre os meses de dezembro 2014 de março de 2015 e nesse período dialogamos com 71 pessoas. Já a entrevista em profundidade foi realizada com 40 pessoas e ocorreu entre os meses de março e setembro de 2015. Durante essa pesquisa os grupos de discussão comunicativos (GDC) foram criados na medida em que as/os pescadoras/es demandaram coletivamente pelo aprofundamento teórico acerca de algum dos temas em que estávamos debruçadas/os (o primeiro deles foi criado em fevereiro de 2015); 16 pessoas participaram/participam de forma ativa desses grupos. Todas

<sup>57</sup> Para as transcrições, nos esforçamos em seguir as orientações de Whitaker et al. (2002). Ao tratarmos do respeito à cultura da mulher e do homem rural, as autoras e os autores consideram que “respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. Como nossos diálogos na observação comunicativa, nos grupos de discussão comunicativos e na validação das entrevistas não foram gravados, as notas e respectivas análises estão arroladas em nossos cadernos de campo. Ressalte-se ainda que, todas as transcrições – sejam as oriundas das gravações das entrevistas ou das notas dos cadernos de campo – foram validadas com as/os participantes da pesquisa em um processo longo de leitura e interpretação densamente comprometido com o referencial teórico-metodológico da pesquisa.

as pescadoras/es que participaram das entrevistas em profundidade e estão envolvidas nas atividades dos grupos de discussão comunicativos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética da UFSCar.

Como proposto pela pedagogia freiriana as pessoas envolvidas nessa pesquisa participaram de todas as etapas de sua realização, desde a escolha da temática significativa (FREIRE, 1980, p. 30), como também na interpretação, na análise dos dados e no acompanhamento institucional junto aos órgãos públicos para os quais as demandas acordadas já foram encaminhadas.

Para fins de registro e análise coletiva dos dados, as informações foram diariamente anotadas em cadernos de campo. Como previsto pela MCC, foram organizadas em matrizes de análise e dispostas em temas, categorias, subcategorias e dimensões. Como apontado por Souza (2017) esses dados são de natureza complexa e foram sistematizados em quadros<sup>58</sup> baseados no esquema do quadro 1. Essa complexidade implica alguma imprecisão ou ambivalência da localização de certos dados nas células do quadro. Todavia nos esforçamos para, em diálogo com cada participante, localizar em suas falas elementos que possam ser identificados de acordo com a temática do exercício da pesca tradicional, com as categorias mundo da vida e sistema, com as subcategorias sujeito, Colônia Z-2/ Appec, Estado e mercado e, por fim, com as dimensões obstaculizadora e transformadora, que se cruzam nas respectivas células indicadas no quadro 1.

**Quadro 1 – Sistematização dos dados referentes à temática do exercício da pesca profissional artesanal**

Dimensões	Tema, categorias e subcategorias			
	Exercício da pesca tradicional pantaneira (E)			
	Mundo da vida (M)	Sistema (S)		
	Sujeito	Representação: Colônia Z-2 / Appec	Estado	Mercado
<b>Obstaculizadora (O)</b>	EOMs	EOSr	EOSe	EOSm
<b>Transformadora (T)</b>	ETMs	ETSr	ETSe	ETSm

<sup>58</sup> Foi sistematizado um quadro para cada tema – neste artigo, tratamos particularmente do tema do exercício da atividade pesqueira tradicional. Na pesquisa mais ampla, surgiram ainda outros temas: o da participação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b), da conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c). Também em Souza (2017, p. 275-280) foram sistematizados quadros contendo os temas e vários outros os elementos de análise dialogicamente identificados nessa pesquisa.

**Legenda:** E = Exercício da pesca tradicional pantaneira; M = Mundo da vida; S = Sistema; O = Obstaculizadora; T = Transformadora; s = Sujeito; r = representação; e = estado; m = mercado. A primeira letra da sigla se refere ao tema (E), a segunda à dimensão (O ou T), a terceira à categoria (M ou S) e a quarta à subcategoria (s, r, e ou m).

### 3. Processos investigativo-educativos de resistência<sup>59</sup> na prática da pesca profissional artesanal: o exercício da pesca tradicional

*Nós vivemos é no acampamento, lá nós dormimos com um olho fechado e outro aberto, porque se não o turista isca nosso anzol, toma nosso ponto, por isso que nós precisamos de uma reserva. Cachara [EOSm]*

Na esteira do que refletimos a partir do referencial teórico desse texto, especialmente apontado por Freire (2004), Habermas (2012a; 2012b) e Flecha (1997), o diálogo e a confiança foram elementos centrais das nossas interações. Como fora indicado, aqui são consideradas as vozes de todas as pessoas, não há desnível epistemológico e nem hierarquia interpretativa; e é no encontro dos saberes acadêmicos – responsabilidade do pesquisador e colaboradoras/es – com os saberes tradicionais que se dá a produção do conhecimento dialógico pretendido nessa pesquisa, de cujas interações resultam ainda efeitos educativos transformadores e emancipadores dos sujeitos implicados.

Em meio a um conjunto mais amplo de dados produzidos e sistematizados coletivamente<sup>60</sup>, recortamos para este artigo, parte daqueles referentes ao tema do exercício da

<sup>59</sup> A partir do que Freire em *Pedagogia da esperança* (FREIRE, 2015) chamou de *cultura de resistência* (p. 147), concebemos resistência comunitária como uma consciência coletiva da necessidade de luta e de possibilidades de mudanças. Trata-se, portanto, de um movimento fundado nos anseios comunitários que, sem ignorar as necessidades individuais, se transforma intersubjetivamente em um *resistamos*, um permanente *devenir da coletividade*, sendo condição de sua sobrevivência digna. Assim sendo, não se trata de algo dissociado dos consensos, acordos e dissensos do grupo, alienado da realidade, ingênuo, desprovido de materialidade. No caso das pescadoras e pescadores tradicionais pantaneiros, por exemplo, esta resistência se manifesta na reserva de saberes (SOUZA, 2017) e está inscrita em sua memória coletiva, especialmente no que diz respeito à disposição delas/es em manter seus territórios tradicionais de pesca e sua cultura, a despeito das ameaças e enfrentamentos diversos. Não se trata de um “sentimento” que as/os imobiliza diante das situações-limite, pelo contrário, diz respeito à disposição coletiva, fundada em sua realidade histórico-social, em anunciar as possibilidades de superação dos problemas em que estão implicadas/os, tratando-se da luta permanente contra os processos de desumanização. Freire (2015), ao tratar de nossa história escravocrata, afirma que esse passado “não se esgota apenas na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que “obedece” para não morrer, mas na relação entre eles” (p. 149). Para ele, “os quilombos foram um momento exemplar daquele aprendizado de rebeldia, de reinvenção da vida, de assunção da existência da história por parte de escravas e escravos, que da “obediência” necessária, partiram em busca da invenção da liberdade” (idem) que lhes fora roubada. Parafraseando o sociólogo Otávio Ianni, Freire ressalta que são sinais positivos desse passado “a resistência, a rebeldia dos escravos e escravas” (idem), dizendo ainda que as lutas das/os hoje “sem-terra”, “sem-casa”, “sem-escola”, “sem-emprego”, são formas atuais de quilombo. A esta lista acrescentaríamos as/os pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os que perderam seus territórios, mas que resistem (mesmo que *silenciosamente*) ao avanço constrangedor do capital sobre suas águas, buscando, em sua práxis dialógica, fazer valer sua liberdade ontológica.

<sup>60</sup> Nesta pesquisa tratamos de três temas: exercício da pesca profissional artesanal; participação nos processos políticos e conservação da diversidade biológica de peixes e os aspectos culturais relacionados.

pesca profissional artesanal, cujos elementos foram identificados com códigos (de quatro letras) e alocados nas respectivas células do quadro 1. Com base neste conjunto de elementos empíricos assim organizados, o tema foi analisado por meio de quatro subtemas, conforme segue.

### 3.1. *A desesperança: desvelar a realidade mediatizadora para enfrentar as situações-limites*

Um dos elementos obstaculizadores adstritos ao mundo subjetivo destas pessoas, sobre o qual nos debruçamos longamente, foi a *desesperança*. Muitas/os profissionais estavam abandonando o exercício da profissão<sup>61</sup> em função da falta de diálogo do Estado para a formulação de políticas de pesca (proibição do uso de apetrechos, seguro defeso<sup>62</sup> etc.) e, também, por causa da insignificância/inexistência das políticas de fomento e assistência técnica. *Eu não tenho esperança, não acredito que alguma coisa vai melhorar, os políticos não se preocupam com a nossa categoria e com os peixes [...] Curimbatá [EOMs]; Se continuar assim minhas filhas vão passar fome eu não tenho mais fé nessa nossa vida. Chuncha [EOMs].*

Ao lado dos relatos de Curimbatá e Chuncha, registramos muitos outros que expressam os sentimentos daquelas/es que já pretenderam ou pretendem abandonar a atividade. Diante de alegações como estas, procuramos apresentar a esperança como *necessidade ontológica* do ser humano, dialogamos sobre o *esperançar* freiriano. Além disso, a partir dos exemplos, abordamos a desesperança como consequência de intromissões estatais descontextualizadas da realidade local. Como ensinado por Freire (2002)

É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou primeiro um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que, por "n" razões, se tornou desesperançado. Daí que uma das nossas brigas como seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza (FREIRE, 2002, p. 29).

Durante este processo dialógico, procuramos argumentar que as *n razões* que geram desesperança não são resultado do acaso, mas consequência das ações/inações de um Estado e de um mercado que não priorizam a categoria. Um dos exemplos que utilizamos em diversos

<sup>61</sup> Apesar de muitas/os abandonarem o exercício da profissão, continuam preenchendo as declarações de pesca para fins de garantir os direitos trabalhistas e previdenciários.

<sup>62</sup> Conforme arrolado no artigo 2º, inciso XIX da Lei 11.959/2009 (Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca) o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Em Mato Grosso compete ao Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) emitir um expediente normativo que trata das espécies a serem protegidas, bem como do período de defeso a ser respeitado.

ambientes de diálogo foi o apontado pela pescadora Mutum e pelo pescador Piquira. Trata-se da proposta de moratória da pesca feita pelo Blairo Maggi através do Projeto de Lei do Senado 750/2011. Como salientado por Tavolaro (2005), práticas de educação ambiental devem estar atentas às “cadeias de ação e às redes de poder envolvidas nos processos de tomada de decisão” (p. 22). Assim sendo, nas reuniões dos GDC problematizamos as questões relativas às redes e cotas de poder das/os agentes de mercado dentro das estruturas do Estado e a importância da mobilização e participação delas/es no sentido de desvelarem, por exemplo, os interesses da indústria aquícola; o avanço da indústria energética nos rios da BAP etc. Para tanto elas/es sinalizaram que processos educativos como o que estávamos desenvolvendo são fundamentais para o desvelamento das situações de opressão a que estão submetidas/os, especialmente porque promovem espaços de diálogo onde todas/os têm apresentado livremente suas angústias, temores e sonhos para o futuro. Apontaram que o *conhecimento* sobre as formas de ação dos grupos representantes do capital, aliados à *organização e mobilização* da categoria (de pescadoras/es), são as principais formas de superar estes obstáculos.

### 3.2. *Confiança e solidariedade interna: condições de sobrevivência*

Pescadoras/es profissionais que realmente vivem da atividade artesanal são solidárias/os e confiam suas vidas umas/uns às/aos outras/os. A solidariedade é outro elemento constituinte da aprendizagem dialógica (Flecha, 1997), bastante presente no cotidiano da pesca tradicional. É notório o quanto o companheirismo é presente na vida coletiva dessas pessoas; trata-se de uma característica fundante do mundo social delas/es. Ressalte-se que, a *solidariedade* se dá, principalmente, entre os pares – por isso a chamamos de solidariedade *interna* – entre as/os *companheiros/as de pesca*, entre aquelas pessoas que geralmente acampam-se próximas umas das outras e/ou participam da *rede solidária de prática e comercialização do pescado*.

Há, portanto, uma solidariedade *em seus existires*, solidariedade esta que se entretetece nas práticas sociais cotidianas<sup>63</sup>, especialmente as desenvolvidas durante as atividades pesqueiras. Identificamos nos processos educativos nela implicados uma persistente

---

<sup>63</sup> Em seu “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, Mauss (2003) – ao tratar do *respeito, do cuidado recíproco e coletivo* existente em algumas dessas sociedades – afirma que “se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem “respeitos” – podemos dizer igualmente “cortesias”. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se “devem” – elas e seus bens – aos outros” (MAUSS, 2003, p. 263, grifo do autor). Importante destacar que, em nossa pesquisa, essa cumplicidade foi identificada entre familiares e entre pescadoras e pescadores que atuam juntas/os, por isso chamamos de solidariedade interna.

intencionalidade educativa enfrentante<sup>64</sup>. Esse enfrentamento é caracterizado, sobretudo pela disposição delas/es permanecerem desenvolvendo a atividade pesqueira de forma artesanal. Mesmo diante da incorporação (mesmo que lenta) de novas técnicas, novos equipamentos e apetrechos de pesca, distintos dos tradicionais, elas/es permanecem utilizando majoritariamente os de domínio cultural, aqueles legados por seus antepassados (mas evidentemente que aqueles que a legislação ainda não proibiu!).

Esta solidariedade de existires é marcada pelo cuidado e respeito recíprocos, característicos de uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira*<sup>65</sup>. É muito comum elas/es: compartilharem o acampamento/barraco, o alimento, as tralhas, combustível, ratearem os custos da pescaria, auxiliarem as/os companheiras/os a completar suas cotas semanais de pesca, dialogarem sobre a movimentação de cardumes, a circulação da fiscalização, o estoque pesqueiro de sua rede solidária de comercialização etc. Há uma rede complexa de relações solidárias que dá sustentação ao mundo social na pesca artesanal. O pescador Pintado afirma sempre que: *nossa vida aqui no rio é diferente da vida lá da cidade, aqui a gente tem outros jeitos de viver* [ETMs]. Há, entre elas/es, acordos de convivência muito específicos que caracterizam o enfrentamento à colonização de seu mundo da vida. Nas palavras do pescador Pataquinha: *muitas vezes o pescador não desiste da pescaria porque os amigos não deixam, um ajuda mesmo o outro, ajuda na cota, na gasolina, para levar o gelo, eu já ajudei companheiro assim.* [ETMs]

Diante da precariedade da infraestrutura e da carência de logística das entidades, da falta de políticas de fomento e assistência técnica, a *solidariedade interna* torna-se condição de sobrevivência dessas pessoas. A *solidariedade de gênero* é outra característica marcante nas relações de trabalho. Nessa região, a atividade foi exercida durante muito tempo, majoritariamente, por homens. Entretanto, nos últimos 10 anos, o número de mulheres filiadas à Colônia Z-2 e da APPEC aumentou significativamente. Dados das agremiações dão conta de que aproximadamente 30% das/os membros são mulheres. Estas mulheres afirmaram que

---

<sup>64</sup> O que estamos chamando de intencionalidade educativa enfrentante diz respeito à disposição e a prontidão delas/es em compartilhar *interativamente* seus saberes tradicionais com suas/seus filhas/os, com as/os companheiras/os de pesca mais próximas/os, tendo como finalidade, além da manutenção de sua cultura tradicional, também de defenderem seus territórios tradicionais de pesca, seus modos de se relacionar com o ambiente, suas crenças, suas estratégias etc., numa atitude de pleno exercício da liberdade ontológica de seres sociais que são para agir na direção da superação dos constrangimentos que lhe impõem outros agentes.

<sup>65</sup> Além de nossa convivência pretérita à pesquisa, durante os dois anos de diálogos que mantivemos com estas mulheres e com estes homens, identificamos que há, preponderantemente, no interior dessas comunidades tradicionais pantaneiras uma racionalidade diversa da racionalidade instrumental. Entre os aspectos característicos da ética tradicional ribeirinha pantaneira, arroladas em Souza (2017, p. 260-263), destacamos aqui a solidariedade interna e o respeito intergeracional, em ambos prevalecendo a *generosidade*, o *cuidado* e a *preocupação coletiva* com vistas à manutenção de sua cultura tradicional pantaneira, conseqüentemente de seus meios de sobrevivência.

exercem a pesca profissional, especialmente porque amam o rio. Outro argumento diz respeito aos aspectos comerciais da atividade, já que várias delas pescam com seus parceiros, assim otimizam a captura e, conseqüentemente, minimizam os custos da atividade. Disseram que entre elas/es no dia a dia, seja na pesca, seja nas atividades culturais e nas reuniões administrativas da Colônia Z-2 ou da Appec, não há preconceito. Entretanto, afirmam que ainda há muito preconceito na convivência com algumas/uns pescadoras/es amadoras/es e com pessoas do comércio local. Foram vários os relatos de pescadoras que já foram humilhadas por amadoras/es, em consultas médicas ou no comércio local quando falaram que eram pescadoras. *No rio todo mundo é pescador, todo mundo é igual, tem todo um respeito. Nós fazemos de tudo que os homens fazem.* Flor de Aguapé [EMTs]; *Conquistamos respeito nesse rio porque nós fazemos a mesma coisa que estes homens fazem. Nós iscamos pendurão durante a noite [...] mas na hora de vender os caras perguntam, foi você mesma que pegou? Ai eu fico [...].* Onça [EMTs]

Este ambiente solidário e enfrentante foi muito profícuo para o desenvolvimento de atividades educativas transformadoras que trouxeram à baila os contrastes existentes entre o modelo de desenvolvimento capitalista pretendido pelos agentes de mercado que interferem nos modos de produção e o de desenvolvimento solidário efetivado no árduo dia a dia da pesca tradicional. Ressalte-se também que outra temática identificada e problematizada à luz do giro dialógico (AUBERT et al., 2008) que merece aprofundamento, diz respeito à *divisão social do trabalho*. Algumas pescadoras relataram que seus companheiros, apesar de solidários na prática pesqueira, não as ajudam nas atividades domésticas. Nos encontros em que este tema era suscitado, prevalecia um silêncio explicitamente denunciante, especialmente por parte das pescadoras mais antigas. Ao contrário disso as mais jovens sempre argumentavam que não concordavam com essa realidade e que seus companheiros tinham por obrigação ajudá-las, também nas atividades domésticas. Rosa afirmou que: *eu faço tudo lá no rio com ele e ele sabe que eu chego cansada igual ele, então ele tem que me ajudar aqui em casa também*; Chuncha discorreu longamente sobre os acordos que tem firmado com seu esposo sobre a distribuição das atividades domésticas: *nós conversamos [...] ou nós fazemos tudo junto ou eu vou procurar outra profissão lá na fazenda.*

### 3.3. Ameaças ao território e à cultura pantaneira: o registro de saberes

*Expulsaram nós de lá da nossa terra! Mas o coração da minha família ficou lá [...].* Ferreirinha [EOSm]

Como apontado por Diegues (1983, 1988, 2002) a questão territorial não depende somente do tipo do meio físico utilizado por populações tradicionais, mas também das relações sociais existentes. Notamos que em função das condições ecológicas da região – regidas pelo pulso de inundação – para as pescadoras/es tradicionais que atuam nos rios do Pantanal norte o território é dinâmico<sup>66</sup>, o movimento das águas dita seu modo de vida e conseqüentemente a ocupação dos melhores locais de pesca. O tradicional movimento que elas/es realizam na busca do pescado, somente tem sido garantido até hoje, em função do respeito que existe entre elas/es. Como já dito há, no mundo social, dessas pessoas, uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* entretecida em sua historicidade, a partir da pluralidade de sentidos que elas e eles dão a sua coexistência com o Pantanal. Durante nosso encontro de validação dos dados da observação comunicativa o pescador Ariranha argumentou que

*todos que estão aqui já sabem até o jeito do companheiro chuçar o pendurão; cada um de nós temos a marca de nosso peixe, já sabemos onde é que cada um fica em cada época do ano [...] entre nós não tem problema, mas tem muito amador e turista que não respeita nossa história.* Ariranha [ETMs]

Ao longo do processo interativo da pesquisa restou-nos evidente que a manutenção dos aspectos culturais constitui condição fundamental para o exercício da atividade pesqueira profissional. Diante disso, todas as ações que, de alguma forma ameaçam a manutenção do caráter artesanal da atividade, devem ser cotidianamente problematizadas nos processos interativos, para que a partir da coordenação das ações, sejam enfrentados sistematicamente.

Os relatos delas/es apontam para o fato de que a proibição de algumas técnicas de pesca é uma forma de fragilizar a categoria e, conseqüentemente, de retirá-las/os de seus territórios. Parte das mobilizações que têm sido realizadas pela categoria junto às instituições estatais diz respeito à manutenção de espaços territoriais tradicionalmente ocupados por estas pessoas para a implantação de seus acampamentos/barracos, a fixação de armadilhas e também a luta pela permanência do uso de alguns apetrechos. Nas palavras do pescador

<sup>66</sup> Adotamos o conceito de *territórios tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como previsto no artigo 3º, II os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou *temporária* [...]. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também expressa o caráter da temporalidade, característicos dos territórios das/os pescadoras/es artesanais com quem dialogamos. Elas e eles apontaram como sendo seus territórios, além dos locais onde ficam instalados seus acampamentos e barracos, também seus pontos de pesca: trechos, regiões, estirões, baias, baiotas etc. Estes últimos são espaços ocupados sazonalmente em função de um conjunto amplo e complexo de saberes tradicionais implicados na atividade pesqueira artesanal.



Dourado: “*disso tudo que nós estamos fazendo, o mais importante é nossa cultura, nosso apetrecho e nosso lugarzinho pra pescar. É disso que nós precisamos!*” [ETMs]

O ecossistema pantaneiro em toda sua complexidade de redes de interação, não se resume a espaço geográfico, não é somente *suporte*, mas, sobretudo, como dissemos, trata-se de território usado (SANTOS, 1999) base material onde são entretidos processos socioterritoriais. Trata-se do mundo objetivo a partir de onde elas/es emitem enunciados e intersubjetivamente interpretam sua realidade. Como apontado por Da Silva e Silva (1995), é no movimento das águas que a cultura dessas comunidades tem sido elaborada. No Pantanal estão os territórios de pesca destas comunidades. Aqui elas/es têm, além de principal ambiente laboral, também seus lugares de abrigo, de desenvolvimento do imaginário mitológico, fazendo da vivência ali fonte de cultura e de lazer onde são elaborados e reelaborados saberes tradicionais que lhes garantem a sobrevivência respeitosa com o ambiente há séculos.

#### 3.4. *Comercialização do pescado: a ação permanente das/os atravessadoras/es e a inação propositada do Estado*

*Tem muitos profissionais que comem na mão do atravessador o ano inteiro, pescam a troco de pinga, arroz e feijão. Curimbatá*

A dificuldade de comercialização do pescado foi apontada como um dos principais obstáculos a serem superados pela categoria. Para elas/es a ação das/os atravessadoras/es ocorre justamente porque não há uma política consistente de incentivo e fomento. É evidente a ação do mercado, no sentido de desarticular as relações diretas de comercialização entre as/os produtoras/es e as/os consumidoras/es. Para a pescadora Flor de Aguapé “*Esse negócio do atravessador só vai acabar quando o governo olhar para nós e ver que nós também somos gente, não é só apoiar o plantador de soja, tem que apoiar nós os pequenos também.*” [EOSe]; para o pescador Curimbatá “*Tem muitos profissionais que comem na mão do atravessador o ano inteiro, pescam a troco de pinga, arroz e feijão.*” [EOSm]

Diante dos problemas financeiros é comum as/os profissionais recorrerem a estas “gentes do dinheiro”. Atravessadoras/es, além de negociar as Declarações de Pesca Individual (DPI) e “comprarem” o seguro defeso, *auxiliam* as/os pescadoras/res subsidiando a aquisição de apetrechos, de gelo e de combustível, além da aquisição, reforma e confecção de embarcações, segurança e informações sobre o trânsito de agentes de fiscalização; mas para isso fazem a “agiotagem do peixe”, exigindo que o pagamento do empréstimo e/ou da informação sejam feitos em pescado e, mais grave que isso, são as/os atravessadoras/es que

decidem o valor a ser pago. Tal gravidade aparece explicitadamente em relatos como os de Rubafo e Piquira

*A gente não tem o que fazer, nós somos igual escravo, você vai lá, pega o dinheiro [empréstimo necessário para a operação de pesca], mas depois tem uns deles que só querem receber em peixe, você vai fazer o que, dá o peixe [em valores definidos/as pelas/os atravessadoras/es] e já volta para o rio [...] a pescaria estava fraca e minha família passou fome por causa disso. Rubafo [EOSm]*

*Só de carteira eu tenho mais de vinte anos, já vi de tudo nesse rio. Sei que se o cara tiver passando necessidade ele vai correr atrás de quem pode ajudar ele, pega dinheiro emprestado, vende o peixe barato, o cara tem que sobreviver. Tem uns que vende até o seguro pra poder se virar na piracema! Piquira [EOSm]*

Nesse processo dialógico, ao nos aproximarmos em confiança, aos poucos, as/os pescadoras/es começaram a denunciar detalhadamente uma prática criminosa e crescente que ocorre nessa região do Pantanal de Mato Grosso. Consensuamos que chamaríamos esta prática de *agiotagem do peixe*. As/os *agiotas do peixe* são pessoas (atravessadoras/es e/ou empresárias/os) que financiam as atividades pesqueiras e/ou emprestam dinheiro a pescadoras/es profissionais e que *recebem a dívida em pescado com o valor muito abaixo do valor de mercado* – entenda-se valor atribuído pelas/os demais atravessadoras/es –; além disso, algumas/uns delas/es exigem como garantia de pagamento apetrechos de pesca como rabetas, canoas, tarrafas etc.

No final do período de defeso de 2015 /2016, acompanhamos várias negociações entre pescadoras/es comprometidas/os com nossa pesquisa e as/os atravessadoras/es. Entre estes últimos haviam agiotas do peixe que pagavam cerca de 30% abaixo do valor que outras/os atravessadoras/es estavam pagando por quilo do pescado. Além disso, outra maneira muito comum de atuação dos agiotas do peixe é através da negociação da Declaração de Pesca Individual (DPI) para *esquentarem* (regularizarem) o pescado oriundo da pesca predatória, ou para *esquentar* o pescado oriundo da pesca amadora (lembrando que este *não* pode ser comercializado). Agiotas do peixe também atuam de forma indiscriminada comprando o “direito do seguro de defeso”: no período de defeso de 2016/2017 ouvimos relatos de pescadoras/es que negociaram seus seguros por menos de 60% do valor a que teriam direito. Segundo elas/es isso acontece há anos, mas que neste período isso aconteceu, principalmente, porque o Estado, além de ter adiantado para o mês de outubro o início do período de defeso, tem atrasado o pagamento do seguro, o que gera insegurança, medo etc. Diante disso, em função das necessidades básicas (alimentação, contas de energia, água, remédio etc.), muitas/os preferem negociar o direito ao seguro, mesmo sabendo dos prejuízos e riscos que esta prática lhes imputa.

Em nossa compreensão trata-se de uma prática escravagista/desumanizante (criminosa), em que estas/es agiotas aproveitam-se da vulnerabilidade social dessas pessoas. Entendemos que é fundamental que novos estudos sobre este tema sejam desenvolvidos, que ações estatais sejam promovidas no sentido de romper com este ciclo, a fim de que as pessoas que *realmente vivem da pesca profissional artesanal* tenham seus direitos fundamentais preservados. Também é essencial que o Estado promova o recadastramento das/os pescadoras/es profissionais artesanais, mas esse trabalho não pode ser realizado nos moldes de um tribunal de exceção, onde garantias fundamentais são ignoradas. Pelo contrário, o Estado deve promover este recadastramento sem privar as/os pescadoras/es que realmente vivem da atividade pesqueira de seus direitos. Ao dialogarmos sobre quais ações que elas/es poderiam realizar para superar estes problemas, temos consensuado que é necessário que elas/es fortaleçam as *redes solidárias de comercialização*, que participem dos espaços de diálogo em que estão tratando da formulação da política municipal de pesca; também, como identificado por Ávila (2011), para o rio Cuiabá, e Lima (2016), para a região de Cáceres, que promovam – tanto pescadoras/es filiadas/os à Colônia Z-2, quanto as/os filiadas/os à Appec – trabalhos cooperados, autogestionários, inclusive com vistas à criação de uma cooperativa que envolva pescadoras/es filiadas/os às duas entidades<sup>67</sup>.

Ainda em relação às formas de enfrentamento às ações do mercado, como também foi identificado por Da Silva, Medeiros e Prezzotti (1998); Rieder, Maquêa e Castrillon (2001), Girard (2002), Calheiros et al. (2009), dialogamos sobre a luta dessas comunidades contra a implantação da hidrovia Paraguai-Paraná. Há um consenso de que a categoria deve permanecer mobilizada no sentido de enfrentar o retorno da navegação de barcaças sobre áreas de pesca – o que ocorria quando da existência do porto fluvial de Cáceres, desativado desde 2009. Como dito por Caravaçu, pescadoras/es mais antigas/es conviveram com essa realidade durante muitos anos: *“esses mais novos não vão saber falar disso, mas nós que enfrentamos essas barcaças podemos falar. Quantas vezes eu e os companheiros precisamos sair de onde estávamos pescando para essas chatas passarem. Nessa canoa nossa, ou sai ou afunda”* [EOSm]. Além disso, a construção de pequenas centrais hidrelétricas nos rios da BAP foi outro ponto sobre o qual dialogamos. Além dos impactos ambientais já causados

---

<sup>67</sup> Em função de pesquisas realizadas por outras/es educadoras/es – com quem compartilhamos as mesmas utopias e esperanças – que também têm dialogado com catadoras/es, pescadoras/es, agriculturas/es etc., foi criada em 2016 a Rede de pesquisa-ação em educação popular e trabalho autogestionário (Rede Epta). Têm participado das ações dessa rede educadoras/es vinculadas/os ao Núcleo Unemat/Unitrabalho Campus Cáceres e Campus Tangará, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso e do Instituto Federal de Mato Grosso Campus Olegário Baldo. No segundo semestre do ano de 2016 a Rede Epta, por meio do Núcleo Unemat/Unitrabalho ofereceu o curso “Socioeconomia solidária e pescadores: formação para o trabalho associado”, objetivando oferecer orientações para criação de uma cooperativa de pescadoras e pescadores.

pelos barramentos – interferência no pulso de inundação e na migração de peixes durante a piracema –, pescadoras/es do distrito do Limão têm sentido significativamente o efeito negativo das barragens sobre a pesca artesanal.

No que toca a ação/inação do Estado, elas/es apontaram que os principais problemas estão relacionados à fiscalização, ausência de políticas de fomento, assistência técnica, políticas de saúde e educação específicas para a categoria. Sinalizaram que mesmo com a presença de diversos órgãos a fiscalização é insuficiente e seletiva. Para elas/eles existe um grande número de pescadoras/es que atuam de forma irregular, especialmente, durante o período do defeso. Além disso, ainda existem agentes de Estado que atuam com truculência, desrespeitando direitos legalmente garantidos à categoria. *A fiscalização é importante para proteger os peixes, mas tinha que ser com um trabalho educativo [...] não é só colocar a farda e sair maltratando a gente aí não. Nós somos direitos, aqui não é bandido não.* Martim Pescador [EOSe].

Houve consenso quanto à necessidade de maior aproximação entre elas/es e as/os agentes de fiscalização, entretanto prevaleceu o dissenso quanto à viabilidade de realizarmos reuniões com a presença das/os agentes. Em todos os nossos encontros havia, notadamente, por parte das/os pescadoras/es mais antigas/os, um *receio permanente* no que diz respeito a estabelecermos uma linha de diálogo com os órgãos de fiscalização, principalmente com fiscais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e com agentes da Polícia Ambiental. Ao tratarmos desses temas com representantes dessas instituições, eles afirmaram que já tem ocorrido um esforço significativo no sentido de envolver as/os pescadoras/es em atividades educativas, bem como apontaram que têm desenvolvido atividades que objetivam aproximar os órgãos da população.

### **Algumas considerações**

Como se observou as/os pescadoras tradicionais participaram comunicativamente de todas as etapas da pesquisa desenvolvidas até este momento. Desde a identificação dos temas centrais, das políticas públicas acerca das quais nos debruçaríamos, dos locais e horários de encontros etc. Estabelecemos dialogicamente nossas agendas, procuramos – considerando sempre as nossas diferenças e proximidades epistemológicas – respeitar a pluralidade de dimensões existente em nossas interações.

Para elas/es o Pantanal é o mundo das relações interpessoais e das interações com a natureza em *sua completude*. Não é somente *suporte*, mas, diferentemente do que propõem o mercado e alguns agentes públicos, o Pantanal não se resume a fonte de emprego e renda, mas

é, sobretudo, fonte de vida. Essa região é, a partir de sua heterogeneidade ecológica, o ambiente que mediatiza suas relações interpessoais, lhes dá sentido à existência, a partir de onde as/os trabalhadoras/es da pesca, de maneira dialógica, como em seus enfrentamentos cotidianos, expressam as dimensões simbólicas e indentitárias que lhes caracterizam como comunidades tradicionais.

Em face do que é proposto pelas teorias de Freire e Habermas, a metodologia comunicativo-crítica proporciona encontros e vivências em que pessoas dispostas/os a dialogar interpretam e reinterpretem seu modo de pronunciar o mundo. O encontro é verdadeiro, nasce a partir das intencionalidades de cada sujeito e se materializa na intersubjetividade da práxis, na palavra verdadeira que constitui o diálogo freiriano.

Por isso, a comunicação não pode se reduzir a verbalismos, com vistas somente a expressar ou interpretar as coisas e os fatos e da vida cotidiana. Ela deve desvelar a realidade, para coordenar ações que potencializem situações propositivas de transformação, com vistas a superar condições de opressão. Verificamos nestes anos de diálogo que isso somente é possível se de fato estiverem estabelecidos entre as/os participantes os laços de confiança que lhes permitirão lançar mão das pretensões de verdade que caracterizam o agir comunicativo.

Estas interações dialéticas (mundo social, mundo subjetivo e mundo objetivo) são origem e resultado das práticas sociais, não se trata de simplificação das relações, mas de uma postura epistêmica (que para nós é retorno ao que é ontologicamente ser humano) que reconhece que a origem do conhecimento está na intersubjetividade, reside necessariamente no encontro. Decorre disso, então, que os processos educativos – porque intersubjetivos – podem ser conhecidos, criticados e potencializados no sentido da superação das situações de opressão, mediante ações educativas fundadas em princípios de uma ação dialógica (FREIRE, 2004).

Durante este processo educativo ambiental dialógico-crítico nos esforçamos por garantir que todas/os participassem comunicativamente de todas etapas da pesquisa. Não se tratou de doação e/ou tentativa de instrumentalizar acriticamente as comunidades, mas de encontro entre pessoas que pronunciam o mundo, entre os saberes tradicionais e a nossa contribuição com os saberes técnico-científicos objetivando o conhecimento dialógico. Para tanto, a partir do horizonte principiológico proposto pelo Tratado de educação ambiental, ao apresentarmos o conjunto de normas (leis, resoluções, instruções normativas, tratados e convenções internacionais) que regulamenta a atividade pesqueira, bem como alguns dos argumentos técnico-científicos que as consubstanciam, pudemos identificar dialogicamente as potencialidades desses instrumentos normativos, como também desvelar, problematizar e

propor ações de enfrentamento ao esvaziamento sociocultural neles implicado (SOUZA, LOGAREZZI, 2017b).

Posto isso, além de mediar os encontros, foi de nossa responsabilidade argumentar a partir de informações técnicas – dimensão instrumental – sobre as questões apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Nesse movimento cooperativo de interpretação da realidade mediatizadora o esforço reside também, em superar o monopólio da linguagem e da ação. Para tanto, em todos os nossos encontros relembramos dialogicamente os elementos essenciais ao diálogo propostos por Freire (2004), a fim de, a partir deles, estabelecêssemos um diálogo verdadeiro – despido de hierarquias –, a partir do qual todas/os as/os pudessem argumentar livre e coordenadamente.

Além do processo educativo que se deu durante a realização dessa pesquisa, citamos, abaixo, alguns encaminhamentos já consensuados e direcionados para as representações e/ou para o poder público: a) proposta de que o preço mínimo a ser pago pelo pescado vendido para a colônia e para a associação deve ser decidido em assembleia; b) parcerias com instituições públicas visando a promoção da cadeia produtiva; c) expediente à Sema com contribuições ao Cadastro Ambiental Rural; d) expediente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente solicitando a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável; e) expediente ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) com contribuições ao plano de manejo da Estação Ecológica de Taiamã e pedido de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável; f) expediente à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo objetivando que o município promova uma política municipal de pesca e aquicultura com vistas a incluir a categoria nas discussões atinentes ao entreposto de pesca; g) expediente à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer objetivando que o município implemente o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; h) reuniões com a Secretária Municipal de Educação, a fim de propor que o município inclua no currículo escolar a história/cultura das/os pescadoras/es tradicionais; i) reunião com Núcleo de Economia Solidária da Universidade do Estado de Mato Grosso com vistas a promover diálogos entre as/os pescadoras/es sobre formas justas de comercialização, com vistas a superar a ação de atravessadoras/es e das/os agiotas do peixe.

Como dito, de início, não houve consenso em propostas que diziam respeito a expedientes que poderiam ser encaminhados às instituições de fiscalização, especialmente à Polícia Ambiental e à Sema. Também acordamos que os encaminhamentos propostos, ainda no início da pesquisa, que tratariam da questão das/os pescadoras/es de seguro, deveriam ser retomados em outros diálogos, para depois apresentarmos as propostas das comunidades ao

poder público. Questões referentes a denúncias sobre pesca predatória, ação de atravessadoras/es e corrupção de agentes públicos também não foram consensuadas, mas permanecem abertas para que o grupo, se assim entender, possa oportunamente deliberar sobre elas.

### Referências

- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.
- AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*. n 49. 2000. p. 25-45.
- BRASIL. *Decreto nº 6.040* de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 06/09/2013
- BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- CALHEIROS, D. F.; ARNDT, E.; RODRIGUES, E. O.; SILVA, M.C. de A. Influências de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal Mato-Grossense, recomendações. Embrapa Pantanal. *Documentos*, 2009.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. v. 1 , 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7ª imp. São Paulo: Ática, 2008.
- DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Editora Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. Mitos e realidades sobre pescadores artesanais. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. *Série Trabalhos e Estudos*, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. NUPAUB, 2002.
- CATELLA, A.C. et al. Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, Documentos. 2012. 3p. Disponível em: <[http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf)>. Acesso em: 10/06/2013
- DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.
- \_\_\_\_\_. MEDEIROS, H. Q.; PREZOTTI, T. M. B. Impactos potenciais do Projeto HPP sobre as comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense. In: *Gestión Participativa de La Cuenca Hidrográfica Paraguai-Paraná*. Canadá: IDRC/CIDD, 1998, p. 326-327.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*, n. 50, 2000. p. 47-68.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós, 2001.

FREIRE, P. *Conscientização*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. SHOR, I. *Medo e ousadia*. O cotidiano do professor. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTI, M. *Educação e poder*. Introdução à pedagogia do conflito. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIRARD, Pierre. *Efeito cumulativo das barragens no Pantanal*. Campo Grande: Instituto Centro Vida, 2002.

GÓMEZ, A.; PUIGVERT, L.; FLECHA, R. Critical Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research, *Qualitative Inquiry* 17(3), p. 235-245. 2011.

\_\_\_\_\_. SILES, G.; TEJEDOR, M. Contribuyendo a la transformación social a través de la metodología comunicativa de investigación. *Qualitative Research in Education*, v. 1, n. 1, p. 36-57, 2012.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006.

GUTIÉRREZ, F. *Educação como práxis política*. São Paulo: Sumus, 1988.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.



HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. V.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de soluções. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA A. de C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP NUPALB, 2001.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político do conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOGAREZZI, A. J. M. Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais, 10º, 2009, Braga, Portugal. *Anais eletrônicos...* Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. CD ROM. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33ª, 2010, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítico-dialógica em comunidades de aprendizagem. In: MATHEUS, C. E. (Org.) *Educação ambiental: múltiplos olhares e saberes*. São Carlos: Rima, 2012.

LUCHMANN, L. H. H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. *Cadernos de pesquisa*, v. 33, p. 1-38, 2002.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. v. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac e Naify. 2003.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 61-77.

OLIVEIRA, M. W.; GONÇALVEZ e SILVA, P.B.; GONÇALVES JUNIOR, L. MONTRONE, A.V. G.; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *Anais*, 32<sup>a</sup>. ANPED: 2009. Disponível em: < <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5383--Int.pdf>>. Acesso em 10/05/2015

ÁVILA, G. R. P. T. de. *Viabilidade socioambiental do cooperativismo no setor de pesca profissional na baixada cuiabana*. Tese de doutorado. 86 f. Programa de pós-graduação em ecologia e recursos naturais. São Carlos: UFSCar, 2011.

RIEDER, A.; MAQUEA, V.; CASTRILLON, S. I. K. A visão do homem pantaneiro sobre o Pantanal. In: Simpósio sobre os recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal – os desafios do novo milênio. Nº 3, 2000, Corumbá – MS. *Anais...* Corumbá - MS: Embrapa, 2001 41 p.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SOUZA, S. C. de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais* Tese de doutorado. 300 p. Programa de pós- graduação em Ciências Ambientais. São Carlos: UFSCAR, 2017.

\_\_\_\_\_. IRIGARAY, C. T. J. H. Comentários à lei de gestão do Pantanal de Mato Grosso. *Amazônia Legal*, v. 2, n. 4, p. 41-59, 2008.

\_\_\_\_\_. IRIGARAY, C.T. J. H. A Lei de gestão da Bacia do Alto Paraguai: a participação dos grupos de interesse na formulação do marco legal no Pantanal de Mato de Grosso. In: IRIGARAY, C.T.J.H. (Org.) *Tutela Jurídica do Pantanal Mato-grossense*. 2017 // no prelo.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso, 2017b.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros, 2017c.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M.; PINHO, C. R. S.; COSTA, R. O. Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica, 2017.

TAVOLARO, S. B. F. Ação Comunicativa. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v.1. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005. p. 17-25.

WERLE, D. L.; MELO, R. S. (Org.) *Democracia deliberativa*. São Paulo: Singular – Esfera pública, 2007.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, p. 115-120, 2002.

## Artigo II

### **Educação ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso**

**Silvano Carmo de Souza**

Professor do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. Mestre em Ciências Ambientais. Doutorando em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade - Educação Ambiental.

**Amadeu José Montagnini Logarezzi**

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar  
Pós-doutorado em sociologia - UFSCar  
Coordenador do grupo de estudo e pesquisa em educação ambiental (Gepea / UFSCar)

Artigo submetido para a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*

Formatado de acordo com as diretrizes às/aos autoras/es conforme link

<http://revistas.ufpr.br/made/about/submissions#authorGuidelines>



Reunião realizada na Colônia Z-2 para tratarmos da Política municipal de pesca

## **Educação ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso**<sup>68</sup>

**Resumo:** esta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica foi desenvolvida no município de Cáceres, Pantanal de Mato Grosso. Durante dois anos dialogamos diariamente com pescadoras e pescadores tradicionais vinculadas/os a duas entidades de representação da categoria: a Colônia Z-2 e a Associação de Pescadores de Cáceres. Antes de se filiarem às entidades, essas pessoas e/ou seus familiares já desenvolviam tradicionalmente, há décadas, a pesca para subsistência. Além da inação do Estado, elas/es têm também enfrentado as forças de mercado – agronegócio, mineração, barragens, hidrovias etc. – que avançam sobre seus territórios de pesca e tentam lançá-las na invisibilidade sociocultural e institucional. Este artigo faz parte de uma tese de doutorado, em que um de seus objetivos específicos foi o de identificar os elementos obstaculizadores e os transformadores que interferem na participação comunicativa delas/es no âmbito de sua ação na esfera pública. Para a consecução dessa pesquisa utilizamos a metodologia comunicativo-crítica. Identificamos, dialogicamente, que há, em função da solidariedade interna e do giro dialógico característicos da ética tradicional ribeirinha pantaneira, um crescente interesse delas/es em participar, tanto das discussões sobre as tomadas de decisão de suas entidades, quanto dos processos de formulação do ordenamento pesqueiro. Apontam por exemplo que a participação é a única forma de superarem o esvaziamento sociocultural das normas estatais. Também notamos que pesquisas de educação ambiental embasadas em valores, práticas e conceitos dialógico-críticos potencializam a coordenação de ações com vistas à superação dos processos de opressão a que estas pessoas estão submetidas, potencialização intrinsecamente aliada à sua participação dialógica como sujeitos históricos, que são também capazes de ler seu mundo e buscar sua transformação.

**Palavras-chave:** Participação política no Pantanal. Educação ambiental dialógico-crítica. Educação ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal. Aprendizagem dialógica. Metodologia comunicativo-crítica.

---

<sup>68</sup> Este artigo foi elaborado no contexto de exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. A tese de doutorado da qual ele faz parte é composta de cinco artigos alinhavados entre si. O primeiro trata dos processos educativos transformadores na prática da pesca tradicional (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a); este, da participação das pescadoras/es na formulação das políticas públicas de pesca; o terceiro discorre sobre os saberes tradicionais e a conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c); o quarto apresenta os encaminhamentos e demais proposituras oriundas desta pesquisa que tratam das políticas públicas atinentes à pesca tradicional (SOUZA, et al. 2017); o quinto apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação ambiental dialógico – crítica e sobre o trabalho como condição ontológica dos seres humanos nos contextos de luta por libertação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d).

**Environmental Education and communicative participation for  
public policy development: dialogues with artisanal fisherman  
from Pantanal of Mato Grosso**

**Abstract:** This paper reports a research of environmental education with a critical-dialogical approach which was developed in Cáceres, Pantanal, Mato Grosso, Brazil. During two years we daily dialogued with traditional fisherman linked to two representative entities: the Colony Z-2 and the Cáceres Fishermen Association. Before being affiliated to these entities, these people and / or their families have already worked as traditional fisherman and fisherwoman for decades. Along this time they have faced the lack of action of government and the market forces, such as agribusiness, mining, dams, hidroway, that are taking over their fishing territories and want to make them sociocultural and institutional invisible. This article is part of a doctoral thesis, in which one of its specific objectives was to identify the obstacles and transforming elements that interfere with their communicative participation in the scope of their action in the public sphere. In order to achieve this research we use the communicative-critical methodology. We identified, dialogically, a growing concern in participating in both process especially due to their internal solidarity and to the dialogical turning typical of the riverside traditional ethics of Pantanal. We also noted that environmental education researches based on critical-dialogical values, practice and concepts enhance the coordination of actions to overcome oppression process that these people are submitted. This potential is intrinsically allied with their participation as dialogical and historical subjects that are capable of read their world and seek it transformation.

**Keywords:** Political participation in Pantanal. Critical-dialogical environmental education. Environmental education with traditional communities in Pantanal. Dialogical learning. Communicative-critical methodology.

## Introdução

*Nós só seremos respeitados se formos lá e falarmos o que queremos [...]. Eu só quero ter o direito de pescar em paz, entendeu? Rubafo<sup>69</sup>*

A participação tornou-se *slogan* do politicamente correto, do economicamente viável, do ambientalmente sustentável e do socialmente plausível. É muito comum líderes afirmarem que sua gestão é democrática e participativa, por isso legítima. Para Rahnema (2000) os “políticos dão às suas bases a impressão de que são sensíveis a seus problemas, e com frequência solicitam que essas os informem suas necessidades e aspirações” (p. 193). Há, portanto, um cenário importantíssimo para o desenvolvimento de atividades educativas que tratem dessa temática a partir dos conflitos socioambientais, já que poderão explicitar, em diálogo, os jogos de interesse imbricados nas ações de agentes públicos e de setores do capital.

Com o advento da Política nacional do meio ambiente – Lei Nº 6.938/1981, a capacitação para a participação ativa na defesa do meio ambiente através da educação ambiental passou a ser um princípio, a partir do qual as ações de governo devem respaldar-se. Do mesmo modo, o princípio 10 da Declaração do Rio afirma que “a melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados”. Ou seja, o estabelecimento de espaços de diálogo que oportunizem, além dos processos de formação, a participação ativa não é simples opção do Estado, mas obrigação instituída no estado democrático de direito. No âmbito constitucional a livre participação nos processos decisórios é fundamento para o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais.

Ao tratarmos de educação ambiental com pescadoras/es<sup>70</sup>, nos processos de formulação de políticas públicas, há de se reconhecer que o direito à participação plena e efetiva – através da livre manifestação dos interesses individuais e comunitários – deve ser reconhecido e problematizado por educadoras/es ambientais como condição *a priori* a partir da qual as atividades de pesquisa e de ensino devem ser desenvolvidas.

<sup>69</sup> Consensuamos, durante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, que as/os pescadoras/es serão identificadas/os por codinomes. A maioria delas/es escolheu nomes de animais e plantas do Pantanal.

<sup>70</sup> Freire (2015) em “Pedagogia da esperança” desculpa-se com as mulheres por seus textos antigos e defende a ruptura da dominância do gênero masculino na língua portuguesa. Neste sentido, optamos por utilizar uma linguagem não sexista nesta pesquisa e neste texto, repercutindo um novo discurso democrático que vem se construindo nas últimas décadas nesse sentido. De acordo com o autor, “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo... a relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas” (p. 94-95).

A participação da qual trataremos aqui é processo educativo como enunciado por Freire na década de sessenta (FREIRE, 2004), nada tendo de similar com o que referimos há pouco. Pelo contrário, para nós, participar é intervir *comunitária* e *conscientemente* na realidade com vistas a transformar situações de opressão em ambientes de diálogo igualitário. Participar é experienciar o mundo das coisas, para então transformá-lo. É colocar-se em um mundo humano repleto de acontecimentos, contradições e interesses como agentes transformadoras/es e não como vítimas da realidade. Por isso, a importância de pesquisas que são também ações educativas propositadamente voltadas para uma transformação que decorra da participação. Nesse sentido, ao pesquisar, as/os participantes desvelam em diálogo a realidade e, a partir disso, em comunhão com as/os pesquisadoras/es, deliberam sobre os passos a serem percorridos ao longo da pesquisa e seus encaminhamentos posteriores. Trata-se de uma pesquisa fundada em uma perspectiva transformadora (LOUREIRO, 2004) que trabalha com participação popular (FREIRE, 1992; FREIRE; NOGUEIRA, 1989).

Nesta perspectiva de participação, a partir da pesquisa alicerçada na educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012), objetivamos, portanto, identificar em diálogo com pescadoras e pescadores profissionais artesanais quais são os elementos obstaculizadores (que servem a processos de colonização do mundo da vida) e os transformadores (que servem a processos de resistência e enfrentamento à colonização) que dizem respeito à participação delas/es nas decisões cotidianas atinentes às entidades a que são filiadas/os, bem como nos processos de formulação de políticas públicas de pesca empreendidos pelo Estado.

### **1. As/os pescadoras/es profissionais artesanais<sup>71</sup>: movimento de resistência e de enfrentamento ao capital**

*Nós vamos ficar aqui, nosso acampamento é nossa casa! Pataquinha*

A pesca profissional artesanal é desenvolvida por mulheres e homens vinculadas/os a duas entidades: a Colônia de Pescadores de Cáceres (Colônia Z-2) e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres (Appec). São aproximadamente 580 profissionais filiadas/os à colônia e 300 filiadas/os à associação. Em grande medida, esta atividade profissional é realizada de forma artesanal e ocorre principalmente no rio Paraguai e em seus afluentes os rios Sepotuba, Jauru e Cabaçal. No âmbito do ordenamento pesqueiro a atividade de pesca comercial pode ser desenvolvida de duas formas: industrial ou artesanal; já a

<sup>71</sup> Pescadoras/es profissionais artesanais são aqui identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*, assim como na tese intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais”, como resultado de processo dialógico detalhado na referida tese (SOUZA, 2017, p. 19).

atividade pesqueira não comercial pode ser desenvolvida de três formas: científica, amadora ou de subsistência.

Como prevê o ordenamento pesqueiro estadual<sup>72</sup>, diferentemente da/o pescadora/or que subtrai o pescado para sua sobrevivência – pesca de subsistência – a/o profissional artesanal comercializa o seu pescado, que tem como destino principalmente o abastecimento da população local e regional. No contexto da pesca profissional artesanal realizada na região de Cáceres-MT, Souza e Logarezzi (2017a) identificaram que “apesar de muitas/os comercializarem o pescado em suas residências – numa rede de solidariedade elaborada há décadas – ainda assim, a comercialização é praticada, expressivamente, por atravessadoras/es” (p.72).

Ao discorrer sobre populações tradicionais Diegues (2002) aponta que, “apesar de poder, sob alguns aspectos, ser considerada uma categoria ocupacional” (p. 45), as/os pescadoras/es, particularmente as/os chamadas/os artesanais, apresentam um modo de vida particular e afirma ainda que as/os pantaneiras/os, a exemplo dos sujeitos dessa pesquisa, são fruto da miscigenação das tribos indígenas originais, com colonizadoras/es vindas/os do sudeste e com escravas/os negras/os. Aqui, adotaremos a noção de povos e comunidades tradicionais<sup>73</sup>, já que este conceito faz referência à luta incessante dessas pessoas pela permanência e/ou possibilidade de uso sociocultural de seus territórios<sup>74</sup>, trazendo, portanto, a discussão para o campo da justiça social (LITTLE, 2002).

Diegues et al. (2000) trazem consistentes contribuições para as reflexões que faremos nesse artigo, especialmente no que tange às relações entre ambiente, cultura, território e as lutas por direitos – empreendidas por meio da participação comunitária – que caracterizam essas comunidades. Brandão e Leal (2012), em importante análise desta obra, afirmam que o cenário descrito pelas autoras e autores “seja o mais completo dentre os que procuram, de alguma maneira, caracterizar a comunidade tradicional e seus derivados”. A partir disso o autor e a autora propõem inserir outros “qualificadores” que também identificam estas

---

<sup>72</sup> Política estadual de pesca do Estado de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 9.096 de 16/01/2009.

<sup>73</sup> Adotamos o conceito de *povos e comunidades tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto 6.040/2007. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto do processo dialógico do qual elas/es participaram, também expressa a questão do auto reconhecimento, das formas próprias de organização e da transmissão de saberes pela tradição.

<sup>74</sup> Adotamos o conceito de *territórios tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também expressa o caráter da temporalidade, característicos dos territórios das/os trabalhadoras/es com quem dialogamos. Elas e eles apontaram como sendo seus territórios, além dos locais onde ficam instalados seus acampamentos e barracos, também seus pontos de pesca: trechos, regiões, estirões, baías, baiotas etc. Estes últimos, espaços que são sazonalmente ocupados em função de um conjunto amplo e complexo de saberes tradicionais implicados na atividade pesqueira artesanal.



comunidades. Entre eles destacamos os que são *densamente* identificados nessa pesquisa: a transformação do ambiente, a autoctonia, a memória de lutas passadas de resistência, a história de lutas e de resistências atuais e a experiência da vida em territórios cercados e ameaçados. Também tomaremos como referência o conceito de conhecimento tradicional o adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para quem o conhecimento tradicional pode ser definido como

um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos (PNUMA, 2001, p. 5).

Ao promover a manutenção da sociobiodiversidade pantaneira, a atividade pesqueira artesanal desenvolvida na região de Cáceres se apresenta contra hegemônica<sup>75</sup>. Há uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA; 2017) que lhes garante, cotidianamente, condições empíricas de aproximações e luta por direitos e garantias. Entretanto, apesar de contribuir, substancialmente, com a manifestação da cultura pantaneira, além de ser fonte de renda e de proteína tanto para as/os pescadoras/es como para a população residente nos bairros periféricos do município, essas/es pescadoras/es afirmam que são tratadas/os como invisíveis pelo poder público.

## 2. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa

*Antes eu não falava, mas hoje eu falo, eu já sei o que tem que falar [...], eu conheço meus direitos! Acari*

### 2.1. Giro dialógico e a participação na sociedade da informação

O giro dialógico (AUBERT et al., 2008) presente na sociedade nas últimas décadas tem proporcionado condições de participação efetiva nos mais diversificados ambientes de convivência humana (AVRITZER, 2008). Como apontado por Demo (1996) e Freire (2004), estas condições de participação não são doações das elites detentoras do poder, mas sim conquistas oriundas dos movimentos dialógicos empreendidos por mulheres e homens que comunitariamente vêm desvelando sua realidade na busca da garantia de direitos fundamentais.

Em função das novas contingências da sociedade da informação (CASTELLS, 2005) há um ambiente propício para o surgimento de uma sociedade mais crítica, demandante e

<sup>75</sup> Nos termos gramscianos (GRUPPI, 1978), entendemos que há um movimento contra hegemônico nos enfrentamentos cotidianos empreendidos pelas/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que trata da defesa de seus territórios de pesca e de sua cultura.

comunicativa. Hoje em dia, a lógica da *imposição* dos argumentos com fins ao êxito individual tem sido questionada nos diversos níveis de interação e isso tem ocorrido desde os processos de formulação de tratados multilaterais até os acordos de convivência familiar. O giro dialógico é elemento-chave para desvelarmos as características, os obstáculos e as oportunidades de transformação da sociedade contemporânea. No âmbito da participação que se pretende realizar na esfera pública (Habermas, 2012a), entendemos que o giro dialógico é condição elementar, tanto para a garantia de direitos já consolidados na legislação, como para a formulação de novos direitos, especialmente aqueles adstritos aos povos e comunidades tradicionais. Há de se propor espaços de deliberação popular, onde essas pessoas possam debater sobre seus assuntos do dia a dia, com fins de promoverem ações no âmbito das estruturas estatais. Deste modo, ao tratar do tema da participação efetiva e sua relação com a teoria do agir comunicativo, Pinto (2005) afirma que ela

fornece, não só uma explicação para a existência de conselhos com participação popular, que intervêm na fixação de diretrizes de políticas públicas e de investimentos privados, mas mostra também que a consolidação destes espaços públicos autônomos, onde atuam os diversos grupos da sociedade civil, *é condição básica para a solução de uma série de patologias* que marcam as sociedades capitalistas contemporâneas (PINTO, 1995, p. 94, grifo nosso).

Assim, ao tratarmos de uma democracia que seja promovida de forma deliberativa<sup>76</sup>, dialogar sobre participação a partir do giro dialógico oferece-nos condições para acarearmos, reflexiva e intersubjetivamente, as situações de opressão com as de transformação, as quais estão intimamente imbricadas nas relações sociais e de poder em um determinado contexto social, a partir de um tempo e de um lugar no mundo. Na sociedade capitalista, as formas de apropriação do ambiente, os modos de produção e a relação promíscua entre mercado e Estado estão fundados no modelo de participação passiva, legitimadora dos interesses das classes dominantes, descomprometida com as reais demandas das /os trabalhadoras/es.

Exemplo disso são as audiências públicas que tratam de temáticas socioambientais – apresentação de relatórios de impacto ambiental – que, em sua maioria, são realizadas para

---

<sup>76</sup> A fim de superar as imposições antidialógicas – características dos contextos pouco democráticos nos quais estamos inseridas/os –, Habermas (1997) ao citar Cohen (1989) afirma que “a noção de uma democracia deliberativa está enraizada no ideal intuitivo de uma associação democrática na qual a justificação dos termos e das condições de associação efetua-se através *da argumentação pública e do intercâmbio racional entre cidadãos iguais*. Em tal ordem, os cidadãos engajam-se coletivamente para resolver, através de uma argumentação pública, os problemas resultantes de sua *escolha coletiva* e consideram suas instituições básicas legitimadas na medida em que estas conseguirem formar o quadro de uma deliberação pública conduzida com toda a liberdade” (HABERMAS, 1997. p. 28; COHEN, 1989. p. 21, grifos nossos). Como procuramos realizar na consecução da pesquisa que deu origem a este artigo, os autores estão propondo que, no âmbito de uma democracia deliberativa, as demandas da sociedade devem ser levadas à esfera pública, para que nela e a partir dela, as pessoas possam deliberar de maneira racional e coletiva sobre seu presente e seu futuro. O giro dialógico é fundamental nesse processo, já que encerra em si a disposição à problematização da realidade.

legitimar os interesses de setores do capital. Nesta pesquisa identificamos esse fato nos processos de licenciamento de pequenas centrais hidrelétricas ao longo dos rios da Bacia do Alto Paraguai. Pescadoras/es profissionais artesanais afirmaram terem participado de reuniões que trataram da implantação desses empreendimentos, mas que não entenderam os termos técnicos utilizados; não sabiam do que se tratava; foram convidados de última hora; as representações não souberam defender suas demandas – pois não havia reuniões preparatórios para participação. Mesmo diante disso os empreendimentos foram instalados e têm produzido importantes externalidades ambientais, além de prejudicar consideravelmente o exercício da atividade pesqueira.

Nestes contextos de participação, há evidenciada uma tentativa constante de imposição das pretensões do mercado sobre o mundo da vida de grupos historicamente espoliados pelo capital. Apesar disso, povos indígenas, camponesas/es, quilombolas, caiçaras, pescadoras/es artesanais etc. têm se articulado, em um movimento de *resistência comunitária*<sup>77</sup>, a fim de romper solidariamente com esse ciclo de colonização. Esses processos de resistência e enfrentamento podem ser identificados e potencializados através de ações de educação ambiental embasadas em valores, práticas e conceitos educativos comprometidos com uma transformação social decorrente da participação, como os propostos pela pedagogia freiriana. Em função deste giro dialógico, pesquisas como esta sugerem que espaços de *democracia deliberativa* sejam promovidos como forma de promoção de uma democracia de fato participativa, que objetive denunciar e superar a *cooptação* de espaços de participação empreendida pelo capital<sup>78</sup>. Como veremos, em função da natureza dialógico-crítica dessa pesquisa, nossas atividades pretenderam dialogar com elas/es sobre a importância da promoção de formas de participação pautadas em uma racionalidade diversa da racionalidade

---

<sup>77</sup> A partir do que Freire em *Pedagogia da esperança* (FREIRE, 2015) chamou de cultura de resistência (p. 147), também “concebemos resistência comunitária como uma consciência coletiva da necessidade de luta e possibilidades de mudanças. Trata-se, portanto, de um movimento fundado nos anseios comunitários que, sem ignorar as necessidades individuais, se transforma intersubjetivamente em resistamos – um permanente devenir da coletividade – é condição de sobrevivência digna da coletividade. Assim sendo, não se trata de algo dissociado dos consensos, acordos e dissensos do grupo, alienado da realidade, ingênuo, desprovido de materialidade”, como apontado em outra publicação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a, p. 84).

<sup>78</sup> Após uma densa análise de alguns trabalhos que estudaram vários mecanismos de participação realizados no Brasil, como, por exemplo, o orçamento participativo, Ottmann (2004) discute a importância destes mecanismos administrativos de participação, ressaltando seu potencial democrático. Entretanto o autor pondera que “os mecanismos administrativos de participação da sociedade civil podem facilmente assumir um papel estatista, ou mesmo constituir uma estratégia política que manipula a participação popular. De fato, parece que ao longo da última década líderes políticos elitistas têm cooptado as estruturas democráticas participativas. [...] num tal contexto, termos como 'esfera pública' facilitam politicamente a venda de tecnologias administrativas inovadoras como se fossem a genuína democracia participativa” (p. 72, destaque do autor). O que temos sustentado nos espaços de diálogo promovidos nesta pesquisa é que o ambiente dialógico-crítico nela estabelecido não deve ficar circunscrito aos nossos encontros, mas, para além desses, devem ser considerados nos demais espaços de participação onde elas/es agenciam suas vidas.

instrumental, mas substantivamente comprometida com o diálogo e a superação coletiva dos problemas em que estiverem implicadas/os.

## 2.2. *Agir comunicativo: comunicar para transformar a realidade*<sup>79</sup>

“Jürgen Habermas, através da teoria do agir comunicativo, publicada nos anos de 1980 (HABERMAS, 2012a; 2012b), parte da compreensão de que vivemos em uma sociedade dual, que a estrutura dessa sociedade é composta pelo mundo da vida e pelo sistema. Para ele, a realidade social é uma elaboração humana que não depende apenas do significado que as pessoas, particularmente, atribuem ao mundo, mas também dos significados construídos intersubjetivamente.

O mundo da vida constitui o âmbito *de atuação das pessoas*, interativamente: a efetivação da agência humana; é formado pela coexistência de três mundos: o mundo objetivo refere-se à totalidade das coisas sobre as quais os seres humanos podem emitir enunciados pretensamente verdadeiros e buscar entendimento sobre eles; o mundo social refere-se à totalidade das relações sociais que, tácita ou normatizadamente, referem a legitimidade de comportamentos pretensamente corretos em interações interpessoais; por sua vez, o mundo subjetivo diz respeito à totalidade das vivências às quais somente a/o falante tem acesso privilegiado e que ela/ele pode manifestar de modo pretensamente veraz a uma outra pessoa ou a um grupo. De outro lado, para Habermas (2012b), o sistema pode diferenciar-se em sistema econômico e sistema administrativo. O autor considera que além de guardarem entre si uma relação de complementaridade, eles constituem o âmbito *institucional* de organização e regulação da vida em sociedade.

Há evidentemente uma imbricação entre mundo da vida e sistema: de um lado, são também pessoas que efetivam a existência e a atuação do sistema e, de outro, as pessoas em seus mundos da vida de convivência cotidiana são também afetadas diretamente pelo sistema. Em princípio, para o autor, o mundo da vida é marcado prevalentemente pela busca do entendimento e, por sua vez, o sistema é marcado prevalentemente pela racionalidade instrumental, objetivando êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar dessa contradição e propor o agir comunicativo, como disposição humana de contraposição à colonização do mundo da vida, Habermas (2012a) afirma que

no agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo *êxito de si mesmos*; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes

---

<sup>79</sup> Essa seção do artigo foi extraída na íntegra da introdução de nossa tese de doutorado intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

de conciliar seus diversos planos de ação com base em *definições comuns* sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 496, grifos nossos).

Em sociedades de classes (FERNANDES, 2009), como a nossa, há uma progressiva desacoplagem entre o sistema e o mundo da vida. Para Habermas (2012a) ocorre um avanço da colonização do mundo da vida pelo sistema, na medida em que a burocratização (do Estado) e o dinheiro (do mercado) tomam espaços que antes eram ocupados pela solidariedade como princípio de tomada de decisão, inclusive no âmbito familiar e no comunitário. Com esse processo, ações comunicativas, que objetivam a coordenação de ações transformadoras a partir da busca do entendimento como compromisso coletivo a ser alcançado antes de tudo, são substituídas por ações orientadas prioritariamente pelo êxito individual, o que acaba por gerar patologias sociais.

Diante disso, com vistas a enfrentar estas patologias, Habermas afirma que, para além das ações que visem majoritariamente o êxito individual (fundadas em uma racionalidade instrumental), deve ser adotado o agir comunicativo<sup>80</sup>. Neste, as pessoas capazes de linguagem e ação, que estabelecem relações interpessoais – seja por meios verbais seja por meios extra verbais – podem alcançar objetivos pela via do entendimento (tendo o êxito *coletivo* como uma decorrência do entendimento e não como uma orientação *a priori*), de forma que através dele, do entendimento, seja possível coordenar os planos de ação decorrentes de um processo interativo e suas respectivas execuções. Para Habermas (2012a) todo ato de entendimento

pode ser concebido como parte de um procedimento cooperativo de interpretação, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas. Para tanto, são úteis os conceitos dos três mundos enquanto sistema de coordenadas suposto em comum, no qual os contextos situacionais podem ser ordenados de tal forma que se chegue a uma concordância sobre o que é que os envolvidos podem tratar como fato ou como norma vigente ou como vivência subjetiva (HABERMAS, 2012a, p. 138).

Posto isso, não se deve reduzir a compreensão sobre comunicação a simples conversação, que, por isso, se resume apenas a expressar ou a interpretar a realidade. Deve ir além, precisa ser uma forma de organização da ação, tem de ser um agir comunicativo, tem

---

<sup>80</sup> Para Habermas (1990) o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, onde as/os “participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação” (p. 72, grifo do autor), afirma ainda que isto ocorre da seguinte forma: “os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (idem). Diante disso Habermas estabelece a diferença entre o agir comunicativo e o agir estratégico apontando que o “agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica *dos planos individuais de ação*, mas na força racionalmente *motivadora de atos de entendimento*, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (idem, grifos nossos).

que ser práxis. Habermas introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Note-se que, nesse sentido, a

racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação [...] (HABERMAS, 2012a, p. 43).

Diferentemente da racionalidade instrumental, que propõe dominação da natureza como se dela não fizessemos parte metabólica e socialmente, a racionalidade comunicativa emerge em situações não coercivas, surge no encontro entre sujeitos históricos, valoriza a diversidade de olhares e saberes a partir de um lugar no mundo e é especialmente humanizante porque possibilita que as/os falantes coordenem seus atos através de uma ação comunicativa pautada nas pretensões de validade (verdade, retitude e veracidade), visando a busca do entendimento com fins à proposição de acordos coletivos que objetivem a coordenação de ações e a superação das situações problemáticas. Há, portanto, nos contextos de busca de entendimento para conseqüente coordenação de ações, uma articulação de ações a partir do melhor argumento (HABERMAS 2012a, p. 67), não uma imposição de ideias fundada no poder e/ou na manipulação perlocutiva que vise majoritariamente o êxito do falante.

Consideramos que nas situações de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017) sobre as quais estamos debruçadas/os nesta tese, apesar da permanente ingerência do Estado e do mercado, há no interior das comunidades tradicionais envolvidas *movimentos solidários internos de enfrentamento*, fundados em uma racionalidade que, mais do que diferente, ela denuncia a desumanização promovida pela racionalidade de base puramente instrumental do capital, e que, deste modo, irrompe resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Pensar este processo a partir da coordenação de ações coletivas baseadas no entendimento da comunidade envolvida, como descrevemos acima em Habermas, é plenamente consistente com o seu pensamento a partir da implicação dialética entre reflexão e ação que há na palavra verdadeira, que é práxis, emanada das relações dialógicas, como descrevemos anteriormente em Freire” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

### *2.3. Participação comunicativa para a transformação: ação dialógica a partir de quem e de onde?*

Na esteira da ação dialógica, em suas primeiras palavras na obra *Pedagogia da autonomia*, Freire (2002) discorre densamente sobre a partir de onde e de quem ele formulou

sua teoria da ação dialógica. O autor fala de seu compromisso ético com as/os condenadas/as da terra, com as/os excluídas/os. Freire faz essa observação para, desde logo, dizer a partir de onde ele escreve, sobre o “ponto de vista” de quem ele procura desvelar o mundo. Ele diz quais são suas prioridades, seus sonhos, a partir de onde tem pensado o mundo. A proposta de participação que desenvolvemos em diálogo as/os pescadoras/es nasce na pedagogia freiriana, surge da pretensão humanizadora teorizada na pedagogia do oprimido (FREIRE, 2004). Assim sendo, participar significa problematizar dialogicamente o mundo, de modo que este vai sendo conhecido e desvelado pelos sujeitos participantes, em processo no qual sujeitos e mundo vão sendo transformados, sempre na direção da libertação dos sistemas de opressão em que as/os dialogantes estiverem imersas/os, o que implica ganho de atividade histórica por parte dos sujeitos.

Como já foi dito, assim como nos fora ensinado por Paulo Freire, Jürgen Habermas – através da teoria do agir comunicativo – apresenta a necessidade do *agir comunicativo*, como possibilidade de enfrentamento aos processos de colonização do mundo da vida empreendidos pelo sistema. Sendo, para Habermas, as patologias sociais causadas pela intromissão do sistema no mundo da vida das pessoas há, nesse sentido, uma interferência nas motivações das decisões pessoais. Ao deliberarem, a partir do mundo colonizado, as pessoas deixam de explorar – consciente ou inconscientemente – o grande potencial que há no uso da linguagem para a busca do entendimento. Por isso há a necessidade de um agir comunicativo que aponte para a descolonização. Para isso, como ensinado por Freitag (2005), é necessário que prevaleça a liberdade, a autodeterminação, a autorrealização de todos os membros da sociedade através da participação e da articulação dos interesses e das vontades, no interior do mundo vivido. Nesse sentido, somente há participação plena se as/os dialogantes estiverem livres para propor e defender racionalmente seus argumentos.

Por participação comunicativa, entendemos ser encontro que se dá entre sujeitos de direito, dispostos a compartilhar sua humanidade na busca comunitária da formulação de proposições que visem melhorar as condições de vida das comunidades e, também, apresentar *respostas racionais* às contingências da vida. Participar comunicativamente é, portanto, interferir na realidade de forma consciente, coordenada e transformadora, que assim se faz diferentemente da participação passiva e dirigida, pois esta propõe um comportamento apático, subserviente e adaptativo à realidade social. A participação comunicativa é desveladora e plena porque ocorre entre seres humanos em processo de conscientização da realidade a que se propõem transformar em direções apontadas pelo próprio processo – portanto, também coletiva e participativamente.

Na relação dialógica que se pretende em ambientes de participação comunicativa, como sugerimos, não paira o mito da neutralidade ideológica – não se negam os conflitos, em nome de uma democracia que se funda em um *pseudoconsenso*. Pelo contrário, há sim o compromisso das pessoas participantes em assumir suas histórias e, a partir delas, buscar uma consciência crítica e libertadora. Nesse contexto de participação todas são sujeitos de sua história, pessoas que se reconhecem inacabadas e em processo de transformação. Todas são gentes que a partir de um determinado lugar na terra ou na água – revestidas de sua territorialidade – e comprometidas com sua história – mergulhadas em sua temporalidade – optaram por decidir suas vidas.

#### 2.4. Racionalidade ambiental e participação comunicativa

Diferentemente do que é pretendido pela racionalidade instrumental ou técnico-científica<sup>81</sup>, a questão da problemática ambiental não é um tema ideologicamente neutro (LEFF, 2006), tampouco é alheia a interesses políticos, educacionais, econômicos e culturais da sociedade. Pelo contrário, a problemática ambiental procede de um processo histórico capitaneado pelo modo de apropriação dos bens ambientais empreendido pelo capital. Nesse processo – fundado em uma racionalidade instrumental – o ser humano é desumanizado na medida que alienado de sua cultura. Diante disso, ao propor uma reapropriação social desses bens Leff (2004) afirma que,

diante do esbulho e marginalização de grupos majoritários da população, da ineficácia do Estado e da lógica do mercado para prover os bens e serviços básicos, a sociedade se levanta reclamando seu direito de participar na tomada de decisões das políticas públicas e na autogestão dos recursos produtivos que afetam suas condições de existência. Estes movimentos estão se fortalecendo com a legitimação das lutas sociais pela democracia (LEFF, 2004. p. 79).

A transformação do trabalho humano em riquezas, tomada como processo histórico, é tema central para a dialética marxiana. Essa perspectiva de análise da realidade socioeconômica nos convida a conhecer e problematizar as formas de uso do ambiente desenvolvidas pelos seres humanos na sociedade capitalista. Trata-se, nesse sentido, de conhecer como as pessoas afetam o ambiente e, em contrapartida, como elas são afetadas por

---

<sup>81</sup> Como apontado pela professora Marilena Chauí (CHAUI, 2008), os filósofos criadores da chamada Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica, consideram que existem “duas modalidades da razão: a *razão instrumental* ou razão técnico-científica, que está a serviço da exploração e da dominação, da opressão e da violência, e a *razão crítica* ou filosófica, que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força liberadora” (p. 82, grifo da autora). Diante disso, como proposto por Leff (2004; 2006; 2010), na esteira de uma racionalidade problematizadora, a racionalidade ambiental emerge na possibilidade de reestabelecemos *interativamente* as relações sociedade/ambiente a partir das pluralidades de vozes que compõem a vida em sociedade, considerando que tal reestabelecimento se dará na materialidade histórica que a entretetece.



ele. Como apontado por Leff (2006; 2010) e Porto-Gonçalves (2013), as abordagens acerca da temática ambiental na contemporaneidade implicam uma nova racionalidade, a *racionalidade ambiental*, que deve ser considerada nos processos de gestão e formulação de políticas públicas.

Tanto quanto a racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012a; 2012b), também a racionalidade ambiental (LEFF, 2004; 2006; 2010) emerge da práxis (FREIRE, 1980; 2004). A racionalidade ambiental propõe, em termos epistemológicos, o encontro entre as diversas formas de conhecer e agir no mundo. Para Leff (2010)

o saber ambiental constitui assim novas identidades, onde se inscrevem os atores sociais que mobilizam a transição para uma racionalidade ambiental. Nesse sentido, o saber ambiental se produz numa relação entre teoria e práxis. O conhecer não se encerra em sua relação objetiva com o mundo, e sim abre-se à produção de novos sentidos civilizatórios. Isso implica [...] gerar um novo saber no qual se reinscreve o ser no pensar e se reconfiguram as identidades mediante um diálogo de saberes, na dimensão aberta pela complexidade ambiental para o re-conhecimento e a re-apropriação do mundo (LEFF, 2010, p. 188-189).

Assim a racionalidade ambiental possibilita que, a partir de um lugar humanizado no mundo (que nesta pesquisa são os territórios tradicionais da pesca), os sujeitos de direito se humanizem a partir do uso livre da linguagem e de sua capacidade de ação, na relação consciência-mundo que se dá na historicidade da sua existência, na expressão de sua cultura, na ação-reflexão que *não* se enxerga acabada, conclusa, mas em constante transformação, já que é elaboração humana – essencialmente um permanente vir-a-ser. Como dito por Leff (2010),

uma racionalidade ambiental como fundamento de um desenvolvimento alternativo se constrói num sentido prospectivo, num processo de transformações históricas e mudanças sociais onde teoria e práxis seguem de mãos dadas [...]. (LEFF, 2010, p. 144).

Por isso, essa compressão da realidade não é meramente teórica, mas ajustada à realidade social – porque dela emerge. A relação dialética entre a realidade e o conhecimento que se tem dela é uma dinâmica que não propõe adaptação às imposições apresentadas pela sociedade capitalista, pelo contrário, é ontologicamente transformadora. Assim, a participação aqui é *enfrentante*, permanente, desconcertante, e por isso comunicativa; não admite a ditadura das predeterminações circunstanciais constringedoras.

A partir da racionalidade ambiental, é importante repensar a dialética sociedade/ambiente – de como os seres humanos interagem entre si e com a biosfera – dentro de um paradigma que apresenta, a partir da práxis, a interdependência dos sistemas ecológicos e dos sistemas humanos. Por isso não há, nessa perspectiva, como desvincular as deliberações da sociedade sobre sua interação com o ambiente dos problemas sociais que marcam todos os

contextos de decisão, com aspectos éticos, políticos, econômicos, educacionais, existenciais, enfim, culturais. Os benefícios e as patologias sociais decorrentes de nosso estilo de vida não são resultados de fatalismos, mas fruto das decisões humanas. Decorre disso também que há um pequeno grupo de privilegiadas/os decidindo sobre e participando da geração de externalidades ambientais e, em sentido contrário e como base de sustentação, um grande grupo de pessoas sendo principalmente afetado por tais externalidades, em decorrência de estar fora dos processos decisórios mais amplos e mais impactantes em suas condições de existência. Habermas (2012a) afirma que

sob o signo de uma razão instrumental autonomizada, a racionalidade da dominação da natureza mescla-se à irracionalidade do domínio das classes, e as forças produtivas desencadeadas estabilizam as relações de produção alienadoras (HABERMAS, 2012a, p. 267).

A sociedade capitalista tem orientado suas decisões e os respectivos modos de apropriação dos bens ambientais, majoritariamente, a partir de uma racionalidade instrumental, positivista, alienante, objetivadora. A burocratização do ensino, da política e da economia e a distribuição desigual do produto do trabalho social são expressões da era do globalismo (IANNI, 2004). O desenvolvimento sustentável e a proposta de economia verde, por exemplo, são – além de *slogans* de publicidade do neoliberalismo ecológico atual, também, proposituras que representam esta acomodação do discurso do capital à temática socioambiental. Há uma espécie de holofote apontado para o ecologismo acadêmico-mercantilista/capitalista<sup>82</sup>. Entretanto, este mesmo holofote acinzentado, propositadamente, o endeusamento do consumo, a maximização do lucro a partir da exploração da mão de obra das/os trabalhadoras/es, a produção crescente de resíduos e rejeitos e a degradação do ambiente, a qual efetivamente se generaliza e se aprofunda, com efeitos nefastos que vão do local ao global.

Há explicitamente, como denunciado pelas/os pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os, na realização de ações a partir da racionalidade instrumental, o interesse em dominar a natureza, subjugando os recursos e parte dos seres sociais e colocando as variáveis ambientais e socioculturais nas quais estamos inseridas/os em favor desse interesse. Esse domínio é justificado, de um lado, pelo antropocentrismo aí subjacente – que implica a dicotomia sociedade/ambiente – e, de outro, pelo assim consistente argumento de que os melhores fins escolhidos bastam para justificar os meios necessários para seu alcance. Mesmo

---

<sup>82</sup> O que chamamos aqui de ecologismo acadêmico-mercantilista/capitalista é o pensamento ecológico conservador-indolente (e as práticas dele decorrentes) que, deliberadamente, em função das amarras estabelecidas em suas alianças com o capital, desconsidera a pluralidade de vozes e saberes existentes sobre a sociobiodiversidade que compõe e é tão relevante à sustentabilidade do ambiente em que se desenvolvem nossos mundos da vida.

diante de uma sociedade (industrial) de risco (BECK, 2011) – que exige que repensemos urgentemente a ação humana sobre o ambiente –, persiste a inabalável confiança na *eficaz instrumentalidade* dos avanços tecnológicos, de tal modo que essa confiança prossegue orientando a maioria das tomadas de decisão do poder público.

Enfim, ao contrário disso, o que se sugere através da racionalidade ambiental é apreender a realidade e nela interferir a partir da complexidade que *a* compõe. A relação das pessoas com o meio ambiente deixa de ser de dominação, passando a incorporar a interdependência metabólica que historicamente lhe caracterizou, numa concepção de natureza como a totalidade à qual também nós pertencemos, inclusive com nossas relações sociais, nossas criações culturais, o nosso trabalho como atividade e seu resultado nossa impressão no mundo, nossas ideias, linguagens etc., uma natureza como substância que se expressa em tudo o que existe, inclusive os afetos decorrentes da nossa relação mente-corpo e da nossa relação sujeito-mundo, como em Espinosa<sup>83</sup> (2008). Para tanto, não nega a importância da tecnologia, da instrumentalidade, mas reconhece que ela não é um fim em si mesma. A racionalidade ambiental implica uma ampla revisão das relações que marcam o mundo, propondo um enfrentamento à linearidade empreendida pela modernidade. Para isso reconhece a multiplicidade de epistemologias que compõe a realidade e que, por isso, deve ser considerada na formulação de políticas públicas. Tal como proposta por Freire (1984; 2004), a racionalidade ambiental, parte da *realidade concreta*, funda-se na palavra verdadeira que é práxis, na ação reflexão que *não* se enxerga conclusa, mas em permanente transformação, já que é elaboração humana – essencialmente um permanente *vir-a-ser*.

---

<sup>83</sup> Embora esta edição da Autêntica tenha optado pela grafia do nome do autor como "Spinoza", aqui o citamos como "Espinosa", em favor da compatibilização com outras citações e com a maioria das publicações brasileiras de suas obras.

### 3. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa

Nessa pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012), utilizamos a metodologia comunicativo-crítica<sup>84</sup> – MCC (GOMÉZ et al., 2006; GOMÉZ, PUIGVERT, FLECHA, 2011), que é fundada na ação dialógica de Freire, no agir comunicativo de Habermas e na aprendizagem dialógica de Flecha (1997). A MCC é comunicativa porque “supera a dicotomia objeto/sujeito mediante a categoria da intersubjetividade e crítica (em consistência com a metodologia sociocrítica) porque parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas e da sociedade” (GÓMEZ et al., 2006, p. 12, tradução nossa). Souza (2017) afirma que nesta abordagem teórico-metodológica

considera-se respeitosamente a voz de todas/os as/os envolvidas/os no processo investigativo, de modo a não haver desnível epistemológico e nem hierarquia interpretativa entre participantes de diferentes inserções sociais/culturais. Com isso, distinguem-se os papéis de *pesquisadora/or acadêmica/o* e de pesquisadoras/es do contexto da pesquisa, ou popular, cujo encontro potencializa a produção do conhecimento dialógico, em que a elaboração teórica e a vivência prática interagem dialógica e dialeticamente, resultando numa práxis transformadora comprometida com os desafios aportados pelas pessoas do contexto, redundando ainda na perspectiva de coletivamente se fazerem sujeitos históricos. Destaca-se que a distinção entre esses papéis não implica a admissão daquele desnível ou daquela hierarquia. Na verdade, implica maior rigor na produção do conhecimento, na medida em que se aliam sistematização teórica acadêmica e contextualização prática popular (SOUZA, 2017, p. 51).

Para que de fato este processo investigativo “comunicativo-crítico” seja implementado na pesquisa, Flecha (1997) apresenta os princípios da aprendizagem dialógica que devem se fazer presentes no processo: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças. Objetivando estabelecer uma aproximação teórico-metodológica entre uma educação ambiental crítica e esses princípios, Logarezzi (2010) considera que o qualificativo crítica

inclui a denúncia das contradições sociais enquanto base da destruição ambiental [...]. Por sua vez, o qualificativo “dialógica” indica, também na concepção freiriana, que no fundamento do processo educativo estão a incompletude humana e a tomada de posição frente ao real, como ontologia e base da educabilidade [...]. (LOGAREZZI, 2010, p. 14)

Quanto às técnicas de coleta de dados, Gómez et al. (2006) afirmam que podem ser utilizadas tanto formas quantitativas quanto qualitativas, ressalvando que sejam orientadas por uma perspectiva dialógica, haja visto a natureza e a dimensão do que se investiga. Para tanto, nessa pesquisa foram utilizados a observação comunicativa, grupo de discussão comunicativo (p. 77-89) e a entrevista em profundidade (MINAYO, 2012).

<sup>84</sup> Metodologia comunicativa de investigación, em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

Assim como nas demais fases do projeto, as pessoas envolvidas em cada etapa do processo investigativo participaram ativamente da fase de análise dos dados, consolidando a ruptura com os desníveis epistemológicos e interpretativos. Como apresentado por Souza (2017), procuramos identificar duas dimensões presentes na realidade dessas pessoas: a obstaculizadora – que configura barreiras que impedem ou dificultam a efetivação de maior igualdade social –, e a transformadora – que mostra as formas ou os caminhos de superação dessas barreiras. Por exemplo, as/os pescadoras/es que participaram das entrevistas, além de validarem as transcrições, concomitantemente, analisaram os dados a partir destas dimensões de análise. Participaram de forma direta das atividades educativas 83 pessoas, sendo 25 pescadoras e 58 pescadores, vinculadas às duas entidades. Durante a observação comunicativa dialogamos com 71 pessoas (ocorreu entre os meses de dezembro de 2014 a março de 2015), na entrevista em profundidade com 40 pessoas (ocorreu entre os meses de março de 2014 a setembro de 2014) e nos grupos de discussão comunicativos com 16 pessoas<sup>85</sup> (nosso primeiro grupo de discussão comunicativo foi criado em fevereiro de 2015 para tratar das áreas de uso restrito no Pantanal de Mato Grosso, como subsídio ao Cadastro Ambiental Rural. Os demais grupos foram criados durante os anos de 2015 e 2016). Todas as pessoas que participaram das entrevistas em profundidade e dos grupos de discussão comunicativos (GDC) assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética da UFSCar<sup>86</sup>.

As informações oriundas de nossos diálogos foram registradas diariamente em cadernos de campo e organizadas em matrizes de análise dispostas em temas, categorias, subcategorias e dimensões. Como descrito por Souza (2017), esses dados são de natureza complexa e foram sistematizados em quadros<sup>87</sup> baseados no esquema do quadro 1. O autor

---

<sup>85</sup> Os GDC trataram dos seguintes temas: a) registro de saberes tradicionais e inclusão de sua história nos currículos das escolas municipais; b) a política municipal de pesca; c) a questão territorial: participação no processo de discussão sobre o Plano de Manejo da ESEC de Taiamã e a demanda pela Unidade de Conservação de Uso Sustentável; e d) áreas de uso restrito sob o olhar das/os pescadoras/es profissionais artesanais – subsídios ao Cadastro ambiental rural (CAR).

<sup>86</sup> Para as transcrições, nos esforçamos em seguir as orientações de Whitaker et al. (2002). Ao tratarmos do respeito à cultura da mulher e do homem rural, as autoras e os autores consideram que “respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. Como nossos diálogos na observação comunicativa, nos grupos de discussão comunicativos e na validação das entrevistas não foram gravados, as notas e respectivas análises estão arroladas em nossos cadernos de campo. Ressalte-se ainda que, todas as transcrições – sejam as oriundas das gravações das entrevistas ou das notas dos cadernos de campo – foram validadas com as/os participantes da pesquisa em um processo longo de leitura e interpretação densamente comprometido com o referencial teórico-metodológico da pesquisa.

<sup>87</sup> Foi sistematizado um quadro para cada tema – neste artigo, tratamos particularmente do tema da participação. Na pesquisa mais ampla, surgiram ainda outros temas: o exercício da pesca tradicional (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a), da conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c). Também em Souza (2017,

afirma que “essa complexidade implica alguma imprecisão ou ambivalência da localização de certos dados nas células do quadro” (p. 53). Entretanto, durante a pesquisa, em um esforço eminentemente coletivo e dialógico, esforçamo-nos em localizar nas falas dos sujeitos da pesquisa, elementos que possam ser identificados de acordo com a temática da participação, com as categorias mundo da vida e sistema, com as subcategorias sujeito, Colônia Z-2/Appec, Estado e mercado e, por fim, com as dimensões obstaculizadora e transformadora, que se cruzam nas respectivas células indicadas no quadro 1.

**Quadro 1 – Sistematização dos dados referentes à temática da participação**

Dimensões	Tema, categorias e subcategorias			
	Participação nos processos políticos internos e externos (P)			
	Mundo da vida (M)	Sistema (S)		
	Sujeito	Representação: Colônia Z-2 / Appec	Estado	Mercado
Obstaculizadora (O)	POMs	POSr	POSe	POSm
Transformadora (T)	PTMs	PTSr	PTSe	PTSm

**Legenda:** P = Participação nos processos políticos internos e externos; M = Mundo da vida; S = Sistema; O = Obstaculizadora; T = Transformadora; s = Sujeito; r = representação; e = estado; m = mercado. A primeira letra da sigla se refere ao tema (P), a segunda à dimensão (O ou T), a terceira à categoria (M ou S) e a quarta à subcategoria (s, r, e ou m).

#### 4. A participação comunicativa e a prática educativa: diálogos sobre as políticas públicas de pesca

*Nós somos quase invisíveis para os governantes, só enxergam nosso voto, mas não enxergam nossas necessidades. Hoje nós estamos mais organizados, a gente participa mais e eles têm que nos ouvir. Lambari [PTMs]*

Durante a realização de nossa pesquisa procuramos garantir a participação comunicativa de todas as pessoas envolvidas nas atividades educativas. Tanto durante a observação comunicativa, quanto nas entrevistas e nos Grupos de discussão comunicativos, as/os pescadoras/es profissionais artesanais participaram ativamente de todo o processo

---

p. 275-280) foram sistematizados quadros contendo os temas e vários outros os elementos de análise dialógicamente identificados nessa pesquisa.

investigativo: na escolha dos temas significativos (FREIRE, 1980. p.30), das técnicas de coletas de dados, dos períodos e nos locais de encontro etc. Na medida em que conseguimos sincronizar nossas agendas fomos construindo solidariamente nossas atividades de pesquisa. Nesse sentido, como preconizado pela MCC, o diálogo ocupou a centralidade de nossas atividades.

Partindo de uma compreensão dialógico-crítica da realidade socioambiental em que os sujeitos envolvidos nessa pesquisa estão inseridos, esta pesquisa – que é também prática educativa –, se desenvolveu no sentido de, ao pesquisar, garantir o anúncio e a denúncia que somente é possível emergir nas vozes das pessoas que sonham e que planejam suas vidas a partir de um espaço culturalmente desenhado há séculos, como é o caso do Pantanal de Mato Grosso. Concordamos com Freire (2001) quando ao discorrer sobre educação e participação comunitária, argumenta densamente sobre a necessidade do estabelecimento processual de *um fazer educativo*, fundado em princípios dialógicos, que, de fato, seja comprometido com as transformações sociais pretendidas pelas pessoas envolvidas; que lhes garanta, portanto, autonomia propositiva, crítica e criativa.

#### 4.1. *Diálogos sobre a participação nos processos políticos internos de deliberação*

Tanto a Colônia Z-2 quanto a Appec são pessoas jurídicas de direito privado, são regidas por estatuto. As regras de participação são pré-estabelecidas e, à luz da legislação constitucional e cível, procuram garantir a cidadania como direito que se dá através do livre exercício da linguagem. Apesar de reconhecerem que as reuniões são momentos importantes de fortalecimento dos laços de amizade e de reencontro da categoria, as/os pescadoras/es filiadas/os às duas instituições discorreram longamente sobre os motivos pelos quais sua participação nesse processo é limitada e não plena como queriam.

Para a maioria das/os pescadoras/es com quem dialogamos – nas três técnicas de coleta de dados – as reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas pelas entidades são pouco dialógicas. Segundo essa maioria: as falas são centralizadas nas/os representantes; os temas a serem tratados não são decididos coletivamente; muitas reuniões são realizadas enquanto a pesca está aberta; as reuniões não são propositivas, mas simplesmente consultivas e legitimadoras de decisões muitas vezes já adotadas pelas diretorias. Como relatado abaixo pelos pescadores Surubim, Pintado e pela pescadora Saicanga há a necessidade de tornar esses ambientes em espaços de deliberação democrática.

*Eu estou na [...] sempre vou nas reuniões, mas quando chega lá é sempre a mesma coisa, só eles da diretoria que falam, eu já quis falar mas fica aquele negócio:*

*“gente fale mais rápido”, daí eu não sou criança para ouvir isso [...].* Surubim [POSr]

*Nós vamos nas reuniões [...], mas na maioria das vezes é só para aceitar o que eles já decidiram. Sempre foi assim, fala que é para a gente falar, mas na hora que alguém fala é só cortada e patada. Pensam que pescador é tudo anta, mas não! É que a gente depende dos papéis para o seguro, se não, já teríamos saído de lá.* Saicanga [POSr]

*Eu sempre quis que a gente decidisse o preço do peixe nas reuniões, mas o povo não aceita, quem decide é a [...] e pronto! Eu já dei essa sugestão, mas ninguém aceita.* Pintado [POSr]

Diante destes e outros argumentos expostos pelas/os pescadoras/es, procuramos apresentar diariamente em nossos encontros os elementos essenciais ao diálogo propostos por Freire (2004) como condição primeira para a participação comunicativa. Dialogamos sobre o amor ao mundo, à vida e aos seres humanos, sobre a humildade, a fé nos seres humanos, a confiança em nossas/os interlocutoras/es, a esperança freiriana de fazer história e do pensar verdadeiro, potencializador da transformação social necessária.

Além dos elementos do diálogo freiriano, sempre que tratamos da participação comunicativa, também dialogamos sobre os postulados da MCC, especialmente, os que versam sobre a *racionalidade comunicativa*, o *conhecimento dialógico*, a *universalidade da linguagem* e o que propõe que todas as pessoas são *agentes sociais transformadoras/es* (GÓMEZ et al., 2006). A apresentação dos elementos da dialogicidade e dos postulados da metodologia visou sempre identificar, a partir do diálogo freiriano, os aspectos autoritários e opressores presentes nos ambientes de participação acerca dos quais conversávamos, percebendo-os como componentes gerais presentes nas situações-limites vivenciadas. Além disso, identificávamos intersubjetivamente os aspectos emancipadores imbricados em uma participação consciente e propositiva. Objetivou, também, demonstrar que tanto os elementos essenciais ao diálogo quanto os postulados da MCC apontam para um processo de desvelamento da realidade na procura, permanente, de libertação dos processos de descolonização do mundo da vida.

A título de exemplo, uma das questões apontadas *por todas as pessoas* com quem dialogamos como elemento obstaculizador à participação diz respeito à atuação de “pescadoras/es de seguro”, conhecidas/os também como “pescadoras/es de carteira”<sup>88</sup>. Para elas e para eles o grande número de pessoas que não são pescadoras/es, mas recebem o

---

<sup>88</sup> Desde nossos primeiros encontros as/os pescadoras/es tradicionais, que efetivamente desenvolvem a atividade pesqueira artesanal e têm nela sua única e/ou principal fonte de renda, falaram sobre as/os pescadoras/es que, apesar de serem filiadas/os às entidades de representação, não desenvolvem a atividade pesqueira. Diante desse quadro, que tem suscitado muitos conflitos entre elas/es, consensuamos denominar essas pescadoras/es de “pescadoras/es de seguro” ou “pescadoras/es de carteira”.



seguro, além de desmotivar a participação, também, desmoraliza e fragiliza as demandas da categoria.

*A gente chega na reunião e a maioria que está lá é gente que nem vai no rio, [...] fica só naquele lenga lenga de: “tem que pagar a mensalidade para ter direito ao seguro” [...] a maioria só quer saber do seguro. Pescador que vive no rio não quer ir na reunião para ouvir essas coisas, nós queremos é nossos financiamentos e nossos outros direitos, não é só seguro. Piapara [POMs]*

*A própria comunidade quase que nem acredita mais em nós. Se você fala que é pescadora as pessoas já desconfiam da gente. Para mim isso é tudo culpa dessa gente que só quer o seguro, mas é costureira, vende natura, avon [...]. Urtiga [POMs]*

Como relatado pelo pescador Piapara e pela pescadora Urtiga o aumento no número de filiadas/os às duas entidades nos últimos anos tem desmotivado e desarticulado a categoria, pois não há por parte destas/es pseudopescadoras/es interesse nas demais demandas da classe e, além disso, desmotivam a participação daquelas/es que realmente pescam. Posto isso, elas/es, embora rebatam veementemente o senso comum de que pescadoras/es profissionais são os *responsáveis pela diminuição dos estoques de peixeiro* na região, compreendem os motivos pelos quais a sociedade tem uma visão distorcida com respeito a esse tema. O pescador Fidalgo e a pescadora Piau afirmam que

*a gente não consegue mais nada do governo porque todo mundo pensa que tem mais de mil pescadores aqui em Cáceres, todo mundo tem um parente pescador (risos). Eu acho que não tem nem trezentos que pescam mesmo [...] eles vendem a guia; preenchem sempre com a cota máxima. Se fosse assim não teria mais peixe aqui, já pensou tudo isso de pescador e mais os turistas? Fidalgo [POMs]*

*Você já sabe quem vai no rio Silvano, você já conhece, são poucos. O problema é que todo mundo quer o seguro e fica preenchendo a guia de qualquer jeito. A maioria desse povo que vai lá pegar o seguro não conhece esse rio, mas quem sofre somos nós, tem que colocar a polícia federal no [...] desse povo. Piau [POMs]*

Diante destes argumentos, dialogamos sobre a portaria interministerial 192 de 5 de outubro de 2015 emitida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Segundo nota emitida pelo Mapa, a norma tem por objetivo, além do cadastramento dos beneficiários do sistema, a revisão das áreas de abrangência, a contribuição das/os pescadoras/es para a previdência e a regularização da aplicação dos recursos públicos pelo governo.

Apesar de considerarem a portaria ecologicamente inconsistente, por suspender o defeso<sup>89</sup> em algumas regiões do país, e socialmente excludente, por prejudicar principalmente

---

<sup>89</sup> Conforme arrolado no artigo 2º, inciso XIX da Lei 11.959/2009 (Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca), o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos

aquelas/es que realmente vivem da pesca, as/os pescadoras/es argumentam pela necessidade urgente do cadastramento. A pescadora Chuncha disse que *“tem que passar um pente fino nesses ‘pescadores de seguro’ [...], aqui perto de casa moram vários que não sabem nada de peixe e já receberam o seguro e eu até agora nada”*. Elas/es argumentaram que a médio e longo prazo o Estado não conseguiria continuar garantindo os direitos daquelas/es que verdadeiramente pescam, já que tem aumentado significativamente o número de “pescadoras/es de seguro”.

No que diz respeito aos aspectos éticos que envolvem essa temática, também dialogamos sobre a necessidade de sensibilizar as/os demais pescadoras/es para que elas/es não abonem a filiação de pessoas que não são pescadoras/es, já que para a filiação é necessário o aval de pelo menos duas/dois pescadoras/es. Também consensuamos que elas/es, sempre que possível, devem tratar desse tema nas reuniões ordinárias e extraordinárias das agremiações, pois se trata de um tema prioritário para elas/es.

Ainda como elementos obstaculizadores à participação comunicativa, elas/es relataram que: a) muitas/os pescadoras/es moram em locais distantes das entidades e, às vezes, não podem participar, ou não ficam sabendo das datas e dos horários das reuniões; b) não acreditam que a situação de opressão a que são submetidas/os pelo Estado e por setores do mercado diminuirá; c) não incentivam as/os filhas/os a participar das reuniões porque não querem que elas/es sejam pescadoras/es profissionais tendo em vista o modelo de gestão da pesca adotado pelo Estado e as intromissões do mercado; d) afirmam, também, que o conflito político que existe entre as lideranças das agremiações, apesar de não interferir no companheirismo entre elas/es no dia a dia da pesca, desarticula a categoria, desmotivando a participação.

Sobre esse último ponto, embora assinalarem a falta de diálogo entre as lideranças como elemento obstaculizador à participação, afirmaram que esse comportamento político não tem interferido na relação existente entre elas/es. De fato, durante a observação comunicativa, na realização das entrevistas, na validação dos dados e no dia a dia nos acampamentos encontramos muitas/os pescadoras/es filiadas/os às duas agremiações trabalhando juntas/os, compartilhando apetrechos, trocando informações sobre a movimentação de cardumes. Inclusive, no que tange à comercialização, identificamos um grupo de pelo menos 20 pescadoras/es pertencentes a entidades diferentes que compartilham informações sobre o preço do pescado, ação de atravessadoras/es, movimentação da

---

naturais ou acidentes. Em Mato Grosso compete ao Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) emitir um expediente normativo que trata das espécies a serem protegidas, bem como do período de defeso a ser respeitado.

fiscalização etc. Em diálogo que tratávamos dos princípios que orientam a economia solidária os pescadores Fidalgo e Pintado disseram que:

*nós precisamos reunir os pescadores da Appec e lá da Colônia, nós somos uma classe só, pra gente falar sobre o preço do nosso peixe. Só dessa forma é que a gente vai conseguir reverter isso aí. Se não vai continuar os atravessadores conversando e dando do preço do nosso peixe [...]. Fidalgo [PTMs]*

*No rio ninguém quer saber se você é da colônia ou da associação, todo mundo é pescador. Eu sou da colônia, mas sempre estou junto com os companheiros da associação, nós temos que lutar por nossos direitos juntos, essa briga [...] só prejudica nós. Pintado [PTMs]*

A solidariedade entre as/os pescadoras/es tradicionais, que pescam nas mesmas regiões e/ou compartilham suas estruturas de trabalho, é um dos principais elementos transformadores identificados em nossa pesquisa. É na *solidariedade dos existires* que elas/es se encontram; tanto para o exercício da pesca, quanto para a participação nos processos de decisão internas a solidariedade é fundamental. A rede criativa que facilita a circulação de informações é muito importante, especialmente, porque em muitas regiões onde elas/es acampam não há, por exemplo, sinal para a comunicação via celular. É no contato pessoal – no diálogo face a face – que elas e eles compartilham as datas, pautas e suas considerações sobre as reuniões.

A título de exemplo, em um de nossos grupos de discussão comunicativos em que formulamos um conjunto de contribuições conceituais<sup>90</sup> enviadas à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), enquanto permanecíamos na cidade, as/os pescadoras/es que retornavam para a pescaria compartilhavam o que havíamos formulado com aquelas/es que retornariam nas próximas semanas. Ao chegarem, ao invés de retomarmos os conceitos iniciais, elas/es já apresentavam seu entendimento sobre o que haviam dialogado nos dias de pescaria. Outro exemplo diz respeito aos convites e à contextualização das pautas para as reuniões da colônia, da associação e dos grupos de discussão comunicativos. As pescadoras Ximburé, Beija Flor, Piau e os pescadores Pintado, Pataquinha, Pacupeva, Fidalgo, Jaú, Cocha de Nego entre outras/os, realizam estas atividades cotidianamente e relatam haver um contínuo de informações entre elas/es que facilita a mobilização e a articulação da categoria com vistas a participar – mesmo que passivamente – das ações internas de suas agremiações.

---

<sup>90</sup> Trata-se do grupo de discussão comunicativo que dialogou sobre o tema das áreas de uso restrito sob o olhar das/os pescadoras/es profissionais artesanais – subsídios ao Cadastro Ambiental Rural a ser implantado no estado de Mato Grosso. Além das pescadoras e dos pescadores, também participou desse grupo a educadora Cláudia de Pinho representante dos povos e das comunidades tradicionais pantaneiras na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

Em nossa reunião de validação dos dados oriundos da observação comunicativa, a pescadora Ximburé e o pecador Jaú falaram das dificuldades de comunicação e sobre a importância do diálogo para que as informações circulem entre elas/eles.

*Lá, onde nós ficamos, não tem sinal de celular e não tem essa internet. Tudo é no boca a boca [...] nós conhecemos todos os acampamentos, o barulho da rabeta dos companheiros, o jeito de cada um manobrar a canoa, lá no rio todo mundo sabe quem pesca e quem não pesca. Jaú [PTMs]*

*Eu e Tuiuiu ficamos mais no rio do que aqui na cidade, eu prefiro lá do que aqui. Só que lá não pega telefone [...] nós conversamos com o pessoal que pesca lá perto da nossa área sobre o que fala nas reuniões porque nem todo mundo vem, depois eles ficam perdidos. Ximburé [PTMs]*

Note-se que pescadoras/es que atuam em regiões mais distantes da área urbana têm dificuldades de comunicação, diante disso as *interações dialógicas* que culturalmente ocorrem nos encontros, seja durante a pescaria ou nos intervalos da atividade econômica são fundamentais para a circulação de informações. Essa disposição solidária à comunicação comunitária, a nosso ver, favorece e potencializa a proposta pedagógica imbricada na educação ambiental dialógico-crítica, porque, desde já, encontra um cenário de pré-disposição ao diálogo igualitário e à igualdade de diferenças, por exemplo.

#### *4.2. Diálogos sobre a participação nos processos de formulação de políticas públicas estatais*

No âmbito federal a pesca é regulamentada pela Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca instituída pela Lei nº 11.959/2009; já no âmbito estadual a atividade é regida pela Política estadual de pesca – Lei nº 9.096/2009. Em *função do giro dialógico*, decorrente do maior acesso a informação, estas normas representam um avanço importante, especialmente, porque a partir delas um conjunto de garantias sociais e trabalhistas passou a ser implementado.

Entre os instrumentos previstos no ordenamento para a sustentabilidade da atividade pesqueira, dialogamos – à luz da dialogicidade freiriana (FREIRE, 2004) – sobre: a participação social; educação ambiental; a determinação de áreas especialmente protegidas; a pesquisa; o sistema de informações; o controle e a fiscalização; o crédito para fomento; conservação da biodiversidade de peixes e a conservação da biodiversidade; medidas de captura e política de cotas etc. Como dito, anteriormente, um dos objetivos de nossa pesquisa foi de identificar, a partir das vozes das/os pescadoras/es artesanais, quais instrumentos das políticas públicas de pesca influem em seu dia a dia e, a partir disso, como elas/es têm reagido diante desses afetos.

4.2.a. *A participação como direito humano fundamental:  
a denúncia do descumprimento de um preceito elementar*

A *promoção da participação*, consubstanciada na dignidade da pessoa humana e na justiça socioambiental, é um dos instrumentos de fortalecimento de uma democracia verdadeiramente participativa<sup>91</sup> e se apresenta como uma importante ação comunitária de superação das formas de *participação passiva* implicadas na democracia representativa. Loureiro (2006) afirma que “a participação, com bases materiais asseguradas, é o eixo essencial para a democratização e a concretização de um modelo de desenvolvimento alternativo (p. 47). Ao tratar dos processos de formulação de políticas públicas que envolvam pescadoras e pescadores artesanais, Silva (2014) considera que

a gestão participativa exige uma participação ativa e construtiva dos pescadores que envolvem discussões e tomada de decisão conjunta sobre assuntos relacionados ao cotidiano da pesca como o uso de artes de pesca, espécies capturadas, uso de áreas de pesca, conflitos, relações familiares e de compadrio, entre outros (SILVA, 2014, p. 18)

Neste sentido, a consulta às comunidades tradicionais de pescadoras/es não é uma opção, ou uma possibilidade discricionária do estado, mas obrigação do poder público, também não pode ser reduzida a um momento de legitimação dos interesses do capital, pelo contrário deve ser um processo permanente diálogo. Para dialogarmos com as/os pescadoras/es acerca desse direito, em um de nossos GDC e na validação de todas as entrevistas, utilizamos como texto de referência a Convenção 169/1989 da Organização

---

<sup>91</sup> Habermas (1997) afirma que o “processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (p. 18). Após retomar alguns aspectos teóricos atinentes ao processo democrático, tanto na perspectiva liberal quanto na perspectiva republicana, ele afirma que a “teoria do discurso [do agir comunicativo] assimila elementos de ambos os lados, integrando-os no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão. Esse processo democrático estabelece umnexo interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discurso da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais e equitativos” (ibidem, p. 19). Para tanto, Habermas sustenta que a “teoria do discurso conta com a *intersubjetividade de processos de entendimento*, situada num nível superior, os quais se realizam através de procedimentos democráticos ou na rede comunicacional de esferas públicas políticas” (ibidem, p. 21-22, grifo nosso).

Como assinalado por Souza e Logarezzi (2017a), “por exemplo, as formas de aferimento das vontades populares não podem ser resumidas ao sufrágio, que em grande medida acabam por redundar em uma representação passiva e descomprometida com as demandas concretas/diárias da coletividade. Mas supera essa concepção de participação, suscitando e valorizando a promoção de espaços/momentos diferenciados de participação, onde as pessoas possam apresentar e dialogar sobre suas demandas particulares e coletivas; também reivindica que as decisões devem ser precedidas por debates, diálogos que deverão/poderão ocorrer tanto nos espaços institucionalizados (legislativos p. ex.) como também em reuniões, conselhos, encontros etc. Há, portanto, a necessária inclusão verdadeira (inserção comunitária que se faz de forma crítica e não como resultado da doação e/ou do favor de quem quer que seja) de diferentes vozes nos processos de formulação de políticas a serem empreendidas na esfera pública. Para tanto é importante que nestes ambientes de participação todas e todos tenham direito a voz (que não haja imposição de ideias), sendo também fundamental que a participação seja racionalmente motivada, a fim de que estes ambientes e as ações deles resultantes sejam, de fato, mais reflexivos, respeitosos e justos” (p. 75, grifo dos autores).

Internacional do Trabalho (OIT) que trata dos direitos humanos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais em âmbito internacional; bem como o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (PNPCT). Conforme prevê o artigo 2º da Convenção 169 da OIT, os governos signatários

deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, *com a participação dos povos interessados*, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade. Essa ação deverá incluir medidas: que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população [...]. (grifo nosso)

Na esteira do que fora ratificado pelo governo brasileiro através dessa convenção, o artigo 1º, inciso X, da Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais determina que

as ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da PNPCT deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios: [...] X – a promoção dos *meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais* nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses. (grifo nosso)

O Estado brasileiro possui um importante arcabouço legal que garante – pelo menos em tese – a efetiva participação dos povos e comunidades nos espaços de tomada de decisão. Com fundamento nestes dispositivos, tratamos densamente sobre a participação delas/es nos conselhos em que a categoria têm assento. Sinalizamos sempre que o Estado deve promover espaços de participação que garanta a manifestação de suas expressões socioculturais para as deliberações que lhes digam respeito.

Entretanto, durante a pesquisa, ao dialogarmos sobre as seguintes políticas: a) Política nacional da pesca – especialmente sobre os instrumentos de ação do Estado; b) Política estadual da pesca; c) Política estadual de gestão da bacia do alto Paraguai; d) Decreto 8.424 de 31 de março de 2015 – que trata da concessão do benefício de seguro defeso; e) Decreto 8.425 de 31 de março de 2015 – que dispõe sobre os critérios para inscrição no registro geral da atividade pesqueira, f) Projeto de Lei do Senado 750/2011 – que propõe a moratória da pesca; as/os pescadoras/es com quem dialogamos nas três técnicas de coletas de dados afirmaram que jamais foram convidadas/os para participar de ambientes de diálogo onde estas normas foram debatidas antes de serem implementadas e/ou propostas ao poder legislativo<sup>92</sup>.

<sup>92</sup> Medeiros (1999), ao tratar da política estadual de pesca no estado de Mato Grosso, afirma que “a Lei de Pesca do Estado de Mato Grosso foi elaborada, aprovada e está sendo implantada sem a participação dos pescadores profissionais do Estado, com o repasse da política de pesca do Ibama para a Fema\*, via convênio, também não

Para elas/es este é um dos principais motivos do *esvaziamento sociocultural do conjunto de normas*<sup>93</sup> em que estão implicadas/os.

Sobre os procedimentos participativos adotados pelo poder público para formulação dessas normas, os pescadores Caravaçu e Curimbatá afirmaram que

*tem mais de 40 anos que eu navego nesse Pantanal [...], minha família manteve essa colônia durante muitos anos, mas essas autoridades nunca convidaram a gente para participar da criação dessas leis, eles vêm aqui quando já está pronto e empurram essas nojeiras na gente!* Caravaçu [POSe]

*Eu sempre estive aqui pronto para participar, mas quem é que vem aqui ouvir nós? Ninguém vem! A coisa já vem pronta, nós estamos aprendendo a não aceitar mais isso, a partir de agora nós vamos querer saber o motivo. Eu quero saber por que querem tirar o anzol de galho, porque se ele é de nossa cultura, nós temos que participar.* Curimbatá [POSe]

Apesar dos avanços na legislação brasileira no que toca à participação social na esfera pública deliberativa, inclusive os conquistados durante a Constituinte de 1988, com respeito a estas populações deve-se reconhecer que ainda há muito a se fazer. Há nitidamente um processo de expansão das ações de mercado sobre essas comunidades de pescadoras/es pantaneiras – avanço do plantio de soja às margens do rio Paraguai, construção de centrais hidrelétricas, mineradoras, reimplantação da hidrovía Paraguai-Paraná. Como proposto por Gómez et al (2006) e Tavolaro (2005), o processo educativo que se desenvolveu durante esta pesquisa, além de, em diálogo, desvelar e problematizar essa realidade, também formulou proposituras de ações de enfrentamento comunitário a essa inação propositada do Estado as quais serão apontadas no final desse texto.

#### 4.2.b. *A pré-disposição à participação comunicativa como elemento transformador fundamental no processo educativo*

---

contando com a participação dos pescadores profissionais. Este convênio é um documento impossível de ser acessado, tanto na Fema como no Ibama, em Cuiabá” (MEDEIROS, 1999, p. 200).

\*Atualmente Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Sema.

<sup>93</sup> Entendemos por *esvaziamento sociocultural das normas* a negação velada e/ou explícita de direitos e garantias fundamentais aos povos e às comunidades tradicionais. Negação esta que se dá por meio da impressão, nestas normas, da cultura espoliadora de direitos emplacada pelo capital, também do ataque a sua história, a sua cultura, aos seus territórios etc. Trata-se de uma ação (ou inação propositada) do Estado realizada com o objetivo de silenciar essas pessoas por meio da retirada de direitos como a perda de seus territórios tradicionais de pesca, impondo uma interferência em seu modo de produção através da proibição do uso de vários apetrechos de pesca, ou por meio da proibição do corte de espécies vegetais utilizadas para confecção de barcos, canoas, remos, tabuados etc. Também verificamos este esvaziamento no âmbito do cumprimento das normas que tratam dos direitos previdenciários das/os pescadoras/es tradicionais. Sobre este último aspecto, além do valor do seguro ser completamente desrespeitoso – pois, segundo elas/es, além de não poderem desenvolver nenhuma outra atividade econômica, um salário mínimo mensal é insuficiente para a manutenção digna de seus lares nos meses de proibição da pesca – além disso nos anos de 2016 e 2017 (p. ex.) a maioria das/os participantes de nossa pesquisa não havia recebido o seguro mesmo após dois meses do início do período de defeso.

Desde os primeiros contatos com a comunidade de pescadoras/es com quem dialogamos nessa pesquisa convivemos intensamente com pessoas dispostas ao diálogo, apesar do silêncio – decidido ou infligido (SOUZA, 2017, p. 253-255) –, de fato, pescadoras/es sempre terão uma boa história sobre suas pescarias, cultura, modos de ver e enfrentar as vicissitudes da vida. Como dito anteriormente, elas/es participaram ativamente de todas as fases de nossa pesquisa, inclusive identificando os temas a serem abordados nos diálogos.

Como já citado em outros relatos, as/os pescadoras/es – que realmente vivem da pesca – reconhecem que sua participação efetiva nos processos de decisão sobre o futuro de suas vidas está intimamente ligada à participação nos espaços de deliberação acerca de sua profissão e no que tange à conservação da diversidade biológica de peixes. Elas e eles vivem em função da pesca artesanal. Povos e comunidades tradicionais tem sua cultura, modos de uso do ambiente, territorialidade etc., entretecidos pelo ritmo das águas do Pantanal (Da Silva e Silva 1995).

*Eu não quero parar de pescar, eu não sei fazer outra coisa. Tinha que ter algum apoio pra eu vender meu peixe, pra eu comprar nossa gasolina [...] eu estou participando dessas reuniões porque eu quero saber quais são os meus direitos, pra depois eu cobrar das nossas autoridades [...] cadê o nosso Pronaf? Todos nós aqui pedimos, mas ninguém conseguiu. Tuiuiu [PTMs]*

*Você fala de muita lei que veio para ajudar nós [...], mas eu não estou sentindo nada de melhora. Vai no rio para você ver, tem é mais polícia te enchendo o saco, o banco nem te atende, o Blairo quer proibir nós de pescarmos! Em todas as reuniões lá na Appec eu pergunto se tem alguma novidade para nós, ou se é só cobrança mesmo? Chuncha [PTMs]*

Apesar do avanço institucional *garantido* na legislação que regulamenta a atividade pesqueira no Brasil (DIAS NETO, 2010; AZEVEDO; PIERRE, 2014), o que identificamos no dia a dia, a partir dos diálogos com estas pessoas, é um importante abandono estatal. Não há, por exemplo, investimento mínimo em infraestrutura e logística para o desenvolvimento da atividade e nem para a promoção da cadeia produtiva. Em função da ação de atravessadoras/es por meio da “agiotagem do peixe” (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a), muitas/os profissionais sobrevivem em situação análoga à de escravas/os – “negociam” o direito ao seguro defeso<sup>94</sup>, trabalham para quitar dívidas oriundas de empréstimos<sup>95</sup>; seus

<sup>94</sup> Em função dos atrasos dos pagamentos do seguro defeso referente à piracema de 2015/2016, três pescadores que participaram de nossa pesquisa “negociaram” seu direito ao seguro defeso com atravessadoras/es. Eles afirmaram que já haviam feito isso antes e que a prática é *corriqueira* entre as/os pescadoras/es mais vulneráveis, pescadoras/es de seguro e as/os atravessadoras/es.

<sup>95</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Ficha informativa sobre direitos humanos. *Formas Contemporâneas de Escravidão*. N.º 14, 2004. Disponível em: <[http://www.gddc.pt/direitos-humanos/FICHA\\_14.pdf](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/FICHA_14.pdf)>. Acesso em 08/07/2015. Também o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, disponível em <http://www.oit.org.br/node/312>.



acampamentos não possuem a mínima infraestrutura sanitária e de segurança, alguns casais levam suas filhas e filhos com tenra idade para o rio etc. Sob o argumento de que elas/es devem desenvolver a atividade exclusivamente de forma artesanal, as linhas de financiamento praticamente inexistem.

Apesar dessa realidade, a maioria das pessoas com quem dialogamos quer continuar desenvolvendo a pescaria de forma artesanal – ser pantaneira/o lhes é ontológico. Entretanto, diante das pressões do mercado, das constantes tentativas de colonização de seus mundos da vida, entendem que o Estado tem a obrigação de garantir-lhes condições justas de desenvolvimento da atividade. Afirmam que para isso deveria garantir-lhes as condições mínimas de concorrência, por exemplo, com o pescado oriundo da aquicultura. Em uma de nossas reuniões em que dialogávamos sobre economia solidária, cadeia produtiva e mercados institucionais, os pescadores Ariranha e Pacu Peva disseram que seu interesse em participar de nossas conversas residia no fato de que pretendiam conhecer seus direitos e, então, cobrá-los do Estado. *Eu quero saber do prefeito [...], como é que nós vamos concorrer com o povo lá do nortão que vende o peixe a preço de banana para os mercados [...]*! Ariranha [PTMs]. *Eu quero vender meu peixe para as escolas, agora eu sei que eu tenho esse direito*”. Pacu Peva [PTMs]

Para tanto, nos últimos anos, mesmo que de forma incipiente, elas/es têm participado de reuniões, de assembleias e de diferentes conselhos das instituições públicas da região. No município de Cáceres, por exemplo, há representantes de pescadoras/es ocupando diversos conselhos, entre eles, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Comdema e o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Taiamã. As pescadoras/es que têm participado das reuniões desses conselhos afirmaram que eles são importantes ambientes de aprendizagem e espaços de estabelecimento de parcerias. Contudo, muito pouco do que tem sido demandado tem sido atendido. A pescadora Onça e o pescador Piquira são lideranças da categoria, participam desses processos há anos e para ela e para ele:

*nem que seja gritando nós precisamos continuar lutando por nossos direitos [...], às vezes sou eu que participo dessas reuniões e a gente vê que é muita enrolação! Eu preferiria estar no rio pescando, mas tenho que participar. Ou a gente fala ou estamos [...] com esses políticos. A maioria [dos políticos] que participa não entende nada de pescaria* Onça [PTMs] .

*Nós sempre participamos dessas reuniões do Comdema e no ICMBio, eu já levei todas as nossas necessidades para o ministério da pesca e para a Sema, mas isso é só politicagem [...]. Eu continuo participando porque acredito que com o tempo as coisas vão melhorar, mas até agora só tem sido promessas, na verdade eles querem tirar a gente do rio!* Piquira [PTMs]

Ao dialogarmos sobre essas experiências de participação, houve consenso no sentido de que é fundamental que a categoria continue se mobilizando e articulando para ocupar esses espaços. No entanto, elas/es ressaltaram a necessidade da promoção de cursos de formação política das/os das/os pescadoras/es que lhes representam nos conselhos consultivos e deliberativos da região, inclusive apontaram como exemplo de compromisso, articulação e mobilização o Movimento das/os Trabalhadoras/es Sem Terra. Dialogamos, também, sobre a obrigatoriedade da consulta às bases para que, de fato, ocorra a representação, para que a/o conselheira/o não fale de si, mas que sua voz seja a voz da categoria. Nas palavras do pescador Pintado esta necessidade fica explícita

*nós precisamos preparar para participar, esse grupo aqui já está mais preparado, por causa desse trabalho; mas eu ia para as reuniões sem saber de nada, daí os caras falavam e eu não entendia nada, eu já fui pra reunião, representar o povo de [suprimido na validação], mas nem sabia qual era a pauta deles, isso não é participar, agora eu sei que pra participar tem que conhecer antes a pauta pra depois falar. Pintado [POMs]*

A participação delas/es nestes ambientes é uma maneira de superar, pela via dialógica, o esvaziamento sociocultural tradicional identificado no conjunto de normas em que estão implicadas/os; trata-se de uma conquista social importante, tem lhes dado, além de maturidade nos processos participativos, também, visibilidade institucional. Todavia, caso esse processo não seja qualificado, se a participação não for consciente e propositiva, elas/es poderão ser usadas/os para legitimar os interesses do capital. As argumentações feitas durante as atividades de pesquisa demonstram que elas/es já se sentem usadas/os nesses processos. Para justificar essa sensação de serem usadas/os, não poucas/os participantes falaram da Lei nº 8.830/2008 em que o ruralista e senador da república Blairo Maggi ao propor o Projeto de Lei do Senado 750/2011, tem afirmado que houve um amplo debate para a formulação da Lei do Pantanal. De fato, ocorrem várias audiências públicas, reuniões na Assembleia Legislativa de Mato Grosso e em diversas instituições de ensino e pesquisa, no entanto, como apontado por Souza e Irigaray (2008), a Lei sancionada, pelo então governador do Estado, foi basicamente a minuta defendida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – Famato e não atendeu *nenhuma das demandas* apresentadas pelas/os pescadoras/es artesanais de Mato Grosso.

Há evidenciada, portanto, uma tentativa permanente de desfiguração dos aspectos socioculturais da pesca artesanal. Entretanto, os processos de enfrentamento a essa colonização do mundo da vida têm ocorrido mais em função de ações pontuais de alguns grupos de pescadoras/es – estabelecimento de redes solidárias de comercialização,

participação e comunicação que atuam em determinadas regiões – do que por ações coordenadas conjuntamente pelas entidades de representação.

### **Algumas considerações e encaminhamentos**

A educação ambiental dialógico-crítica, como propusemos realizar, somente é possível mediante a intensa busca pelo *cumprimento do compromisso* firmado entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Também, e não menos importante, a confiança e a reciprocidade são condições inafastáveis para que a pesquisa possa ser assim realizada. Diante das intempéries que se sucederam nesse processo investigativo – especialmente relacionadas à dificuldade de sincronizar nossas agendas e enfrentamentos diversos – somente é possível o cumprimento desse compromisso se as pessoas envolvidas nesse processo se sentirem tão responsáveis por sua consecução quanto a/o pesquisadora/or. Claro que as responsabilidades são de diferentes naturezas, entretanto é necessário que haja engajamento de todas/os com a proposta, por isso a necessidade da formulação comunitária do projeto.

Como já dissemos, para que isso ocorresse nessa pesquisa, elas/es participaram ativamente de todas as etapas de nosso trabalho. Envidaram muitos esforços, inclusive deixando de ir pescar, participando de encontros aos finais de semana e feriados, para participar de reuniões e eventos, validar e interpretar transcrições oriundas da observação comunicativa e das entrevistas etc. Procuramos, imprimir nessa pesquisa o modelo de participação que consensuamos. Desde logo, este deveria ser praticado tanto na condução das atividades oficiais das agremiações onde elas/es são filiadas/os quanto nos processos institucionais de formulação de políticas públicas. Como pretendido por Habermas (1997), ao tratar dos ambientes de deliberação pública, entendemos que se faz necessário que espaços de participação efetiva, de democracia deliberativa, sejam promovidos, a fim de que a pluralidade vozes seja garantida no conjunto de normas que regulamenta tanto o funcionamento interno das entidades (preparação para participação em conselhos, prestação de contas, discussão sobre preço mínimo do pescado a ser pago pelas entidades, local, data e horários de reuniões etc.), quanto o ordenamento pesqueiro (apetrechos de pesca, piracema, medidas mínimas e máximas de captura, cotas de captura etc.), bem como na luta diária por direitos sociais das trabalhadoras/es da pesca artesanal (fomento, saúde, previdência, educação, lazer, moradia, segurança etc.).

Diante disso, dialogar sobre *participação comunicativa* com pessoas que historicamente foram exploradas e desterradas pelo mercado – perderam terra, locais e apetrechos de pesca –, que tiveram suas vozes cassadas por algumas instituições estatais, de

fato, é uma obrigação de toda/o pesquisadora/or e educadora/or que tenha compromisso com uma educação transformadora e emancipadora. Trata-se do processo através do qual as/os participantes tenham plena consciência de que estão participando ativamente; que diferentemente da participação passiva, alienada e dirigida, a participação comunicativa é transformadora. Não se trata simplesmente de promover encontros, de realizar eventos, de fazer visitas, ou mesmo de fazer entrevistas e/ou conversar sobre suas biografias; muito mais do que isso, trata-se de romper e superar a postura colonialista historicamente imposta sobre a cultura, bem como sobre o tipo de conhecimento produzido e modos de apropriação da meio ambiente empreendidos por estas pessoas.

No contexto da sociedade da informação, a metodologia comunicativo-crítica propõe efetivamente que tenhamos como horizonte uma práxis desveladora e problematizadora da realidade mediatizadora, transformando sujeito e mundo que dialeticamente compõem seu todo. Ao colocar o diálogo igualitário como elemento chave para todo o planejamento e a execução das atividades de pesquisa, a MCC (GÓMEZ et al. 2006) rompe com o “exclusivismo” do conhecimento científico – pretendido na modernidade – predominante na sociedade capitalista e propõe, como alternativa, a formulação comunitária do conhecimento dialógico. Trata-se, então, do rompimento com um paradigma de racionalidade, com uma forma de fazer ciência, com uma maneira de se relacionar com as pessoas, de se pronunciar no mundo. Nessa perspectiva, com vistas à participação comunicativa, a pronúncia do mundo não emerge da valorização de desníveis epistemológicos, de hierarquias interpretativas onde iluminadas/os detêm as chaves exegéticas e hermenêuticas de interpretação da realidade. Pelo contrário, pretende-se – a partir de um contexto cultural – a racionalidade ambiental e comunicativa, onde se buscam as pretensões de validade nos processos de entendimento que ocorrem entre pessoas capazes de linguagem e ação.

Além do processo educativo que se deu durante a realização desta fase da pesquisa, citamos, abaixo, alguns encaminhamentos já consensuados e direcionados para as representações e/ou para o poder público: a) às diretorias: proposta de criação de grupo de trabalho na Colônia Z-2 e na Appec que auxilie as diretorias no que diz respeito às discussões que tratem das políticas públicas de pesca junto aos conselhos; realização de reuniões com a presença simultânea de pescadoras/es filiados às duas entidades, com vistas ao fortalecimento das redes de diálogo; sugestão às diretorias da criação de uma rede de colaboração que facilite a circulação de informação; b) ao poder público: elaboração de expediente que dê garantias de que pesquisas realizadas tanto na Colônia Z-2 quanto na Appec mantenham relação com os interesses da categoria e proteja seus saberes tradicionais; estabelecimento de

parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão objetivando cursos de formação política que digam respeito aos direitos e às garantias fundamentais; manter e ampliar a participação da categoria nos conselhos; participar dos processos de formulação da política municipal de pesca e do processo de registro de saberes (processos originados nessa pesquisa); acompanhar a tramitação dos pedidos de criação de unidades de conservação protocolados na Sema-MT e no ICMBio; propor ao Cepesca que realize reuniões no interior do Estado; encaminhar expediente aos órgãos de fiscalização para que desenvolvam atividades de educação ambiental com a participação das/os pescadoras/es desde sua elaboração.

Estas proposituras e encaminhamentos estão sendo acompanhados pelas pescadoras e pelos pescadores filiadas/os às duas entidades. Foram destacados aqui somente alguns principais temas sobre os quais houve consenso. Como previsto pela MCC temáticas sobre as quais permaneceu o dissenso ou não houve tempo para deliberação permanecem abertas e passíveis de encaminhamento, na medida em que avance suficientemente a discussão em direção ao entendimento sobre elas.

## Referências

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008, p. 43-64.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2ª ed. Editora 34, 2011.

BRANDÃO, C.R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, jan. /jul. 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.959*, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em 12/06/2014

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.040* de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em 06/09/2013

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. v. 1, 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.

DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

COHEN, J. Delieration and democratic legitimacy. In: HAMLIN, A.; PETTIT, B. (Eds.). *The Good Polity*. Oxford, 1989, 17ss.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. *Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha* (2010) 1 (1): 66-80.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. NUPAUB, 2002.

ESPINOSA, B. *Ética*. Tradução: Tomaz Tadeu. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. ed. 3. São Paulo: Moraes. 1980.

\_\_\_\_\_. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO C. R. (Org.). *Pesquisa participante*, 4. ed. p. 34-41, 1984.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREITAG, B. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GOMÉZ, A.; PUIGVERT, L.; FLECHA, R. Critical Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research, *Qualitative Inquiry* 17(3), p. 235-245. 2011.

\_\_\_\_\_. SILES, G.; TEJEDOR, M. Contribuyendo a la transformación social a través de la metodología comunicativa de investigación. *Qualitative Research in Education*, v. 1, n. 1, p. 36-57, 2012.

GOMÉZ, J.; LATORE, A.; SÁCHES, M.; FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. V.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 13-51.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Simpósio natureza e sociedade: desafios epistemológicos para a antropologia. *Anais...* 23ª Reunião brasileira de antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002, p. 2-31.

LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33ª, 2010, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítico-dialógica em comunidades de aprendizagem. In: MATHEUS, C. E. (Org.). *Educação ambiental: múltiplos olhares e saberes*. São Carlos: Rima, 2012.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 61-77.

\_\_\_\_\_. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 15/04/2014.

OTTMANN, G. Habermas e a esfera pública: considerações conceituais. *Novos Estudos*. CEBRAP. n. 68, março 2004. p. 61-72.

PINTO, J. M. de R.. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. *Paidéia* (Ribeirão Preto), n. 8-9, p. 77-96, 1995.

PNUMA.UNEP/CBD/WG-ABS/1/4. 2001. Disponível em: <<https://www.cbd.int/kb/record/meetingDocument/1175?RecordType=meetingDocument&Event=ABSWG-01>>. Acesso em: 10/08/2015.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RAHNEMA, M. Participação. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 190-210.

SANTOS, B. S. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SOUZA, S. C. de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais* Tese de doutorado. 300 p. Programa de pós- graduação em Ciências Ambientais. São Carlos: UFSCar, 2017.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. *Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais*, 2017a. // no prelo

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros, 2017c.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M.; PINHO, C. R. S.; COSTA, R. O. Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica, 2016.

\_\_\_\_\_. IRIGARAY, C. T. J. H. *Commentaries to the Law of Management of the Pantanal of Mato Grosso*. *Amazônia Legal* de estudos sócio-jurídico-ambientais. Jul./Dez. – 2008. p. 41-60.

SILVA, A. *Pesca artesanal brasileira*. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

TAVOLARO, S. B. F. Ação comunicativa. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v. 1, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 17-25.



WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, p. 115-120, 2002.

### Artigo III

#### **A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros**

##### **Silvano Carmo de Souza**

Professor do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. Mestre em Ciências Ambientais. Doutorando em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade - Educação Ambiental.

##### **Amadeu José Montagnini Logarezzi**

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar  
Pós-doutorado em sociologia - UFSCar  
Coordenador do grupo de estudo e pesquisa em educação ambiental (Gepea / UFSCar)

Artigo formatado conforme diretrizes da revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente* conforme link: <http://revistas.ufpr.br/made/about/submissions#authorGuidelines>



Embarcações confeccionadas artesanalmente e adaptadas à realidade pantaneira

**A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no  
Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das  
pantaneiras e dos pantaneiros<sup>96</sup>**

Silvano Carmo de Souza  
Amadeu José Montagnini Logarezzi

**Resumo:** este artigo faz parte de uma tese de doutorado de educação ambiental dialógico-crítica, cujo objetivo geral foi contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal em Cáceres no Pantanal de Mato Grosso a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es, de modo a promover, simultaneamente, processo de formação dialógico-crítica com aquelas pessoas, sobretudo a partir de seus contextos e a respeito deles, utilizando a metodologia comunicativo-crítica. Neste artigo tratamos dos saberes tradicionais pantaneiros e sua relação com a conservação da diversidade biológica de peixes. Identificamos, dialogicamente, que as/os pescadoras/es tradicionais têm grande interesse em contribuir tanto com a formulação quanto com a efetivação das políticas de conservação. Apontam como algumas das principais políticas de conservação dos peixes dessa região: o período de defeso, a política de medidas mínimas de captura, a fiscalização e a manutenção da estação ecológica de Taiamã. Também denunciam o avanço de estruturas do mercado sobre o Pantanal, a inação propositada do Estado e a conseqüente ação de atravessadoras/es. Para elas/es, em grande medida, as políticas públicas de pesca não contemplam suas demandas, não repercutem sua cultura tradicional. Diante disso, como estratégia de enfrentamento, há um crescente interesse delas/es em participar de espaços de diálogo que tenham por objetivo tratar de temas que versem sobre os saberes tradicionais pantaneiros e sua relação com as políticas públicas de pesca. Destaque-se, portanto, que esse interesse pode ser identificado e ter suas potencialidades transformadoras ativadas com pesquisas como esta, quem tem na educação popular freiriana seus horizontes ontológico, epistemológico e prático.

**Palavras-chave:** Metodologia comunicativo-crítica. Educação ambiental no Pantanal. Conhecimento tradicional no Pantanal. Políticas públicas no Pantanal. Políticas públicas ambientais.

---

<sup>96</sup> Este artigo foi elaborado no contexto de exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. A tese de doutorado da qual ele faz parte é composta de cinco artigos alinhavados entre si. O primeiro trata dos processos educativos transformadores na prática da pesca tradicional (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a); o segundo da participação das pescadoras/es na formulação das políticas públicas de pesca (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b); este discorre sobre os saberes tradicionais e a conservação da biodiversidade de peixes; o quarto apresenta os encaminhamentos e demais proposituras oriundas desta pesquisa que tratam das políticas públicas atinentes à pesca tradicional (SOUZA, et al. 2017); o quinto apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação ambiental dialógico – crítica e sobre o trabalho como condição ontológica dos seres humanos nos contextos de luta por libertação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d).

**Artisanal fishing and the conservation of fish biodiversity in the  
Pantanal of Mato Grosso: the voice and silence of  
the Pantanal people**

**Summary:** this article is part of a doctoral thesis of dialogical-critical environmental education, whose general objective was to contextualize the professional artisanal fishing activity in Cáceres in the Pantanal of Mato Grosso, from the egalitarian dialogue with fishermen, to promote, simultaneously, process of dialogic-critical formation with those people, especially from their contexts and about them, using the communicative-critical methodology. This article deals with the traditional Pantanal knowledge and its relation with the conservation of the biological diversity of fish. We have identified dialogically that traditional fishermen have a great interest in contributing, both to the formulation and to the effectiveness of conservation policies. They point to some of the main fish conservation policies in this region: the closed season, the policy of minimum catch measures, the monitoring and maintenance of the Taiaman Ecological Station. They also denounce the advance of market structures over the Pantanal, the deliberate inaction of the State and the consequential action of crossbreeders. For them, to a great extent, the public policies of fishing do not contemplate their demands, they do not reverberate their traditional culture. In view of this, as a confrontational strategy, there is a growing interest in participating in spaces for dialogue aimed at dealing with topics that deal with the traditional knowledge of Pantanal and its relationship with public fisheries policies. It should be emphasized, therefore, that this interest can be identified and enhanced with researches such as this one, who has in Freire's popular education his ontological, epistemological and praxis horizons.

**Keywords:** Environmental education in the Pantanal. Critical communicative methodology. Traditional knowledge in the Pantanal. Public policies in the Pantanal. Pescaartesanal in the Pantanal

## Introdução

*Nós precisamos resistir para manter nossa cultura. Eu não quero que nossa história vire lenda. Lenda não tem fato real, mas nossa tradição é real! Pintado<sup>97</sup>*

As pescadoras e os pescadores profissionais artesanais tiveram uma importante atuação durante a Constituinte de 1988. Além da luta pelos direitos fundamentais e sociais, atinentes à manutenção de sua cultura, promoção da sociobiodiversidade e ao exercício da atividade pesqueira artesanal, também militaram pela inserção de dispositivos legais que garantissem a conservação da biodiversidade brasileira. Segundo Diegues (1995, p. 135) a Constituinte da Pesca, como ficou conhecido o movimento que reuniu pescadoras/es entre os anos de 1986 e 1988, contribuiu significativamente para que importantes ecossistemas, como o Pantanal mato-grossense e o litoral brasileiro fossem declarados como regiões prioritárias para a conservação.

Comunidades tradicionais pesqueiras geram benefícios para toda a sociedade, tendo em vista promover tanto a manutenção de modos próprios de ser, fazer e se relacionar com o território pantaneiro, como a resistência e luta pela manutenção da memória e proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, tendo por base seus saberes tradicionais no uso sustentável dos recursos pesqueiros etc. A pesca profissional artesanal é essencialmente caracterizada por seu aspecto artesanal; a tradição, materializada, também, nos instrumentos e técnicas de pesca, representa uma expressão fundamental de enfrentamento do mercado. As/os pescadoras/es<sup>98</sup> profissionais artesanais têm nesse conhecimento tradicional, entretido em sua identidade e memória coletiva, uma de suas principais fontes de informação, manutenção de sua cultura e conservação da biodiversidade. Seu cotidiano é caracterizado pela resistência e luta pela manutenção de seus territórios de pesca e da proteção do patrimônio cultural material e imaterial.

Para a realização dessa pesquisa de educação ambiental crítico-dialógica (LOGAREZZI, 2010; 2012), utilizamos a metodologia comunicativo-crítica – MCC (GÓMEZ et al., 2006), que é fundada na ação dialógica de Freire (2004 e 2015), no agir

<sup>97</sup> Consensuamos, durante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, que as/os pescadoras/es serão identificadas/os por codinomes. A maioria delas/es escolheu nomes de animais e plantas do Pantanal.

<sup>98</sup> Freire (2015) em “Pedagogia da esperança” desculpa-se com as mulheres por seus textos antigos e defende a ruptura da dominância do gênero masculino na língua portuguesa. Neste sentido, optamos por utilizar uma linguagem não sexista nesta pesquisa e neste texto, repercutindo um novo discurso democrático que vem se construindo nas últimas décadas nesse sentido. De acordo com o autor, “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo... a relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas” (p. 94 - 95).

comunicativo de Habermas (2012a e 2012b) e na aprendizagem dialógica de Flecha (1997). Trataremos neste artigo da conservação da diversidade biológica de peixes no Pantanal de Mato Grosso, considerando, para tanto, as vozes das pescadoras e dos pescadores profissionais artesanais filiadas/os às duas entidades de representação sediadas no município de Cáceres-MT.

Tendo como ponto de partida as possibilidades de encontro entre a cultura tradicional pantaneira e os saberes acadêmicos, objetivamos identificar em diálogo com pescadoras e pescadores profissionais artesanais quais são os elementos obstaculizadores (que servem a processos de colonização do mundo da vida) e transformadores (que servem a processos de resistência e enfrentamento à colonização) que dizem respeito à conservação da diversidade biológica de peixes no Pantanal de Mato Grosso e às políticas públicas correlatas.

Destaque-se, desde já, como abordaremos nesse artigo, que em função do saber tradicional pantaneiro – ao contrário do que é pretendido por diversos setores do mercado e de representantes de instituições estatais – a maioria delas/es demonstrou interesse em permanecer desenvolvendo a atividade de forma artesanal. Para isso, demandam por respeito das/os demais usuárias/os do rio, bem como por uma ação propositiva de garantias de direitos por parte do Estado; também demonstram que seu território, técnicas e apetrechos de pesca foram tecidos culturalmente há mais de um século. Entretanto, mesmo que, em tese, estarem *ressaltados* em alguns dispositivos legais, na prática o modelo de conservação adotado pelo Estado brasileiro não contempla seu modo de vida.

## **1. Pescadoras e pescadores profissionais artesanais: os sujeitos da pesquisa**

*Tem vários tipos de profissionais [...] Nós somos tradicionais. Eu e esses companheiros aqui realmente somos pantaneiros. Ariranha*

Nesta pesquisa, realizada entre os anos de 2015 e 2016, dialogamos com pescadoras e pescadores profissionais artesanais<sup>99</sup> que desenvolvem a atividade pesqueira no Pantanal de Mato grosso. Elas/es são vinculadas/os a duas entidades: a Colônia de Pescadores de Cáceres (Colônia Z-2) e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres (Appec). São aproximadamente 580 profissionais filiadas/os à colônia e 300 filiadas/os à associação. Apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente para manutenção de sua cultura, esta

---

<sup>99</sup> Pescadoras/es profissionais artesanais são aqui identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*, assim como na tese intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais”, como resultado de processo dialógico detalhado na referida tese (SOUZA, 2017, p. 19).

atividade econômica é desenvolvida majoritariamente de forma artesanal e ocorre principalmente no rio Paraguai e em seus afluentes da região (SOUZA, 2017).

A legislação prevê que a atividade profissional artesanal deve ser exercida de forma ininterrupta e exclusiva. Ininterrupta porque, para garantir seus direitos diante do Estado, ela/e deverá comprovar que exerceu a pesca durante todos os meses em que a atividade esteve liberada (período entre um período de defeso e outro); exclusiva porque a/o profissional artesanal não pode desenvolver outra atividade econômica, mesmo durante o período de defeso<sup>100</sup>. Ao contrário das modalidades de pesca não comerciais a/o pescadora/or profissional artesanal, vende seu pescado. Em diálogo com 83 pescadoras/es, Souza e Logarezzi (2017a) identificaram que o pescado, fruto da atividade profissional artesanal dessa região tem como destino principal o abastecimento da população local e regional e também apontaram que “apesar de muitas/os comercializarem o pescado em suas residências, numa rede de solidariedade elaborada há décadas, ainda assim, a comercialização é exercida, expressivamente, por atravessadoras/es” (p. 72).

Em grande medida, as pescadoras e os pescadores que participaram dessa pesquisa – pessoas que em algum momento de suas vidas tiveram direitos humanos fundamentais cerceados – afirmam que embora tenham perdido o direito de uso de algum apetrecho tradicional ou de seu território tradicional de pesca (p. ex.), continuam sendo pantaneiros e pantaneiras, sua cultura tradicional<sup>101</sup> está viva, seu mundo da vida é substantivamente entretido pelo compasso das águas pantaneiras, insistem na prática da pesca artesanal, desenvolvem outras técnicas/apetrechos/estratégias, buscam novos *pontos de pesca*, resistem e enfrentam as estruturas do capital.

Diegues (2002) afirma que, “apesar de poder, sob alguns aspectos, ser considerada uma categoria ocupacional, as/os pescadoras/es, particularmente as/os chamadas/os artesanais, apresentam um modo de vida particular” (p. 45). O autor considera ainda que as/os pantaneiras/os, a exemplo dos sujeitos dessa pesquisa, são fruto da miscigenação das tribos

---

<sup>100</sup> Conforme arrolado no artigo 2º, inciso XIX da Lei 11.959/2009 (Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca) o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Em Mato Grosso compete ao Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) emitir um expediente normativo que trate das espécies a serem protegidas, bem como do período de defeso a ser respeitado.

<sup>101</sup> Diegues (2001) considera que, a partir de uma perspectiva marxista, as *culturas tradicionais*, como a cultura tradicional ribeirinha das/os pescadoras/es pantaneiras/os, “estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (p. 82).

indígenas originais, com colonizadoras/es vindas/os do sudeste e com escravas/os negras/os. Para este trabalho adotaremos a noção de povos e comunidades tradicionais<sup>102</sup>, já que este conceito faz referência à luta histórica e incessante dessas pessoas pela permanência e/ou possibilidade de uso sociocultural de seus territórios<sup>103</sup>, aqui entendidos como *territórios usados* (SANTOS, 1999), trazendo, portanto, a discussão para o campo da justiça social (LITTLE, 2002). Também adotaremos como referência o conceito de conhecimento tradicional adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para o qual o conhecimento tradicional é definido como:

um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos (PNUMA, 2001, p. 5).

Brandão e Leal (2012) afirmam que o conjunto de aspectos arrolados por Diegues et al. (2000) é "o mais completo dentre os que procuram, de alguma maneira, caracterizar a comunidade tradicional e seus derivados". A partir dessa avaliação a autora e o autor inserem outros qualificadores, dentre os quais destacamos os que estão fortemente implicados nessa pesquisa: *a transformação do ambiente, a autoctonia, a memória de lutas passadas de resistência, a história de lutas e de resistências atuais e a experiência da vida em territórios cercados e ameaçados*. Este destaque se justifica especialmente em função do “*movimento enfrentante*” realizado por elas/es no cotidiano exercício da pesca artesanal.

No contexto dos modos de produção e das condições materiais de apropriação dos bens ambientais desenvolvida pela atividade pesqueira artesanal, notamos que, ao promover, a partir de sua cultura tradicional, a manutenção da sociobiodiversidade pantaneira, a atividade pesqueira artesanal desenvolvida na região de Cáceres é contra hegemônica<sup>104</sup>. Trata-se, como

---

<sup>102</sup> Adotamos o conceito de *povos e comunidades tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como previsto no artigo 3º, I “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também expressa a questão do auto reconhecimento, das formas próprias de organização e da transmissão de saberes pela tradição.

<sup>103</sup> Adotamos o conceito de *territórios tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como previsto no artigo 3º, II “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também expressa o caráter da temporalidade, característicos dos territórios das/os trabalhadoras/es com quem dialogamos.

<sup>104</sup> Nos termos gramscianos (GRUPPI, 1978), entendemos que há um movimento contra hegemônico nos enfrentamentos cotidianos empreendidos pelas/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que trata da defesa de seus territórios de pesca e de sua cultura.



veremos nos relatos das pescadoras e dos pescadores, de uma atividade profissional desassistida pelas políticas de governo. Como identificado por SOUZA (2017), há uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira*<sup>105</sup>, fundamentalmente marcada pela valorização de sua cultura tradicional, pelo cuidado com o Pantanal de Mato Grosso e pela busca de sua subsistência majoritariamente na prática da atividade artesanal. Mesmo diante de todos os conflitos internos (contradições e justaposições características de nossa temporalidade/espacialidade) e dos enfrentamentos externos em que estão implicadas/os, continuam reconhecendo-se pantaneiras/os, defendendo e promovendo cotidianamente seus saberes tradicionais.

## 2. Aspectos teóricos que orientaram a pesquisa

### 2.1. O giro dialógico no Pantanal de Mato Grosso e a conservação da diversidade biológica de peixes

*Eu acho que todo mundo tinha que dar ideia. Nós sabemos um pouco, vocês sabem um pouco, o pessoal das lanchas sabem um pouco [...]. O problema que somente vocês professores falam e depois nós temos que cumprir um negócio que a gente nem sabe o que é!*  
Martim Pescador

Estamos vivendo em um período de significativas mudanças nas relações humanas, em tempos de uma sociedade global<sup>106</sup> (IANI, 1996). Há de se considerar, por exemplo, que em função das maiores facilidades de acesso à informação (CASTELLS, 2005) as pessoas passam a questionar e a criticar as múltiplas tentativas de imposição de verdades e certezas. Há, nas relações entre blocos econômicos, nos países, no interior das famílias e entre amigas/os, uma disposição crescente em problematizar temas, criticar proposituras, exigir arrazoados, enfim em cobrar respostas racionais às contingências da vida cotidiana. Há notadamente uma mudança que tem no seu epicentro a perspectiva de *superação das relações hierárquicas de poder* de imposição de verdades e certezas, em função da valorização das *relações dialógicas*;

<sup>105</sup> Em nossos diálogos, identificamos que há no interior dessas comunidades tradicionais pantaneiras uma racionalidade diversa da racionalidade instrumental. Entre as características *da ética tradicional ribeirinha pantaneira* arroladas em Souza (2017, p. 256-264) destacamos aqui a questão da interação sociedade/ambiente empreendida por estas/es trabalhadoras/es. Em grande medida, notamos que *não há*, nessas relações, a pretensão de dominação e privatização dos bens ambientais, característica dos modos de produção de bens e consequente apropriação do meio ambiente fundados em uma racionalidade puramente instrumental, como acontece no mercado capitalista. Apesar dos conflitos internos, das lutas pela sobrevivência – em meio à geopolítica que diuturnamente lhes assalta o direito à participação plena, à cultura e a seus territórios tradicionais de pesca – há uma solidariedade interna que lhes dá garantias de continuarem se relacionando, tanto entre elas/es, quanto com o ambiente e os demais seres vivos.

<sup>106</sup> Para Iani (1996) as sociedades contemporâneas, “a despeito de suas diversidades e tensões internas e externas, *estão articuladas numa sociedade global*. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, *ainda que operando de modo desigual e contraditório*” (p. 39, grifos nossos).

trata-se do *giro dialógico*. Para Aubert et al. (2008), as ciências sociais contemporâneas, fundamentadas em teóricos como Habermas (2012a); Giddens (1995); Beck (1998) e Flecha et al. (2001), têm demonstrado

em como, nas sociedades atuais, as antigas relações de poder baseadas na autoridade estão sendo questionadas em um processo que exige o aumento do diálogo na tomada de decisões que afetam as nossas vidas como indivíduos e como grupo (AUBERT et al. 2008, p. 30, tradução nossa).

Para tanto, o diálogo ocupa posição privilegiada, especialmente porque é também através dele que a coordenação de ações comunicativas de superação aos processos de opressão e de dilapidação cultural – promovidas por agentes de mercado e representantes do mercado capitalista – são empreendidas. Ao tratarem da importância do giro dialógico Mello, Braga e Gabassa (2012) afirmam que esse processo de diálogo, reflexão e decisão fazem "aumentar o número de opções das pessoas, a partir do que é possível decidir mais livremente sobre que rumos tomar a cada momento, com base em argumentos dos diferentes agentes sociais" (p. 37).

É nesse contexto que, ao lado de tantos outros aspectos socioculturais, o tema da conservação socioambiental se insere, suscitando questões como: a quem serve a conservação da diversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso? Quais grupos sociais têm decidido o futuro do Pantanal de Mato Grosso? Quem formulou o conjunto de normas que trata da conservação ambiental, bem como do ordenamento pesqueiro mato-grossense? Estas questões, todas elas concebidas e enunciadas durante esta pesquisa, carecem de respostas coletivas, elaboradas na esfera pública. Importa, também, que elas incorporem/reflitam a *ecologia de saberes*<sup>107</sup> presente no contexto sociocultural implicado no Pantanal de Mato Grosso.

Nesta parte do texto não pretendemos oferecer respostas a estas questões, mas podemos afirmar peremptoriamente que os povos e as comunidades tradicionais pantaneiras têm o direito de participarem desse debate. E mais, se tomarmos como exemplo as pessoas que participaram dessa pesquisa, elas/es *almejam participar*. Estudos de Diegues (2000, 2001a, 2001b), Da Silva e Silva (1992; 1995), Pinho et al. (2008), Souza e Irigaray (2008), Irigaray et al. (2011) e Silva (2014) têm denunciado que o modelo de gestão socioambiental adotado pelo estado brasileiro para tratar da conservação da biodiversidade e sua relação com

---

<sup>107</sup> Para Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2010), na “ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, cruzam-se também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância” (p. 56). O autor afirma também que a “ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não-científico, alargando deste modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa” (ibidem, p. 58).

as questões socioculturais dos povos e comunidades tradicionais tem sido há décadas fundado em uma racionalidade instrumental que desconsidera a pluralidade de vozes, os modos de vida e de apropriação dos bens ambientais promovidos por estes povos e por estas comunidades.

Em contextos de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006), como têm acontecido na conjuntura geopolítica em que as pescadoras/es tradicionais com quem dialogamos nesta pesquisa estão inseridas/os, estas trabalhadoras/es

tendem a concentrar seus esforços na busca e processamento de informações com vistas a atender seus pleitos socioculturais. Se, por um lado, setores de mercado impõem suas demandas, inclusive ocupando todas as instâncias do Estado – Judiciário, Executivo, Legislativo e o Ministério Público –, por outro, setores populares se articulam em movimentos não institucionalizados e/ou através de pessoas jurídicas de direito privado (associações, colônias de pescadoras/es, cooperativas e sindicatos) com fins de se oporem às condições de opressão às quais são submetidas/os. Ao tomarem conhecimento de seus direitos e deveres, aquelas/es que eram/são tidas/os como *seres menos* pelo projeto societário capitalista, além de ter a oportunidade de decidir sobre suas vidas, passam, do mesmo modo, a questionar de forma consistente as arbitrariedades cometidas pelo Estado e pelo capital (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a, p. 73-74).

Como demonstraremos nesse artigo, pescadoras e pescadores tradicionais denunciam que há um substantivo *esvaziamento sociocultural* no conjunto de normas que regulamenta a conservação dos peixes no Pantanal de Mato Grosso<sup>108</sup>. Há, em função de uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA, 2017), no interior dessas comunidades, uma crescente e solidária disposição à promoção do giro dialógico (AUBERT et al., 2008, p. 33), que se caracteriza, em grande medida, pelo compromisso com a defesa de sua história, de sua cultura e de seus territórios tradicionais de pesca.

Dos relatos feitos durante os dois anos de convivência que tivemos para a realização dessa pesquisa, cotidianamente ouvimos seus argumentos que, a despeito da indisposição do Estado em consultá-las/os, sempre tiveram alguma sugestão para a conservação dos peixes do Pantanal, mas que suas vozes foram caladas pelas forças do capital, especialmente, por setores vinculados à indústria do turismo, pelo setor energético e pelo agronegócio.

<sup>108</sup> Como apontado por Souza e Logarezzi (2017b) “entendemos por *esvaziamento sociocultural das normas* a negação velada e/ou explícita de direitos e garantias fundamentais aos povos e às comunidades tradicionais. Negação esta que se dá por meio da impressão, nestas normas, da cultura espoliadora de direitos emplacada pelo capital, também do ataque a sua história, a sua cultura, aos seus territórios etc. Trata-se de uma ação (ou inação propositada) do Estado realizada com o objetivo de silenciar essas pessoas por meio da retirada de direitos como a perda de seus territórios tradicionais de pesca, impondo uma interferência em seu modo de produção através da proibição do uso de vários apetrechos de pesca, ou por meio da proibição do corte de espécies vegetais utilizadas para confecção de barcos, canoas, remos, tabuados etc.” (p. 128).

*Eu e meus companheiros sempre participamos dessas reuniões [...] Igual àquela lá na câmara que falou das hidrelétricas[...] a gente fala, fala mas no final o que fica na lei é o que eles querem. Ninguém segurou a barragem lá do Jauru e nós éramos contra. Quem está pagando é a família [...] que moram a vida toda aqui no Limão e não conseguem mais viver do peixe. Curimbatá*

Identificamos, em diálogo com as pessoas envolvidas nas três técnicas de coleta de informação dessa pesquisa, que conhecimento tradicional pantaneiro – dialógico e culturalmente elaborado – não foi considerado na formulação das principais políticas públicas de pesca a que estão submetidas/os. Exemplo disso fora identificado em dois de nossos grupos de discussão comunicativos. Nos encontros em que dialogamos sobre a legislação estadual de pesca – Lei nº 9.096/2009 –, elas/es afirmaram que, apesar de exporem interesse, não haviam tido a oportunidade de participar ativamente de espaços consultivos e/ou deliberativos em que fora tratado da legislação em comento.

*Estou na colônia desde o início e nunca vi ninguém vir aqui para pedir ajuda para fazer essas leis. Quando chegam aqui já é pra falar o que a gente tem que fazer. Era assim desde a época da Sudepe agora é a mesma coisa com o Ministério da Pesca. Ariranha*

*O que nós sabemos da lei? É que nós não podemos fazer nada do que fazíamos antes. Estão matando minha cultura. Mataram os índios e agora estão matando nossa cultura [...] Estão querendo tirar meu pendurão, mas será que ele mata mais do que essas barcaças subindo pra cá na Piracema? Ontem eu cobrei isso lá da reunião da Sema e ninguém me respondeu. Pataquinha*

*É difícil vir alguém do governo aqui na colônia falar pra nós de lei. Quando vem, só fala o que nós não podemos fazer [...]. Ninguém fala de nossos direitos [...] porque será? Eu fiquei em pé naquela reunião, pra cobrar os meus direitos, mas a [...] pediu o microfone e não deixou eu falar. Não tem problema, agora nós somos um grupo mais unido e nós vamos cobrar nossos direitos. Beija Flor*

Como demonstrado por Souza e Logarezzi (2017b), na contramão dessa inação estatal, verificamos que é crescente o número de pescadoras/es tradicionais que, mesmo diante das dificuldades circunstanciais pelas quais passa a categoria, têm se articulado objetivando participar dos espaços de diálogo, como os que coletivamente propusemos nessa pesquisa, a fim de, a partir desses ambientes dialógicos, empreenderem ações que viabilizem as propostas pretendidas pelas comunidades com vistas à conservação da biodiversidade de peixes.

## *2.2. A ação dialógica: os elementos essenciais ao diálogo e a conservação como prática culturalmente elaborada*

*Falam que pescador é tudo mentiroso; mas eles não sabem que a gente fala isso [os contos] para proteger nossa pescaria. Se eu falar que tem peixe, amanhã está cheio de amador lá perto do nosso acampamento; a gente fala é para os companheiros, para os outros não! Sauá*

Como verificamos na seção anterior, o diálogo é condição elementar para consecução de ações, planos e projetos sociais fundamentalmente comprometidos com a democracia. No contexto do pensamento freiriano, o diálogo é condição essencial para a emancipação humana. Através do diálogo verdadeiro – que se faz na práxis – é possível estabelecer laços de confiança e amizade, expor nossos anseios, exhibir nossas expectativas, solidarizar com as dores da existência, agir solidária e proativamente no sentido de desvelar a realidade que nos é imposta, para a partir dela propormos formas de convivência solidárias e fraternas. Ao dialogarmos podemos, igualmente, a partir de nossas convergências e respeitando nossas diferenças, empreender esforços para romper os ciclos de vitimização incitados por aquelas/es que persistem em oprimir (FREIRE, 2004) e vitimizar (DUSSEL, 1977) outros seres humanos e/ou deprestar os ecossistemas naturais.

Paulo Freire, ao propor a teoria da ação dialógica na década de sessenta, apresenta o diálogo como “parte da própria natureza histórica dos seres humanos [...] uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos (FREIRE e SHOR, 2001, p. 122-123, grifo dos autores).

Esta formulação teórica apresenta o diálogo como sendo, *a priori*, uma de nossas condições ontológicas de humanização – lembrando que este é um processo também ontologicamente permanente. Nessa compreensão, as pessoas, sujeitos de direitos e deveres, se humanizam na medida em que dialogam, enquanto se comunicam para desvelar e transformar a realidade, conferindo sentido histórico à sua existência. Posto isso, resta-nos a possibilidade de sugerir que a ação dialógica, como aqui referida, é que dá consistência ao giro dialógico, supra comentado. Esta consideração é importante, sobretudo, porque vivemos em uma sociedade classista e capitalista (FREIRE, 2004), fundada na opressão, nas relações de consumo, acúmulo e substituição de bens (LOGAREZZI, 2006; SANTOS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2013). Neste ínterim, como apontado por Souza (2017) “não concebemos, portanto, o giro dialógico (e suas consequências) como doação das elites, como ato espontâneo, resultado dos encontros acadêmicos oriundos das experiências intelectuais; o consideramos sim como fonte/meio/resultado dos processos de conscientização” (p. 25), como os que têm sido dialogicamente promovidos nessa pesquisa.

Como dito por Lukács (1978), a “liberdade não pode ser simplesmente um produto necessário de um desenvolvimento inelutável, ainda que todas as premissas de sua explicitação encontrem nesse desenvolvimento – e somente nele – suas possibilidades de existência” (p. 18). Não há de se esperar, portanto, que as/os detentoras/es das melhores informações (por exemplo, setores do mercado com significativas cotas de poder nas agências

de fomento e pesquisa) queiram e façam essa mudança; seria ingenuidade aguardar que essa redefinição de prioridades seja feita, de forma verdadeira, na direção de atender a pauta das excluídas e dos excluídos dos processos sociais contemporâneos. É uma questão de agenda e, também no contexto da pesca tradicional pantaneira, as elites têm prioridades e agendas antagônicas às demandas de quem sofre (SOUZA, 2017). Como já dito por Freire (1996, p. 55), não há “nenhuma vinculação dialogal entre estas elites e estas massas [...]”. No compromisso com a luta por liberdade – por *serem mais* –, oprimidas/os devem, em solidariedade, estabelecer agendas comuns com seus semelhantes e com as/os diferentes. No caso das/os pantaneiras/os, pescadoras/es tradicionais, nos últimos anos tem ocorrido, além de ações propositivas, um esforço significativo por parte de algumas/uns de suas/seus representantes, no sentido de articular ações coletivas de resistência e de enfrentamento às ações do Estado e do mercado que atentem contra o modo de vida delas/es.

Nossa função na comissão é a de representar os povos e as comunidades tradicionais pantaneiras para que juntos a gente consiga ter uma pauta que garanta nossos direitos nos governos municipais, estaduais e no governo federal. Nossa articulação tem acontecido com povos e comunidades tradicionais de várias regiões do país, temos nos encontrado no Brasil inteiro para fazer valer o que nos foi garantido tanto na constituição quanto na política nacional. Claudia de Pinho (representante pantaneira na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT)

Pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os têm no conhecimento tradicional, inscrito em sua memória coletiva, uma de suas principais fontes de informação e de manutenção de sua cultura. Isto se dá graças ao conhecimento tradicional, fundado no conjunto de *saberes de experiência feito* (FREIRE, 2002) que é transmitido e retransmitido oralmente entre elas/es cotidianamente. Além de termos experienciado essa realidade nas atividades de campo, os sujeitos dessa pesquisa afirmaram que elas/es ainda sobrevivem na região em virtude da *comunitária e insistente disposição em falar sobre como se vive e se pratica a pesca tradicional*. Afirmam que, quando em grupo, as/os mais experientes não hesitam em dialogar sobre “os segredos da pesca do pacu e do pintado”, “quais iscas utilizar em cada tipo de lua”, “como se movimentam as iscas”, “como despistar a fiscalização”, “como fazer e adaptar a tralha para cada região e temporada de pesca” e “como confeccionar canoas, pendurões, remos, tabuados, tarrafas”.

*Se eu não falar para o companheiro o que eu preciso e ele não falar pra mim o que ele precisa, nós não vamos a lugar nenhum. [...] lá no pantano, a gente é tão ligado que só de olhar já sabe o que o outro quer.* Piapara

*Às vezes eu quero ir pra um lugar e às vezes o Rubafo quer ir para o outro, o Jurupensem já fala pra ir pra outro. Em vez de ficar brigando a gente sempre chega em um acordo. É conversando que a gente se entende.* Chuncha

*Meu pai não precisou escrever nada pra eu aprender, ele falava e eu observava [...] hoje eu vivo da pesca. Eu aprendi conversando e vendo o que os companheiros fazem. Onça*

*Só estamos conversando com você sobre [...] porque pegamos confiança, mas na verdade estas coisas a gente só fala entre nós[...] eu aprendi isso com meus parceiros lá nos anos oitenta e hoje ensino esses caras mais novos. Pacu*

Para Freire (1992, p. 43) “o diálogo é o encontro amoroso de homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Note-se que, no contexto social da pesca artesanal, o diálogo é o encontro intersubjetivo que oportuniza a humanização e a transformação do mundo da vida dessas pessoas. Para elas o Pantanal é o mundo das relações interpessoais e das interações com os recursos naturais. Não é somente *suporte*, mas, diferente do que propõem o mercado capitalista e alguns agentes públicos, o Pantanal não se resume a fonte de emprego e de renda, mas é, sobretudo, fonte de vida, ambiente de humanização. Essa região é, a partir de sua heterogeneidade ecológica, o *lugar* (LITTLE, 2002) que mediatiza suas relações interpessoais, lhes dá sentido à existência, a partir de onde as/os trabalhadoras/es da pesca, de maneira dialógica, como em seus enfrentamentos cotidianos, expressam as dimensões simbólicas e identitárias que lhes caracterizam como comunidade pescadora tradicional pantaneira.

Diante disso, defendemos que processos educativos ambientais – que se proponham dialógicos e críticos – devem versar substantivamente sobre a realidade na qual os sujeitos estão inseridos. Sustentamos, também, que a formulação de políticas públicas que pretendam propor ações de conservação da biodiversidade pantaneira, especialmente em regiões tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais, somente logrará êxito se for elaborada maneira coletiva, portanto comunicativa.

### 2.3. *Agir comunicativo comunicar para transformar a realidade*<sup>109</sup>

*Isso que nós estamos falando aqui, vai para um papel e nós vamos cobrar [os técnicos e a técnica], porque aquela reserva lá [Esec de Taiamã] também é nossa. Piapara*

“Habermas, através da teoria do agir comunicativo, publicada nos anos de 1980 (HABERMAS, 2012a; 2012b), parte da compreensão de que vivemos em uma sociedade dual, que a estrutura dessa sociedade é composta pelo mundo da vida e pelo sistema. Para ele,

<sup>109</sup> Parte dessa seção do artigo – identificada entre as aspas – foi extraída na íntegra da introdução de nossa tese de doutorado intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

a realidade social é uma elaboração humana que não depende apenas do significado que as pessoas, particularmente, atribuem ao mundo, mas também dos significados construídos intersubjetivamente.

O mundo da vida constitui o âmbito *de atuação das pessoas*, interativamente: a efetivação da agência humana; é formado pela coexistência de três mundos: o mundo objetivo refere-se à totalidade das coisas sobre as quais os seres humanos podem emitir enunciados pretensamente verdadeiros e buscar entendimento sobre eles; o mundo social refere-se à totalidade das relações sociais que, tácita ou normatizadamente, referem a legitimidade de comportamentos pretensamente corretos em interações interpessoais; por sua vez, o mundo subjetivo diz respeito à totalidade das vivências às quais somente a/o falante tem acesso privilegiado e que ela/ele pode manifestar de modo pretensamente veraz a uma outra pessoa ou a um grupo. De outro lado, para Habermas (2012b), o sistema pode diferenciar-se em sistema econômico e sistema administrativo. O autor considera que, além de guardarem entre si uma relação de complementaridade, eles constituem o âmbito *institucional* de organização e regulação da vida em sociedade.

Há evidentemente uma imbricação entre mundo da vida e sistema: de um lado, são também pessoas que efetivam a existência e a atuação do sistema e, de outro, as pessoas em seus mundos da vida de convivência cotidiana são também afetadas diretamente pelo sistema. Em princípio, para o autor, o mundo da vida é marcado prevalentemente pela busca do entendimento e, por sua vez, o sistema é marcado prevalentemente pela racionalidade instrumental, objetivando êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar dessa contradição e propor o agir comunicativo, como disposição humana de contraposição à colonização do mundo da vida, Habermas (2012a) afirma que

no agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo *êxito de si mesmos*; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar seus diversos planos de ação com base em *definições comuns* sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 496, grifos nossos).

Em sociedades de classes (FERNANDES, 2009), como a nossa, há uma progressiva desacoplagem entre o sistema e o mundo da vida. Para Habermas (2012a) ocorre um avanço da colonização do mundo da vida pelo sistema, na medida em que a burocratização (do Estado) e o dinheiro (do mercado) tomam espaços que antes eram ocupados pela solidariedade como princípio de tomada de decisão, inclusive no âmbito familiar e no comunitário. Com esse processo, ações comunicativas, que objetivam a coordenação de ações transformadoras a partir da busca do entendimento como compromisso coletivo a ser



alcançado antes de tudo, são substituídas por ações orientadas prioritariamente pelo êxito individual, o que acaba por gerar patologias sociais.

Diante disso, com vistas a enfrentar estas patologias, Habermas afirma que, para além das ações que visem majoritariamente o êxito individual (fundadas em uma racionalidade instrumental), deve ser adotado o agir comunicativo<sup>110</sup>. Neste, as pessoas capazes de linguagem e ação, que estabelecem relações interpessoais – seja por meios verbais seja por meios extra verbais – podem alcançar objetivos pela via do entendimento (tendo o êxito *coletivo* como uma decorrência do entendimento e não como uma orientação *a priori*), de forma que através dele, do entendimento, seja possível coordenar os planos de ação decorrentes de um processo interativo e suas respectivas execuções. Para Habermas (2012a) todo ato de entendimento

pode ser concebido como parte de um *procedimento cooperativo de interpretação*, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas. Para tanto, são úteis os conceitos dos três mundos enquanto sistema de coordenadas suposto em comum, no qual os contextos situacionais podem ser ordenados de tal forma que se chegue a uma concordância sobre o que é que os envolvidos podem tratar como fato ou como norma vigente ou como vivência subjetiva (HABERMAS, 2012a, p. 138, grifo nosso).

Posto isso, não se deve reduzir a compreensão sobre comunicação a simples conversação, que, por isso, se resume apenas a expressar ou a interpretar a realidade. Deve ir além, precisa ser uma forma de organização da ação, tem de ser um agir comunicativo, tem que ser práxis. Habermas introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Note-se que, nesse sentido, a

racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação [...] (HABERMAS, 2012a, p. 43).

Diferentemente da racionalidade instrumental – que propõe dominação da natureza como se dela não fizessemos parte metabólica e socialmente – a racionalidade comunicativa emerge em situações não coercivas, surge no encontro entre sujeitos históricos, valoriza a diversidade de olhares e saberes a partir de um lugar no mundo e é especialmente

---

<sup>110</sup> Para Habermas (1990) o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, onde as/os “participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação” (p. 72, grifo do autor), afirmando ainda que isto ocorre da seguinte forma: “os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (idem). Diante disso Habermas estabelece a diferença entre o agir comunicativo e o agir estratégico apontando que o “agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica *dos planos individuais de ação*, mas na força racionalmente *motivadora de atos de entendimento*, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (idem, grifo nosso).

humanizante, porque possibilita que as/os falantes coordenem seus atos através de uma ação comunicativa pautada nas pretensões de validade (verdade, correção e veracidade), visando a busca do entendimento com fins à proposição de acordos coletivos que objetivem a coordenação de ações e a superação das situações problemáticas. Há, portanto, nos contextos de busca de entendimento para consequente coordenação de ações, uma articulação de ações a partir do melhor argumento (HABERMAS 2012a, p. 67) e não uma imposição de ideias fundada no poder e/ou na manipulação perlocutiva que vise majoritariamente o êxito do falante.

Consideramos que nas situações de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017) sobre as quais estamos debruçadas/os nesta tese, apesar da permanente ingerência do Estado e do mercado, há no interior das comunidades tradicionais envolvidas *movimentos solidários internos de enfrentamento*, fundados em uma racionalidade que, mais do que diferente, ela denuncia a desumanização promovida pela racionalidade de base puramente instrumental do capital, e que, deste modo, irrompe resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Pensar este processo a partir da coordenação de ações coletivas baseadas no entendimento da comunidade envolvida, como descrevemos acima em Habermas, é plenamente consistente com o seu pensamento a partir da implicação dialética entre reflexão e ação que há na palavra verdadeira, que é práxis, emanada das relações dialógicas, como descrevemos anteriormente em Freire.” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

À luz da formulação teórico/prática habermasiana, Tavolaro (2005) propõe que a incorporação do agir comunicativo nas práticas de uma educação ambiental “que se quer crítica” implica a adoção de um conjunto de reflexões e ações que redundem em uma participação ativa de todos os sujeitos envolvidos no processo investigativo/educativo. O autor afirma que: a) a ação educativa deve apresentar uma “abordagem crítica dos aspectos técnicos envolvidos no tratamento de questões ambientais”; b) “a educação ambiental deve informar<sup>111</sup> os indivíduos quanto às dimensões biológicas, ecológicas e econômicas da dinâmica ambiental conectando-as aos aspectos éticos, morais e políticos [...]”; c) as práticas de educação ambiental devem “estar atentas às cadeias de ação e às redes de poder envolvidas nos processos de tomada de decisão [...]”; e d) a educação ambiental deve “estimular a

---

<sup>111</sup> Apesar de o autor utilizar o verbo “informar”, o que pode denotar a impressão de que ele está sugerindo uma postura antidialógica (bancária/extensionista), em uma leitura mais detida do texto em comento verifica-se que o que Tavolaro está propondo – neste item – é o estabelecimento de um espaço plural em que os temas socioambientais sejam tomados de maneira interdisciplinar.

participação política democrática e a adoção de desenhos institucionais que tornem os aparatos decisórios sensíveis e permeáveis às diferentes demandas [...]” (p. 20-22).

Como veremos nas próximas seções deste artigo, essa pesquisa de educação ambiental lançou mão de uma metodologia que, consubstanciada nestes referenciais teóricos, permitiu ao grupo de pessoas participantes, além de identificar os elementos que obstaculizam os processos de libertação, também, viabilizar *comunitariamente*, pela via da participação igualitária, processos de transformação de sua realidade através de ações de enfrentamento e de superação das situações-limites em que vivem cotidianamente implicadas as pessoas do contexto da pesquisa.

#### *2.4. Conservação da diversidade biológica dos peixes: contribuições tradicionais pantaneiras diante do conservacionismo indolente*

*Eu sou a terceira geração de pescadores da minha família, se nós não pudermos dar nossa opinião para ajudar a cuidar do Pantanal, quem é que vai dar? Esse Blairo plantador de soja? Ferreirinha*

Em uma consistente análise sobre as políticas públicas conservacionistas empreendidas pelo mundo, Guha (2000) afirma que em nome da “herança global da diversidade” muitos projetos de criação de áreas protegidas expulsaram povos e comunidades tradicionais de seus lares, desconsideraram a cultura e as incontáveis possibilidades de auxílio na gestão socioambiental que estes povos poderiam dar ao poder público na conservação desses espaços. Também Diegues (2000, 2001a, 2001b) tem denunciado que esse foi o modelo de gestão adotado pelo Estado brasileiro. Comunidades tradicionais brasileiras têm sido vitimadas, espoliadas de seu direito de gestar seus territórios em função dos interesses de grandes corporações vinculadas aos interesses escusos do capital. Em trabalhos pioneiros, Da Silva e Silva (1992, 1995) identificaram essa triste realidade nas relações de gestão de recursos pesqueiros no rio Cuiabá em Mato Grosso.

As leis que regulamentam a pesca na piracema, quanto aos equipamentos permitidos e o peso do produto pescado, trazem dificuldades de sobrevivência a esta categoria social, sobretudo ao que dependem apenas da captura do pescado. [...] Os pescadores reclamam muito destas disposições e argumentam que não são eles os culpados pela diminuição dos peixes, porque sempre pescaram racionalmente (DA SILVA e SILVA, 1992, p. 46-47).

Estudos realizados com pescadoras/es tradicionais em Cáceres, como os de Medeiros (1999), Martins (2003), Lima (2004), Netto (2006), Netto e Mateus (2009) e Bezerra e Oliveira (2011), também evidenciam que, apesar dos esforços de alguns setores da sociedade civil e de algumas/uns agentes do Estado vinculadas/os especialmente a instituições de ensino,

a participação dessa comunidade nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos pesqueiros é muito pequena. O que verificamos, ao longo de dois anos de atividades dialógicas de pesquisa, participando diariamente com elas/es de reuniões nos conselhos e em diversos ambientes de debate, é que, em função do maior acesso a informação e conseqüente giro dialógico, há uma crescente ocupação de espaços e proposituras de demandas atinentes à conservação da biodiversidade de peixes, a partir dos saberes tradicionais. Como apontado por Souza e Logarezzi (2017a; 2017b), há no interior desta comunidade de pescadoras/es, grupos de resistência e enfrentamento que clamam por direitos e garantias que lhes são asseguradas inclusive constitucionalmente.

Nos encontros em que tratamos dos instrumentos de gestão arrolados na legislação, sempre argumentavam que, apesar de ignorados propositadamente por setores do Estado e pelo mercado, seus saberes são fundamentais para conservação da biodiversidade de peixes. Quando dialogamos sobre o que poderia ser feito para garantir que no futuro tivéssemos peixe tanto para a atividade profissional quanto para os demais usos, elas/es apontaram que *só cuida quem ama* (Rosa), *só preserva quem conhece de verdade o Pantanal* (Lambari), *nós não cuidamos lá do gabinete, nós cuidamos é debaixo de sol e chuva* (Chuncha). Assim como observamos no cotidiano do exercício da atividade pesqueira, há, notadamente, um compromisso culturalmente tecido na história dessa comunidade com a conservação dos peixes do Pantanal. Entretanto, a despeito desse fato histórico seguramente experienciável em uma pesquisa crítica e dialógica, infelizmente o poder público tem ignorado seus saberes, seu modo de vida, sua cultura, nos processos de estabelecimento de critérios, normas e promoção de ações de conservação.

*Até tem uns fiscais que sabem alguma coisa, mas tem muitos que não conhecem nossa cultura, não conhecem esse pantanal. Por isso eles fazem muita coisa errada e a gente não pode falar nada [...]. Se ouvissem mais a gente seria muito melhor pra todo mundo. Caravaçu*

*Mais importante do que multar a gente é educar a gente, vamos conversar, porque é que ninguém vem aqui pra conversar com nós antes de fazer essas leis. Acho que a gente sabe um pouquinho né! Pacupeva*

Assim como nas palavras das/os demais entrevistadas/os, os relatos de Caravaçu e Pacupeva evidenciam o modelo predominante de gestão ambiental adotado pelo Estado brasileiro no que diz respeito à *desconsideração dos saberes tradicionais* na propositura de instrumentos públicos de conservação da biodiversidade – caracterizando um modelo de gestão que chamamos durante nossos diálogos de *conservacionismo indolente*. Ao contrário disso, o que consensuamos em nossos encontros aponta para a participação comunicativa (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b) como necessidade fundante na determinação de estratégias e

instrumentos de gestão dos recursos ambientais. Não há, pelo menos não identificamos nesse trabalho, por parte desta comunidade a negação da relevância do saber acadêmico. Entretanto há uma crítica contundente do uso quase que exclusivo desse saber fundado em uma racionalidade instrumental, indolente (SANTOS, 2000) nas ações de conservação.

### 3. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa

As pescadoras e os pescadores tradicionais com quem dialogamos vivem no Pantanal de Mato Grosso, inseridas/os no contexto da sociedade da informação (GÓMEZ et al., 2006) e da sociedade de risco (BECK, 2011). Têm suas vidas, por um lado, mediatizadas pelo ritmo das águas pantaneiras (DA SILVA; SILVA, 1995; MEDEIROS, 1999; JUNK, DA SILVA, 1999), por outro, contrastando com esta *tranquilidade aparente*, elas/es estão inseridas/es em um contexto de conflitos socioambientais empreendidos por uma geopolítica protagonizada pelo capital, que em grande medida lhes impõe modos de interação com o ambiente diversos daquele que lhes fora legado pela cultura tradicional pantaneira. Entretanto, como já sinalizamos há pouco, em função do giro dialógico (AUBERT et al., 2008) característico da sociedade contemporânea, estas mulheres e estes homens têm demandado por direitos e garantias fundamentais, têm – apesar das inúmeras dificuldades de acesso à informação e dos conflitos internos – participado de ambientes de diálogo e apresentado seu saber de experiência feito (FREIRE, 2002) como alternativa às formas de apropriação dos bens ambientais, como também aos modelos de conservação da diversidade biológica de peixes propostos no ordenamento pesqueiro.

Diante deste cenário sociocultural e econômico, para a realização dessa pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012), utilizamos a Metodologia comunicativo-crítica<sup>112</sup> – MCC (GÓMEZ et al., 2006; GÓMEZ, PUIGVERT, FLECHA, 2011). A MCC é fundamentalmente comprometida com as transformações sociais que podem emergir das interações humanas, notadamente aquelas comprometidas com os processos de superação dos problemas sociais. Trata-se de uma metodologia fundada em postulados (GÓMEZ, et al. 2006) e princípios de aprendizagem (FLECHA, 1997) que, alinhavados com as condições ao diálogo verdadeiro apresentadas por Paulo Freire (FREIRE, 2004), objetiva promover dialógica e criticamente estudos comprometidos com os sujeitos implicados nos contextos investigados.

---

<sup>112</sup> Metodologia comunicativa de investigación, em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

A MCC nega a neutralidade científica, por isso “não pretende somente descrever e explicar a realidade, compreendê-la e interpretá-la para estudá-la, mas também estudá-la para transformá-la (GÓMEZ, et al. p. 32)”. Trata-se de uma metodologia comprometida com uma racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012a; 2012b) e dialógica (FREIRE, 2004), em que as pessoas são sujeitos de direito, capazes de linguagem e ação, e podem criar conhecimento de forma intersubjetiva, bem como interpretar e interferir em sua realidade social com vistas ao êxito coletivo.

Assim, para esta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012), o uso dessa metodologia possibilita o desvelar intersubjetivo, propositivo e comprometido das situações de opressão às quais pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os foram/estão submetidas/os. Nesse movimento dialógico de superação dos problemas sociais a MCC valoriza o diálogo igualitário, que deve estar fundado nas pretensões de validade do discurso apresentados por Habermas (2012a). Como apontado por Souza (2017) – apesar dos desafios atinentes à natureza desse trabalho acadêmico – assim como nas demais etapas da pesquisa, também durante os diálogos em que tratamos da conservação da biodiversidade de peixes, procuramos estabelecer um campo dialogal livre de hierarquias interpretativas e desníveis epistemológicos.

Diante disso, considerando as *intencionalidades educativas enfrentantes* inerentes aos processos educativos desenvolvidos nas práticas sociais pesqueiras tradicionais, bem como a promoção de um conhecimento dialógico que trate dessa temática, SOUZA (2017) afirma que

distinguem-se os papéis de pesquisadora/or acadêmica/o e de pesquisadoras/es do contexto da pesquisa, ou popular, cujo encontro potencializa a produção do conhecimento dialógico, em que a elaboração teórica e a vivência prática interagem dialógica e dialeticamente, resultando numa práxis transformadora comprometida com os desafios aportados pelas pessoas do contexto, redundando ainda na perspectiva de coletivamente se fazerem sujeitos históricos. Destaca-se que a distinção entre esses papéis não implica a admissão daquele desnível ou daquela hierarquia. Na verdade, implica maior rigor na produção do conhecimento, na medida em que se aliam sistematização teórica acadêmica e contextualização prática popular (SOUZA, 2017 p. 51).

Desse modo, as pescadoras e os pescadores tradicionais participaram de todas as etapas da elaboração dessa pesquisa; desde a identificação da temática significativa, bem como durante a interpretação, análise dos dados e respectivos encaminhamentos. Quanto às técnicas de coleta e informação, Gómez et al. (2006) sugerem que podem ser utilizados tanto dados oriundos de técnicas quantitativas e/ou qualitativas de pesquisa. A autora e os autores ressalvam que seu uso deverá ser feito sempre com a orientação comunicativa (p. 67). Nessa

pesquisa foram utilizados a observação comunicativa, o grupo de discussão comunicativo (GDC) (p. 77-89) e a entrevista em profundidade (MINAYO, 2012).

Como proposto por Gómez et al. (2006, p. 95-96) nesse trabalho identificamos duas dimensões presentes na realidade sociocultural dessas pessoas: a obstaculizadora – que configura barreiras que impedem ou dificultam a efetivação de maior igualdade social – e a transformadora – que mostra as formas ou os caminhos de superação dessas barreiras.

Participaram de forma direta das atividades educativas 83 pescadoras e pescadores profissionais artesanais, sendo 25 pescadoras e 58 pescadores, vinculadas/os à Colônia Z-2 e à Appec. Durante a observação comunicativa (realizada entre os meses de dezembro de 2014 a março de 2015) dialogamos com 71 pessoas, na entrevista em profundidade (realizada entre os meses de março e setembro de 2015) com 40 pessoas e nos grupos de discussão comunicativos com 16 pessoas (um de nossos grupos de discussão comunicativos foi criado no mês de fevereiro de 2015, os outros três surgiram no decorrer dos anos de 2015 e 2016)<sup>113</sup>. Todas as pessoas que participaram das entrevistas em profundidade e dos grupos de discussão comunicativos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética da UFSCar.

As informações foram registradas diariamente em cadernos de campo e organizadas em matrizes de análise dispostas em temas, categorias, subcategorias e dimensões. Como assinalado por Souza (2017), esses dados são de natureza complexa e foram sistematizados em quadros<sup>114</sup> baseados no esquema do quadro 1. O autor afirma que “essa complexidade implica alguma imprecisão ou ambivalência da localização de certos dados nas células do quadro” (p. 53). Entretanto, houve um esforço para, em diálogo com cada participante, localizar em suas falas elementos que possam ser identificados de acordo com a temática da conservação da biodiversidade de peixes, com as categorias mundo da vida e sistema, com as subcategorias sujeito, Colônia Z-2/Appec, Estado e mercado e, por fim, com as dimensões

---

<sup>113</sup> Para as transcrições, nos esforçamos em seguir as orientações de Whitaker et al. (2002). Ao tratarmos do respeito à cultura da mulher e do homem rural, as autoras e os autores consideram que “respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. Como nossos diálogos na observação comunicativa, nos grupos de discussão comunicativos e na validação das entrevistas não foram gravados, as notas e respectivas análises estão arroladas em nossos cadernos de campo. Ressalte-se ainda que, todas as transcrições – sejam as oriundas das gravações das entrevistas ou das notas dos cadernos de campo – foram validadas com as/os participantes da pesquisa em um processo longo de leitura e interpretação densamente comprometido com o referencial teórico-metodológico da pesquisa.

<sup>114</sup> Foi sistematizado um quadro para cada tema – neste artigo, tratamos particularmente do tema da conservação da biodiversidade de peixes. Na pesquisa mais ampla, surgiram ainda os temas do exercício da atividade pesqueira (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a) e da participação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b).

obstaculizadora e transformadora, que se cruzam nas respectivas células indicadas no quadro 1.

**Quadro 1. Sistematização dos dados referentes à temática da conservação da diversidade biológica de peixes.**

Dimensões	Tema, categorias e subcategorias			
	Conservação da diversidade biológica de peixes (C)			
	Mundo da vida (M)	Sistema (S)		
	Sujeito	Representação: Colônia Z-2 / Appec	Estado	Mercado
<b>Obstaculizadora (O)</b>	COMs	COSr	COSe	COSm
<b>Transformadora (T)</b>	CTMs	CTSr	CTSe	CTSm

**Legenda:** C = Conservação da diversidade biológica de peixes; M = Mundo da vida; S = Sistema; O = Obstaculizadora; T = Transformadora; s = Sujeito; r = representação; e = estado; m = mercado. A primeira letra da sigla se refere ao tema (P), a segunda à dimensão (O ou T), a terceira à categoria (M ou S) e a quarta à subcategoria (s, r, e ou m).

#### 4. Diálogos sobre as políticas de pesca e respectivos instrumentos de gestão

Antes de tratarmos dos diálogos que tivemos sobre alguns dos instrumentos das políticas que versam sobre a regulamentação da atividade pesqueira é importante ressaltar que essa legislação faz parte de um conjunto de normas que deve, pelo menos em tese, garantir a conservação da biodiversidade sem, no entanto, retirar direitos – garantidos constitucionalmente e em tratados internacionais – dos povos e comunidades tradicionais.

Ao mesmo tempo, é necessário indicar que, além dos temas mais adstritos ao exercício da pesca – acerca de alguns dos quais trataremos abaixo –, durante essa pesquisa de educação ambiental as/os quarenta pescadoras/es que participaram da entrevista apontaram diversas outras causas de impacto ambiental no Pantanal de Mato Grosso, temas sobre os quais dialogamos densamente, acerca dos quais trataremos em outros textos. Para elas/es as principais ameaças à biodiversidade de peixes são: a) desmatamento das cabeceiras dos rios que compõem a Bacia do Alto Paraguai – BAP – (35 entrevistadas/os); b) avanço do setor energético na região com a edificação de barragens e conseqüente inferência no pulso de inundação (35 entrevistadas/os); c) uso de agrotóxicos tanto na agricultura quanto na



pecuárias (30 entrevistadas/os); d) assoreamento dos rios, corichos e baías (32 entrevistados); e) avanço na monocultura da soja nas áreas de pastagem (31 entrevistadas/os); f) a pressão de pesca sobre espécies de alto valor comercial e de interesse da indústria do turismo, uso de apetrechos e a pesca em locais proibidos (22 entrevistadas/os); g) poluição dos rios, corichos e baías causada pelas embarcações de turistas e de amadores domésticos (22 entrevistadas/os); h) falta de saneamento básico, especialmente, no município de Cáceres (20 entrevistadas/os); i) a mineração (8 entrevistadas/os); j) a dequada e a predação por jacarés e lontras (8 entrevistadas/os).

Além disso, vale destacar que, a possibilidade de retorno da navegação de barcaças na hidrovia Paraguai-Paraná foi motivo de preocupação para 36 das pessoas entrevistadas. Sobre esse tema, os principais argumentos apresentados por elas/es faziam alusão à retificação da calha do rio Paraguai, à perda de seus territórios de pesca em função do avanço das barcaças sobre estes *lugares* e à morte de cardumes de peixes, especialmente durante a piracema. Na medida em que estes temas eram expostos e que sobre eles dialogávamos, procuramos, à luz do referencial teórico-metodológico que orienta esta pesquisa, apresentar os estudos científicos que versam sobre estas temáticas, objetivando problematizar o tema, desvelar a realidade, para que ao final de nossos encontros pudéssemos formular proposituras que representassem as demandas dessa comunidade de pescadoras/es.

#### 4.1. *A pressão de pesca sobre espécies nobres<sup>115</sup>: pressão do mercado e inação do Estado*

*A maior parte do que eu e Tuiuiu pescamos é o que os atravessadores querem, se não for assim eu vou vender meu peixe pra quem? Eles pagam pouco, mas ajudam a gente ir pro rio. Ximburé (COSm)*

“Eu não quero passar fome, se o governo não ajuda, os atravessadores me ajudam e depois compram o meu peixe”. Foi com esta frase que o pescador Cocha de Nego iniciou uma longa argumentação sobre os problemas que a categoria enfrenta em função das dificuldades de acesso às políticas de incentivo e fomento. Segundo os relatos das pessoas que participaram dessa pesquisa, as/os atravessadoras/es foram responsáveis pela aquisição de aproximadamente setenta por cento de todo o pescado comercializado por elas/es em 2014.

---

<sup>115</sup> Durante os encontros em que dialogamos sobre as ações do mercado e a pressão de pesca sobre “peixes nobres” elas/es afirmaram que não sabiam a origem dessa denominação, mas que, não tinham dúvidas de que era uma invenção dos comerciantes. Diante disso consensuamos que em nossas atividades chamaríamos estas espécies de “peixes de maior valor comercial”.

Elas/es apontaram que há uma crescente pressão sobre a pesca de espécies de maior valor comercial, especialmente pacu (*Piaractus mesopotamicus*), pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), cachara (*Pseudoplatystoma fasciatu*), piraputanga (*Brycon hilarii*) e, em menor escala, a pacupeva (*Mylossoma paraguayensis*) e o piavussu (*Leporinus macrocephalus*). Algumas/uns afirmam que iniciaram sua carreira pescando outras espécies – tidas como *não nobres* –, mas que ao notarem que o mercado não absorvia estes produtos mudaram suas estratégias e locais de pesca e passaram a depender do subsídio para o exercício da atividade.

Apesar de utilizarem majoritariamente técnicas e apetrechos tradicionais, elas/es disseram que: a) em função das pressões de mercado por peixes de maior valor comercial; b) da perda de territórios tradicionais de pesca próximos ao perímetro urbano para pescadoras/es amadoras/es; c) da movimentação intensa de embarcações nas regiões mais próximas ao perímetro urbano, muitas/os delas estão utilizando motores rabetas em canoas de madeira ou motores de baixa potência (15 hp) em barcos de alumínio. Segundo elas/es esses equipamentos são utilizados especialmente até chegarem aos pontos de pesca mais distantes da cidade, pois nestes locais elas/es retomam as canoas a remo para facilitar o emprego de suas estratégias tradicionais de pesca<sup>116</sup>.

Em função disso, identificamos que há uma dependência financeira umbilical de grande parte das/os pescadoras/es tradicionais em relação à atuação de atravessadoras/es. A exemplo de outros sujeitos da pesquisa, em um de nossos primeiros encontros as pescadoras Piraputanga e Urtiga afirmaram que

*os compradores de peixes [atravessadoras/es] são um presente de Deus pra nós. Eles nos ajudam com a gasolina, com o gelo, ajudaram o Bagre Cabeçudo a reformar o barco. Agora que a pesca abriu a gente já vai conseguir pagar esse empréstimo com o peixe lá de baixo. Piraputanga [COMs]*

*A [...] não me ajuda, o governo não me ajuda, ainda bem que o seu [...] sempre ajuda nosso grupo. Agora mesmo ele até comprou madeira pra reformar os barcos [...] e ele recebe depois tudo em peixe. Urtiga [COMs]*

Ressalte-se que, como proposto por Freire (2001; 2004), os processos educativos empreendidos na pesquisa objetivaram problematizar a realidade em que elas/es estão inseridas/os, com vistas a desvelar dialogicamente esta situação *explícita* de opressão e,

<sup>116</sup> Ao tratar da capacidade de resiliência dos sistemas neotradicionais de manejo de recursos, a professora Alpina Begossi (BEGOSSI, 2001) afirma que estes sistemas "são definidos como os que apresentam tanto elementos de sistemas tradicionais como de sistemas recentes e emergentes" (207). Neste caso, em função das pressões em comento, essa comunidade pesqueira tem incorporado alguns elementos dessas novas tecnologias sem perder suas tradições; pelo contrário, pleiteiam, por exemplo, a criação de unidades de conservação de uso sustentável, a promoção da cadeia produtiva do pescado artesanal, entre outros, para que parte significativa desses problemas seja superada e sua tradição seja mantida.

também, permitir o pensar verdadeiro, como possibilidade epistemológica na luta contra o pensar intransitivo, ingênuo – evidenciado nos relatos acima.

Entre os meses de abril e novembro de 2015, acompanhamos a comercialização do pescado realizada por nove pescadores e duas pescadoras no dia a dia, tanto rio abaixo ou rio acima e em peixarias, restaurantes e na feira municipal de Cáceres. Corroborando com o que fora declarado, a demanda majoritária é pelos peixes de *maior valor comercial*. Tanto as/os atravessadoras/es quanto as/os consumidoras/es finais preferem estas espécies. Há, por exemplo, na abertura da pesca uma corrida pela “pesca do Pacu”. Destaque-se que esta mobilização, além de movimentar o negócio turístico da região, promove uma descida e/ou subida em massa de pescadoras/es tradicionais que objetivam, desde já, garantir algum recurso financeiro para pagar os *empréstimos* firmados durante o período de defeso.

*Eu sei que isso é ruim para o meio ambiente, mas a maioria de nós aqui desse grupo somos pescadores de Pacu e de Pintado, somente dona [...] que mexe com esses outros peixes, mas porque ela não pode ir lá embaixo. Se eu for para o rio e não pegar o bocudão (pintado ou cachara), aí sim eu vou partir para esses peixes mais inferiores pra completar minha cota, mas quem compra de mim não quer saber deles, esses mais fracos são pra boia lá de casa. Jurupensem (COSm)*

*Eu sou especialista em matar o pintado e pacu, mas eu faço umas conservas de cachorra, sardinha [...], às vezes eu saio para pegar uns piavussu. Se tivesse ajuda do governo, ou algum curso, nós poderíamos deixar esses peixes grandes descansar e partir para esses peixes mais fracos [...]. Ferreirinha (COSe)*

*Não é sempre, mas as vezes eu passo o [...] pra completar minha cota, se eu não fizer isso tem dia que não pago o cara lá do [...] que sempre me arruma o dinheiro do gelo e da gasolina. Se eu conseguisse vender esse peixe mais fraco, não precisava fazer isso! Cocha de Nego (COMs)*

Além dos relatos destes pescadores, durante os encontros em que tratamos da questão pressão da pesca, outras/os relataram que se o governo: “*promovesse um jeito de vender outras espécies mais fracos*” (Lua); “*desse uma ajuda financeira para nós deixarmos de comer o pão que o diabo amassou nas mãos dos atravessadores*” (Orquídea); e, além disso, “*promovesse campanhas de divulgação sobre a culinária de outros pratos tradicionais*” (Jejum), sem dúvida a pressão de pesca sobre essas espécies diminuiria.

*O povo mais antigo ainda come esses peixes mais simples, do tipo do bagre, da piranha [...], mas a maioria só quer o pacu e o pintado. Esses restaurantes só querem esses peixes [...] é atrás deles que a gente vai. Mutum [COSm]*

*Eu só pesco outros tipos de peixe se não tiver como ir lá pra baixo, esses outros quase não tem valor, só dá trabalho pra gente. [...] A prefeitura nunca fez nada pra ajudar a gente vender esses tipos mais ruins de peixe! Piau [COSe]*

Note-se que esse danoso processo exercido pelas/os *agiotas do peixe* promove um círculo vicioso que fragiliza a categoria e impõe a pressão de pesca sobre peixes de maior valor comercial. Vejamos os motivos: a) parte significativa dos territórios de pesca próximos à cidade foi ocupada por pescadoras/es amadoras/es com a construção ilegal de ranchos e pousadas e afiação de tablados para o uso criminoso de ceva fixa; b) diante disso, as/os pescadoras/es tradicionais precisam ir a locais mais distantes da cidade para buscar este pescado; c) estas viagens são dispendiosas e, necessariamente, precisam ser subsidiadas; d) em função da inação do Estado, a ação de atravessadoras/es é *permanente*; e) ao subsidiarem a atividade elas/es dão preferência a estas espécies; f) atravessadoras/es *determinam* o preço a ser pago no quilo do pescado e, assim, retroalimentam esse sistema desumanizante, escravagista e ecologicamente insustentável.

Entre as formas de enfrentamento a esta questão – identificadas nas três técnicas de coleta de dados – consensuamos que deveríamos aprofundar nossos diálogos sobre a *rede solidária de prática e comercialização do pescado* já existentes no grupo. Como indicado por Souza e Logarezzi (2017a, p. 86) existe uma tímida, mas importante rede de solidariedade de comercialização do pescado artesanal. Trata-se de uma estratégia desenvolvida, ao longo de décadas, por pescadoras/es que decidiram não entregar parte do fruto de seu trabalho nas mãos de atravessadoras/es. Pelo menos seis dessas redes de solidariedade são formadas por familiares e/ou amigos de longa data. Em função disso, solidarizam-se compartilhando informações com as/os demais pescadoras/es sobre seu estoque pesqueiro, as necessidades mediatas e imediatas de consumidoras/es, denunciam às autoridades pescadoras/es amadoras/es que estão comercializando pescado em sua área de atuação, indicam quais companheiras/os possuem o pescado em estoque, compartilham apetrechos e informações sobre técnicas de pesca e movimentação de cardumes, sendo que algumas/uns delas/es montaram lanchonetes e peixarias que são abastecidas com seu próprio pescado etc.

Para subsidiar nossos diálogos sobre esse tema, utilizamos como textos de referência Singer (1997) e Zart (2009). A partir do que fora proposto pelos autores nessas obras, procuramos dialogar mais detidamente sobre: sistemas de crédito, processos produtivos solidários e sustentáveis, cooperação, autogestão, consumo solidário e sustentável, redes de trabalho, cooperação e articulação. Especialmente após os processos de validação das entrevistas e ao final dos encontros em que tratamos, especificamente, sobre as propostas de enfrentamento à pressão do mercado – como estratégia de conservação da biodiversidade de peixes –, elas/es apontaram que a categoria deve: a) fortalecer os laços de amizade e fraternidade existente entre as/os pescadoras/es *filiadas/os às duas entidades*; b) fortalecer as

redes de informação e comercialização já existentes e, a partir delas, promover a criação de outras redes; c) propor à colônia e a associação a formalização de denúncia ao Ministério Público Federal com vistas a reforçar a fiscalização sobre o cumprimento de cotas e a comercialização de pescado realizado por pescadoras/res amadoras/es; c) estabelecer como proposta a ser apresentada à diretoria, tanto da colônia quanto da associação, a necessidade de promover espaços de diálogo com o núcleo de economia solidária da Unemat, com vistas a proposituras de ações conjuntas; d) retomar os diálogos com as agências de fomento, a fim de negociar coletivamente as dívidas; e e) pleitear junto ao ICMBio e à Sema a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável.

#### *4.2. A criminalização da atividade pesqueira artesanal: estratégia de ocultação da inação do Estado e dos crimes do mercado*

*É mais fácil colocar a culpa na gente do que culpar quem planta soja e desmata as nascentes de nossos rios [...] como dizem, é mais fácil culpar os mais fracos.* Beija Flor (CTMs)

O relato em epígrafe representa uma das preocupações de todas/os as/os trabalhadoras/es com quem dialogamos. Para elas/es há uma permanente tentativa de criminalização da atividade profissional artesanal. Elas/es alegam que, especialmente, nos últimos anos – com a entrada do ruralista Blairo Maggi no cenário político – elas/es têm sido alvo de diversas ações estatais que representam perda de direitos<sup>117</sup> e ameaças ao seu ambiente de trabalho. Entre essas perdas elas/es discorreram longamente sobre a proposta de moratória da pesca, empreendida por Maggi no Senado Federal; a dificuldade de acesso a políticas de incentivo e fomento, a concorrência com o pescado oriundo da aquicultura de grande escala e da comercialização de pescado oriundo da pesca amadora.

Em reuniões oficiais, promovidas por instituições privadas e estatais, é cada vez mais comum ouvirmos relatos de técnicas/os de órgãos ambientais e de representantes de setores vinculados ao mercado que as/os pescadoras/es tradicionais são em grande medida responsáveis pela diminuição do estoque pesqueiro em algumas regiões do Pantanal mato-

<sup>117</sup> Em reunião realizada no mês de janeiro de 2016 com a presença de vinte dois pescadores e seis pescadoras, vinculadas/os às duas agremiações, em que tratamos da proposta de elaboração da política municipal de pesca, somente quatro deles e duas delas havia recebido o seguro defeso que deveria ter sido pago ainda no mês de novembro de 2015. Também em janeiro de 2017, em reunião do grupo de discussão comunicativo que dialoga sobre a perda de territórios tradicionais, com a participação de seis pescadores e duas pescadoras, somente dois pescadores havia recebido o seguro que deveria ter sido pago em novembro de 2016. Segundo a Federação de Pescadores de Mato Grosso, esse atraso ocorreu, principalmente, em função de mudanças na legislação federal. Nas palavras do pescador Pintado, “o governo quer que a gente vai fazer outra coisa pra depois tomar nossa carteira, eu não recebi ainda [janeiro de 2017], mas ainda bem que eu me organizei pra Piracema” e, nas da pescadora Onça, “isso dá um desespero muito grande, até agora nada [janeiro de 2017], isso é muito triste!”.

grossense. Em função do avanço da aquicultura na região Centro-oeste, especialmente em Mato Grosso, também tem sido recorrente o pronunciamento de representantes de instituições públicas que defendem a *migração forçada* (uma espécie de higienização do rio) da atividade pesqueira artesanal para a prática da piscicultura. Entretanto, ao dialogarmos sobre essa possibilidade, cerca de 6% (cinco de oitenta e três) das/os participantes dessa pesquisa sinalizaram este interesse, mas ressaltaram que isso se dava em função das dificuldades financeiras que estavam enfrentando. A maioria entende que elas/es devem permanecer no rio e que o Estado deve promover ações que garantam o exercício digno da atividade artesanal como previsto no artigo 3º, § 1º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

*Esse negócio de criar peixe é pra fazendeiro e pra sitiante, eu sou pescadora tradicional. Eu respeito o meu peixe, eu até sei outra profissão, mas abandonei e hoje vivo nesse pantano pescando. Eu aprendi usar a linhada com meu pai e com minha mãe, eu não quero nem de longe esse negócio de criar peixe. Onça (CTMs)*

*Nós somos tradicionais, aqui nesse grupo todo mundo nasceu nesse Pantanal. A gente nem come esses peixe de tanque, essa ração tem agrotóxico [...] O Blairo quer que a gente crie peixe pra ele vender ração com veneno pra nós também [...]. Curimatá (CTMs)*

Tanto quanto para a promoção da pesca profissional artesanal, é inegável que o Estado deve investir na piscicultura familiar nessa região de Mato Grosso. Dados de 2014, oriundos do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – Imea –, apontam para a necessidade de investimentos em pesquisa e linhas de crédito que promovam a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva, também dos produtos da aquicultura. Entretanto, como identificamos em diálogo com pescadoras/es tradicionais, há entre elas/es, o interesse majoritário em *permanecer desenvolvendo a atividade artesanal*, já que esta, mais do que fonte de renda, representa a expressão de sua cultura pantaneira – e de seu mundo da vida. Para tanto, como já dito, reivindicam que o Estado promova políticas públicas de pesca e conservação da biodiversidade de peixes que respeitem os direitos dos povos e das comunidades tradicionais pantaneiras.

#### 4.3. Diálogos sobre a fiscalização: a explicitação das contradições sociais

*Todos nós apoiamos a fiscalização, mas tinha que fiscalizar todo mundo, não pode fiscalizar só nós profissionais [...]. Me fale ai professor se o senhor já foi fiscalizado na sua cota de amador, se os policiais já entraram na sua barraca abrindo seu isopor sem pedir licença? Jaú*

*Eu não tenho respeito pela fiscalização, tenho medo, eu já vi o que esses caras fazem. Eu queria ter respeito,*

*mas não respeito quem trata um pai de família assim!*  
Acari

O poder público, ao lado da população, tem o dever de conservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Esta assertiva pode ser depreendida da norma contida no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. No § 3º deste artigo, o regulamento determina que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão as/os infratoras/es, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar os danos causados. É vasto o conjunto de dispositivos legais que regulamentam a obrigatoriedade do exercício do poder de polícia ambiental com vistas à manutenção do equilíbrio ecológico<sup>118</sup>. Ressalte-se que, como previsto no artigo 37 da Carta Magna, é imperioso que as/os agentes públicos deverão exercer suas funções obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sob pena de descumprirem o preceito constitucional e, portanto, incorrerem, também em infrações administrativas e possíveis crimes.

Enquanto dialogamos sobre a fiscalização e as normas que regulamentam esta ação estatal, procuramos problematizar este tema a partir de suas experiências cotidianas e do que há de previsão legal – tanto no texto constitucional quanto nos dispositivos infraconstitucionais –, identificando os elementos transformadores e obstaculizadores atinentes à conservação da biodiversidade de peixes. Um dos instrumentos de gestão dos recursos pesqueiros que mais afetam suas vidas é a ação do Estado através da fiscalização, trata-se da face mais conhecida do Estado. Ao lado do conjunto de normas que estabelecem as medidas mínimas de captura, o período de defeso, a regulamentação do uso de apetrechos e as cotas máximas de captura, a fiscalização se destaca como sendo um dos instrumentos que mais influem no seu dia a dia. A partir desse diagnóstico inicial, realizado, ainda durante a observação comunicativa, procuramos dialogar com elas/es sobre a importância social e ecológica desses instrumentos de gestão.

Na região onde estas pessoas pescam, atuam de forma permanente pelo menos oito órgãos de fiscalização: Polícia Militar Ambiental, Juizado Volante Ambiental (Juvam), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Marinha, Exército, Polícia Federal, Grupo Especial de Fronteira (Gefron) e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Segundo elas/es as instituições com as quais a comunidade mantém contato cotidiano são com agentes da Sema, Polícia Militar Ambiental, Juvam, ICMBio e com a Marinha.

---

<sup>118</sup> Para aprofundamento sugerimos a consulta às obras de Mello (2012) e Santilli (2005).

Entretanto, é importante consignar que, apesar do reconhecimento positivo acerca da importância da ação do Estado por meio destas instituições, é alarmante o número de denúncias que elas/es fazem no que diz respeito a ação e/ou inação do Estado no que tange ao cumprimento do *estrito dever legal* quando da execução do ato fiscalizatório.

Como apontado pelo pensamento freiriano, diálogo pressupõe tensão! De fato experienciamos isso, foi desafiante dialogar sobre a fiscalização, especialmente porque, apesar de desde o início de nossas atividades de pesquisa elas/es já destacarem a importância deste instrumento de gestão, diziam preliminarmente que *a gente não gosta de falar disso* (Vitória Régia) [COSe], *deixe esse povo [fiscais] pra lá* (Flor de Aguapé) [COSe]; *eu fico muito tempo sozinho lá pra baixo, não gosto de falar disso* (Vagalume) [COSe]; e *tem pai de família aqui que já apanhou inocente desse povo* (Ariranha) [COSe]

*é muito difícil ter confiança na fiscalização, mesmo que agora está mudando, mas já judiaram muito de nós na beira desse rio, é muito difícil ter confiança na polícia. Só quem já sofreu na mão desse povo, quem já fui humilhado que nem eu pra falar isso pro senhor. Aqui na cidade é uma coisa lá no rio é outra!* Surubim [COSe]

*é como eu falei na outra reunião, se for para falar disso eu não tenho interesse em participar. Estou nesse rio há mais de trinta anos e já comi o pão que o diabo amassou na mão desse povo. Hoje mudou um pouco, mas antes a gente nem sabia que tinha essas leis e o pau já comia [...]* Cachara [COSe]

Diante desses e de inúmeros outros argumentos nesse mesmo sentido, verificamos que de fato esse seria um tema ao qual retornaríamos somente se fosse demandado por elas/es. Com o passar do tempo, ao nos aproximarmos dialogicamente em confiança e, a partir daí, vislumbrarmos que através do diálogo poderíamos identificar formas de enfrentamento e de superação dos obstáculos que se apresentavam, elas/es se dispuseram a dialogar sobre essa temática de forma espontânea, crítica e propositiva. Nos termos de Freire (2004), podemos dizer que a situação-limite percebida e destacada deixou de ser vista como um obstáculo intransponível – um limite entre o ser e o nada! – para ser vista como um freio ao processo de emancipação das pessoas e da comunidade – um limite entre o ser e o ser-mais! (p. 94-95)

Para elas/es a fiscalização é importante, especialmente, para coibir a ação de pescadoras/es amadoras/es e profissionais que insistem em pescar em locais proibidos, utilizam apetrechos vedados pela legislação, não respeitam o limite de velocidade na navegação etc. Além dos aspectos relacionados à conservação da biodiversidade de peixes, elogiaram a ação da Marinha como instituição que tem zelado pela segurança da navegação. *A Marinha cuida da nossa vida, eles sempre orientam a gente sobre a navegação, sobre a importância de usar colete na gente e nas crianças* (Chuncha) [CTSe]; *Se tem um órgão que*



*eu respeito é a Marinha, os caras são chatos, mas eles cuidam da vida da gente.* (Piau) [CTSe]

Além desses aspectos elas/es apontam como aspectos positivos da atuação da fiscalização a disposição de algumas/uns agentes em se aproximarem da categoria. Destacam que, especialmente nos últimos 10 anos, tem ocorrido uma mudança significativa na relação entre elas/es e as/os agentes públicos. Entendem que, em grande medida, isso tem acontecido em função do maior acesso à informação e disposição para o enfrentamento das possíveis arbitrariedades. Em uma de nossas reuniões, em que correlacionávamos essa temática ao postulado da MCC que afirma que todas/os são agentes sociais transformadores, (GÓMEZ et al., 2006) os pescadores Curimatá, Piapara e Jaú afirmaram que

*antigamente os caras já chegavam no meu acampamento como se eu fosse um bandido 'o que você tem aí? Cadê a rede?' O cara não queria saber se você está honesto ou não, se você é um pai de família ou não, eles já chegavam metendo o pau. Muito amigo meu parou de pescar porque foi humilhado na frente da mulher e dos filhos. Hoje nós já estamos sabendo um pouco mais de nosso direito. Esses dias aquele cara [...] fez isso e eu disse para ele: quem é você? Onde está escrito isso [...]? Me mostra na lei ou não entre no meu barco!* Curimatá [CTMs]

*Com a fiscalização tem que ser bom dia e boa tarde, hoje eles me respeitam porque eu conheço meus direitos, mas antes não era assim não. Quem andava lá para baixo comigo nos anos 90 sabe disso. Já prenderam muita gente inocente, mas todo mundo tinha medo de peitar, hoje isso já está mudando.* Cocha de Nego [CTMs]

*Esses dias aquele [...] chegou lá no acampamento de [...] e falou pra mim que eu não podia pescar naquele lugar. Eu falei pra ele onde é que está escrito? Eu até aceito, mas se você mostrar pra mim onde está escrito! Ali é da união.* Jaú [CTMs]

No relato de trinta e três pessoas entrevistadas (mais de 80%), restou demonstrado que esta mudança é fruto da disposição das comunidades em lutar por seus direitos e enfrentar os desmandos de algumas/uns agentes públicos. Não se trata, por isso, de uma iniciativa do Estado. Entretanto, as/os demais participantes atribuíram essa mudança à entrada de novas/os fiscais nos órgãos públicos. Um dos exemplos mais citados diz respeito à atuação da/os agentes responsáveis pela gestão da Estação Ecológica de Taiamã (Esec). Elas/es afirmaram que, provavelmente por não conhecerem a realidade da região em que a Esec foi criada, no início a equipe agiu de forma equivocada, cometendo erros técnicos e, especialmente, com falta de cordialidade com as pescadoras/es tradicionais que há décadas pescam na região. Ressaltaram, no entanto, que com o passar do tempo, a/os técnica/os têm se aproximado da categoria gerando maior confiança, harmonia e respeito entre elas/es.

*Como eles [equipe de gestão da Esec] não conheciam nós, no início parecia que ia ser a mesma coisa dos outros órgãos, mas agora as coisas têm mudado, esses outros órgãos têm que aprender com o pessoal lá da reserva, têm que conversar mais com a gente. Se eles sabem porque estudaram, nós sabemos porque vivemos lá antes de criar a reserva [...].* Bagre Cabeçudo [CTSe]

*Antes não era assim, mas agora eles [equipe de gestão da Esec] entram lá no nosso acampamento, conversam com nós antes de multar, a ambiental não é assim não, aqui em cima o pau pega, não tem conversa não! Anhuma [CTSe]*

O que fica evidenciado nestes relatos é que a disposição ao diálogo, por parte de algumas/uns agentes públicos é fundamental para que estas/es servidoras/es públicos cumpram sua função institucional e, além disso, eduquem-se dentro de uma conjuntura diferente do contexto urbano-industrial e, sobretudo, cooperem intersubjetivamente com os processos de emancipação pelo qual lutam essas comunidades tradicionais pantaneiras.

Para as/os pescadoras/es com quem dialogamos, é fundamental que a fiscalização não se limite ao exercício do poder de polícia na estrita acepção da atribuição normativa. Mas que, além disso, atividades educativas ambientais, também previstas na legislação, sejam desenvolvidas, inclusive em parceria com a colônia e com a associação. Há uma evidente disposição, especialmente por parte das/os trabalhadoras/es mais experientes, em estabelecer parcerias e compartilhar saberes, por entenderem que sua cultura está sendo diariamente ameaçada em função, especialmente, da ação explícita e/ou silenciosa empreendida pelo Estado em retirá-las/os do rio.

*Poderiam fazer palestras, são vários órgãos, é o Juvam, a Ambiental, a Sema, o Chico Mendes. Poderiam trabalhar juntos para dar orientação, tanto para os turistas quanto para os pescadores, já que eles estão sempre no rio. Poderiam fazer isso juntos, não é só fiscalizar”. Vagalume [CTMs]*

*Nós queremos ser parceiros desses órgãos, igual somos parceiros da Unemat e da escolha agrícola. Poderiam fazer cursos, palestras e nossos pescadores querem ajudar, mas eles têm que querer ser parceiros dos pescadores, não tirá-los do rio. São os nossos pescadores que conhecem esse rio mais do que ninguém, a maioria nasceu nesse Pantanal [...] Caravaçu [CTMs]*

*A fiscalização é importante pra proteger os peixes, mas tinha que ser com um trabalho educativo, tinha que ir na rádio, na televisão falar do que deve ser feito, tinha que ir lá na colônia conversar com os pescadores. Não é só colocar a farda e sair maltratando a gente aí não. Nós somos direitos. Aqui não é bandido não! Martim Pescador [CTMs]*

Como já apontado por SOUZA; LOGAREZZI (2017a), em função das condições ecológicas da região – regidas pelo pulso de inundação (JUNK; DA SILVA, 1999) –, para as pescadoras/es tradicionais que atuam nos rios do Pantanal Norte o *território é dinâmico*, o movimento das águas – culturalmente respeitado por elas/es – dita seu modo de vida e conseqüentemente a ocupação dos melhores locais de pesca. Observamos que o movimento tradicional que elas/es realizam na busca do pescado, somente tem sido garantido até hoje em função do respeito que existe entre elas/es. Há uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA, 2017), tecida em sua historicidade a partir da pluralidade de sentidos que elas e eles

dão a sua coexistência com o Pantanal. O Estado deve garantir, portanto, no conjunto de normas que tratam de sua atuação, a manutenção dessa ética substancialmente tradicional

Diante disso, todas as pessoas que participaram de nossa pesquisa discorreram longamente acerca das perdas de território que elas/es vêm sofrendo e a evidente inoperância do Estado diante desse fato. Trata-se da construção de ranchos e pousadas, da fixação de tablados (que todas/os sabemos são usados para uso de ceva fixa) em locais que historicamente foram utilizados por pescadoras/es tradicionais, hoje ocupados irregularmente por amadoras/es. A demanda apresentada por elas/es não é, pelo menos nesse ponto, por exclusividade para a região da pesca, mas para que o Estado garanta que elas/es também possam pescar onde memoravelmente exerceram a atividade. Não se trata de pleitear exclusividade do uso do rio, mas de exigir que o Estado lhes dê segurança para o exercício da atividade artesanal.

*Eu já fui tirado à bala lá do [...], o [...] saiu vazado de lá também. Desde criança nós pescávamos lá, mas agora, não pode ficar nem lá do outro lado. Eu coloquei o pendurão lá e o cara mandou tirar, disse que ia passar fogo em mim. O [proprietário do rancho] coloca o boião lá e os turistas vão sempre pescar lá. Ninguém tira esses turistas dali. Eu acho que tinha que garantir meu direito de pescar naquele poço. Meu pai pescava lá! Tuiuiu [COSe]*

*A fiscalização não tem peito pra tirar esse povo que tem dinheiro da beira desse rio. Eles podem até tirar os pequenos, igual eles tiram as cevas dos pequenos. Eu quero ver é tirar quem tem dinheiro. Tira lá do [hotel]. Quero ver destruir aqueles ranchos. Isso eu duvido. Só tem lei pra os pequenos mesmo. Lobó [COSe]*

*Eu queria pelo menos poder pescar onde eu nasci. Hoje o [...] não deixa eu nem pescar de rodada ali na frente. Ele coloca boião para os turistas! Curimba [COSe]*

Sobre a ocupação das margens dos rios da região, o Ministério Público Federal em Cáceres tem realizado reuniões com órgãos públicos e com as representações das/os pescadoras/es a fim de promover um amplo debate sobre *o que é e o que não é* permitido fazer nesses locais. A ocupação das margens dos rios da região, pelo menos da forma como ela tem ocorrido majoritariamente, é vedada pela legislação ambiental, por se tratar de área de preservação permanente, conforme previsto o art. 4º da Lei nº 12.651/2012. No grupo de discussão comunicativo em que temos tratado da temática “perda de territórios tradicionais de pesca”, consensuamos que ao participar desses ambientes de diálogo a categoria apresentaria as seguintes demandas: a) a manutenção dos acampamentos e pontos de pesca tradicionais já existentes, inclusive nas proximidades da Esec de Taiamã; b) que o Ministério Público promovesse um estudo da cadeia dominial da região, objetivando retomar o processo histórico de ocupação dessas áreas, a fim de garantir a memória dessas comunidades, c) que fosse ampliada a fiscalização sobre os tablados de pescadoras/es amadoras/es que insistem em

utilizar cevas fixas, e d) que seja regulamentado o uso tradicional do tabuado e dos barracos tradicionais. Estas demandas têm sido apresentadas e as/os profissionais da pesca esperam que sejam atendidas.

Mas, além disso, em nossos encontros temos enfatizado a importância do processo educativo que tem ocorrido enquanto dialogamos sobre essa temática, sobretudo, quando rememoramos sua história e correlacionamos as garantias legais já preestabelecidas no arcabouço legal brasileiro com as possibilidades de luta e enfrentamento que elas/es estão dispostas/es a empreender.

Ainda sobre a fiscalização, além de reconhecerem a importância desse instrumento de gestão ambiental, todas as/os pescadoras/es afirmaram que ela é precária. Sabe-se que, apesar do número expressivo de instituições atuando nessa região, o efetivo é insuficiente, algumas/uns são despreparadas/os tecnicamente e, além disso, a infraestrutura e a logística são precárias.

*Tinha que ter mais fiscalização nesse rio, é a noite que a coisa pega, é peixe fora de medida, é rede, é tudo que não pode, mas não tem ninguém pra vigiar. Ortiga [COSe]*

*A fiscalização do ICMbio é importante, mas é até uma piada. Todo mundo já sabe quando os caras estão lá na reserva e quando não estão, aí não adianta, é só eles não estarem lá para a turma pescar. Fidalgo [COSe]*

*A fiscalização é muito boa para esse Pantanal, mas eles têm que ter mais gente no rio, esse tanto aí não serve pra quase nada, é pouco demais! Agora, o que é esse aí, nem parece que tem quem cuida desse Pantanal. Se tivesse mais fiscalização, não tinha esse tanto de redeiros. Anhuma [COSe]*

As/os pescadoras/es lembraram o período em que o governador do Estado de Mato Grosso tentou extinguir a Polícia Militar Ambiental em Mato Grosso. Na ocasião diversas instituições que atuam no campo socioambiental mobilizaram pessoas, colheram assinaturas e conseguiram então reverter esta proposta. Argumentam que fizeram isso por acreditar que, apesar das limitações de ordem pessoal, logística e de infraestrutura, é importante que a Polícia Militar Ambiental continue atuando na região. Além desses aspectos vale notar que as/os pescadoras/es ainda apontaram que:

- a) parte da fiscalização realiza tratamento diferenciado; para elas/es não há atenção devida com as/os turistas, especialmente no que diz respeito ao uso de apetrechos vedados da legislação de pesca;
- b) fiscais devem passar por um processo de treinamento (convívio com o comunidades tradicionais pantaneiras), para somente depois disso ir a campo;
- c) algumas/uns fiscais são truculentos/os e devem passar por processos de formação que inclua a contextualização histórica e cultural da região onde estão trabalhando;
- d) a fiscalização é insuficiente especialmente no período noturno;

- e) o Estado deveria ampliar o quadro de servidoras/es, especialmente no Juvam e no ICMBio, pois são as duas instituições que elas/es mais respeitam.

4.4. *Diálogos sobre a piracema e o período de defeso:  
é proibido para quem?*

*A piracema é por demais de importante, mas não adianta muita coisa, porque é nessa época que mais tem redeiros nesse rio. É nessa época que muitos pescadores de seguro vão para esse rio. Pra esses caras não tem fiscalização. Acari*

A piracema é um processo ecológico natural que acontece em ciclos anuais e consiste na migração das espécies reofilicas em direção à cabeceira dos rios, onde buscam alimentos e condições adequadas para o desenvolvimento, principalmente das larvas e dos ovos. Dependendo do rio, em função das condições naturais dos locais que englobam principalmente o pulso de inundação, a desova pode acontecer ao longo do rio e não somente nas cabeceiras. (AGOSTINHO; JÚLIO Jr., 1999; MUNIZ, 2010; ARENHART; MUNIZ, 2011).

A fim de garantir o equilíbrio ecológico do ecossistema pantaneiro, a legislação de pesca do Estado de Mato Grosso – Lei 9.096/1997 nos artigos 24, 27, 35 e 43 – estabelece as regras para o cumprimento do período de defeso nos rios da região. São duas as exceções a esta regra: a pesca de subsistência, realizada por povos e comunidades tradicionais ribeirinhas, e a pesca científica. Como indicado pela MCC, para tratarmos desse tema, tanto na validação das entrevistas quanto nos grupos de discussão comunicativos, utilizamos como referência, além dos dispositivos legais supra elencados, também os estudos de monitoramento realizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso coordenados por Arenhart e Muniz (2011).

Ao dialogarmos sobre esse tema todas/os as/os pescadoras/es envolvidas/os na pesquisa afirmaram que é fundamental que tanto a pesca comercial, quanto a amadora sejam proibidas durante o período reprodutivo dos peixes. Trinta e seis entrevistadas/os (90%) sustentaram que o período de defeso<sup>119</sup> deveria iniciar no mês de outubro e não em novembro como tradicionalmente vem sendo estabelecido. Ainda vinte oito (70%) defendem que, além da proibição da pesca, a navegação de motores acima de 15 hp deveria ser proibida nesse período. Outro tema bastante relevante, diz respeito à permissão da pesca para subsistência;

<sup>119</sup> De acordo com o disposto no artigo 2º, inciso XIX da Lei 11.959/2009 (Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca), o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais. Em Mato Grosso compete ao Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) emitir um expediente normativo que trate das espécies a serem protegidas, bem como do período de defeso a ser respeitado.

trinta e um entrevistadas/os (77,5%) argumentaram que é necessário que o Cepesca<sup>120</sup> reavalie o conceito de *pesca de subsistência*, já que para elas/es quem tem usufruído – pelo menos na região de Cáceres – dessa exceção são pescadoras/es amadoras/es, proprietários de sítios, chácaras e fazendas que ficam às margens dos rios da região e não as comunidades tradicionais, como prevê a legislação.

*Esses fazendeiros daqui do [...] não são tradicionais, está errado. Se vai liberar tem que ter fiscalização para saber quem é tradicional mesmo [...]. Nós somos tradicionais, mas não podemos pescar na piracema? Isso está errado. Eu não pago meus remédios com esse seguro. Esse conselho (Cepesca) tem que mudar isso daí!* Caravaçu [CTMs]

*Eu bem dizer nasci nesse pantanal; expulsaram minha família da beira do rio pra lotear aquela fazenda. [...] Agora que sou filiado lá da colônia eu não posso mais pegar meu peixinho pra comer na piracema. Se eu não sou tradicional quem é que é? Nós vamos correr atrás de nosso direito nas reuniões desse conselho.* Pintado [CTMs]

Como demonstrado, os relatos dos pescadores Caravaçu e Pintado representam uma preocupação destacada pela maioria dos sujeitos da pesquisa. Sobre este aspecto, elas/es argumentam que o Estado deve ampliar a fiscalização durante este período, promover ações educativas e, também, reavaliar – de forma participativa – a possibilidade de inclusão de profissionais artesanais que vivem *exclusivamente da pesca*, já que muitas/os delas/es são, originariamente pescadoras/es de subsistência e se profissionalizaram para fins de garantias trabalhistas e previdenciárias.

Apesar de sustentarem que o período de defeso é importante, discorreram longamente sobre as limitações desse instrumento de gestão. Como se verá nos relatos abaixo, segundo elas/es, em função da pouca circulação de embarcações no rio e da precariedade da fiscalização, é o período de maior atuação de redeiras/os e passadoras/es de arame.

*Tem que proibir de verdade essa pescaria, do jeito que está aí é uma brincadeira. Eu posso te levar agora onde tem pelo menos uns dez redeiros [...]. Eles pescam para o pessoal do [...]. Quem é que não sabe disso, né?.* Ferreirinha [COSe]

*Todo mundo sabe que é na piracema que eles mais pescam de rede, a fiscalização não aguenta com eles, vão ali e passa a rede e o espinhel [arame], depois volta e passa em outro lugar, nós vemos daqui eles subindo.* Rosa [COSe]

*Aqui na [...] tem pescador de seguro que ganha o dinheiro do ano todo passando rede na piracema. Eu já dedei um desses daí várias vezes, mas não vira nada, você liga lá e deda mas não adianta.* Rubafo [COSe]

<sup>120</sup> Além de nos debruçarmos sobre esse tema com cada uma/um das/os entrevistadas/os durante os encontros de validação das entrevistas, também realizamos dois encontros com cada Grupo de Discussão Comunicativo para tratar das atribuições do Conselho Estadual de Pesca (Cepesca). Nesses encontros também dialogamos sobre a importância da participação efetiva da categoria nesse espaço consultivo e deliberativo de governança. Como material de referência para estes encontros utilizamos Lei 9.096/1997; que versa sobre esse tema entre os artigos 5º a 8º.

Sobre a conservação da biodiversidade de peixes na Piracema, além desses aspectos, houve consenso de que deveríamos registrar para fins de encaminhamentos junto às agremiações e aos órgãos públicos os seguintes elementos obstaculizadores e respectivas propostas de enfrentamento, como sintetizado no quadro 2.

**Quadro 2. Sistematização dos dados relativos ao período de defeso**

<b>Conservação da biodiversidade</b>	
<b>Piracema: período de defeso</b>	
<b>Dimensões de análise</b>	
<b>Obstaculizadora</b>	<b>Transformadora*</b>
rede de comercialização de pescado (peixe e jacaré) entre as/os atravessadoras/es que aliciam pescadoras/es tradicionais vulneráveis financeiramente e pescadoras/es amadoras/es	o Estado deve ampliar a fiscalização e desenvolver atividades educativas durante a piracema, como forma de envolver as/os pescadoras/es tradicionais e amadoras/es em ações de conservação
uso irregular das declarações de estoques pesqueiro durante o período de defeso	além de ampliar a fiscalização, o Estado deverá implementar a afixação de tarja de identificação no pescado declarado no final de cada temporada de pesca
comercialização crescente do pescado nas regiões mais distantes do perímetro urbano, especialmente no período noturno	o Estado deve ampliar a fiscalização, especialmente nos pontos tradicionalmente já conhecidos de comercialização do pescado irregular
em função da proibição da pesca do Dourado ( <i>Salminus brasiliensis</i> ) é crescente a facilidade de sua captura para fins esportivos; é crescente o número de amadoras/es que praticam o pesque e solte durante o período defeso	o Estado deve ampliar a fiscalização, especialmente nos pontos tradicionalmente já conhecidos de pesca esportiva
a fiscalização é insuficiente, especialmente no período noturno e nas regiões mais distantes do perímetro urbano	além da necessidade urgente da ampliação, qualificação técnica e humanitária do quadro de servidoras/es, o Estado deve atuar em parceria com as instituições de representação de usuárias/os
não foram convidadas/os para dialogar sobre a melhor época para o estabelecimento do período de defeso	grupos de diálogos consultivos permanentes devem ser criados, especialmente pela Sema e pelo ICMBio em Cáceres
o baixo valor do seguro defeso e o impedimento de que elas/es possam desenvolver <i>qualquer</i> outra atividade econômica	o Estado deve proceder o recadastramento das/os pescadoras/es para que, de fato, somente as/os que vivem da atividade pesqueira tradicionalmente possam receber o seguro; sustentam que, a partir disso, a categoria deve permanecer mobilizada para pleitear o aumento do valor do seguro defeso e/ou a liberação para que possam realizar alguma atividade remunerada durante esse período
o período de defeso tem iniciado com pelo menos um mês de atraso, sustentam que, a depender do pulso de inundação, para algumas espécies como: pacu ( <i>Piaractus mesopotamicus</i> ); pacupeva ( <i>Mylossoma paraguayensis</i> ), piraputanga ( <i>Brycon hilarii</i> ), pintado ( <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> ), piauvucu ( <i>Leporinus macrocephalus</i> ), deveria iniciar no mês de outubro	o Cepesca deve promover espaços permanentes de diálogo com a categoria, a fim de juntas/os reestabelecerem as datas do período proibitivo; sustentam que o Estado deve garantir o pagamento do seguro defeso antes de fazer a mudança da data

\* As questões descritas neste quadro são sugestões de enfrentamento aos elementos obstaculizadores à conservação da biodiversidade de peixes durante a piracema.

A partir das vozes das/os participantes dessa pesquisa, restou-nos evidente que o estabelecimento do período de defeso, ao lado dos demais instrumentos de gestão, é um importante mecanismo de conservação da biodiversidade. Entretanto, à luz do que nos foi atestado por elas/es, o Estado deve, de forma dialógica, permanente e participativa, mobilizar os diversos sujeitos que convivem nessa região a fim de juntos aprimorarem este instrumento de gestão.

4.5. *Diálogos sobre os apetrechos de pesca: isso interessa a quem?*

*Querem tirar nosso pendurão por quê? Isso interessa a quem? Tomara que não aconteça igual quando tiraram o boião. Ninguém veio conversar com a gente. Tiraram e pronto! Onça*

Como já apontado por Diegues (2000), Da Silva e Silva (1992; 1995); Pinho (2008), Viana (2008); Morais (2006), Ribas (2008) e Souza (2008), no Pantanal a vida é entrecidada pelo movimento das águas e os povos que nele habitam se adaptaram e transformaram o ambiente. Sua racionalidade, seu modo de apropriação dos recursos ambientais e seu estilo de vida fazem parte da paisagem pantaneira. As/os pescadoras/es tradicionais que realmente vivem da atividade pesqueira tiveram suas vidas entrecidadas pelo movimento das águas dos rios da Bacia do Alto Paraguai. Há uma racionalidade pantaneira. Seu modo de vida e suas crenças são explicitamente oriundos do processo histórico elaborado por seus ancestrais.

Suas técnicas de pesca foram elaboradas, também, a partir de um longo e seletivo processo de convivência com as centenas de espécies de peixes pantaneiros e demais seres que vivem na região. Entre os principais critérios apontados por elas/es nos processos de seleção dos apetrechos a serem utilizados, argumentaram que levam em consideração, principalmente: as condições do tempo (cor da água, temperatura, direção do vento); as fases da lua; a eficácia e a seletividade do apetrecho, bem como a diminuição do tempo de sofrimento do peixe.

*Eu uso o que judia menos do bicho, se eu sei que dá pra pegar com a linhada eu já uso logo e pronto [...] diferente desses amadores que não conhecem nada de pesca e ficam judiando dos bichinhos. Ximburé [CTMs]*

*Eu sou contra a rede porque ela mata muitos peixes que a gente nem usa. Esses redeiros pegam esse mundo de peixe, depois eles saem tudo machucado. Tem que saber o que usar e meus companheiros me ensinaram as coisas (técnicas) certas! Pataquinha [CTMs]*

*Se está fora da medida e eu não vou comer, já devolvo logo para o rio. Tem gente que fica com o peixe cozinhando dentro do barco até pegar um maior. Depois joga para piranha comer. Cachara [CTMs]*



Tanto quanto no cotidiano da atividade pesqueira da pescadora Ximburé e dos pescadores Pataquinha e Cachara, verificamos que, apesar das dificuldades encontradas por elas/es no dia a dia do exercício da atividade pesqueira (o que nos remeteria à falsa ideia de que seriam facilmente seduzidos a utilizar apetrechos proibidos) a maioria delas/es persistem no uso dos apetrechos permitidos pela legislação. Acompanhamos também a prática de pesca irregular, com o uso de apetrechos vedados pela legislação e em locais e períodos proibidos. Quando dialogamos sobre isso o argumento de todas/os as/os que estavam *nessa interação* repousava sobre questão financeira. Argumentaram que em função das dívidas adquiridas, especialmente com atravessadoras/es, precisavam completar suas cotas semanais.

A proibição do uso de alguns apetrechos de pesca é vista por elas/es como uma estratégia mercantil de fragilização da atividade artesanal, afirmam ser, ao lado de outros temas, uma das principais expressões do esvaziamento sociocultural do ordenamento pesqueiro. Trata-se de uma maneira, antes velada e hoje em dia explícita, de forçar estas comunidades a *deixar de confeccionar seus instrumentos artesanais* e passar a depender dos equipamentos produzidos pelo mercado. Exemplo evidente disso foi a proibição do corte de algumas árvores tradicionalmente utilizadas para a confecção de *canoas de um pau só* (araputanga, cambará, chimbuva, guanandi, cedro rosa), do *o batelão* (chimbuva, arapuganga, cedro rosa, cambará), e dos Tabuados (araputanga, ipê, cambará, cedro rosa) utilizadas há mais de um século por elas/es. Hoje em dia, a maioria das embarcações é confeccionada de madeira (pinho cuiabano, cambará vermelho, cedro alagoano, morcegueira, figueira), adquirida no comércio local e confeccionada por uns poucos pescadores, ou de alumínio, também adquiridas no comércio.

Outro exemplo, também de explícito desrespeito à cultura pantaneira – sobre o qual temos nos debruçado desde o início da pesquisa – é a tentativa de alguns setores de mercado em proibir o uso do anzol de galho e da *estaca* (para elas/es pendurão, pendura, pendurinha)<sup>121</sup>. Em 1997, ano da publicação da lei estadual de pesca, estas e outras técnicas – características da atividade artesanal – já eram permitidas; todavia com o advento da Lei nº 9.794 de 30/07/2012 as técnicas foram proibidas. Somente depois de uma ampla mobilização destas comunidades é que este dispositivo foi revogado com a emissão da Lei nº 9.895 de 07/03/2013 permitindo novamente o uso destes apetrechos.

---

<sup>121</sup> Souza et al. (2017) discorrem sobre como ocorreu, em 2016, a tramitação desse processo no âmbito do Conselho estadual de pesca de Mato Grosso, bem como sobre a participação das/os pescadoras/es tradicionais que participam dessa pesquisa na formulação da resolução (anexo 3 dessa tese) que regulamenta o uso tradicional desses apetrechos. Importante destacar, desde já, que o principal argumento utilizado por elas/es como estratégia de enfrentamento às pressões dos agentes de mercado giraram em torno dos aspectos culturais implicados nesses apetrechos, inclusive estabelecendo as diferenças entre a *estaca* e o pendurão.

Entretanto – agora no âmbito do Cepesca –, em função do processo de reformulação da política estadual de pesca, as/os conselheiras/os retomaram a discussão sobre a *possibilidade de proibição* do uso desses instrumentos. Aquelas/es que sustentam pela proibição do uso desses instrumentos apoiam seus argumentos, principalmente nos aspectos relacionados à segurança da navegação, em um evidente atentado à pesca tradicional. Nos diálogos em que tratamos desse tema e apresentamos o argumento utilizado, notadamente pelas/os agentes de mercado, elas/es concordaram que de fato existe a necessidade de retomar a regulamentação sobre as formas de uso, os locais e horário de fixação do pendurão, da pendura e da pendurinha, bem como, a necessidade de dialogar sobre a quantidade de pendurões a serem utilizados por cada pescadora/or profissional. Contudo, assim como no caso das normas que proibiram o corte de madeiras utilizadas para a confecção das embarcações e diversas outras normas que proibiram a caça, há consenso entre elas/es de que o Estado não pode proibir o uso desse apetrecho, já que para trinta e cinco (87,5%) das pessoas das/os entrevistadas/os esse é o principal apetrecho de captura de espécies como o Pintado e o Pacu durante um longo período da temporada anual de pesca.

*Na região onde nós vamos não tem mais galho, se proibirem o pendurão vão tirar nosso ganha pão [...] mas sempre foi isso que esse povo fez, nunca deixam a gente em paz. Eles forçam os caras fazerem coisas erradas! Acari [COSe]*

*Daquela vez nós trancamos a rodovia para eles tirarem a lei que colocava um tamanhão para o Pacu e tiraram nosso pendurão. Se fizerem isso de novo nós vamos trancar essa ponte e parar esse país! Curimbatá [CTMs]*

*Eu perdi toda minha tralha, eu estava lá embaixo e me falaram que eu não podia mais usar o pendurão, fiquei puto e joguei tudo no mato e vim embora. Quem vai pagar o meu prejuízo? Lobó [COSe]*

*O pendurão é da nossa cultura, ajuda a marcar meu território, ali o turista tem que me respeitar, o que eles querem é que o turista pesque de dia e de noite onde a gente sempre pescou. Esses dias os piloteiros da [...] físgaram meu anzol [...]. Pacupeva [COSm]*

Além de representarem dois dos principais apetrechos artesanais utilizados pela maioria das/os pescadoras/es com quem dialogamos, o anzol de galho e o pendurão são estratégias tradicionais de demarcação territorial que fazem parte do conjunto de acordos solidariamente construídos entre elas e elas.

Como apontado por Da Silva e Silva (1992; 1995), Medeiros (1999), Embrapa (2012) e Souza e Logarezzi (2017a), em grande medida a *atividade pesqueira artesanal* no Pantanal gira em torno dos aspectos culturais característicos dessas comunidades. Tanto quanto a luta por território e o conseqüente respeito às tradições pantaneiras, a manutenção da posse e da possibilidade de uso de seus meios de produção tem sido uma de suas lutas históricas

(SILVA, 1991; DIEGUES, 1995). Estas pessoas não questionam a importância dessas normas ambientais, mas, a despeito disso, repudiam e estão dispostas a enfrentar a postura antidialógica das/os agentes públicos que insistem em propor e emitir estes dispositivos legais sem consultá-las/os. Também, em virtude do giro dialógico, há uma disposição crescente no interior destas comunidades em resistir, enfrentar setores do mercado e da academia que pretendem, em nome da conservação da biodiversidade, criminalizar e/ou invisibilizar a cultura dos povos e das comunidades tradicionais pantaneiras. Para tanto, importa que espaços de democracia deliberativa sejam promovidos, a fim de que neles também sejam colocados à mesa os saberes tradicionais pantaneiros, em toda sua legitimidade e validade argumentativa.

### **Algumas considerações**

Há muito, povos e comunidades tradicionais pantaneiras vivem no Pantanal de Mato Grosso. Cada alagado, corixo, baía, estirão e/ou ponto de lazer ou pesca traz à memória uma história, um conto, retomando os muitos encantos do tempo em que navegavam livremente pelas águas pantaneiras. Seu respeito pelo pulso de inundação – principal fator ecológico do Pantanal de Mato Grosso – sua fé, sua vida, sua cultura, seus modos de se relacionar entre elas/es, o ambiente e os demais seres se entremesclaram ao longo dos séculos na produção da tradição ribeirinha pantaneira.

As pescadoras e pescadores tradicionais com quem dialogamos nessa pesquisa, em grande medida, já desenvolviam a pesca para a subsistência. Antes de se filiarem a uma das entidades de representação do município, elas/es e/ou seus familiares eram agricultoras/es familiares que complementavam sua renda com o fruto das águas do Pantanal. Hoje, apesar de passarem a maior parte do ano no rio, desenvolvendo a atividade pesqueira profissional artesanal, muitas/os delas estão domiciliadas/os na periferia do município de Cáceres, em função da perda de seus territórios tradicionais de pesca, da falta de infraestrutura em seus barracos e acampamentos, da falta de logística etc.. Apesar da disposição em enfrentar os processos de opressão a que estão implicadas/os, em função das contingências da vida, várias delas/es são reféns da ação de atravessadoras/es que praticam a *agiotagem do peixe* (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a) indiscriminadamente!

Foi a partir desse contexto sociocultural que dialogamos durante aproximadamente dois anos com essas/es trabalhadoras/es. Para que pudéssemos caminhar juntas/os acordamos

– desde os primeiros encontros em que tratamos desse trabalho – compromissos eminentemente dialógicos. Para tanto, desde a apresentação da pesquisa dialogamos sobre as condições essenciais para a realização de um diálogo verdadeiro (FREIRE, 2004). Também, no decorrer das demais atividades, tratamos cuidadosamente dos postulados que orientam a realização da Metodologia Comunicativo Crítica (GÓMEZ, 2006). Diante da pesquisa e do consequente processo educativo em que imergíamos, concomitantemente emergia uma surpreendente *disposição ao diálogo*. Em um contexto de conflitos internos e externos *a confiança e o vislumbre* de que poderíamos estabelecer espaços de participação que redundariam em transformação social, bem como a *certeza* de que suas identidades seriam mantidas em sigilo, foram fundamentais para que pudéssemos caminhar/navegar juntos durante esse período.

Como apontamos nesse artigo, nesse contexto de inequívoco avanço dos modos de produção capitalista sobre o Pantanal de Mato Grosso, há, por parte de alguns agentes de estado e de setores do mercado, o interesse crescente em inviabilizar a continuidade da realização da pesca profissional artesanal. Pescadoras/es tradicionais denunciaram o avanço do agronegócio, a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, a perda de territórios tradicionais pesqueiros para setores do turismo etc. e ainda o esvaziamento sociocultural do conjunto de normas que regulamenta a atividade pesqueira e a conservação da biodiversidade de peixes da região. Ao lado dessas denúncias, essas mulheres e esses homens, amorosamente, se dispuseram a identificar consensos e a buscar acordos internos com vistas a superar estes problemas. Também nos ambientes de diálogo (instituídos pelo poder público para atender as demandas dessa pesquisa) dos quais acordamos participar, compostos por representantes de outros setores (turismo, agricultura, pecuária, navegação, fiscalização etc.) restou-nos evidente que, em função do acesso à informação, há um crescente giro dialógico que pode ser ainda mais potencializado com pesquisas como essa. Há, evidentemente, um caminho longo a ser percorrido, destacando-se que respeito e confiança (fundamentais nesse processo) somente podem ser *adquiridos dialogicamente* na caminhada.

Nossos diálogos foram intensos! Assim como quando tratamos dos demais temas, ao dialogarmos sobre as políticas públicas que versavam sobre a conservação da biodiversidade de peixes, elas/es comentaram longamente sobre seu distanciamento daquele conjunto de normas. Para as/os pescadoras/es tradicionais com quem dialogamos é imprescindível que o Estado promova ações de conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso. Elas e eles reivindicaram que seus saberes sejam considerados nesses ações.

Ponderaram, também, que, além da implementação dos instrumentos de gestão previstos na legislação estadual e federal de pesca, é necessário que gestoras/es promovam espaços educativos permanentes de diálogo entre os setores acadêmicos e as comunidades tradicionais pantaneiras.

Nesse sentido, à guisa dos muitos exemplos que poderíamos listar nessas considerações, ao dialogarmos sobre a conservação da diversidade biológica de peixes e as políticas públicas correlatas, os sujeitos dessa pesquisa argumentaram densamente sobre a importância de seus saberes tradicionais para essa temática no Pantanal de Mato Grosso. Como apontamos nesse artigo, essas comunidades tem no conhecimento tradicional, entretecido em sua memória coletiva, uma de suas principais fontes de informação e de manutenção de sua cultura e manutenção da sociobiodiversidade. Entretanto, diante da força do capital que avança sobre as águas pantaneiras, elas/es têm perdido territórios de pesca, estão vendo suas técnicas e apetrechos serem proibidos na legislação sem que elas/es sejam *efetivamente* consultadas/os.

Restou-nos evidente que para elas/es, a despeito de toda a contribuição que sua tradição tem dado à manutenção do equilíbrio ecológico pantaneiro, setores do mercado e algumas/uns agentes públicos – em nome de um *conservacionismo indolente* – cotidianamente espoliam sua cultura. Ao dialogarmos sobre o conjunto de instrumentos de políticas de gestão da pesca que mais lhes afetam, elas/es enfatizam a importância de alguns deles (como por exemplo a fiscalização e o período de defeso), mas denunciam que o *modus operandi* adotado pelo Estado para a consecução desses instrumentos, além de desconsiderar as contribuições socioculturais da atividade pesqueira tradicional, privilegia setores do mercado que *atuam criminosamente* na região.

Em função da ação de atravessadoras/es, especialmente com a prática da *agiotagem do peixe* (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a), e do aumento vertiginoso do número de filiadas/os nas duas agremiações – segundo elas/es a maioria “pescadoras/es de seguro”, – as pessoas com quem dialogamos nessa pesquisa demandaram pela necessidade permanente de projetos e ações educativas que versem sobre as políticas públicas que tratam da conservação da biodiversidade. Como já dito, reclamam pelo direito à *participação comunicativa* na esfera pública e pela garantia da incorporação de seus saberes nesses dispositivos legais.

Finalmente, essa pesquisa de educação ambiental, consubstanciada nos referenciais teórico-metodológicos freiriano e habermasiano, permitiu ao grupo de pessoas participantes, além de identificar os elementos que obstaculizam os processos de libertação, também,

viabilizar ações de enfrentamento e superação das situações-limites em que vivem cotidianamente implicadas.

### Referências

- AGOSTINHO, A. A.; JÚLIO Jr., H. F. Peixes da Bacia do Alto Rio Paraná. In: Lowe-McConnell, R. H. *Estudos de comunidades de peixes tropicais*. EDUSP, p. 374-350, 1999.
- ARENHART, N. MUNIZ, C. C. *Monitoramento reprodutivo de peixes reofilicos da bacia do Alto Paraguai: 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011*. Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso. CFRP, 2011. 27 p.
- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.
- BEZERRA, D. O. S.; OLIVEIRA, H. T. Impactos socioambientais no Rio Paraguai, Cáceres, Mato Grosso, Brasil – Percepção dos pescadores da Colônia Z – 2. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 4, p. 957-973, 2011.
- BRANDÃO, C.R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, jan. /jul., 2012.
- BRASIL. *Lei nº 11.959*, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em 12/06/2014
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 6.938* de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em 20/10/2014
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. *Projeto de Lei 750* de 20 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103831>>. Acesso em 09/10/2013.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.040* de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 17/03/2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei 12.651*, de 25 de maio 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em 08/02/2014
- BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001. p. 205-236.
- BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. In: *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. v. 1, 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.

COSTA, M. F. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *Estratégia de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense: relatório preliminar*. São Paulo: NUPAUB, 1992.

\_\_\_\_\_. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. S. Os Pescadores artesanais e a questão ambiental. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Povos e Mares*. São Paulo: NUPAUB, 1995. p.131-137.

\_\_\_\_\_. ARRUDA, R. S.; V. SILVA, V. C.; F. FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/ NUPAUB/USP, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001a.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.; MOREIRA, A. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001b. p. 97-124.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. NUPAUB, 2002.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2 ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

EMBRAPA. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*, 2012. Disponível em: <[http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf)>. Acesso em 10/06/2013.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO (Org.) *Pesquisa Participante*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 42-62.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. GÓMEZ; J. PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós, 2001.

FREIRE, P. \_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTI, M. *Educação e poder*. Introdução à pedagogia do conflito. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GÓMEZ, A.; SILES, G.; TEJEDOR, M. Contribuyendo a la transformación social a través de la metodología comunicativa de investigación. *Qualitative Research in Education*, v. 1, n. 1, p. 36-57, 2012.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, p. 81-99, 2000.

GUTIÉRREZ, F. *Educação como práxis política*. São Paulo: Sumus, 1988.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. V.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de soluções. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA A. de C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP NUPALB, 2001.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA – IMEA. *Diagnóstico da Piscicultura em Mato Grosso*. Cuiabá, 2014.

IRIGARAY, C. T. J. H.; DA SILVA, C. J.; MEDEIROS, H. Q.; GIRARD, P.; FAVA; G. C.; MACIEL, J. C.; GALLO, R. L. O Pantanal Matogrossense enquanto patrimônio nacional no contexto das mudanças climáticas. IN: SILVA, S. T.; CUREAU, S.; e LEUZINGER, M. (Org.). *Mudança do Clima*. Desafios jurídicos, econômicos e socioambientais. São Paulo: Fiuza, 2011.

JUNK, W. J.; SILVA, C. J. da. O conceito do pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. In: Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do



Pantanal, 2. Corumbá. Manejo e conservação. *Anais...* Corumbá: EMBRAPA – CPAP, 1999. p. 17-28.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político do conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, A. M. *Um estudo com pescadores pantaneiros de Cáceres – Mato Grosso: o rio Paraguai como elemento educativo*. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Simpósio natureza e sociedade: desafios epistemológicos para a antropologia. *Anais...* 23ª Reunião brasileira de antropologia. Gramado – RS, 2002. p. 2-31.

LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental em resíduo: o foco da abordagem. In: LOGAREZZI, A. J. M.; CINQUENTTI, H. C. S. (Org.). *Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos: Edufscar, 2007. p. 119 -144.

\_\_\_\_\_. Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais, 10º, 2009, Braga, Portugal. *Anais eletrônicos...* Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. CD ROM. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33ª, 2010, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítico-dialógica em comunidades de aprendizagem. In: MATHEUS, C. E. (Org.). *Educação ambiental: múltiplos olhares e saberes*. São Carlos: Rima, 2012.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, v. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINS, C. C. C. *A exclusão sócio-econômica provocada pelo turismo na população ribeirinha de Cáceres - MT*. 2003. (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local e Regional) - Departamento de Geografia. UNEMT, 2003.

MATO GROSSO. *Lei nº 9.096* de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=133482>> Acesso em 09/10/2015.

\_\_\_\_\_. *Lei 9.794* de 30 de julho de 2012 Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009. <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=243758>>. Acesso em 22/10/2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.895* de 7 de março de 2013. Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009. <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=252093>> Acesso em 09/10/2015.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

MELLO, C. A. B. *Curso de direito administrativo*. 29. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Malheiros, 2012.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 61-77.

MORAIS, R. F. *Conhecimento ecológico tradicional da pesca pela comunidade Cuiabá Mirim – Barão De Melgaço, Pantanal Mato-grossense*. 2006. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFMT, Cuiabá – MT 2006.

MUNIZ, C. C. *Avaliação do papel do pulso de inundação sobre a riqueza e biodiversidade de peixes em ambiente inundável, no Sistema de Baías Caiçara, porção norte do Pantanal Mato-grossense, Alto Paraguai*. 2010 82p. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2010.

NETTO, S. L. *Pesca profissional versus pesca esportiva: suas diferenças e semelhanças no Pantanal Mato-grossense, Brasil*. 2006. 47f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

\_\_\_\_\_. MATEUS, L. A. de F. Comparação entre a pesca profissional – artesanal e pesca amadora no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 35(3): 373 - 387, 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppeca/35\_3\_373-387.pdf >. Acesso em 06/06/2014.

PINHO, C. R. S. *Agenda 21 Local: Olhares sobre o rio Paraguai em Cáceres – MT*. 2008. 116 p Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, Cáceres, 2008.

PNUMA, CBD/WG-ABS/1/3. Disponível em: <www.biodiv.org>. Acesso em: nov. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RIBAS, J. *Conhecimento ecológico tradicional da pesca pelos pescadores da comunidade de Estirão Comprido, Barão de Melgaço, Pantanal Mato-grossense, MT*. 2008. Dissertação de mestrado (Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENDES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SILVA, A. *Pesca artesanal brasileira*. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, L. G. Movimento social de pescadores no Norte e Nordeste brasileiros: tradição e mudança – 1966-1988. In: Diegues, A. C. S. (Org.) *Encontro das Ciências sociais e o mar no Brasil*. São Paulo/Belém, PPCAUB/Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA, 1991.

SINGER, P. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: *Proposta*. São Paulo: FASE, 1997.

SOUZA, S. C. de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais* Tese de doutorado. 300 p. Programa de pós- graduação em Ciências Ambientais. UFSCAR, 2017.

\_\_\_\_\_. *Proteção jurídica do Pantanal: a construção do marco regulatório no estado de Mato Grosso*. Cáceres: 2008, 205 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, 2008.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros, 2017c.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. *Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais*, 2017a. // no prelo

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso, 2017b.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M.; PINHO, C. R. S.; COSTA, R. O. Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica, 2017.

TAVOLARO, S. B. F. Ação comunicativa. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. v. 1, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 17-25.

VIANA, I. G. *Rio Cuiabá: espaço de vida da Comunidade de Cuiabá Mirim, Pantanal Mato-grossense*. 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, Cáceres: 2008.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, p. 115-120, 2002.

ZART, L. L. Perspectivas processuais constitutivas da educação e da socioeconomia solidária. In: ZART, L. L.; SGUIAREZI, S. B.; LUCONI Jr., W.; LAFORGA, G. (Org.) *Educação e socioeconomia solidária: processos socioeconômicos na economia solidária*. Série sociedade solidária. Vol. 3. Cáceres – MT: Editora Unemat, 2009. p. 15-35.

## Artigo IV

### **Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica**

#### **Silvano Carmo de Souza**

Professor do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, mestre em Ciências Ambientais. Doutorando em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade - Educação Ambiental.

#### **Amadeu José Montagnini Logarezzi**

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar  
Pós-doutorado em sociologia - UFSCar  
Coordenador do grupo de estudo e pesquisa em educação ambiental (Gepea / UFSCar)

#### **Claudia Regina Sala de Pinho**

Bióloga, mestra em Ciências Ambientais. Membro da rede de povos e comunidades tradicionais do Pantanal. Representante dos povos e comunidades tradicionais pantaneiros na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT

#### **Rogério Oliveira Costa**

Biólogo, mestre em Ciências Ambientais. Educador popular. Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio regional de Cáceres-MT



O contraste: movimento permanente de lanchas com motores de alta potência em territórios tradicionais de pesca

### **Educação ambiental com pescadoras e pescadores tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: uma pesquisa dialógico-crítica<sup>122</sup>**

**Resumo:** este artigo versa sobre uma educação ambiental dialógico-crítica e faz parte de uma tese de doutorado, em que tratamos de três temas: o exercício da pesca tradicional no Pantanal de Mato Grosso, a participação política das/os pescadoras/es e a conservação da diversidade biológica de peixes e sua correlação com os saberes tradicionais pesqueiros. Estes diálogos foram realizados com pescadoras/es profissionais filiadas/os às duas entidades de representação do município de Cáceres-MT. Como prevê a metodologia comunicativo-crítica, para a realização dessa pesquisa, utilizamos a observação comunicativa, os grupos de discussão comunicativa e a entrevista em profundidade. O objetivo geral da pesquisa foi o de contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal, a partir do diálogo igualitário com essas/es trabalhadoras/es, de modo a promover, simultaneamente, processo de formação dialógico-crítica a partir de seus contextos e a respeito deles. Neste artigo, apresentaremos os encaminhamentos e as proposições de ação política empreendidas durante a consecução desse trabalho e verificaremos a importância da criação, no âmbito da esfera pública, de espaços de democracia deliberativa para a busca do entendimento com vistas à formulação de acordos que visem o êxito coletivo.

**Palavras-chave:** Educação ambiental dialógico-crítica. Metodologia comunicativo-crítica. Educação ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal. Políticas públicas no Pantanal. Pesca no Pantanal.

### **Environmental education with traditional fishermen in the Pantanal of Mato Grosso: a critical dialogical research**

**Summary:** this article is about an education of critical dialogical environmental education is part of a doctoral thesis, in which we deal with three themes: the traditional fishing in the Pantanal of Mato Grosso, the political participation of the fishermen and the conservation of biological diversity of fish and their correlation with traditional fishing knowledge. These dialogues were carried out with professional fishermen affiliated with the two entities representing the municipality of Cáceres-MT. As predicted by the critical communicative methodology, to carry out this research, we use communicative observation, communicative discussion groups and in-depth interview. The general objective of this research was to contextualize the artisanal professional fishing activity, starting from the egalitarian dialogue with these workers, in order to simultaneously promote a process of critical dialogic formation from their contexts and about them. In this article, we will present the orientations and the political action proposals undertaken during the accomplishment of this work and we will verify the importance of creating, within the public area, spaces of deliberative democracy for the search of the understanding with a view to the formulation of agreements that aim at the success.

---

<sup>122</sup> Este artigo foi elaborado no contexto de exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. A tese de doutorado da qual ele faz parte é composta de cinco artigos, alinhavados entre si. O primeiro deles trata dos processos educativos transformadores na prática da pesca tradicional (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a); o segundo, da participação das pescadoras/es na formulação das políticas públicas de pesca (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b); o terceiro, dos saberes tradicionais e a conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c); este que apresenta os encaminhamentos e demais proposituras de políticas públicas atinentes à pesca tradicional (SOUZA, et al. 2017); e o quinto que apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação ambiental dialógico – crítica e sobre o trabalho como condição ontológica dos seres humanos nos contextos de luta por libertação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017d).

**Keywords:** Environmental education critical dialogic. Critical communicative methodology. Environmental education with traditional communities in the Pantanal. Public policies in the Pantanal. Fishing in the Pantanal.

## Introdução

Esta pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica, em consonância com os compromissos teórico-metodológicos propostos, especialmente por Paulo Freire, Jürgen Habermas e Ramon Flecha, abraça o inadiável e imperativo desafio de propor *dialogicamente* transformações ao cotidiano das comunidades tradicionais pantaneiras que desenvolvem a pesca artesanal. Transformações direcionadas a garantir a impressão de suas vozes na formulação de políticas públicas, bem como a enfrentar, solidariamente, processos de colonização do mundo da vida das pessoas envolvidas nos processos educativos decorrentes das práticas sociais pesqueiras.

Trata-se, deste modo, de um trabalho realizado a muitas mãos, entre elas, e de modo substantivo, as mãos de pescadoras e pescadores tradicionais. Mãos de mulheres e homens que têm seu mundo da vida entretecido no/pelo movimento das águas dos rios do Pantanal de Mato Grosso. Mãos de artesãs/ãos<sup>123</sup>, trabalhadoras/es que, em última instância, não querem perder para o capital seus meios de produção e a liberdade de decidir suas vidas; que não querem assistir passivamente a dilapidação de sua história, identidade e cultura.

Os autores, acima citados, nos ensinam que somos seres da práxis, de interação, da ação e reflexão que objetivam, em última análise, transformar a realidade. Pessoas do esperar, da libertação, seres ontologicamente dialógicos. A partir das vozes das/os pescadoras/es profissionais artesanais vinculadas/as às duas entidades de representação em Cáceres-MT procuramos, ao longo de dois anos de atividade de campo, identificar quais políticas públicas influenciam o cotidiano dessas pessoas. Também, dialogamos sobre os processos de exclusão social nelas implicados. Ao tratarem dessas políticas, essas pessoas discorreram longamente sobre seu conhecimento tradicional<sup>124</sup>; tratando da importância

---

<sup>123</sup> Freire (2015) em “Pedagogia da esperança” desculpa-se com as mulheres por seus textos antigos e defende a ruptura da dominância do gênero masculino na língua portuguesa. Neste sentido, optamos por utilizar uma linguagem não sexista nesta pesquisa e neste texto, repercutindo um novo discurso democrático que vem se construindo nas últimas décadas nesse sentido. De acordo com o autor, “mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo... a relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas” (p. 94-95).

<sup>124</sup> Adotaremos como referência o conceito de *conhecimento tradicional* o utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para o qual o conhecimento tradicional pode ser definido como: *um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos* (PNUMA, 2001, p.5).

sociocultural de seus territórios tradicionais<sup>125</sup> de pesca, apetrechos, conhecimento do movimento das águas e dos ciclos da vida no rio, contos, religiosidade etc.

Ao lado desse contexto de defesa de sua *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA, 2017) e anúncio de seus saberes, também denunciaram a ordem social hegemônica – aliança entre Estado, capital, mídia – que ao longo das últimas décadas tem imposto sobre elas/es uma invisibilidade social e institucional que lhes retira direitos e garantias fundamentais. Elas/es relatam que, apesar do reconhecimento explícito no ordenamento pesqueiro de um conjunto importante de direitos e garantias, pouco ou quase nada tem sido feito na direção de promover o exercício digno da pesca artesanal. Há, notadamente, um *esvaziamento sociocultural das normas* (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b) que compõe o ordenamento pesqueiro. A inação propositada do Estado, a pressão de setores do mercado turístico, o avanço do agronegócio e os barramentos estão entre os principais desafios enfrentados duramente por estas pessoas no Pantanal de Mato Grosso.

Para a realização dessa pesquisa utilizamos a metodologia comunicativo-crítica – MCC<sup>126</sup> – descrita por Gómez et al. (2006). Como proposto pelas autoras e pelos autores, trata-se de uma metodologia densamente comprometida com as transformações sociais, que, considerando a capacidade de linguagem e ação das pessoas, vislumbra em seus encontros comunicativos uma possibilidade de superação dos problemas a que estão socialmente implicadas. Neste artigo, após retomar os aspectos teórico-metodológicos que orientaram a consecução da pesquisa, trataremos de um conjunto importante de deliberações realizadas durante esse trabalho. Êxitos coletivos, resultados iniciais de consensos e de acordos alinhavados dialogicamente nessa caminhada.

Abordaremos os encaminhamentos feitos acerca dos seguintes temas: a) ação política que pretende o registro de bens de natureza imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, b) articulação junto ao conselho estadual de pesca para tratar da mudança na legislação que versa sobre o uso de alguns apetrechos e estratégias tradicionais de pesca, c) ação junto ao executivo e legislativo municipal visando a propositura da política municipal de pesca, d) da demanda pela criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, e) do

---

<sup>125</sup> Adotamos o conceito de *territórios tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como previsto no artigo 3º, inciso II “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também expressa o caráter da temporalidade, característicos dos territórios das/os trabalhadoras/es com quem dialogamos.

<sup>126</sup> Metodologia comunicativa de investigación, em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

plano de manejo da Estação Ecológica de Taiamã e f) das contribuições da categoria acerca do estabelecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado de Mato Grosso.

É importante, desde já, destacar que estas atividades não estão encerradas; a participação das pessoas nos espaços de diálogo até aqui estabelecidos não está concluída. Há nesse processo, em função da concepção intersubjetiva dessa pesquisa, um intrínseco inacabamento, um constante “estar sendo” que decorre do próprio exercício do diálogo potencializador da ação, em que as pessoas implicadas vão também refletindo e construindo coletivamente sentidos que se enredam e suscitam permanente continuidade da busca (sem fim).

Em função disso, as pautas de diálogo permanecem abertas, as possibilidades de destaques, de novos encaminhamentos e de retomada das discussões sobre todo e qualquer tema permanecem sujeitas a novas proposituras. Entretanto, essa *abertura dialógica* não nega a necessidade premente de se estabelecer, dentro dos âmbitos legislativos municipal, estadual e federal, marcos regulatórios e espaços de diálogo permanentes que garantam a efetivação dos direitos fundamentais acerca dos quais elas/es têm consensuado e demandado. Para tanto, é importante que essas pessoas permaneçam informadas e mobilizadas, de tal modo que – a despeito das oposições a que têm enfrentado e/ou venham enfrentar – tenham seus direitos efetivados.

## 1. Aspectos teóricos fundantes de nossa relação dialogal com as comunidades pantaneiras<sup>127</sup>

### 1.1. *Participação comunicativa e giro dialógico na sociedade da informação*

*Antes eu abaixava minha cabeça, hoje eu quero saber quem é que está certo, quero saber os meus direitos de pessoa tradicional!*  
Ferreirinha<sup>128</sup>

Compreendemos que a *participação comunicativa* e o *giro dialógico* (AUBERT et al., 2008) contemporâneos são conceitos complementares, que se dão concomitantemente no âmbito do agir comunicativo habermasiano (Habermas, 2012a) e da ação dialógica de Paulo Freire (FREIRE, 2004). Para tanto, se objetivamos promover ações educativas comprometidas com a superação dos processos de desumanização, com a emancipação dos seres humanos, na

<sup>127</sup> Adotamos o conceito de *povos e comunidades tradicionais* da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto 6.040/2007. Nossa opção reside no fato de que esse conceito, além de ser fruto de um amplo processo dialógico do qual estes povos e comunidades participaram, também porque expressa a questão do auto reconhecimento, das formas próprias de organização e da transmissão de saberes pela tradição.

<sup>128</sup> Consensuamos que as/os pescadoras/es serão identificadas/os por codinomes. Elas/es escolheram nomes de animais e plantas do Pantanal.



busca do *ser-mais* freiriano, evidentemente que estes processos educativos promoverão *ações com incidência política* empenhadas na direção da superação de hierarquias interpretativas da realidade, bem como se engajarão numa *práxis transformadora* que tenciona superar processos de alienação social e de opressão.

Como denunciado por Rahnama (2000) os “políticos dão às suas bases a impressão de que são sensíveis a seus problemas, e com frequência solicitam que essas os informem suas necessidades e aspirações” (p. 193). Também Ottmann (2004), após analisar modelos de participação promovidos no Brasil, afirma que

os mecanismos administrativos de participação da sociedade civil podem facilmente assumir um papel estatista ou mesmo constituir uma estratégia política que manipula a participação popular. De fato, parece que ao longo da última década líderes políticos elitistas têm cooptado as estruturas democráticas participativas. [...] num tal contexto, termos como "esfera pública" facilitam politicamente a venda de tecnologias administrativas inovadoras como se fossem a genuína democracia participativa” (OTTMANN, 2004, p. 72, destaque do autor).

Desse modo, na sociedade capitalista – espoliadora de vida por excelência e fundada em uma racionalidade técnico/científica – as formas de apropriação do ambiente, os modos de produção da vida material e a relação promíscua entre o capital e Estado estão estabelecidos sobre um *modelo de participação passiva*, como o denunciado pelos autores. Trata-se de uma participação legitimadora dos interesses das classes dominantes, descomprometida com as reais demandas das/os trabalhadoras/es. Entretanto – no contexto da sociedade dialógica (GOMEZ, et al. 2006), da sociedade da informação (CASTELLS, 2005) e da sociedade de risco (BECK, 2011) –, como apontado por Souza e Logarezzi (2017b)

a lógica da *imposição* dos argumentos com fins ao êxito individual tem sido questionada nos diversos níveis de interação e isso tem ocorrido desde os processos de formulação de tratados multilaterais até os acordos de convivência familiar. O giro dialógico é elemento-chave para desvelarmos as características, os obstáculos e as oportunidades de transformação da sociedade contemporânea (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b, p. 107, grifo dos autores).

Durante o planejamento e execução dessa pesquisa – em que dialogamos sobre os processos educativos existentes na prática da pesca artesanal pantaneira, a participação comunicativa e a conservação da diversidade biológica de peixes –, notamos que, apesar das dificuldades no acesso a informação, com o *giro dialógico* (AUBERT et al., 2008) as pessoas estão dispostas a dialogar sobre as problemáticas sociais de seus ambientes de convivência, a enfrentar as situações de opressão a que foram submetidas. Há, no interior desses grupos, uma inquietação enfrentante e permanente em relação à imposição de ideias e posturas de suas/seus representantes, agentes de mercado e de setores estatais. Como identificado por

Avritzer (2008) periferias têm, em ritmo acelerado, apresentado suas demandas e reivindicado seus direitos em diversos ambientes do debate público.

Esses processos de resistência<sup>129</sup> (FREIRE, 2015), de enfrentamento e de anúncio de superação dos problemas podem ser identificados e potencializados através de ações de educação ambiental que objetivem o exercício pleno da cidadania (JACOBI, 2005), embasadas em princípios educativos comprometidos com uma transformação social decorrente da participação efetiva dos sujeitos, como os propostos pela pedagogia freiriana. Como sustentado por Zart (2004) ao tratar da educação ambiental crítica, para sua efetivação é preciso que ocorra a “participação dos indivíduos, como forma de superação das tecnoburocracias, que são métodos de planejamento centrados em especialistas que se escondem em ambiências fechadas, por isso, autoritárias, não democráticas” (ZART, 2004, p. 63).

Nesse sentido, após as conferências de Estocolmo em 1972, Tbilisi em 1977 e, especialmente, com a propositura do Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global na Rio 92, um conjunto de princípios tem sido proposto objetivando implementar uma educação ambiental transformadora nessa perspectiva freiriana. Com isso, tal educação ambiental precisa estar fundada na *participação efetiva* de todas/os as/os envolvidas/os nos processos educativos. Este tratado, por ser fonte inspiradora da Política nacional de educação ambiental – Lei nº 9.795/1999 –, estimula o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas diversas e complexas interações, envolvendo aspectos éticos, culturais, ecológicos, legais, políticos, sociais, científicos etc. Para tanto, há no contexto da educação ambiental transformadora (LOUREIRO, 2004) um compromisso com a proposição de ambientes de pesquisa que permitam a participação plena e efetiva de todas/os envolvidas/os nos processos decisórios e educativos que empreendam o livre exercício da cidadania.

## 1.2. *Sociedade da informação: elementos essenciais ao diálogo e a práxis libertadora*

---

<sup>129</sup> A partir do que Freire em *Pedagogia da esperança* (FREIRE, 2015) chamou de cultura de resistência (p. 147), também “concebemos resistência comunitária como uma consciência coletiva da necessidade de luta e possibilidades de mudanças. Trata-se, portanto, de um movimento fundado nos anseios comunitários que, sem ignorar as necessidades individuais, se transforma intersubjetivamente em resistamos – um permanente devenir da coletividade – é condição de sobrevivência digna da coletividade. Assim sendo, não se trata de algo dissociado dos consensos, acordos e dissensos do grupo, alienado da realidade, ingênuo, desprovido de materialidade”, como apontado em outra publicação (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a, p. 84).

No contexto da sociedade da informação (CASTELLS, 2005) consideramos importante que pesquisas de educação como esta – constituída em uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006) que reconhece a pluralidade de existires que compõe o contexto investigado – ponderem a emergência da inserção do diálogo como possibilidade de superação da crise socioambiental. Gómez et al. (2006) afirmam que “a partir da perspectiva de uma sociedade dialógica, a investigação pode abrir-se a metodologias em torno do diálogo capazes de respostas a nova sociedade” (p. 12, tradução nossa). Para tanto, utilizamos a teoria da ação dialógica (FREIRE, 2004). Para o autor o diálogo é

parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. [...] é uma espécie de postura necessária, na medida em que os[/as] seres humanos[/as] se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. [...] O diálogo *sela* o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade. (FREIRE e SHOR, 2001, p. 122-123, grifo dos autores)

Nessa acepção os seres humanos são agentes sociais transformadores que se humanizam enquanto dialogam e, por conseguinte atuam na produção material e simbólica da vida. É na concretude da interação (territorializada e humanizada) que os processos de transformação se dão e é no encontro entre pessoas dispostas ao diálogo que denúncias de processos de opressão social e anúncios de possibilidade de superação dos problemas emergem. Souza e Logarezzi (2017c) consideram que para esta formulação teórica “as pessoas, sujeitos de direitos e deveres, se humanizam na medida em que dialogam, enquanto se comunicam para desvelar e transformar a realidade, conferindo sentido histórico à sua existência” (p. 150). Esta compressão da realidade social é fundante para esta pesquisa, especialmente porque as trabalhadoras/es da pesca tradicional enfrentam diuturnamente a dilapidação de sua cultura tradicional<sup>130</sup>. Para isso, o que estamos sugerimos aqui, é que através de uma ação dialógica, diagnóstica e propositiva esses processos de alienação social e de opressão sejam desvelados no âmbito da esfera pública (HABERMAS, 2012a) e

---

<sup>130</sup> Diegues (2001) considera que, a partir de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais, como a cultura tradicional ribeirinha das/os pescadoras/es pantaneiras/os, “estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (p. 82). Para aprofundamento das discussões sobre cultura dos povos e comunidades tradicionais sugerimos as leituras de Diegues (1983), Godelier (1973; 1984).

intersubjetivamente superados, pela práxis<sup>131</sup>, que é palavra verdadeira, que se faz palavra-ação. No campo da ação pedagógica, Loureiro e Torres (2014) afirmam que o diálogo

é assumido também como chamamento a favor da valorização da palavra e da escuta dos participantes do processo e, ainda, como provocador da ação pelas palavras que transformadas pela criticidade dialética e dialógica tornam-se palavra-ação, atividade humana de significação e transformação do mundo. Nesse sentido o diálogo como palavra-ação, além de fazer a crítica em forma de discurso, *se compromete concretamente com aquilo que denuncia e/ou anuncia* (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 173, grifo nosso).

Portanto, no que diz respeito ao giro dialógico há de se considerar que o compromisso e a disposição à participação comunitária (como veremos nesse artigo) não está vinculada a doações de agentes do capital e/ou a benesses de agentes de Estado; pelo contrário, consideramos esse giro como

fonte/meio/resultado dos processos de conscientização em que as pessoas, ao buscar *refletir interativamente* o mundo, se movimentam em sentido contrário a qualquer ação e/ou inação que promova cerceamento de direitos, limitando suas possibilidades de *serem mais*. (SOUZA, 2017, p. 25, grifo do autor).

Desse modo, para o pensamento freiriano, o diálogo é “o encontro amoroso de homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1992, p. 43). Em sua *Pedagogia do oprimido*, Freire (2004) aponta alguns elementos fundamentais, como possíveis caminhos à realização de um diálogo verdadeiro, comprometido com os processos de humanização que pretendam transformar a realidade. Estes elementos são assim contextualizados em Souza (2017)

- ✓ *Amor*: trata-se do amor ao mundo, à vida e aos seres humanos. Se expressa na práxis que anuncia a vocação ontológica dos humanos de serem sujeitos e denuncia as ações que objetivam transformá-los em objetos. Freire (2004, p. 80) diz que “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens não me é possível o diálogo”. Não há diálogo onde não resida o amor; para Freire a pronúncia do mundo (transformação do mundo) está condicionada à relação amorosa e, porque amorosa, desveladora, propositiva, libertadora.
- ✓ *Humildade*: Freire (2004, p. 80) afirma que “não há, por outro lado, diálogo se não há humildade”. Seres humanos individualistas não dialogam, porque se acham acabadas/os. Somente dialogam pessoas que, conscientes de sua natureza inconclusa, abrem-se às outras pessoas com vistas a compreenderem e transformarem o mundo. Nesse sentido, Freire (1992) considera que “ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais” (p. 47).
- ✓ *Fé* nos seres humanos: Freire (2004, p. 81) considera que “a fé nos seres humanos é um dado a priori do diálogo”. Trata-se da fé nas possibilidades deste ser de desvelar a vida, para, a partir de sua realidade

<sup>131</sup> Considerando o pensamento marxiano, “práxis se refere a atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a 'filosofia' (ou melhor, o 'pensamento') da 'práxis'” (PETROVIC, 1988, p. 460).

imediatamente transformar dialeticamente o mundo. Ou seja, essa convicção e/ou crença na capacidade de fazer e refazer dos seres humanos vem antes mesmo de que o diálogo aconteça e à guisa de argumentação racional. Freire concebe que a capacidade de ação e reflexão – práxis – dos seres humanos é condição ontológica sua. O autor denuncia ainda que “sem essa fé nos homens o diálogo é uma farsa” (FREIRE, 2004, p. 81). Trata-se da fé que se vê rumada pela utopia, pela expectativa fundada no compromisso que se estabelece no encontro, na disposição dialógica.

- ✓ *Confiança* nos seres humanos: para Freire (2004) a confiança é resultado das relações horizontais que se dão no diálogo verdadeiro. O autor ressalta que seria “contradição” se em uma relação que se alicerça na fé, no amor, na humildade e na horizontalidade não tivesse como consequência óbvia a confiança. Para ele “a confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo” (FREIRE, 2004, p. 82). Como proposto pelo pensamento habermasiano, é fundamento do agir comunicativo (HABERMAS, 2012a; 2012b), já que está implicada na pretensão de veracidade que deve compor a pretensão de validade carregada em uma enunciação.
- ✓ *Esperança*: para Freire (2004) a esperança reside na essência da imperfeição dos seres humanos, levando-as/os a movimento permanente de busca; só espera quem tem consciência do inacabamento. Não se trata de tomar assento e ceder para as contingências da vida. Para o autor “não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto, e se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2004). Tem esperança quem se esforça por ser solidário, porque não há esperança no isolamento, no desespero, na fuga, no idealismo descomprometido com a pronúncia do mundo. Ela reside na dialética movimento-estabilidade, é combustível que dá sentido ao quefazer na direção do *ser mais*.
- ✓ *Pensar verdadeiro*: pensa verdadeiro quem pensa criticamente, quem *ad-mira* o mundo, quem ao conhecer objetivamente a realidade se dispõe a fazer a pronúncia do mundo, objetivando a humanização dos seres humanos. Aqui, assim como nos demais elementos, há uma profunda valorização do processo como relação dialética entre movimento-estabilidade. Pensar verdadeiro é se comprometer com os processos na direção da luta contra o pensar intransitivo ingênuo. Que não importa só que esteja em movimento, mas, especialmente, que esteja aberto, que nós, sujeitos do mundo, é que o conduzimos, embora, no mundo opressor de hoje, uns tenham muito mais poder do que outros nessa condução” (SOUZA, 2017, p. 28-29).

Portanto, concebemos a ação dialógica, como caminho possível à *práxis libertadora*, caminho que se faz caminhando em nosso permanente devenir, como possibilidade de encontro intersubjetivo que propicie o surgimento do inédito-viável e identifica, também intersubjetivamente, as condições materiais de alcançá-lo e as ações necessárias para tanto. Estes elementos apontados por Freire, fundados, sobretudo no amor, apontam para a importância da valorização da diversidade de olhares e vozes, como, por exemplo, as implicadas nos *saberes de experiência feito*<sup>132</sup> dos povos e das comunidades tradicionais pantaneiras, e também para a urgência da criação e manutenção de espaços onde o diálogo seja, de fato, assumido coletivamente como vocação humana, possibilidade de transformação

<sup>132</sup> Freire (2002) afirma que como educadoras/es precisamos “ir 'lendo' cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar o seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo 'leitura do mundo' que precede sempre a 'leitura da palavra'” (FREIRE, 2002, p. 32, grifos do autor).

pela via do entendimento, como caminho de denúncia à desumanização e anúncio da humanização.

### 1.3. *Agir comunicativo: comunicar para transformar a realidade*<sup>133</sup>

“Jürgen Habermas, através da teoria do agir comunicativo, publicada nos anos de 1980 (HABERMAS, 2012a; 2012b), parte da compreensão de que vivemos em uma sociedade dual, que a estrutura dessa sociedade é composta pelo mundo da vida e pelo sistema. Para ele, a realidade social é uma elaboração humana que não depende apenas do significado que as pessoas, particularmente, atribuem ao mundo, mas também dos significados construídos intersubjetivamente.

O mundo da vida constitui o âmbito *de atuação das pessoas*, interativamente: a efetivação da agência humana; é formado pela coexistência de três mundos: o mundo objetivo refere-se à totalidade das coisas sobre as quais os seres humanos podem emitir enunciados pretensamente verdadeiros e buscar entendimento sobre eles; o mundo social refere-se à totalidade das relações sociais que, tácita ou normatizadamente, referem a legitimidade de comportamentos pretensamente corretos em interações interpessoais; por sua vez, o mundo subjetivo diz respeito à totalidade das vivências às quais somente a/o falante tem acesso privilegiado e que ela/ele pode manifestar de modo pretensamente veraz a uma outra pessoa ou a um grupo. De outro lado, para Habermas (2012b), o sistema pode diferenciar-se em sistema econômico e sistema administrativo. O autor considera que além de guardarem entre si uma relação de complementaridade, eles constituem o âmbito *institucional* de organização e regulação da vida em sociedade.

Há evidentemente uma imbricação entre mundo da vida e sistema: de um lado, são também pessoas que efetivam a existência e a atuação do sistema e, de outro, as pessoas em seus mundos da vida de convivência cotidiana são também afetadas diretamente pelo sistema. Em princípio, para o autor, o mundo da vida é marcado prevalentemente pela busca do entendimento e, por sua vez, o sistema é marcado prevalentemente pela racionalidade instrumental, objetivando êxito individual em detrimento do êxito coletivo. Ao tratar dessa contradição e propor o agir comunicativo, como disposição humana de contraposição à colonização do mundo da vida, Habermas (2012a) afirma que

---

<sup>133</sup> Essa seção do artigo foi extraída na íntegra da introdução de nossa tese de doutorado intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais” (SOUZA, 2017, p. 29-32).

no agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo *êxito de si mesmos*; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar seus diversos planos de ação com base em *definições comuns* sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 496, grifos nossos).

Em sociedades de classes (FERNANDES, 2009), como a nossa, há uma progressiva desacoplagem entre o sistema e o mundo da vida. Para Habermas (2012a) ocorre um avanço da colonização do mundo da vida pelo sistema, na medida em que a burocratização (do Estado) e o dinheiro (do mercado) tomam espaços que antes eram ocupados pela solidariedade como princípio de tomada de decisão, inclusive no âmbito familiar e no comunitário. Com esse processo, ações comunicativas, que objetivam a coordenação de ações transformadoras a partir da busca do entendimento como compromisso coletivo a ser alcançado antes de tudo, são substituídas por ações orientadas prioritariamente pelo êxito individual, o que acaba por gerar patologias sociais.

Diante disso, com vistas a enfrentar estas patologias, Habermas afirma que, para além das ações que visem majoritariamente o êxito individual (fundadas em uma racionalidade instrumental), deve ser adotado o agir comunicativo<sup>134</sup>. Neste, as pessoas capazes de linguagem e ação, que estabelecem relações interpessoais – seja por meios verbais seja por meios extra verbais – podem alcançar objetivos pela via do entendimento (tendo o êxito *coletivo* como uma decorrência do entendimento e não como uma orientação *a priori*), de forma que através dele, do entendimento, seja possível coordenar os planos de ação decorrentes de um processo interativo e suas respectivas execuções. Para Habermas (2012a) todo ato de entendimento

pode ser concebido como parte de um *procedimento cooperativo de interpretação*, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas. Para tanto, são úteis os conceitos dos três mundos enquanto sistema de coordenadas suposto em comum, no qual os contextos situacionais podem ser ordenados de tal forma que se chegue a uma concordância sobre o que é que os envolvidos podem tratar como fato ou como norma vigente ou como vivência subjetiva (HABERMAS, 2012a, p. 138, grifo nosso).

Posto isso, não se deve reduzir a compreensão sobre comunicação a simples conversação, que, por isso, se resume apenas a expressar ou a interpretar a realidade. Deve ir

---

<sup>134</sup> Para Habermas (1990) o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, onde as/os “participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação” (p. 72, grifo do autor), afirma ainda que isto ocorre da seguinte forma: “os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (idem). Diante disso Habermas estabelece a diferença entre o agir comunicativo e o agir estratégico apontando que o “agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica *dos planos individuais de ação*, mas na força racionalmente *motivadora de atos de entendimento*, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (idem, grifos nossos).

além, precisa ser uma forma de organização da ação, tem de ser um agir comunicativo, tem que ser práxis. Habermas introduz com isso “o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação” (HABERMAS, 2012a, p. 182). Note-se que, nesse sentido, a

racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação [...] (HABERMAS, 2012a, p. 43).

Diferentemente da racionalidade instrumental – que propõe dominação da natureza como se dela não fizéssemos parte metabólica e socialmente – a racionalidade comunicativa emerge em situações não coercivas, surge no encontro entre sujeitos históricos, valoriza a diversidade de olhares e saberes a partir de um lugar no mundo, é especialmente humanizante porque possibilita que as/os falantes coordenem seus atos através de uma ação comunicativa pautada nas pretensões de validade (verdade, correção e veracidade), visando a busca do entendimento com fins à proposição de acordos coletivos que objetivem a coordenação de ações e a superação das situações problemáticas. Há, portanto, nos contextos de busca de entendimento para conseqüente coordenação de ações, uma articulação de ações a partir do melhor argumento (HABERMAS 2012a, p. 67), não uma imposição de ideias fundada no poder e/ou na manipulação perlocutiva que vise majoritariamente o êxito do falante.

Consideramos que nas situações de conflitos socioambientais (BURSZTYN, 2001; HARTMANN, 2001; LAYRARGUES, 2006; SOUZA; IRIGARAY, 2008; 2017) sobre as quais estamos debruçadas/os nesta tese, apesar da permanente ingerência do Estado e do mercado, há no interior das comunidades tradicionais envolvidas *movimentos solidários internos de enfrentamento*, fundados em uma racionalidade que, mais do que diferente, ela denuncia a desumanização promovida pela racionalidade de base puramente instrumental do capital, e que, deste modo, irrompe resistentemente às tentativas de colonização impostas ao seu mundo da vida. Pensar este processo a partir da coordenação de ações coletivas baseadas no entendimento da comunidade envolvida, como descrevemos acima em Habermas, é plenamente consistente com o seu pensamento a partir da implicação dialética entre reflexão e ação que há na palavra verdadeira, que é práxis, emanada das relações dialógicas, como descrevemos anteriormente em Freire.” (SOUZA, 2017, p. 29-32)

## **2. Considerações metodológicas e delineamento da pesquisa**

Nessa pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica (LOGAREZZI, 2010; 2012), dialogamos com pescadoras e pescadores profissionais artesanais, aqui identificadas/os como



pescadoras/es tradicionais. Estas pessoas exercem a atividade pesqueira no rio Paraguai e em seus afluentes no município de Cáceres-MT. Participaram dessa pesquisa 83 pessoas – filiadas/os à Colônia Z-2 e à Associação de pescadores de Cáceres (Appec)–, sendo 25 pescadoras e 58 pescadores.

Utilizamos para esta pesquisa a metodologia comunicativo-crítica<sup>135</sup> – MCC –, descrita por Gómez et al. (2006). Para a autora e os autores trata-se de uma metodologia que “não pretende somente descrever e explicar a realidade, compreendê-la e interpretá-la para estudá-la, mas também estudá-la para transformá-la (p. 32)”. A transformação social fundada na participação plena dos sujeitos implicados no contexto da pesquisa é o principal objetivo da MCC.

Como proposto pela metodologia, utilizamos como técnicas de coleta de informação a observação comunicativa, os grupos de discussão comunicativos (GDC) (p. 77-89) e, em função das peculiaridades dessa pesquisa, também lançamos mão da entrevista em profundidade (MINAYO, 2012, p. 64). Entre os meses de dezembro de 2014 e março de 2015 realizamos a observação comunicativa dialogando com 71 pessoas; as entrevistas em profundidade ocorreram entre os meses de fevereiro e setembro de 2015, período em que dialogamos com 40 pessoas; já os grupos de discussão comunicativos foram criados na medida em que as/os pescadoras/es demandaram diálogos coletivos para tratarmos de alguns temas, um de nossos grupos de discussão comunicativos, por exemplo, foi criado no mês de fevereiro de 2015 – quando tratamos das áreas prioritárias à conservação no Pantanal de Mato Grosso como contribuição ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>136</sup>. As/os pescadoras/es que participaram das entrevistas em profundidade e dos grupos de discussão comunicativos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado pelo comitê de ética da UFSCar. Importa salientar que as/os teóricas/os que formularam a MCC afirmam que tanto informações qualitativas quanto quantitativas podem ser empregadas na pesquisa, sendo entretanto fundamental que sua utilização seja feita com uma orientação comunicativa. Assim sendo, a MCC é comunicativa porque “supera a dicotomia objeto/sujeito mediante a categoria

---

<sup>135</sup> Metodologia comunicativa de investigación, em Gómez, Siles e Tejedor (2012).

<sup>136</sup> Para as transcrições, nos esforçamos em seguir as orientações de Whitaker et al. (2002). Ao tratarmos do respeito à cultura da mulher e do homem rural, as autoras e os autores consideram que “respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. Como nossos diálogos na observação comunicativa, nos grupos de discussão comunicativos e na validação das entrevistas não foram gravados, as notas e respectivas análises estão arroladas em nossos cadernos de campo. Ressalte-se ainda que, todas as transcrições – sejam as oriundas das gravações das entrevistas ou das notas dos cadernos de campo – foram validadas com as/os participantes da pesquisa em um processo longo de leitura e interpretação densamente comprometido com o referencial teórico-metodológico da pesquisa.

da intersubjetividade e crítica (em consistência com a metodologia sociocrítica) porque parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas e da sociedade” (GÓMEZ et al., 2006, p. 12, tradução nossa).

Além dos postulados próprios da MCC (GÓMEZ et al. 2006) – universalidade da linguagem e da ação, as pessoas são agentes sociais transformadores, racionalidade comunicativa, sentido comum, inexistência de hierarquia interpretativa, mesmo nível epistemológico e conhecimento dialógico –, também são fundamentos dos processos educativos que se dão durante a pesquisa os princípios da aprendizagem dialógica. Flecha (1997) considera que devem estar presentes nesses processos o diálogo igualitário, a inteligência cultural, a dimensão da transformação, a dimensão instrumental, a criação de sentido, a solidariedade e a igualdade de diferenças. Diante disso, como assinalado em Souza (2017), dentro dessa concepção teórica e metodológica “considera-se respeitosamente a voz de todas/os as/os envolvidas/os no processo investigativo, de modo a não haver desnível epistemológico e nem hierarquia interpretativa entre participantes de diferentes inserções sociais/culturais” (p. 51). A partir do contexto investigado (no caso a pesca profissional artesanal) e no que diz respeito às atribuições de quem pesquisa e das/os demais sujeitos, afirmamos ainda que na consecução da MCC

distinguem-se os papéis de pesquisadora/or acadêmica/o e de pesquisadoras/es do contexto da pesquisa, ou popular, cujo encontro potencializa a produção do conhecimento dialógico, em que a elaboração teórica e a vivência prática interagem dialógica e dialeticamente, resultando numa práxis transformadora comprometida com os desafios aportados pelas pessoas do contexto, redundando ainda na perspectiva de coletivamente se fazerem sujeitos históricos. Destaca-se que a distinção entre esses papéis não implica a admissão daquele desnível ou daquela hierarquia. Na verdade, implica maior rigor na produção do conhecimento, na medida em que se aliam sistematização teórica acadêmica e contextualização prática popular (SOUZA, 2017, p. 51).

Diante disso é importante destacar que a dialogicidade do pensamento freiriano orientou-nos, desde o estabelecimento da temática significativa (FREIRE, 1980, p. 30), na análise dos dados e consequentes encaminhamentos. Como exposto em Souza e Logarezzi (2017a; 2017b; 2017c), procuramos identificar duas dimensões de análise presentes na realidade da pesca tradicional pantaneira: a obstaculizadora, que configura barreiras que impedem ou dificultam a efetivação de maior igualdade social, e a transformadora, que mostra as formas dessas barreiras ou os caminhos de sua superação. Por exemplo, durante as reuniões dos grupos de discussão comunicativos, além de tratarmos das pautas alinhavadas para aquele encontro, validávamos as informações dos encontros anteriores a partir dessas dimensões.

As informações foram registradas diariamente em cadernos de campo e posteriormente organizadas em matrizes de análise dispostas em temas, categorias, subcategorias e dimensões. Como apontado em Souza (2017) esses dados são de natureza complexa e foram sistematizados em quadros baseados no esquema do quadro 1. O autor afirma ainda que tal complexidade implica alguma imprecisão ou ambivalência da localização de certos dados nas células do quadro. Entretanto, houve um esforço no trato de cada tema, para que, em diálogo com cada participante, fossem localizadas em suas falas os elementos de acordo com as temáticas, categorias, subcategorias e dimensões indicadas no quadro 1<sup>137</sup>.

**Quadro 1 – Exemplo de sistematização temática dos dados que versam sobre a participação**

Dimensões	Tema, categorias e subcategorias			
	Participação nos processos políticos internos e externos (P)			
	Mundo da vida (M)	Sistema (S)		
	Sujeito	Representação: Colônia Z-2 / Appec	Estado	Mercado
<b>Obstaculizadora (O)</b>	POMs	POSr	POSe	POSm
<b>Transformadora (T)</b>	PTMs	PTSr	PTSe	PTSm

**Legenda:** P = Participação nos processos políticos internos e externos; M = Mundo da vida; S = Sistema; O = Obstaculizadora; T = Transformadora; s = Sujeito; r = representação; e = estado; m = mercado. A primeira letra da sigla se refere ao tema (P), a segunda à dimensão (O ou T), a terceira à categoria (M ou S) e a quarta à subcategoria (s, r, e ou m).

### 3. O entendimento e a coordenação de ações:

#### a práxis freiriana na educação ambiental dialógico-crítica

No transcorrer de todas as fases dessa pesquisa de educação ambiental, ocorreu um intenso processo participativo de todos os sujeitos. Tendo como fundamento o referencial teórico metodológico já subscrito – notadamente Freire (2004), Habermas (2012, v. 1 e 2012, v. 2) e Flecha (1997) – dentro dos campos dialogais estabelecidos em cada etapa do trabalho,

<sup>137</sup> Foi sistematizado um quadro para cada tema – neste artigo, arrolamos *como exemplo* o quadro em que tratamos particularmente do tema da participação encontrado em Souza e Logarezzi (2017b). Na pesquisa mais ampla, surgiram ainda outros temas: o exercício da pesca tradicional (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a) e da conservação da biodiversidade de peixes (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c). Também em Souza (2017, p. 275-280) foram sistematizados quadros contendo os temas e vários outros elementos de análise dialogicamente identificados nessa pesquisa.

as pessoas com quem dialogamos apontaram suas preocupações e possibilidades de superação das situações de exclusão a que agentes de mercado e setores estatais sempre intentaram submetê-las.

Dentro de uma perspectiva educativa dialógico-crítica (diagnóstica, propositiva e enfrente), como descrito por (SOUZA, 2017), a cada encontro, ao desvelarmos as situações-limites a serem enfrentadas por elas/es, um conjunto de encaminhamentos e ações foi proposto, de modo que vislumbrávamos dialogicamente o inédito viável (FREIRE, 2004) a cada encontro. Doravante trataremos de algumas dessas ações. Ressalte-se, entretanto, que, por se tratar de um processo educativo permanente, a participação delas/es nessas ações não foi – e esperamos que não seja – finalizada, estancada; o trabalho não acabou! Pelo contrário, tem ocorrido, em função de um conjunto de agendas que estabelecemos em parcerias com diversas instituições públicas e a sociedade civil, importantes ações empreendidas comunitariamente pela maioria das/os participantes dessa pesquisa. Ações que suscitam uma radicalização da democracia, que objetivam a promoção de espaços de democracia substantiva, portanto deliberativa (HABERMAS, 1997), assim promovendo, pela via do diálogo igualitário, a efetivação, na vida cotidiana das pessoas, das dimensões da justiça social, da garantia e promoção de novos direitos e da proteção dos bens e dos serviços ambientais.

Como deliberado por elas/es em nossas reuniões, após dois anos de convivência diária, os temas que trataremos brevemente abaixo são os prioritários e representam conquistas empreendidas por elas/es no decorrer dessa pesquisa. Há, em grande medida, uma compreensão de que o que chamamos aqui de *conquista*, não é necessariamente a efetivação plena de um direito pleiteado (como a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, o acesso a linhas de crédito que de fato contemplem sua realidade etc.), mas sim o reconhecimento de que existem processos educativos transformadores subjacentes aos diálogos que tivemos acerca dessas temáticas, também de que ações políticas estão sendo desenvolvidas no âmbito dos órgãos públicos. De modo geral as informações que descrevermos e analisaremos abaixo são resultantes dos relatos das observações comunicativas, das validações das entrevistas e dos encaminhamentos dos Grupos de discussão comunicativos.

### *3.1. O registro de bens culturais de natureza imaterial: defesa do território tradicional e da cultura pantaneira*

*Nossa cultura é nossa vida, nesse projeto nós temos que proteger nossa cultura. Tem que fazer igual esses*

*prédios do centro da cidade, tudo isso aqui é cultura [apontando para os apetrechos de pesca]. Minha história é cultura. Pintado*

Como proposto pela metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ et al., 2006), ao dialogarmos sobre o dia a dia da atividade pesqueira com as/os pescadoras/es tradicionais<sup>138</sup> procuramos identificar dialogicamente duas dimensões presentes na realidade dessas pessoas: as obstaculizadoras – que configuram barreiras que impedem ou dificultam a efetivação de maior igualdade social –, e as transformadoras – que mostram as formas ou os caminhos de superação dessas barreiras.

Como já relatado por Da Silva e Silva (1992, 1995), Medeiros (1999), Martins (2003), Lima (2004), Netto (2006), Pinho (2008), Netto e Mateus (2009), Bezerra e Ávila (2011); Oliveira (2011), Pinho et al. (2012), Tocantins, Rosseto e Almeida (2013), Moura, Loureiro e Anello (2016); Souza e Logarezzi (2017a; 2017b, 2017c), a defesa *integral* dos aspectos culturais – imbricados na elaboração de estratégias de pesca, na confecção de apetrechos, na relação delas/es com os contos pantaneiros, na religiosidade, na relação com o movimento das águas e com pulso de inundação, nos processos de aprendizagem que ocorrem concomitantemente ao exercício da atividade, nas estratégias de defesa de seus pontos de pesca, nas relações familiares etc. – representa, marcadamente, uma das principais demandas das pescadoras/es tradicionais pantaneiras dessa região.

Na órbita da questão cultural pantaneira, característica fundante da pesca artesanal (DIEGUES, 2000; 2002), gravitam os demais temas atinentes à pesca tradicional realizada por estas pessoas. As denúncias e os anúncios diariamente apresentados por elas/es em nossos diálogos continuamente giravam em torno da questão cultural. É comum afirmarem que seria necessário que a *história de luta e os saberes* das/os pescadoras/es tradicionais deveria ser contada nas escolas, de que a história delas/es deveria ser inserida no currículo escolar. *Eu queria que na escola que meu neto estuda falasse de nossa cultura, do meu artesanato. Nós preservamos os peixes porque nós amamos o Pantanal* (Orquídea).

Diante disso, especialmente, durante as validações das entrevistas, na revisão de encaminhamentos dos GDC e nas reuniões com as/os representantes da categoria, quando dialogamos sobre a possibilidade delas/es, enquanto comunidade pantaneira tradicional, pleitearam o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial – instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, afiançado pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio

<sup>138</sup> Pescadoras/es profissionais artesanais são aqui identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*, assim como na tese intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais”, como resultado de processo dialógico detalhado na referida tese (SOUZA, 2017, p. 19).

Cultural Imaterial da Unesco em 17 de outubro de 2003 – elas/es sugeriram que deveríamos apresentar aos órgãos de governo a necessidade de proteção de seus saberes.

*Nós estamos morrendo professor, estou nesse pantanal há mais de 40 anos, nossa vida está morrendo, nossa história está morrendo, eu não posso mais pescar como eu pescava antes porque cada dia tem uma lei falando que eu não posso mais isso ou aquilo, o que mais querem tirar de nós? Curimbatá*

*Nossa pesca é artesanal e cultural, tinha que colocar em uma lei que nossa pesca é cultural; ela é diferente da pesca do turista. Jurupensem*

*Tinha que escrever um livro de nossa história, falando do pendurão, da pinda, da nossa canoa de um pau só. Bagre Cabeçudo*

*Poderia fazer uma lei que permitisse a gente continuar usando o que a gente sempre usou. Rubafo*

*Tinha que proteger igual protege o conhecimento dos índios. Flor de Aguapé*

*Poderia contar nossa história nas escolas de Cáceres, igual conta a história dos índios e dos pretos. Vitória Régia*

À luz do referencial teórico metodológico – especialmente do que trata da solidariedade, da inteligência cultural e da igualdade de diferenças (FLECHA, 1997) –, ao dialogarmos de maneira pormenorizada sobre este tema, consensuamos que além de expressar uma legítima pretensão comunitária delas/es em manterem vivas as histórias e a cultura pantaneira, a proteção desses bens culturais de natureza imaterial representa uma importante forma de “superar hierarquizações culturais e as desigualdades de proteção social” (Mello, Braga e Gabassa, 2012, p. 72); também expressa contundentemente uma forma de resistência e enfrentamento ao avanço do capital – agronegócio, hidrovia, mineração, setor elétrico, mineração etc. – nessa região do Pantanal de Mato Grosso.

Diante dos encaminhamentos consensuados, realizamos diversas reuniões na Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer (Smecel) do município de Cáceres. Além de pescadoras/es, participaram desses encontros as/os técnicas/os e gestoras/es da secretaria. A partir do que acordamos nessas reuniões, fora solicitado pelas/os pescadoras/es que a Smecel *instaurasse o processo* de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial atinente à pesca artesanal desenvolvida no Pantanal de Mato Grosso no município de Cáceres e região; bem como que fosse *criado um grupo de trabalho* (GT), envolvendo instituições de ensino, pesquisa e extensão de Cáceres, garantindo a *participação* das/os pescadoras/es profissionais artesanais de Cáceres, a fim de levar adiante a proposta do referido registro.

O expediente solicitando a criação deste GT foi protocolado em agosto de 2015, em seguida tivemos vários encontros, sempre com a presença de pescadoras/es. Entretanto, evidenciando as dificuldades que a categoria enfrentaria nesse processo, o Decreto Municipal nº 217/2016 – que instituiu o GT – foi emitido somente em maio de 2016. São membros desse

GT representantes das seguintes instituições: Colônia Z-2, Appec, Ministério Público Federal, ICMBio, Smecel, Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, IFMT e um representante da Unemat. O Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) tem acompanhado a realização das atividades e emitido as orientações técnicas necessárias.

Como proposto pela MCC (GÓMEZ et al., 2006), os trabalhos têm sido realizados sempre respeitando a temporalidade e a espacialidade das/os pescadoras/es. Para tanto o GT tem pautado suas atividades na dialogicidade freiriana, os encaminhamentos estão seguindo as orientações arroladas na resolução 001 de 03 de agosto de 2006 do Iphan.

A título de exemplo de consensos estabelecidos em nossos diálogos que estão sendo utilizados pelo poder público para a formulação de políticas públicas de pesca no Estado de Mato Grosso, consideramos importante assinalar, pelo menos *a priori*, dois casos: a questão do pendurão e a do tabuado. Apesar de serem importantes estratégias de pesca e representarem um verdadeiro patrimônio cultural dessas comunidades (SOUZA; LOGAREZZI, 2017c), ambas têm sido intensamente ameaçadas de extinção, em função, principalmente, do que representam a título de *garantias de continuidade do exercício autônomo* da profissão e da *demarcação territorial tradicional*.

### 3.1.1. Não se trata de estaca, mas de pendurão, pendura e/ou pendurinha

*Esse daí não é estaca, esse daí é pendurão [...] se tivessem conversado com a gente antes de fazer a lei não tinha toda essa dor de cabeça, nós usamos pendurão e anzol de galho não estaca! Anhuma*

Em nossos diálogos, tanto nas entrevistas e nos respectivos encontros de validação, quanto nos GDC, as/os pescadoras/es denunciaram enfaticamente a perda de direitos relativos à possibilidade de uso de apetrechos tradicionais e a crescente ameaça a outras estratégias de pesca, como por exemplo a incansável tentativa de vedar o uso do Pendurão.

Todas as pessoas entrevistadas discorreram demoradamente sobre a importância desta estratégia de pesca. Relataram que esta estratégia de captura do pescado é utilizada há séculos por comunidades pantaneiras de pescadoras/es, mas que, em função da disputa por pontos de pesca, tem crescido o interesse das/os representantes de alguns setores do mercado turístico de que essa estratégia de pesca tenha seu uso proibido.

Isso vem de longe, muita gente criou seus filhos com peixe de pendurão. Tem gente que só parou de pescar de rede depois que aprendeu com nós como é que pesca com o pendurão [...] se tirar isso daí vão voltar pra pesca predatória. Mutum

Os ataques ao uso dessa estratégia tradicional de pesca teve seu auge com a emissão da Lei nº 9.794 de 30/07/2012, ocasião em que o legislativo e o executivo estadual proibiram o uso da estaca, sem diálogo algum com essas comunidades. Naquele período, como não havia distinção entre o que era uma estaca e um pendurão, as/os pescadoras/es foram bastante prejudicadas/os e, para reverter este e outros aspectos da legislação, fizeram uma importante mobilização, que redundou na revogação deste dispositivo legal.

Entretanto, atualmente, durante a reformulação da legislação estadual de pesca – no âmbito do Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) –, novamente setores vinculados ao mercado turístico propuseram a proibição do uso dessa estratégia de pesca. Para tratar dessa temática o Cepesca criou uma câmara técnica (CT) composto por representantes de órgãos de governo, também representantes do turismo e das/os pescadoras/es profissionais artesanais, que, diante de uma demanda de nosso GDC, abriu a oportunidade para que apresentássemos os encaminhamentos consensuados em nossa pesquisa. Para tanto, afim de, desde já, trabalharmos em conjunto com o grupo de trabalho que foi criado para realizar o registro de saberes (Decreto 217/2016), um dos representantes do grupo apresentou à CT nosso entendimento acerca dos encaminhamentos a serem tomados diante dessa temática. Os encaminhamentos feitos pelos grupos de discussão comunicativos enviados à CT foram os seguintes:

- a) o que por ora é denominado “estaca” (que é fixada no leito do curso d’água) na Política Estadual de Pesca – Lei 9096/99, em nossa região recebe, além desse, outros nomes. Essa estratégia de pesca é conhecida como pendurão, pendura e pendurinha;
- b) usar o pendurão é uma estratégia em que estão imbricadas muitas técnicas culturalmente elaboradas, inclusive de resistência às pressões de mercado;
- c) sua utilização é resultado de um longo período de adaptação às peculiaridades ecológicas, atinentes ao movimento das águas e pulso de inundação das diversas áreas onde estas/es profissionais atuam;
- d) a afixação desse apetrecho – feita nos barrancos ou nas matas – leva em consideração aspectos relacionados à segurança das/os pescadoras (muitos desses locais são ocupados por felinos como a onça pintada), bem como inúmeros fatores ecológicos, geográficos e culturais, que expressam vocação artesanal da atividade pesqueira;
- e) trata-se de uma técnica culturalmente consolidada na memória coletiva destas comunidades;
- f) representa uma das principais técnicas de pesca desenvolvidas por pescadoras/es que durante anos *realizaram* a pesca de forma irregular. Ela representou uma alternativa viável para a permanência legal destas pessoas no exercício da pesca artesanal;
- g) a retirada dessa estratégia, sem um amplo processo de discussão e as garantias necessárias para as famílias que a utilizam de forma majoritária, incentivaria a pesca irregular;
- h) trata-se de uma das principais técnicas de pesca realizada por famílias de pescadoras/es que, de fato, dependem *exclusivamente* da pesca profissional;
- i) quando utilizada de maneira correta, não apresenta riscos à navegação;



- j) os impactos ambientais causados pelo uso dessa estratégia são facilmente identificáveis e provavelmente mitigáveis, desde de que o Estado promova ações de educação ambiental e patrimonial que envolva as comunidades pesqueiras;
- k) representa, ao lado do tabuado, uma das principais estratégias de demarcação de território de pesca artesanal da categoria;
- l) em função da tramitação do pedido de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, junto ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema-MT), que atendesse as demandas da categoria, a proibição dessa estratégia inviabilizaria – *a priori* – a realização da atividade de forma sustentável dentro das áreas pretendidas;
- m) a sugestão de que as “armadilhas” *somente* poderiam ser afixadas “nos galhos da vegetação nativa”, em grande medida, não representa a realidade da pesca realizada nessa região, especialmente por que: a) no perímetro urbano, onde um grande número de pescadoras/es tradicionais desenvolvem suas atividades laborais diariamente, além de estar ocupada por casas, ranchos e tablados, está com sua vegetação ciliar degradada (seria impossível estas mulheres e estes homens tirarem o sustento de sua família com uma linhada!); b) de acordo com elas/es, nem todos os locais onde existem galhos são piscosos, além de possuírem muito “enrosco”; c) diversos locais onde historicamente elas/es exercem a profissão, foram ocupados por pescadoras/es amadoras/es e/ou piloteiros/turistas e, diante disso, esta estratégia lhes auxilia na manutenção do território, especialmente, no período noturno; d) a necessidade de movimentação em busca de “galhos” que estejam presentes em “regiões piscosas” geraria um custo adicional que inviabilizaria a continuidade da atividade como tradicionalmente sempre foi desenvolvida por elas e eles.

Após um amplo processo de discussão em reunião ordinária do Cepesca que contou com a participação efetiva de pescadoras/es ligados à Colônia Z-2 e à Appec, a CT do Cepesca propôs e o pleno do conselho aprovou, por unanimidade, a proposta encaminhada por nosso GDC. Esta norma (anexo 3 dessa tese) estabeleceu a diferença entre a estaca e o pendurão. Além disso, definiu no Art. 1º, inciso II o pendurão, a pendura e a pendurinha como: *“instrumento, objeto ou artefato de pesca constituído por haste com linha e anzol fixada no barranco ou na mata ciliar, configurado como patrimônio imaterial enquanto saber dos Pescadores Profissionais Artesanais e de Subsistência”*. Como fora demandado pelas/os participantes dessa pesquisa, também garantiu, no art. 3º, que pescadoras/es de subsistência utilizassem esta estratégia de pesca.

### 3.1.2. *Não se trata de tablado, mas de tabuado: o esvaziamento sociocultural da norma*

*Esse daí é um tabuado! Aquele lá é o tal do tablado, qual pescador igual nós tem condições de fazer um negócio daquele? Cocha de Nego*

Assim como tem ocorrido no caso do pendurão, as/os pescadores sempre apresentaram sua preocupação no que diz respeito à possibilidade de proibição do uso dos tabuados<sup>139</sup>. Diante disso, considerando a importância da universalidade da linguagem e ação e do sentido comum, com vistas ao conhecimento dialógico (GÓMEZ, 2006, p. 40-47) procuramos dialogar sobre a *eficácia social* da legislação – Decreto estadual nº 1.210 de 3/7/2012, que regulamenta o uso desse equipamento. Ao tratarmos desses temas, em um de nossos primeiros encontros, um dos pescadores fez o seguinte relato:

*eu não aceito chamar o meu tabuado de tablado, isso é coisa de quem tem rancho, de empresário que tem casa na beira do rio [...] nós sempre tivemos o nosso tabuado! Nosso tabuado é diferente disso daí, sem o tabuado muitos desses daqui não tem pra onde ir [...] ou eles querem que o pescador volte a usar rede! Lambari*

Note que a partir de então, à luz do que propõe a MCC, assim como estávamos estabelecendo dialogicamente a distinção entre o pendurão e a estaca e identificando sua função histórica dentro do contexto da cultura tradicional pantaneira, pudemos também, além de assinalar as diferenças entre o tabuado e o tablado, igualmente dialogar sobre os aspectos socioculturais imbricados nessa estratégia tradicional de pesca.

Ao mesmo tempo em que dialogávamos sobre essa temática, as instituições que atuam nas atividades de fiscalização nessa região iniciaram um amplo processo de identificação dos ranchos e tablados, a fim de regularizar a ocupação dessas áreas. Isto se deu, especialmente, em função da ocupação desordenada das margens dos rios que compõem a Bacia do Alto Paraguai – principalmente nas proximidades do perímetro urbano do município de Cáceres. Durante nossos diálogos várias/os pescadoras/es discorreram sobre a maneira pouco solícita com que agentes de Estado estavam atuando nesse processo. Não são poucas as denúncias de truculência e abuso de autoridade! Alguns pescadores afirmaram que, em função desse comportamento das autoridades, eles foram instados à deixar de pescar com suas esposas e filhas/os, pois temiam ser “humilhados” diante de seus familiares.

Diante disso, em função de uma demanda feita pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cáceres (Comdema), apresentamos os encaminhamentos aflorados em

<sup>139</sup> Os tabuados são estruturas físicas utilizadas para a pesca artesanal, fundamentais para a demarcação dos territórios de pesca, confeccionadas artesanalmente de madeira nativa. Trata-se de um conjunto de tábuas e/ou bambus, medem entre 3 a 4 m<sup>2</sup> e são colocados sobre a água; são afixados sobre estacas de madeira e posicionados próximo aos barracos e acampamentos. São de fácil manejo, já que permitem sua movimentação e adaptação à altura do curso d'água em função do pulso de inundação.

nossos GDC, os quais foram também validados pelas lideranças das duas agremiações. Este expediente enviado ao Comdema tratou dos seguintes pontos:

- a) há um explícito *esvaziamento sociocultural* no Decreto nº 1.210 de 3/7/2012 do governo do estado de Mato Grosso que atenta contra os saberes tradicionais pantaneiros;
- b) isto se dá tendo em vista que, pelo menos para a maioria das/os pescadoras tradicionais com quem temos dialogado – sejam elas/es profissionais artesanais ou de subsistência – além da diferença estrutural dos instrumentos, o termo culturalmente estabelecido na memória coletiva delas/es não é tablado, mas *tabuado*;
- c) esta diferenciação é fundamental no processo de formulação das políticas públicas – que se espera ser dialógico – que visem estabelecer regras para seu uso. Pois que impera, por força dos tratados, de convenções das quais o Brasil é signatário e do conjunto de normas nacionais, a obrigação estatal de consulta *efetiva* aos povos e comunidades tradicionais;
- d) para elas/es o tabuado representa muito mais que uma estratégia de pesca e/ou ponto de apoio ao embarque e desembarque. Trata-se, principalmente, de uma modo pantaneiro de *ocupação territorial* das margens do rio, modo esse culturalmente estabelecido nos saberes coletivos desses povos e comunidades tradicionais;
- e) a permissão de uso do tablado, arrolada no artigo 4º, §2º Decreto nº 1.210 de 3/7/2016, não leva em consideração as peculiaridades culturais e as condições econômicas das/os pescadoras/es de subsistência que vivem nos rios de nossa região e, além disso, não contempla de forma objetiva as/os pescadoras/es profissionais artesanais;
- f) especialmente nos locais em que os acampamentos ficam localizados nos barrancos, os tabuados são extensões de seus acampamentos e barracos, nestes espaços as pessoas adultas lavam suas roupas e vasilhames utilizados na preparação das refeições diárias, contam histórias, as/os jovens compartilham os saberes e fazeres artesanais relativos à prática pesqueira etc., tratando-se, portanto, de um ambiente de aprendizagem onde ocorrem processos educativos importantíssimos para a manutenção da atividade pesqueira tradicional;
- g) a substituição dos tabuados por estruturas conhecidas *comercialmente e desportivamente* como tablados tem ocorrido – a despeito de toda a resistência dessas comunidades –, em função do aumento vertiginoso do número de embarcações com motores de alta potência sobre seus territórios de pesca;
- h) muitas/os delas/es ficaram endividadas/os no comércio local e/ou contaram com o *apoio* de atravessadoras/es para a confecção dos tablados;
- i) em função do número limitado de apetrechos permitidos pela legislação que regulamenta a atividade pesqueira profissional artesanal, o uso do tabuado agrega um conjunto de técnicas tradicionais de captura e manejo seguro do pescado, que, se retirados, inviabilizará em grande medida o exercício da atividade profissional artesanal;
- j) muitas/os pescadoras/es relatam que desenvolveram problemas de saúde, principalmente doenças na coluna, por pescarem sentadas/os diuturnamente em canoas e barcos e que encontraram alívio para suas dores na possibilidade de pescarem sentadas/os ou, alternativamente, de pé sobre os tabuados;
- k) sua utilização é resultado de um longo período de adaptação às peculiaridades ecológicas, atinentes ao movimento das águas e ao pulso de inundação nas diversas áreas/regiões pantaneiras onde estas/es profissionais atuam;
- l) o *uso pantaneiro* do tabuado, como tradicionalmente entretido em seus saberes, não causa impacto ambiental, bem como não oferece riscos à navegação;

- m) trata-se, também, de uma estratégia de pesca identificada como um verdadeiro patrimônio cultural imaterial, cujas alegações contrárias ao seu uso são solúveis por meio da realização de um extensivo programa de comunicação social, educação patrimonial e ambiental cuja responsabilidade é do Estado;
- n) muitos tabuados foram tradicionalmente construídos e afixados em “locais bons de peixe”, ocupados há décadas por famílias de pescadoras/es de subsistência e/ou profissionais artesanais, que, em função da queda do barranco, contam com essa estratégia para permanecerem nesses disputados pontos de pesca;
- o) ao lado do pendurão, da pendura e da pendurinha, representa uma importante estratégia de demarcação de território tradicional de pesca artesanal das comunidades pesqueiras dessa região;
- p) em função da tramitação do pedido de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável – protocolados no ICMBio e na Sema-MT – que atendesse as demandas da categoria, a proibição do uso do *tabuado* inviabilizaria, para muitas/os, a realização da atividade tradicional pesqueira de forma sustentável dentro das áreas pretendidas;
- q) para a maioria delas/es a utilização do tabuado está diretamente relacionada ao seu território de pesca, local onde geralmente são estendidas lonas e/ou construídos barracos para sua permanência nas temporadas de pesca, motivo pelo qual toda e qualquer discussão que verse sobre o uso tradicional do tabuado deve também levar em consideração as condições de permanência diária dessas pessoas para o exercício da pesca tradicional – seja ela profissional artesanal ou de subsistência;
- r) a utilização dessa estratégia de pesca leva em consideração inúmeros fatores ecológicos, geográficos e culturais, que expressam/representam a vocação artesanal da atividade pesqueira; a retirada dessa estratégia de pesca sem *um amplo processo de discussão e consulta* instigaria a pesca irregular;
- s) consensuamos ainda que, pautada no princípio da precaução, a manutenção dessa estratégia representa um mecanismo de proteção ambiental.

Nosso encaminhamento foi no sentido de que a legislação deve, além de regulamentar o uso do tablado levando em consideração as condições socioeconômicas daquelas/es pescadoras/es tradicionais que pretendam aderir a tal uso, distinguir estruturalmente o tablado do tabuado, atribuindo normativamente a este último os aspectos socioculturais a ele incorporados culturalmente. Para tanto era necessário um amplo processo dialógico e participativo de consulta, em que as alternativas de regulamentação deverão ser feitas juntamente com as/os pescadoras/os profissionais artesanais e as/os pescadoras/es de subsistência. Estas considerações foram apresentadas pelas/os conselheiras/os do Comdema de Cáceres para as/os representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual de Mato Grosso, do ICMBio, da Unemat, da Superintendência do Patrimônio da União e, em função da mobilização da categoria, estão sendo consideradas no processo de reformulação da legislação.

### 3.2. *A política municipal de pesca: giro dialógico e a voz das pescadoras e dos pescadores em um marco regulatório*

*Eu não participei da criação dessas leis que o senhor fala, mas dessa lei que nós estamos pedindo aqui pra Cáceres, nós iremos participar. Jejum*

No âmbito federal a pesca é regulamentada, majoritariamente, pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNP), instituída pela Lei nº 11.959/2009; já no âmbito estadual, pela Política Estadual de Pesca (PEP) – Lei nº 9.096/2009. Como identificamos em nossos diálogos, apesar de pouco eficaz no que tange à efetivação das garantias de direitos para a pesca profissional artesanal, há, no ordenamento pesqueiro, um conjunto importante de princípios, diretrizes e regulamentos que vincula a ação estatal com vistas a contemplar as demandas dessa categoria.

Como indicado por Tocantins, Rosseto e Almeida (2013), por Silva e Sato (2010) e por Souza e Logarezzi (2017b), não obstante à garantia expressa na legislação em tela quanto ao direito à participação nos processos decisórios que versem sobre suas vidas, as/os pescadoras/es com quem dialogamos – e também as/os representantes das duas agremiações a que são vinculadas/os – afirmaram que não participaram dos processos de formulação da legislação federal e nem da estadual. Em nossos diálogos restou vastamente demonstrado que, além da necessidade de reformulação das normas supra elencadas, é explícita a necessidade da elaboração dialógica de um regulamento no âmbito municipal que contemple as peculiaridades da pesca tradicional dessa região do Pantanal de Mato Grosso, onde de fato seja garantida, em todas as etapas dos processos de formulação da norma, a isonomia<sup>140</sup> de todas as pessoas implicadas na atividade pesqueira no município.

*Eu pesco tem mais de 40 anos, já fui de tudo aqui na Colônia, ninguém nunca veio aqui pra conversar sério com nós sobre essas leis [...] a gente poderia ir lá nos vereadores e falar pra fazer uma lei que nós déssemos a nossa opinião, não só os donos de barco hotel e fazendeiros [...]. Caravaçu*

*Já passou da hora de Cáceres vestir a camisa de nós tradicionais, ninguém vê nós, ninguém lembra de nós, se tivesse uma lei que obrigasse eles verem nós, ficaria mais fácil da gente lutar! Fidalgo*

Em função dos diálogos que tivemos sobre esse tema, reunimo-nos com representantes do poder público municipal para tratar da propositura de uma política municipal que tratasse da pesca profissional artesanal. Durante estes encontros as/os pescadoras/es denunciaram a

<sup>140</sup> Sidou (1996) afirma que o princípio constitucional que diz que todas/os são iguais perante a lei “precisa ser entendido no sentido de que *a lei deve ser a mesma para todos quantos estiverem nas condições para as quais ela foi estabelecida*” (p.433, grifo nosso). Por isso sustentamos aqui que o Estado deve oferecer *todas as condições* necessárias à participação plena dos povos e comunidades tradicionais nesses espaços. Para tanto deve subsidiar a movimentação delas/es para os espaços de reuniões, oferecer assessoria jurídica, contábil etc. para que sua participação não se resuma à legitimação dos escusos interesses do capital.

invisibilidade a que são submetidas/os; trataram das péssimas condições de trabalho em função das dificuldades de acesso ao fomento; versaram longamente sobre a questão da segurança, tanto na navegação quanto na permanência nos acampamentos/barracos; reivindicaram políticas de saúde para a categoria; relataram sobre as dificuldades de comercialização do pescado e da voraz ação das/os atravessadoras/es etc.

Nordi et al. (2006) afirmam que o poder público deve promover espaços de participação ativa das populações tradicionais, considerando que, com vistas à proteção destes saberes e à conservação da diversidade biológica, os conhecimentos tradicionais devem ser levados em consideração nos processos de formulação e promoção de planos, leis e programas de manejo, “tanto no plano local, como no âmbito nacional” (p. 133). Sobre a emergência de políticas públicas que garantam os direitos humanos fundamentais de comunidades tradicionais mato-grossenses, Silva e Sato (2010) afirmam que

não se pode mais olvidar o protagonismo destes inúmeros grupos e movimentos que se fortalecem na luta pelo reconhecimento de suas identidades, seus territórios e seus direitos coletivos, porque só assim é possível assegurar a visão de que esses bens são da humanidade e não passíveis de apropriação privada (p. 280).

Para tanto, diante dos pleitos apresentados pelas/os participantes dessa pesquisa, o município, através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo (Sicmatur), propôs que o Comdema se responsabilizasse pelas demais ações a serem empreendidas no tocante ao processo de elaboração da política. Para tanto o Comdema, além de assumir a responsabilidade de implementar a proposta, criou uma Câmara Técnica (CT) – Resolução 001/2016 – composta de representantes das/os pescadoras/es, das instituições públicas e da sociedade civil e emitiu expediente ao chefe do executivo municipal solicitando a emissão de decreto que versasse sobre a comissão que trataria da implantação do entreposto do pescado no município de Cáceres.

Após várias reuniões e palestras que trataram, entre outros temas, de povos e comunidades tradicionais pantaneiros, de entreposto do pescado, de ordenamento pesqueiro e de metodologias participativas, um dos primeiros encaminhamentos dessa CT foi no sentido de que, além da pesca profissional artesanal, a política também versaria sobre a aquicultura familiar, já que ambas as atividades enfrentam as pressões do capital e os infortúnios do descaso estatal.

A fim de subsidiar as discussões da CT, o GDC que tratou dessa e de outras temáticas de nossa pesquisa, propôs que uma política municipal de pesca deveria abordar dialogicamente os seguintes temas:

- a) garantir a manutenção da atividade pesqueira profissional artesanal pantaneira, tendo em vista seu caráter eminentemente cultural;
- b) considerar a bacia hidrográfica como unidade territorial a partir da qual as proposituras de deliberações deverão ser tomadas;
- c) garantir espaços de participação efetiva de todas as pessoas envolvidas na atividade pesqueira nos processos de proposição, consulta e deliberação dos temas atinentes à pesca no âmbito municipal;
- d) promover a cadeia produtiva do pescado oriundo especialmente da pesca profissional artesanal;
- e) garantir a promoção permanente de processos educativos que envolvam pescadoras/es profissionais artesanais;
- f) promover, ao lado dos demais entes estatais e organizações da sociedade civil, garantindo a participação efetiva das/os pescadoras/es profissionais artesanais, ações de conservação, pesquisa e proteção ambiental;
- g) instituir o Conselho Municipal de Pesca Tradicional de Cáceres;
- h) garantir no orçamento municipal os recursos necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade artesanal;
- i) promover ações de educação ambiental que objetivem, prioritariamente, dialogar com a comunidade local e regional sobre os aspectos socioculturais e os valores nutricionais referentes ao pescado tradicional.

Como proposto por Secchi (2010, p. 33), a CT tem utilizado como metodologia de formulação da política municipal de pesca e aquicultura o ciclo de políticas públicas. As reuniões têm sido realizadas nas sedes das agremiações de representação social e nas instituições públicas. Apesar dos desafios relativos à sincronia de agendas, as/os pescadoras/es têm participado ativamente também desse processo. Além de suas/seus representantes, outras/os trabalhadoras/es têm exposto as dificuldades e respectivas sugestões de soluções e encaminhamentos para sua superação.

### *3.3. A luta pela manutenção dos territórios de pesca: a demanda por uma unidade de conservação de uso sustentável como condição de sobrevivência da categoria*

*Se tivéssemos a nossa reserva, não estaríamos passando essa humilhação nesse rio [...]. Querem que eu concorra com essas lanchas, quase afundei esses dias [...] se não tiver isso daí eu acho que nós vamos desaparecer.* Flor de Aguapé

Como demonstrado por Da Silva e Silva (1992, 1995), Catella (2004) Pinho et al. (2008) e Souza e Logarezzi (2017a; 2017b; 2017c), há uma luta histórica empreendida pelas comunidades tradicionais pantaneiras, entre elas as comunidades de pescadoras/es, pela manutenção de seus territórios, entendidos aqui como *territórios usados* (SANTOS, 1999). Em função das condições ecológicas da região – regidas pelo pulso de inundação – para as pescadoras e os pescadores profissionais artesanais que atuam nos rios do Pantanal norte, o território é dinâmico, o movimento das águas dita seu modo de vida e conseqüentemente a ocupação dos melhores locais de pesca. O tradicional movimento que elas/es realizam na

busca do pescado somente tem sido garantido até hoje em função do respeito que existe entre elas/es. Há uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a) tecida em sua historicidade, a partir da pluralidade de sentidos que elas e eles dão a sua coexistência com o Pantanal.

Segundo elas/es seus territórios de pesca são ameaçados, majoritariamente, pela especulação imobiliária, especialmente no perímetro urbano e pelos avanços da pesca amadora – tanto das/os moradoras/es de Cáceres quanto das/os turistas –, da navegação de barcaças diuturnamente com motores de alta potência nas proximidades de seus pontos de pesca; da proibição feita por fazendeiras/os de que elas/es permaneçam nas áreas de preservação permanentes onde sempre acamparam; e da ação estatal que objetiva retirar-lhes duas importantes estratégias de pesca: o *pendurão* e o *tabuado*.

Diante disso, em um de nossos GDC dialogamos longamente sobre essa temática. Em nossos encontros tratamos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC-MT) e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais arrolados no Decreto nº 6.040/2007. As/os representantes afirmaram que em 2014 apresentaram uma demanda ao ICMBio pleiteando a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável (Resex ou RDS). Além de todo o processo educativo que se deu durante nossos diálogos, elaboramos coletivamente um novo expediente solicitando a criação dessa unidade de conservação, que fora protocolado tanto no ICMBio, quanto na Sema-MT, também como encaminhamento desse GDC.

O ICMBio institucionalizou a demanda das/os pescadoras/es por meio do processo administrativo nº 02129.000026/2014-41/digital 0806078, que se encontra atualmente na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação em Brasília, aguardando a realização de estudos técnicos que demonstrem que a expectativa é viável do ponto de vista socioambiental para a região, conforme Instrução Normativa – ICMBio nº 5 de 15 de maio de 2008. Quanto à Sema-MT, o gestor da unidade em Cáceres afirmou que o expediente foi encaminhado ao setor de pesca da secretaria. Vale destacar que será necessária a continuidade da articulação e da organização das/os pescadoras/es em torno destas demandas, visto que, a despeito da urgência, em ambos os casos as propostas pouco caminharam internamente.



### 3.4. Plano de manejo da Estação Ecológica de Taiamã

*Nós chegamos lá [área de abrangência da ESEC] antes da polícia, do Ibama, antes do Chico Mendes [...] não vamos aceitar falar o que nós temos que fazer sem falar com nós antes [...] hoje nós não aceitamos mais isso. Se ainda tem aquilo lá é porque nós ajudamos a preservar.*  
Lambari.

Em função de nossos diálogos sobre as ameaças à conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b), a maioria das pessoas com quem dialogamos na observação comunicativa e, especialmente, durante as entrevistas afirmou que, ao lado do período de defeso, a Estação Ecológica de Taiamã é uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade de peixes dessa região. Foi comum ouvir expressões como “se não tivéssemos essa reserva, não teríamos mais peixe” e “a reserva é um berçário pra nossos peixes”.

No GDC em que tratamos também dessa temática não obstante reconhecerem o importante papel conservacionista desenvolvido pela Esec de Taiamã, ponderaram prioritariamente quatro pontos: a) aquela área do Pantanal de Mato Grosso está conservada até os dias de hoje porque elas/es ajudaram a manter a biodiversidade da região, inclusive ressaltando sempre que chegaram lá antes das/os agentes do Estado; b) em função do número limitado de servidoras/es lotadas/os na unidade, a ação criminosa – especialmente a pesca ilegal –, ocorria diuturnamente; c) elas/es gostariam de participar mais ativamente da gestão da UC; d) a equipe gestora da UC deveria, especialmente no período do defeso, desenvolver atividades educativas juntamente com elas/es nas escolas, a fim de juntas/os divulgarem a estação ecológica.

Durante os encontros em que tratamos tanto do SNUC quanto do SEUC, elas/es argumentaram longamente sobre a importância de sua *participação comunicativa* (SOUZA; LOGAREZZI 2017b) nos processos de gestão dessas unidades, especialmente na Esec de Taiamã, já que, mais do que possuírem uma cadeira no conselho consultivo da Esec, pretendem comunitariamente cooperar nos demais processos de gestão da UC. Para tanto, o GDC que tratou dos territórios de pesca, além de participar ativamente da oficina de elaboração do Plano de Manejo da Esec, também formulou um expediente apresentando as contribuições da categoria. Neste estiveram arroladas demandas e sugestões que dizem respeito, especialmente, sobre os seguintes aspectos: importância dos saberes tradicionais para a conservação da biodiversidade e peixes; a prática da pesca profissional artesanal e seus desafios; a gestão comunitária da Esec e os conflitos de interesse envolvendo as/os usuárias/os da Esec e área de entorno.

### 3.5. *As áreas de uso restrito no Pantanal de Mato Grosso e o olhar das/os pescadoras/es profissionais artesanais – contribuições ao Cadastro Ambiental Rural*

Desde a observação comunicativa um dos assuntos reiteradamente apresentados pelas/os pescadoras/es era a preocupação com o avanço do agronegócio – particularmente o avanço indiscriminado de monoculturas – no Pantanal de Mato Grosso. Para a maioria delas/es este avanço representa uma das principais causas de impacto socioambiental da Bacia do Alto Paraguai (BAP). A partir desses diálogos criamos um GDC e procuramos verificar, junto à Sema-MT, qual era a possibilidade de termos acesso aos processos de licenciamento protocolados na instituição que visavam a autorização para o plantio de soja na região do Pantanal. Queríamos conhecer, sobretudo, o processo de licenciamento realizado pela fazenda Ressaca do grupo Grendene, que já havia plantado de maneira experimental 1100 ha da oleaginosa nas proximidades da margem esquerda do rio Paraguai no município em Cáceres.

Em função dessa problemática, pretendíamos, a partir do princípio da *precaução*, contextualizar, em diálogo com as/os pescadoras/es, os processos de licenciamento feitos pelo Estado. Nesse período, enquanto buscávamos estas informações, fomos convidados pelas/os técnicas/os da Sema-MT a participar de um grupo de trabalho (GT) que estaria discutindo as readaptações da Lei do Pantanal (Lei nº 8.830/2008), tendo em vista as mudanças advindas do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). As discussões versariam especialmente sobre as *áreas de uso restrito* e o estabelecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Mato Grosso.

O GDC aceitou a proposta, já que o tema do licenciamento está diretamente relacionado ao CAR. Entretanto, como não seria possível que todas/os participassem das reuniões em Cuiabá, deliberamos que realizaríamos nossos encontros em Cáceres, na Colônia Z-2, e elaboraríamos um expediente que manifestasse o entendimento do GDC sobre essa temática. Também consensuamos que, além da produção desse documento, participaríamos, em um grupo menor, das reuniões em Cuiabá.

Realizamos então nossos encontros comunicativos em Cáceres e participamos de algumas reuniões do GT em Cuiabá. As avaliações dos pescadores que participaram das reuniões em Cuiabá versaram especialmente sobre quatro temas: a) a voz das/os cientistas tem sido mais valorizada do que voz das/os pescadoras/es tradicionais; b) a condução dos trabalhos tem sido muito centralizada; c) a necessidade enfática de reuniões ampliadas e regionalizadas; e d) a importância da participação com vistas a desvelar os processos de

formulação de políticas públicas. Era evidente, a todas/os nós, que os trabalhos não ocorriam de maneira dialógica, fato que foi, por mais de uma vez, denunciado pelas/os pescadoras/es.

O expediente produzido pelo GDC e encaminhado à Sema-MT apresentou, de maneira densa e comprometida, a compreensão que elas/es têm sobre as possibilidades de uso tradicional das unidades de paisagem do Pantanal. Ficou manifesto no documento que os territórios tradicionais de pesca devem ser garantidos. Reiteraram, persistentemente, que o aspecto sociocultural da atividade pesqueira tradicional deve ser protegido e foram contrários à flexibilização dos processos de licenciamento de monoculturas, bem como, demandaram pela realização de reuniões do GT em Cáceres e pela ampliação dos espaços públicos de diálogo que tratam do usos das áreas de uso restrito.

### **Algumas considerações**

As/os pescadoras tradicionais participaram efetivamente de todas as etapas da pesquisa desenvolvidas até este momento. Desde a identificação dos temas geradores, das políticas públicas acerca das quais nos debruçaríamos, dos locais e horários de encontro etc. Estabelecemos dialogicamente nossas agendas, procuramos – considerando sempre as nossas diferenças e proximidades epistemológicas – respeitar a pluralidade de dimensões existente em nossas interações.

Fundados nos postulados que orientam a metodologia comunicativo-crítica, especialmente em razão do que experienciamos nessa pesquisa, depreende-se que tanto Paulo Freire quanto Jürgen Habermas – o primeiro, ao denunciar o verbalismo e reivindicar uma ação dialógica, o segundo, ao sustentar que a comunicação não se reduz à simples conversação e indicar o agir comunicativo – propõem que, a partir do *diálogo verdadeiro*, é possível desvelar crítica e intersubjetivamente a realidade objetiva e social e que isso se dá por meio do encontro (ontologicamente necessário) entre seres humanos conscientes, capazes de pensar e agir motivados pelo mundo que os medeia.

Na esteira dessa reflexão teórico-metodológica é que creditamos ao diálogo verdadeiro uma forma (prática) de organização da ação para a comunhão e a solidariedade, bem como para os enfrentamentos diversos. Através dele é possível que trabalhadoras/es submetidas/os à situações de opressão, à invisibilidade institucional e aos conflitos socioambientais, estando dispostas/os à interação coletiva dialógica em busca do entendimento, coordenem ações com vistas à garantia de direitos humanos fundamentais, objetivando o exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, no contexto dessa pesquisa, ao desvelarmos intersubjetivamente a realidade na qual pescadoras/es tradicionais pantaneiras/es estão inseridas/os, tivemos a oportunidade de solidariamente identificar algumas das situações-limites a que elas/es estão submetidas/os, caminhando juntas/os e comunicativamente em direção aos inéditos viáveis que emergiam dos consensos e dissensos explicitados em nossos campos dialogais, em decorrência da problematização dos temas atinentes a cada situação-limite, que iam fazendo pouco a pouco transparecer que esta não passava de um obstáculo superável por aquele coletivo.

Os processos educativos decorrentes das práticas sociais pesqueiras são notadamente fundados nos saberes de experiência feita (FREIRE, 2002) das/os pantaneiras/os. Sua cultura – diretamente vinculada à sua arte pesqueira, aos territórios de pesca, aos modos de comercialização, aos apetrechos, ao conhecimento da sociobiodiversidade local, aos contos e à religiosidade – está umbilicalmente implicada nos processos cotidianos de aprendizagem. Há nesses processos educativos uma intencionalidade educativa enfrentante (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a) que, além de denunciar as tentativas de colonização de seu mundo da vida, sinalizam para possibilidades solidárias de transformação.

A partir dos relatos e dos encaminhamentos realizados nestes dois anos de pesquisa, restou-nos manifesto que a manutenção – garantida através de políticas públicas estatais – da cultura das comunidades pantaneiras é condição fundamental para a sobrevivência digna das/os pescadoras/es. Para tanto há, notadamente, como proposto pela MCC, a necessidade do desenvolvimento de atividades educativas em que não haja desníveis epistemológicos, nem hierarquias interpretativas. Ao contrário disso, há de se praticar o diálogo igualitário, com vistas à participação plena e efetiva delas/es na formulação de políticas que lhes dizem respeito direta ou indiretamente, por isso a importância de criação de espaços de democracia deliberativa (HABERMAS, 1997), como os que dialogicamente propusemos e realizamos nessa pesquisa.

Diante do giro dialógico que tem permeado as interações humanas, há, explicitadamente, uma contra hegemonia no modo de vida das/os trabalhadoras/es da pesca tradicional pantaneira. Elas/es pleiteiam por melhores condições de vida, por direitos trabalhistas e previdenciários, por financiamento para a prática da pesca etc. Pretendem esses direitos, mas sem abandonar a pesca tradicional. Não almejam migrar para aquicultura, por exemplo. Não negam a cultura pesqueira tradicional, seus saberes, sua história. Não querem ser reféns do mercado turístico, do agronegócio e de outros entes do capital que avançam

sobre o Pantanal. Pelo contrário, além de demandarem seus direitos, denunciam as forças de mercado e as ações do Estado que intentam contra sua ética tradicional ribeirinha pantaneira.

Como apontado por Freire, seria ingenuidade pensar que diante do silêncio das/os oprimidas/os, as/os detentoras/es do poder se movimentariam no sentido de contemplá-las/os com políticas públicas de seus interesses. Não há de se esperar por isso. Como demonstramos nesse artigo – em que discorremos mais detidamente sobre a coordenação de ações e respectivos desdobramentos junto aos órgãos públicos –, o trabalho não acabou! Isso mesmo, o trabalho continua. Para tanto, é necessário que as comunidades tradicionais pantaneiras e as demais pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nessa pesquisa permaneçam articuladas, mobilizadas, que novos compromissos sejam firmados, a fim de que as demandas apresentadas sejam executadas.

## Referências

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.

ÁVILA, G. R. P. T. de. *Viabilidade socioambiental do cooperativismo no setor de pesca profissional na baixada cuiabana*. Tese de doutorado. 86 f. Programa de pós-graduação em ecologia e recursos naturais. São Carlos: UFSCar, 2011.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008, p. 43-64.

BEZERRA, D. O. S.; OLIVEIRA, H. T. Impactos socioambientais no Rio Paraguai, Cáceres, Mato Grosso, Brasil – Percepção dos pescadores da Colônia Z – 2. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 4, p. 957-973, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 6.040* de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 06/08/2016

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.551* de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em 03/09/2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.795* de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em 04/08/2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.651* de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção de vegetação nativa.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em 17/08/2015

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.959*, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em: 12/06/2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Projeto de Lei 750* de 20 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103831>>. Acesso em: 09/05/2015.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CÁCERES. *Decreto nº 217* de 03 de maio de 2013. Dispõe sobre a Comissão de trabalhos de registros de saberes imateriais dos pescadores. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/transparencia/>>. Acesso em: 10/05/2016.

CALHEIROS, D. F.; ARNDT, E.; RODRIGUEZ, E. O.; SILVA, M. C. de A. Influências de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal Mato-Grossense - recomendações. Embrapa Pantanal. *Documentos*, 2009.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. v. 1, 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CATELLA, A. C. *A pesca no Pantanal sul: a situação atual e perspectiva*. Corumbá: Embrapa Pantanal – MS, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC48.pdf>>. Acesso em: 24/07/2015

\_\_\_\_\_. et al. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012. 3p. Disponível em: <[http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf)>. Acesso em: 10/06/2013.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.

DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *Estratégia de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense: relatório preliminar*. São Paulo: NUPAUB, 1992.

\_\_\_\_\_. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. S. *Mitos e realidades sobre pescadores artesanais*. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Série Trabalhos e Estudos, 1988.

\_\_\_\_\_. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. NUPAUB, 2002.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. GÓMEZ, J. PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós, 2001.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. SHOR, I. *Medo e ousadia*. O cotidiano do professor. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTI, M. *Educação e poder*. Introdução à pedagogia do conflito. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GÓMEZ, A.; SILES, G.; TEJEDOR, M. Contribuyendo a la transformación social a través de la metodología comunicativa de investigación. *Qualitative Research in Education*, v. 1, n. 1, p. 36-57, 2012.

GÓMEZ, J. LATORRE, A, SÁNCHEZ, M. FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUTIÉRREZ, F. *Educação como práxis política*. São Paulo: Sumus, 1988.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de soluções. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA A. de C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP NUPALB, 2001.

JACOBI, P. Participação. In: FERRARO JUNIOR (org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005. p. 231-236.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político do conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, A. M. *Um estudo com pescadores pantaneiros de Cáceres - Mato Grosso: O rio Paraguai como elemento educativo*. 2004. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação - Educação, Sociedade e Cultura) - Instituto de Educação/UFMT, Cuiabá –MT, 2004.

LOGAREZZI, A. J. M. Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais, 10º, 2009, Braga, Portugal. *Anais eletrônicos...* Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. CD ROM. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítico-dialógica em comunidades de aprendizagem. In: MATHEUS, C. E. (Org.). *Educação ambiental: múltiplos olhares e saberes*. São Carlos: Rima, 2012.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33ª, 2010, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2010. CD-ROM.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. v. 4, p. 1-18, 1978.

MATO GROSSO. *Lei nº 9.096* de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=133482>> Acesso em 09/10/2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.830* de 11 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <[http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei\\_4702.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_4702.pdf)>. Acesso em 08/09/2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto estadual nº 1.210* de 3/7/2012. Dispõe sobre a instalação de tablados flutuantes nos corpos hídricos do Estado de Mato Grosso. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=242971>>. Acesso em 13/04/2016.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

MELLO, R. R.; BRAGA, F. M.; GABASSA, V. *Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 61-77.



MOURA, D. V.; LOUREIRO, C. F. B.; ANELLO, L. A organização de classe dos pescadores artesanais da colônia Z-3 no município de Pelotas-RS (Brasil). *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 6, p. 1-13, 2016.

NETTO, S. L. *Pesca profissional versus pesca esportiva: suas diferenças e semelhanças no Pantanal Mato-grossense, Brasil*. 2006. 47f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

\_\_\_\_\_. MATEUS, L. A. de F. Comparação entre a pesca profissional – artesanal e pesca amadora no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 35(3): 373 - 387, 2009. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftppeca/35\\_3\\_373-387.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppeca/35_3_373-387.pdf)>. Acesso em 06/06/2014.

NORDI, N.; THÉ, A. P. G.; MOURÃO, J. da S.; MADI, E. F.; CAVALLINI, M.; MONTENEGRO, S.C.S. Etnoecologia, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. (Org.) *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. 3 ed. São Carlos: RiMA, 2006. p. 133-144.

OTTMANN, G. Habermas e a esfera pública: considerações conceituais. *Novos Estudos*. CEBRAP. n. 68, março 2004. p. 61-72.

PINHO, C. R. S. *Agenda 21 Local: Olhares sobre o rio Paraguai em Cáceres – MT*. 2008. 116 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. UNEMAT, Cáceres, 2008.

\_\_\_\_\_. SOUZA, S. C. de.; DA SILVA, C. J.; IRIGARAY, C. T. J. H. As comunidades tradicionais pantaneiras no contexto da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. In: DA SILVA, C. J.; SIMONI, J. (Org.). *Água, biodiversidade e cultura no Pantanal*. Estudos ecológicos do sistemas de baias Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 207 - 220.

OLIVEIRA, M. W.; GONÇALVES e SILVA, P.B.; GONÇALVES JUNIOR, L. MONTRONE, A.V. G.; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *Anais*, 32<sup>a</sup>. ANPED: 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5383--Int.pdf>>. Acesso em 10/05/2015

PETROVIC, G. Práxis. In: BOTTOMORE (Editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 460 - 465.

PNUMA.UNEP/CBD/WG-ABS/1/4. 2001. Disponível em: <<https://www.cbd.int/kb/record/meetingDocument/1175?RecordType=meetingDocument&Event=ABSWG-01>>. Acesso em: 10/08/2015.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIDOU, J. M. O. Dicionário Jurídico. Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1996.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso–Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 261-281, 2010.

SOUZA, S. C. de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais* Tese de doutorado. 300 p. Programa de pós- graduação em Ciências Ambientais. UFSCAR, 2017.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. A pesca artesanal e a conservação da biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros, 2017c.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais, 2017a. // no prelo

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso, 2017b.

TOCANTINS, N.; ROSSETO, O. C.; ALMEIRA, M. A. *A pesca profissional artesanal: no pantanal norte mato-grossense Brasil*. Cuiabá: UFMT. Centro de Pesquisa do Pantanal, 2013.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, p. 115-120, 2002.

ZART, L. A educação ambiental como proposta de superação da instrumentalização do desenvolvimento. In: ZART, L. *Educação ambiental crítica: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada*. Cáceres-MT: Unemat Editora, 2004, p. 45-67.

## Artigo V

### O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas

#### Silvano Carmo de Souza

Professor do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo. Mestre em Ciências Ambientais. Doutorando em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade - Educação Ambiental.

#### Amadeu José Montagnini Logarezzi

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar  
Pós-doutorado em sociologia - UFSCar  
Coordenador do grupo de estudo e pesquisa em educação ambiental (Gepea / UFSCar)



Reunião realizada na Appec para tratar da Política Municipal de Pesca

## **O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas<sup>141</sup>**

### **Resumo**

Referindo-se ao trabalho empírico de uma tese de doutorado desenvolvida com pescadoras e pescadores do Pantanal mato-grossense, este artigo desenvolve reflexões teóricas sobre alguns dos aspectos que demandaram maior aprofundamento durante a pesquisa. Inicia com uma discussão sobre a educação ambiental dialógico-crítica adotada, particularmente em relação aos adjetivos "dialógica" e "crítica", com destaque para a ênfase na dialogicidade como centralidade do processo. Sob a motivação da explicitação de uma ética tradicional ribeirinha pantaneira, passa a discutir o papel do trabalho na constituição dos sujeitos desse contexto e na emergência dessa ética, processos complexos que envolvem ainda outros conceitos importantes, como liberdade, necessidade, contingência, constrangimento e possibilidade, os quais são também abordados, em seus aspectos mais fundamentais e no sentido que adquirem no contexto da investigação empírica que refere estas reflexões.

**Palavras-chave:** Educação ambiental dialógico-crítica. Ética tradicional ribeirinha Pantaneira. Educação ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal.

## **The exercise of freedom in the ethic traditional Pantanal riverside ethics supported by dialogue and criticality: theoretical reflections<sup>1</sup>**

### **Abstract**

Referring to the empirical work of a doctoral thesis developed with fishermen and fishermen from the Pantanal of Mato Grosso, this article develops theoretical reflections on some of the aspects that demanded a greater depth during the research. It begins with a discussion about the dialogic-critical environmental education adopted, particularly in relation to the adjectives "dialogic" and "critical", with emphasis on the dialogicality as the centrality of the process. Under the motivation to explain a traditional pantaneira riverside ethic, it begins to discuss the role of work in the constitution of the subjects of this context and in the emergence of this ethic, complex processes that involve other important concepts such as freedom, necessity, contingency, constraint and possibility, Which are also addressed in their most fundamental aspects and in the sense they acquire in the context of the empirical research that refers to these reflections.

**Keywords:** Environmental education dialogic-critical. Ethics traditional riverside Pantaneira. Environmental education with traditional communities in the Pantanal.

---

<sup>141</sup> Este artigo foi elaborado no contexto de exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. A tese de doutorado da qual ele faz parte (SOUZA, 2017) é composta de cinco artigos, alinhavados entre si e discorrem sobre os aspectos socioculturais relativos ao exercício da atividades pesqueira tradicional no Pantanal de Mato Grosso, da participação delas/es no âmbito da formulação de políticas públicas e da conservação da diversidade biológica de peixes.

## Introdução

Neste artigo faremos inicialmente uma reflexão teórica sobre a educação ambiental dialógico-crítica, tratando de algumas características que consideramos elementares para sua consecução no campo da ação educativa popular transformadora, bem como sobre a escolha da adjetivação “dialógico-crítica”. Também discorreremos sobre a ação dialógica freiriana como caminho de desvelamento e superação dos constrangimentos a que pescadoras e pescadores tradicionais<sup>142</sup> são submetidas/os na região oeste do Pantanal de Mato Grosso. Nesse sentido e tendo por base esse contexto, trataremos de discutir o papel do trabalho na constituição de sujeitos humanos às voltas com imposições restritivas ao exercício da busca por uma libertação que contemple suas possibilidades ontológicas no âmbito de uma *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA, 2017). Tal discussão nos levará ainda a discorrer sobre outros conceitos centrais, como liberdade, necessidade, contingência, constrangimento e possibilidade, na chave do compromisso ético que mobiliza as ações transformadoras de sujeitos que, cada vez mais conscientemente, vão fazendo história e nela se refazendo.

As reflexões teóricas que aqui apresentamos, de um lado, atenderam a demandas implicadas em investigação que envolveu longo processo de interação com as/os referidas/os pescadoras/es e, de outro, forneceu subsídios analíticos para o desenvolvimento daquele próprio trabalho, tendo em vista o exercício de uma práxis o mais dialógico-crítica possível. Tanto as reflexões teóricas, aqui recortadas e sintetizadas, como os aspectos empíricos, da metodologia à discussão dos resultados e do contexto aos sujeitos da pesquisa, estão descritos detalhadamente na referida tese.

### 1. Dialogicidade e criticidade para uma educação ambiental transformadora

No desenvolvimento de seu campo de atuação e, em particular, de sua área de produção de conhecimento, a educação ambiental incorporou historicamente uma expressividade polissêmica, refletida em uma série de termos a ela associados, identitariamente, como criticidade, transformação, dialogicidade, ecopedagogia, emancipação, libertação, práxis, entre outros. Uma descrição sobre esta polissemia e sobre a escolha aqui feita pelos adjetivos "dialógica" e "crítica" e, ainda, sobre as implicações na prática pedagógica pode ser encontrada em Souza (2017, p. 34-41).

---

<sup>142</sup> Pescadoras/es profissionais artesanais são aqui identificadas/os como *pescadoras/es tradicionais*, assim como na tese intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais”, como resultado de processo dialógico detalhado na referida tese (SOUZA, 2017, p. 19).

Neste artigo teceremos algumas considerações a respeito da opção que fazemos quanto ao significados dos adjetivos escolhidos e quanto à ordem com que nominam o processo educativo ambiental: "dialógico-crítica". O primeiro destaque vai para o fato de que os adjetivos aparecem na expressão de forma coligada, o que implica constituírem assim um único adjetivo que apresenta características tanto de dialogicidade como de criticidade e, no caso, de modo articulado. No entanto, ainda que haja tal fusão semântica em favor de um terceiro sentido maior, mais amplo, e que isso seja o que realmente mais importa em termos conceituais na nossa formulação do nome, apesar disso, há de se reconhecer também o valor implícito na ordem dos adjetivos componentes. Assim, discorreremos a seguir sobre a antecedência no nome da dialogicidade ante a criticidade, tomando por base as elaborações de Logarezzi (2015) sobre fundamentos envolvidos no tema.

Devemos apontar, de saída, que ambas essas habilidades estão inscritas nas mais profundas e importantes essencialidades do ser humano, as quais vimos desenvolvendo desde os tempos da hominização, em que características especiais da nossa estrutura corporal (como o desenvolvimento do telencéfalo, do hipocampo e do polegar opositor em mãos liberadas pela postura ereta, entre outras), surgidas em meio aos desafios pela sobrevivência, pelo exercício da autoafirmação e da perseverança em sermos nós mesmos, permitiram então o surgimento simultâneo da linguagem e da consciência, o que coincidiu com a simbolização e a criação de sentido a tudo o que há, redundando no mundo cultural, no trabalho humano, no gênero humano, enfim, uma série de marcas próprias do ser social (FREIRE, 2004; FOLADORI, 2001). Daí que somos seres livres, já que podemos conhecer, ainda que parcialmente, as relações causais necessárias da natureza como totalidade – aqui incluindo, portanto, tantos aspectos da relação metabólica com o ambiente como das relações sociais –, além das contingências e dos constrangimentos que condicionam nosso campo de existência e ação. Este conhecimento nos potencializa para agirmos em conformidade com o gênero humano por nossa espontânea determinação, buscando enfrentar e superar as condições adversas, sem que nenhum agente externo determine nosso agir no mundo (MARX, 2004; LUKÁCS, 2009; 2010; CHAUI, 2008; 2011).

Nesse contexto, vale destacar que, na perspectiva marxiana, o mundo, a realidade, é de natureza dialética. Por sua vez, uma representação da realidade que dê base a um pensamento crítico precisa ser necessariamente dialética. Mais: o próprio pensar deve ser dialético, não só porque ele está no mundo, mas porque ele constitui o mundo, e o faz também de forma dialética, na sua relação com a linguagem pela qual representa o mundo na consciência.

Conforme destacou Freire a partir desta base, há uma relação dialética fundamental entre pensamento, linguagem e mundo, de modo que cada um desses aspectos da nossa realidade surge e se desenvolve em estreita vinculação de mútua determinação com os demais, em processo dinâmico e permanente. Não há como concebemos um sem os demais, consequência de estarmos no mundo, dele sermos conscientes, de representá-lo e de comunicá-lo.

Este "sermos conscientes" implica diretamente que pensamos, que representamos o mundo mentalmente, que o elaboramos e reelaboramos, que o objetivamos em nossa subjetividade. E este "estarmos no mundo" significa, por sua vez, que convivemos socialmente, que estamos no mundo com as pessoas e com elas partilhamos nossas representações e elaborações do mundo, de modo que o processo deixa de ser solitário, puramente objetivo, passando a ser marcadamente intersubjetivo. Esta instância de elaboração do mundo por sua intersubjetivação coletiva, interativa, está diretamente associada à dialogicidade, enquanto, por outro lado, a instância de elaboração do mundo por sua objetivação individual, solipsista, está diretamente associada à criticidade. Importante notarmos que, em que pese essas associações mais diretas, tanto a criticidade comparece na intersubjetivação dialógica como a dialogicidade comparece na objetivação crítica. Daí tratarmos o "dialógico-crítico" como um adjetivo único e de significado mais amplo, envolvendo o resultado desta fusão dialética de significados mais específicos.

A antecedência da dialogicidade explícita, por sua vez, uma escolha teórica que valoriza de modo especial as interações, as relações entre as pessoas de modo geral e, em particular, nos processos educativos. Obviamente que também valorizamos as interações sujeito-objeto em que aparece eminentemente a criticidade e a decorrente incorporação desta na subjetividade de quem pensa o mundo em interação com ele e pensa a si própria/o em interação consigo mesma/o. Mas entendemos que estes movimentos fundamentais de objetivação do mundo (e do eu que está no mundo, pensando) e sua elaboração subjetiva ganham especial potência quando se exercita sua comunicação, em diálogo com elaborações de outras pessoas, não somente da perspectiva cognitiva, pela qual conhecemos o mundo, mas também da perspectiva axiológica, pela qual damos sentido ao mundo como um produto nosso e assim avaliamos nossas ações nele, e ainda da perspectiva política, pela qual conduzimos nossa participação no mundo – nos movimentos sociais e nos processos de decisão que marcam os rumos das respectivas sociedades em que vivemos.

Assim, principalmente com respeito ao contexto educativo, nos parece nítido que optar pelo acento da abordagem na relação sujeito-sujeito, tendo esta como catalisadora da relação sujeito-objeto, potencializa o processo como práxis comprometida com a transformação social. Uma educação ambiental dialógico-crítica, nesses termos, é uma educação que busca incorporar a dimensão ambiental de modo que as relações entre as pessoas e o diálogo aí presente ocupem um lugar central. Com isso, torna-se altamente relevante a intersubjetividade que marca o grupo e o seu desenvolvimento, já que esta característica coletiva condiciona as subjetividades tanto em interação individual com o mundo quanto em interação com as pessoas com as quais está no mundo. É a esse condicionamento que se refere Freire (1992), quando diz que "é o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário." (p. 66) Ou seja, não podemos pensar sozinhos, pois não podemos ser sozinhos, já que só podemos nos constituir como humanos/sociais em interação dialógica com outras pessoas, mediada pelo mundo.

Além disso, faz parte da criticidade não somente objetivar o mundo que está fora da consciência, mas também objetivar esta parte especial do mundo que é a própria consciência enquanto o "que" pensa o mundo e o "como" o pensa, trazendo às elaborações objetivas da realidade o reconhecimento da limitação desta objetivação, considerando, por exemplo, os condicionantes históricos em que este "algo que pensa" e este "modo de pensar" vieram a se constituir como marca de uma subjetividade específica, o que redundava na diversidade de compreensões em um grupo de diferentes pessoas sobre um mesmo recorte da realidade, objetivamente único. Nesse sentido, essa complexidade que a criticidade apresenta torna-se, ela própria, mais um motivo para a valorização da diálogo como um meio que favorece o próprio desenvolvimento da criticidade, já que a diversidade de subjetividades enriquece a abordagem do processo educativo, em suas potencialidades de conhecer e de se conhecer, de transformar e de se transformar, tudo isso historicamente, no mundo e com as pessoas no mundo, criticamente e dialogicamente, dialeticamente.

E foi no bojo do exercício de uma práxis impregnada dessas complexas conexões (no contexto pantaneiro já referido) que surgiu, ainda, a demanda por melhor compreendermos alguns conceitos chave que passamos a abordar em seguida.



## 2. O trabalho e a libertação no contexto da ética tradicional ribeirinha pantaneira

Como discorremos em Souza (2017), a atividade pesqueira tradicional ribeirinha desenvolvida no Pantanal de Mato Grosso é contra hegemônica<sup>143</sup>. Apesar de todas as históricas contribuições que estas comunidades tradicionais têm dado a esta região do país (MEDEIROS, 1999; PINHO, et al. 2012) o Estado brasileiro – em consonância com os interesses do capital fundamentalmente alicerçado no agronegócio – insiste em negar-lhes direitos humanos fundamentais. Assim, para essas mulheres e para esses homens, serem pescadoras/es pantaneiras/os lhes é condição ontológica, portanto negar-lhes essa condição é uma forma de colonização de seu mundo da vida, no sentido de Habermas (2012). Desse modo, com vistas à superação dos processos de desumanização, implicados nas ações de colonização, e consequente manutenção de sua cultura tradicional<sup>144</sup>, elas/es têm desenvolvido práticas sociais características de sua ética tradicional ribeirinha pantaneira (SOUZA, 2017), uma ética do bem viver pantaneiro. Em grande medida, decorrem dessas práticas sociais processos educativos dialógicos e críticos que dão sustentação à solidariedade e à generosidade com que (entre)tecem seu dia a dia; também, em face da geopolítica regional, são desenvolvidos processos educativos substantivamente marcados pela resistência e pelo enfrentamento aos constrangimentos empreendidos pelo capital.

Nesse sentido, da repercussão do anúncio das possibilidades do encontro dialógico que viabiliza a busca por uma ética comprometida com a vida e com o respeito aos saberes tradicionais e da denúncia dos processos de desumanização que intentam colonizar o mundo da vida das pescadoras e dos pescadores tradicionais pantaneiras/os, é importante lançarmos aqui um olhar mais amplo e de fundo sobre esse recorte da realidade vivenciado por essas pessoas, com destaque para a atividade econômica em que se envolvem como seres humanos e sociais, na particularidade de seu contexto pantaneiro e deste início de século, e, conseqüentemente, para a questão filosófica que aí se instaura, quanto às noções de liberdade e de necessidade que marcam as escolhas e as ações de sua luta diária. Para tanto, tomamos por base a perspectiva marxiana na focalização do trabalho e a espinoziana no tratamento mais

<sup>143</sup> Nos termos gramscianos (GRUPPI, 1978), há um movimento contra hegemônico nos enfrentamentos cotidianos empreendidos pelas/os pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que trata da defesa de seus territórios de pesca e de sua cultura.

<sup>144</sup> Diegues (2001) considera que, a partir de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais, como a cultura tradicional ribeirinha das/os pescadoras/es pantaneiras/os, “estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (p. 82).

direto das questões filosóficas, embora, como veremos, os temas se impliquem mutuamente e assim suas abordagens aparecem imbricadas a seguir. Essas escolhas teóricas são compatíveis entre si, como se evidencia nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx (2004), e na *Ética*, de Espinosa (2008), sobretudo por partirem da noção de uma totalidade a qual pertencemos e constituímos, sendo por ela constituídas/os, conforme veremos. Sobre essa discussão, que remete às condições e aos sentidos de nossas ações e de nossa existência, há ainda uma profusão de concepções distintas, de Aristóteles aos dias de hoje, como resume Chaui (2008, p. 331-340).

Começando pela atividade econômica, ao se fazer presente com grande autenticidade em seu mundo da vida, a pesca artesanal é experienciada por essas pescadoras e por esses pescadores como um precioso campo de identificação, em que aparecem duas relações que caracterizam a maneira particular com que vivenciam sua ontologia: uma, de fundo, diz respeito à relação com o gênero e outra, mais imediata, diz respeito à relação com o trabalho – tomando-se esses conceitos na perspectiva ontológica marxiana do ser social, reelaborada por Lukács (2009; 2010). Ou, dizendo de outro modo: uma relativa ao ser que são e outra ao ser que estão vindo a ser, que estão permanentemente se fazendo ser, num complexo que inclui a relação dialética entre este e aquele, que, na verdade, são um só em seu inacabamento ontológico, marcado pela própria natureza do trabalho humano em sua relação de recíproca e dinâmica vinculação à generidade do humano.

E, ainda nesse complexo de mutualidade de determinações, assim como esses seres são (e estão sendo em) um só, também as relações desses com o gênero a que pertencem e com o trabalho que exercem podem ser vistas como entrelaçadas em uma relação dialética mais ampla que marca ontologicamente o ser social que são e que, ao mesmo tempo, estão vindo a ser, tudo e sempre como resultado de um processo histórico em que, ao aprimorar o suporte ambiental da vida, criam e desenvolvem também o mundo simbólico da existência, da cultura e da sociabilidade, nos termos de Marx (2004) e de Freire (2004). De modo geral, o estágio histórico em que nos encontramos como humanidade (na plenitude do capitalismo – transição do século XX para o XXI) é visto, da perspectiva marxiana, como um limiar da pré-história do nosso desenvolvimento ontológico e, nesse sentido, conforme aponta Lukács (2010),

Marx nunca cessou de avistar no desenvolvimento da generidade o critério ontológico decisivo para o processo de desenvolvimento humano. O contínuo destaque dado ao recuo das barreiras naturais, como característica da realização da sociabilidade, já aponta para essa concepção (LUKÁCS, 2010, p. 75-76).

O pertencimento ao gênero (humano) e o exercício do trabalho (humano) se implicam mutuamente na constituição do ser humano, mas de um modo radicalmente distinto, superando a mudez da relação dos seres (puramente) orgânicos com seus respectivos gêneros.

Na natureza orgânica, onde o processo de reprodução significa ontologicamente adaptação ao ambiente, pode-se já falar de êxito ou de fracasso; mas também essa oposição não ultrapassa – precisamente do ponto de vista ontológico – os limites de um mero ser-de-outro-modo (LUKÁCS, 2009, p. 231).

Por sermos seres sociais, dotados de consciência, participamos cotidianamente da construção da generidade e somos simultaneamente condicionados por ela em nossa própria essencialidade, embora, em muitos casos, possamos não ter consciência plena desse papel e dessa influência. Em todo caso, como temos dito em Souza (2017) nossa relação com o ambiente vai muito além da pura adaptação dos seres orgânicos (ser-de-outro-modo), envolvendo a escolha consciente de meios e fins nos processos de transformação presentes em nosso dia a dia, com destaque para o exercício do trabalho como atividade econômica de produção e reprodução da vida; mas, além disso, envolve ainda significação e simbolização, implicando valor e dever-ser, levando a comportamentos cada vez mais espiritualizados e a uma teia cada vez mais complexa de conhecimentos e de condições a considerar nas decisões a serem teleologicamente tomadas. Ou seja, diferentemente dos demais seres, nós enfrentamos as barreiras interpostas em nosso existenciar e, com isso, nos refazemos como seres, nos transformamos nesse processo de enfrentamento (ser-outro-ser). Podemos aqui acrescentar a perspectiva freiriana que destaca ser dialógico este processo de enfrentamento e transformação da realidade, numa dialogicidade que se alia à dialeticidade/criticidade, como descrevemos a cima.

Esse processo é caracterizado tanto pela possibilidade de escolhas livres a respeito de nosso agir como pelas restrições decorrentes de que esse agir se dá, sempre, num ambiente material e num contexto cultural que possuem leis, regras e normas próprias. O condicionamento implicado nessas restrições marca assim a essência de nossa natureza humana e social e é, em geral, referido teoricamente por meio do par necessidade e liberdade, que, nas concepções mais tradicionais, é tratado como uma oposição. Por isso, antes de continuarmos com a explanação em curso, focalizaremos brevemente nossa escolha conceitual a respeito dessas noções fundamentais às elaborações desta tese.

Vale ressaltar, inicialmente, que as elaborações sobre liberdade e necessidade têm uma importante referência na ética, cujas concepções teóricas "procuram sempre enfrentar o duplo problema da necessidade e da contingência, definindo o campo da liberdade possível", como comenta Chauí (2008, p. 334). Em meio a várias concepções sobre esse instigante tema,

discorreremos a seguir sobre a de Espinosa, que guarda compatibilidade com a de Marx e Lukács, como dissemos, e aqui nos interessa.

Nesse sentido, vale conceituarmos previamente alguns termos centrais ao tema, tomando por base elaborações consolidadas desde Aristóteles, indicadas por (CHAUI, 2008, p. 334). A expressão *necessidade* se refere a algo que é condicionado externamente e, portanto, deve ser necessariamente atendido nas escolhas que fazemos, como, por exemplo, a lei da gravidade ou uma lei anti-imigração (importante observar as marcas objetiva de uma e subjetiva de outra). Já a *contingência* é algo que acontece sem escolha deliberada, ao acaso, e que não temos como evitar, como, por exemplo, a queda de um meteorito ou nossa maternidade, paternidade, nacionalidade etc. Enquanto a contingência é o puro acaso, por sua vez, o *possível* é algo que pode acontecer desde que alguém delibere e decida realizar uma ação, como, por exemplo, preparar uma mugica de pintado acompanhada de salada tropical ou entrar num curso universitário. Obviamente que este algo só poderá ser realmente possível nos casos em que possam ser acessados o peixe e os demais ingredientes demandados, bem como os utensílios etc. ou em que possa ser feita uma formação adequada e ter acesso ao respectivo vestibular, documentos, recursos etc. Caso contrário, a decisão, tomada voluntariamente, acabará sendo restringida (por agentes externos) apenas à *vontade*, que, esta sim, em princípio não é causada nem limitada por nenhum agente externo.

Nesses termos, Aristóteles já elaborava então sua noção de *liberdade*, como o princípio para escolher entre alternativas possíveis, realizando-se como decisão e ato voluntário, sem constrangimentos externos ou internos, sem nada a impelir e nada a impedir. Esta perspectiva opõe liberdade à necessidade e à contingência, sob as quais o agente sofre a ação de uma causa externa que o obriga a agir de uma determinada maneira, enquanto, por sua vez, no ato voluntário livre o agente é ele próprio causa de si e de sua ação. Devemos admitir que a vontade, embora não determinada ou causada pela razão, é por esta condicionada, na medida em que a direciona, mas não a obriga ou a constrange, de modo que podemos inclusive decidir e agir contrariamente à razão. "É por ser livre e incondicionada que a vontade pode seguir ou não os conselhos da consciência. A liberdade será ética quando o exercício da vontade estiver em harmonia com a direção apontada pela razão" (CHAUI, 2008 p. 334). Ainda nesta chave da referida oposição conceitual, Sartre observa que, mesmo ao nos considerarmos resignados ou cansados ou fracos diante de um desafio, a decisão sempre vai depender fundamentalmente de nós mesmos, de um auto julgamento de nossa atitude, de nossa disposição ou de nossa força. Afirmando que, nesse sentido, é a liberdade que define a

nossa humanidade, ele postula o paradoxo de que nós estamos condenados à liberdade, no sentido de que ela seja parte inescapável de nós mesmos.

Como se sabe, no século XVII, Espinosa desenvolve um pensamento que rompe profundamente com importantes concepções anteriores e em voga, incluindo as recém-elaboradas ideias de Descartes. Assim como já se pensara no estoicismo e como se viria a pensar no hegelianismo, desvia-se da chave da oposição entre liberdade, de um lado, e necessidade e contingência, de outro. Espinosa, bem como essas duas outras correntes, não situa a liberdade no ato de escolha realizado pela vontade individual separada da necessidade e oposta a ela, mas a coloca na atividade de cada uma e cada um enquanto parte de um todo necessário (isto é, um continente a que necessariamente pertencem todos os seres que nele existem<sup>145</sup>), o qual age livremente porque age necessariamente (CHAUI, 2008, p. 335). Este todo pode ser entendido como a natureza ou a substância infinita – em Espinosa (2008, p. 13) –, uma totalidade como poder absoluto de ação, agindo segundo seus próprios princípios, dando a si mesma suas leis, regras e normas. Por agir apenas por seu poder interno – pois nada lhe é nem pode ser externo –, tais ações ou determinações são livres. E, visto que essa ação provém da essência ou do próprio ser do todo, sua ação não é contingente nem meramente possível, mas é necessária, que decorre necessariamente da simples existência e essência da natureza ou da substância infinita. "É porque o todo é o que é ou possui o ser que possui que ele age da maneira como age" (CHAUI, 2008, p. 335). É pela necessidade da essência ou do ser da substância infinita (ou da natureza) que esta age e por isso sua ação flui espontânea e necessariamente dela mesma. "Seu agir é uma necessidade livre ou uma liberdade necessária porque a necessidade não é um poder externo que a força a agir, mas é apenas a lei interna de sua própria ação, lei que ela dá a si mesma", (p. 335) sendo esta totalidade o "Deus imanente" descrito na primeira parte da *Ética* de Espinosa (2008, p. 10-75), em que se afirma ainda que "o intelecto de Deus é causa, tanto da essência, quanto da existência de nosso intelecto" (p. 43).

Como argumenta Chauí (2008, p. 335), "esta totalidade, necessária e livre em si mesma porque nada a força ou a obriga do exterior, instaura, pela ação de sua liberdade, leis e normas necessárias para toda a realidade ou para todas as suas partes (os indivíduos

---

<sup>145</sup> Vale destacarmos aqui a distinção entre o que expressamos como *continente* e o que se costuma entender por *universo*. Tal continente, ao conter tudo o que há na natureza, na concepção espinosana, abarca, para além do universo das coisas extensas com suas dimensões físicas que se mobilizam pelo espaço há cerca de 13 bilhões de anos, ainda o mundo das ideias (das coisas pensantes), das significações das coisas e dos sentidos do existir (da criação do mundo pela intelecção das coisas, subjetiva e intersubjetivamente), também esta uma componente da natureza como totalidade, uma outra forma de manifestação da mesma substância infinita da qual tudo deriva ou, ainda, um outro modo de atributo de Deus.

constituídos por ela)". Assim, diferentemente das concepções anteriores, liberdade, aqui, não é um poder incondicionado para escolher (a natureza ou a substância infinita não escolhem), mas é o poder do todo para agir em conformidade consigo mesmo, sendo necessariamente o que é e fazendo necessariamente o que faz. Com isso, ter liberdade não é escolher ou deliberar, mas agir ou fazer alguma coisa em conformidade com a natureza do agente.

Considerando agora que o agente não seja esse todo (livre, necessário etc.), mas uma pessoa (que é parte integrante desse todo), o que seria então a liberdade humana? Nesse caso,

Espinosa afirma que as partes são de mesma essência que o todo e, portanto, são racionais e livres como ele, dotadas de força interior para agir por si mesmas, de sorte que a liberdade é **tomar parte ativa na atividade do todo**. Tomar parte ativa significa, por um lado, conhecer as condições estabelecidas pelo todo, conhecer suas causas e o modo como determinam nossas ações, e, por outro, graças a tal conhecimento, não ser um joguete das condições e causas que atuam sobre nós, mas agir sobre elas também. Não somos livres para **escolher** tudo, mas o somos para **fazer** tudo quanto esteja de acordo com nosso ser e com nossa capacidade de agir, graças ao conhecimento que possuímos de nós mesmos e das circunstâncias em que vamos agir (CHAUI, 2008, p. 335, grifos da autora).

Assim, para Espinosa, o ser humano livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação. E não é por uma escolha voluntária que se decide e se realiza uma ação, mas a decisão e a realização da ação proveem do desenvolvimento espontâneo da essência ou natureza racional do agente. Assim, o indivíduo livre age por necessidade de sua própria essência, tal qual acontece com o todo, como vimos.

Para o filósofo,

somos livres quando somos uma potência interna para a pluralidade simultânea de afetos, ideias e ações que decorrem de nosso próprio ser e dos quais somos a única causa. Em outras palavras, somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos exprime nossa força interna para existir e agir (CHAUI, 2008, p. 335).

Com isso, Espinosa nega a ideia dos estoicos do poder imperial da vontade sobre as paixões: "não somos livres porque nossa vontade domina nossas paixões, mas é porque somos livres que nossa razão é um afeto alegre mais forte do que os afetos nascidos das paixões" (p. 335).

Há ainda um outro aspecto na concepção espinosana que é de grande interesse para esta pesquisa, apontado por Chaui (2011) com base em cartas trocadas entre Espinosa e seus interlocutores no século XVII, descobertas no século XX. Nesses documentos, segundo a autora, Espinosa desloca a clássica oposição entre liberdade e necessidade para a oposição entre liberdade e constrangimento, sendo que "o que diferencia o constrangimento da liberdade não é a ausência (nela) ou a presença (nele) da necessidade, mas a interioridade ou exterioridade da causa que incita a existir e agir" (p. 273-274). Ou seja, o necessário não é o constrangido, como se supusera desde Aristóteles. Naquela tradição tínhamos que admitir que

o livre não pode ser necessário. Espinosa faz ainda outra correção nos termos daquela concepção, excluindo "a diferença entre 'por natureza' e 'por vontade', a primeira expressão significando 'por necessidade', e a segunda, 'por liberdade'" (p. 274). É por isso que, para Espinosa,

a diferença entre Deus e a pedra não consiste na presença de uma vontade no primeiro e na ausência dela na segunda: liberdade não é livre decisão de uma vontade, mas a necessidade interna de uma essência de existir e agir segundo a necessidade das determinações que lhe são próprias. Sendo causa de si, Deus age pela livre necessidade de sua essência, enquanto a pedra, em decorrência de sua finitude, de sua natureza extensa e do princípio de inércia que rege todos os corpos, entra em movimento<sup>146</sup> [acelerado] e nele permanece apenas se houver uma causa exterior [uma força] que a constranja a mover-se [em aceleração] (CHAUI, 2011, p. 274).

Isto é, a pedra, diferentemente dos seres sociais, toma parte passiva na atividade do todo porque, não sendo racional, não pode conhecer as causas e os modos de determinação da sua ação e, assim, não podendo agir sobre tais causas e modos tem suas ações causadas e determinadas por outros agentes, como um brinquedo em poder destes. Daí que nossa liberdade esteja intrinsecamente associada à nossa consciência.

Nesse momento, importa retomarmos e ampliarmos a descrição do problema a ser enfrentado por nós no campo da ética envolvendo o complexo da liberdade. Podemos delimitá-lo a partir de determinações internas (causa interior – necessidade interna de uma essência de existir e agir segundo a necessidade das determinações que lhe são próprias) e determinações externas (causa exterior – necessidade externa a uma essência de existir e agir segundo a necessidade de determinações que não lhe são próprias) que condicionam nossas possibilidades de existir e agir.

Implicam determinações externas, como vimos, a necessidade e a contingência, sendo a primeira decorrente de relações causais por nós conhecíveis e ponderáveis e a segunda decorrente de relações causais conhecíveis mas imponderáveis por serem também casuais, quando muito, podendo, no primeiro caso, serem contornadas/atendidas/controladas e, no segundo, serem aceitas e eventualmente prevenidas/direcionadas. Ambas, necessidade e contingência, são inevitáveis, uma vez que suas determinações não partem de nós, embora as possamos conhecer, ainda que limitadamente. Por sua vez, como vimos em Espinosa, acima, a liberdade implica determinações internas, atinentes a relações que nós mesmos determinamos

---

<sup>146</sup> Consideramos aqui o conceito de inércia newtoniano, segundo o qual os corpos que não são "constrangidos" por nenhuma força (resultante) tendem a permanecer em movimento retilíneo uniforme, sendo o estado de repouso apenas uma particularidade desse. Os complementos entre colchetes procuram então atualizar o texto, elaborado com base na mecânica pré-newtoniana, sem nenhum prejuízo da exemplaridade conceitual pretendida por Espinosa.

em nosso existir e agir no mundo, sendo que, obviamente, essas determinações (internas) devem considerar as determinações (externas) da necessidade e da contingência que também fazem parte do todo em que criamos nosso mundo sociocultural no qual exercemos nossa liberdade.

Essa distinção conceitual (liberdade, de um lado, e necessidade e contingência, de outro) torna-se mais complexa e menos nítida quando consideramos, agora, a presença dos constrangimentos, uma vez que não é simples definir sobre sua interioridade ou exterioridade a nossa essência de existir e agir. Tal dificuldade decorre de nossa ontologia de ser inacabado, o que põe uma margem de nossa essência em constante (re)(co)elaboração cultural. Nesse sentido, se pensarmos que somos seres sociais, tal essencialidade implica restrições intrínsecas para existir e para agir, uma vez que nosso estar no mundo deve se dar em convivência social, pois não podemos nos constituir como o ser que somos, ontologicamente, a não ser em meio a relações sociais. Por isso, limitações, ou constrangimentos, relacionados com as regras sociais e as normas morais, tácitas ou explícitas, em princípio, devem ser consideradas decorrentes de relações causais fruto de nossas próprias determinações, portanto internas à nossa essência de existir e agir (como ser social que somos).

A nuance surge na definição a respeito de quais limitações desse tipo podem ser identificadas com nossa essência de existir e agir e assim ser consideradas como advindas de determinações internas a nós, não caindo na chave do constrangimento – dito no sentido indicado por Espinosa? E, por outro lado, quais limitações que, embora também sejam atinentes a nossas próprias determinações, não podem ser identificadas com nossa essência de existir e agir? Em outros termos: quais limitações atenderiam a necessidades de determinações que são próprias da nossa essência de existir e agir e quais atenderiam a necessidade de determinações que não são próprias e tal essência? Tais questões esbarram na discussão de fundo a respeito da concepção de ser e de sociedade/mundo que somos e constituímos, refletindo a essência implicada nas questões. E, como o fazemos com base em nossas eticidade e politicidade, vivemos uma discussão permanentemente aberta a esse respeito, relacionada com as direções da trajetória histórica de desenvolvimento das sociedades. Portanto, as respostas profundas a essas questões exigem irmos muito além da discussão sobre legalidade e legitimidade, envolvendo aspectos mais complexos da democracia, da cultura, da ideologia, da ontologia.

Nesse contexto, uma mesma determinação pode ser postulada como consistente ou como inconsistente a nossa essência de existir e agir, em casos em que a concepção de ser e de sociedade varie substancialmente. Por exemplo, uma concepção pode admitir que a



desigualdade social seja uma essencialidade nossa, algo inerente a nosso modo de ser, de existir e de agir, enquanto outra pode conceber a mesma desigualdade social como um desvio de nossa essência historicamente construído em desconformidade com o gênero humano e, portanto, que demanda superação. Para a primeira concepção, regras que apontam para a conservação de um mundo socialmente desigual, como acontece no âmbito dos conflitos socioambientais em que as pescadoras e os pescadores tradicionais estão inseridas/os, podem ser consideradas como uma determinação interna, uma determinação ontológica, e serem associadas com o exercício da liberdade. Na segunda concepção, por sua vez, essas mesmas regras podem ser consideradas como uma determinação externa, uma escolha histórica, e serem percebidas como uma exterioridade a nossa essência de existir e agir, as quais se convertem então num obstáculo ao exercício da liberdade, ou, nas palavras de Espinosa, num constrangimento.

Mais recentemente, pensadores como Marx e Lukács ainda reelaboraram a noção de liberdade, em consistência com a que acabamos de descrever – e aproveitando também aspectos da concepção mais tradicional (que opõe liberdade à necessidade e à contingência) –, introduzindo a noção de liberdade como possibilidade objetiva. Afirmam que a liberdade é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis, não se tratando da liberdade de querer alguma coisa (vontade), mas de fazer alguma coisa (ação). Assim, somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder para fazê-la; somos um poder incondicional de escolhas de quaisquer possíveis, mas, por sua vez, nossas escolhas são condicionadas (no limite desses possíveis) pelas circunstâncias físicas, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos, isto é, pela totalidade a que pertencemos (CHAUI, 2011, p. 336).

Por fim, Chauí (2008, p. 339) conclui que nosso desejo e nossa vontade não são incondicionados, mas os condicionamentos não são obstáculos impeditivos à liberdade e sim o meio pelo qual ela pode exercer-se, dando um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação. E essa força transformadora, que torna real o que era somente possível e que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir uma obra de arte, uma obra de pensamento ou uma ação direta, como nos movimentos sociais em suas lutas nos marcos das questões de classe social, de etnia e racialidade, de sexualidade, de gênero, de sustentabilidade ambiental, de idade, de regionalidade, de direitos democráticos, de liberdade de expressão, de acesso à informação etc. Nesse sentido, a autora encerra sua abordagem descrevendo quatro momentos desse processo, os quais estão, a nosso ver, em franca sintonia com as etapas do processo de conscientização descrito por Freire (2004, p. 90-95), que se inicia com a percepção e o

destaque da situação-limite dada e impercebida até então pela visão de fundo inicial do contexto, passa pela reelaboração dialógico-crítica do desafio em questão, o que faz surgir o inédito viável como sonho produzido que produz ação e se encerra com o ato-limite transformador, engendrado na práxis social pela qual, ao buscarem a superação da situação-limite, transformam-se também, e sobretudo, as próprias pessoas do contexto da ação-reflexão:

o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca das brechas pelas quais possa passar o possível, isto é, uma outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal. Esse segundo momento indaga se um possível existe e se temos o poder para torná-lo real. [...] O terceiro momento é o da nossa decisão de agir e da escolha dos meios para a ação. O último momento da liberdade é a realização da ação para transformar um possível num real, uma possibilidade numa realidade (CHAUI, 2008, p. 339).

Podemos dizer, então, que, de certa forma, assim como em Boff (2000; 2007), libertação equivale à conscientização, sendo processos permanentes e essenciais, em que a dialogicidade se constitui em elemento central ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, Espinosa "afirma que o ser humano é mais livre na companhia dos outros do que na solidão e que somente os seres humanos livres são gratos e reconhecidos uns aos outros, porque os sujeitos livres são aqueles que nunca agem com fraude, mas sempre de boa-fé" (CHAUI, 2008, p. 340).

Após esta explanação mais de fundo, retomamos agora a discussão ontológica que vínhamos desenvolvendo, observando que, de um lado, a promoção da redução das barreiras físicas e culturais é continuamente desenvolvida pelo trabalho humano que, se tem a vantagem de lidar com as dimensões do ser-em-si dos objetos e do ser-para-nós de suas representações na consciência, tem a desvantagem de lidar sempre com uma margem de desconhecimento entre os conhecimentos de que se acerca para realizar-se, tanto em termos dos condicionamentos envolvidos na ação de transformação (realizada pelo trabalho) como em termos das possíveis consequências destas. Essa condição restritiva de fundo (a ineliminável margem de desconhecimento) requer um contínuo aprimoramento do trabalho, quer nas suas relações metabólicas com o ambiente, quer nas suas relações sociais, desenvolvimento este que, nessa perspectiva, encontra-se, como vimos anteriormente, num limiar de sua pré-história, que é dialeticamente o mesmo limiar que, em decorrência, também marca o desenvolvimento do gênero humano, do ser que assim estamos nos fazendo historicamente – ser que em sua singularidade constitui o gênero a que pertence e por ele é constituído.

Com isso, em princípio, ao exercermos o trabalho o fazemos em conformidade com o gênero humano e, reversamente, estando em conformidade com o nosso gênero, trabalhamos, desenvolvendo o trabalho enquanto atividade, e vamos nos fazendo, historicamente, ser social (que só pode ser vindo a ser, em seu inacabamento ontológico). Tal ser tem, em sua ontologia – portanto, necessariamente, como vimos – a liberdade como uma essência mobilizadora de ações de superação dos desafios que se interpõem em seu caminhar. Podemos agora, com Espinosa, desdobrar estes desafios em necessidades e em constrangimentos que condicionam a vida, no existenciar de sua materialidade e de sua espiritualidade.

Isso significa que somos livres, necessariamente livres, para escolher nossas ações de transformação. Tais ações podem, por um lado, pôr em curso também as necessárias conexões causais metabólicas e sociais (que não são de caráter teleológico em nenhum sentido), contemplando o que delas conhecemos e preocupando-nos com eventuais consequências do que ainda desconhecemos a seu respeito. Por outro lado, seja no trabalho ou em outro campo de ação, podemos ainda buscar uma condição de superarmos os constrangimentos implicados na realidade (que são, em muitos casos, de caráter teleológico), de modo a nos libertar também de suas amarras restritivas e do sofrimento aparentemente intrínseco a esse caminhar (como, por exemplo, a injustiça social e a degradação ambiental). Destaquemos que, se as necessidades (que são inevitáveis) devem ser conhecidas e atendidas, os constrangimentos (que não são inevitáveis) devem ser conhecidos e superados. Em todo caso, a margem de desconhecimento atinente às conexões sociais, por estas serem marcadas por subjetividades, parece maior e mais desafiadora do que no caso das conexões metabólicas com o ambiente. Daí decorrem, por exemplo, as dificuldades em identificar constrangimentos, como vimos, implicando embates político-ideológicos.

Sendo assim ontológicas, tanto a liberdade que podemos chamar *de partida*, a que necessariamente nos constitui, nos termos de Espinosa, como a *de busca*, a que, exercendo a liberdade *de partida*, além de atender as necessidades e contornar as contingências, retira os constrangimentos, marcam o exercício do trabalho em conformidade com o gênero humano. Esse complexo de relações constitui o que Marx chamou de reino da liberdade e reino da necessidade (aqui incluído o constrangimento), com cuja tensão vamos historicamente escrevendo os caminhos da humanidade, esta que constitui e que é constituída pelo existenciar dialeticamente livre e necessário de cada uma das pessoas viventes e vividas, sempre às voltas, em suas decisões e ações, com os constrangimentos, as contingências, os possíveis, as vontades, com base nas racionalidades culturalmente referidas e sob a égide da ética, da estética e de outras implicações culturais vigentes.

Assim, o trabalho é o meio de nos constituirmos como somos (humanos, sociais – em conformidade com nosso gênero), buscando atender as necessidades e superar os constrangimentos que se colocam no caminho que pode nos levar ao que aqui chamamos de liberdade *de chegada* ou *plena*, que implica uma condição emancipada livre de constrangimentos para existenciar as possibilidades da vida. E, ainda que nos encontremos, como postulou Marx, numa pré-história dessa busca, a possibilidade dessa liberdade de chegada está em nossa essência. Nesse sentido, o ser social "deve conquistar sua própria liberdade através de sua própria ação. Mas ele só pode fazê-lo porque toda atividade já contém, como parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade" (LUKÁCS, 2009, p. 242), momento este que se refere à liberdade *de busca* pondo em prática a liberdade *de partida* na direção da liberdade *plena*. Tais liberdades então aparecem dialeticamente identificadas entre si, constituindo um complexo a que podemos chamar simplesmente de *liberdade*. Daí que faça sentido a frase poética com que se encerra o documentário Ilha das Flores<sup>147</sup>: "liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda!" (MEIRELES, 1977, p. 81)

Nessa perspectiva marxiana, a tensão liberdade-necessidade (em que se inclui o constrangimento, nos termos de Espinosa) deve caminhar para além dessa sua fase pré-histórica, fazendo com que, um dia (que não é utópico, em seus termos), o trabalho não seja mais apenas meio de nos constituirmos como somos, passando a ser ele próprio um fim em si mesmo, o primeiro carecimento do nosso viver/existenciar. Mas isso só será possível "quando a humanidade houver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social para a atividade humana como finalidade autônoma" (LUKÁCS, 2009, p. 242) – aqui Marx, na voz de Lukács, coincide explicitamente com Espinosa. E os principais passos desse caminhar decorrem da grande filosofia e da grande arte, que operam na direção do gênero para-si, tornando-nos "interiormente disponíveis para o reino da liberdade" (p. 244). Nesse sentido, Marx, desde jovem, "supôs que a luta de libertação da humanidade culminava na perspectiva segundo a qual os sentidos humanos se transformariam em elaboradores de teorias" (p. 244), uma auspiciosíssima visão, considerando a enorme presença da instrumentalidade da razão nos caminhos de nossos tempos de aqui e agora; mas que nos serve, em consistência ao conceito de humildade em

---

<sup>147</sup>A frase de Cecília Meireles foi também usada pelo cineasta Jorge Furtado, roteirista e diretor de "Ilha das Flores", curta-metragem de 1989, filmado em Arquipélago/Porto Alegre, acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg>. No filme, a frase é dita na cena em que se vê, em câmera lenta, pessoas trabalhando na catação de resíduo em um lixão, enquanto uma guitarra distorcida e rascante entoa O Guarani, de Carlos Gomes.

Freire (2004), como indicação das complexidades e das possibilidades que nos atravessam como ser e como gênero.

### **Algumas considerações**

Para as/os pescadoras/es tradicionais aqui referidos, ser pantaneira/o lhes é de certa forma ontológico, um construto em andamento e em plena sintonia com sua ontologia, ainda que não se tenha consciência plena das complexidades e possibilidades implicadas, como vimos. Mais do que uma atividade profissional, a pesca artesanal é uma expressão de sua tradição e cultura, faz parte de sua vida comunitária, compõe seu mundo da vida. Ela é, assim, o campo em que se embatem as relações dialéticas e contraditórias que vinculam trabalho e gênero, nos termos acima discutidos, e em que se desenvolvem também as relações dialógicas que, nesta pesquisa, representam alguns passos no caminho marcado continuamente pelo complexo liberdade e necessidade, sob o qual se desenvolve sua permanente luta em serem partícipes ativos, enfrentantes, de seu contexto social e da humanidade em geral.

Nesse sentido, estão condicionadas/os pelo constrangimento social que "só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões [delas e] deles tenham uma determinada orientação" (LUKÁCS, 2009, p. 231). Nessa perspectiva, elas e eles estão às voltas com esse caráter contraditório de toda práxis social marcada pelas relações de trabalho do capitalismo, sendo impelidas/os "pelas circunstâncias a agir de determinado modo sob pena de se arruarem. [Elas e] eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção." (p. 231) Como nos parece evidente, essa dificuldade inerente à práxis social se torna especialmente contundente e desafiadora no contexto em questão nesta pesquisa.

Para o enfrentamento da situação daí decorrente, destaca-se o fortalecimento coletivo buscado na autenticidade com que se dispõem elas e eles em seu mundo da vida, onde a pesca artesanal se converte em seu campo de identificação, num conjunto de atividades territorialmente articuladas que estão diretamente relacionadas com a garantia do direito humano mais fundamental, que é o direito à alimentação, vinculado ao direito à vida, que antecede a questão da justiça e a dos direitos sociais, de acordo com Ramose (2010, p. 197-202). Constitui sim em certa medida aquele trabalho como finalidade autônoma, ou trabalho verdadeiramente humano, a que se referia Marx (2004) desde sua juventude. Atividade por meio da qual o ser se faz e refaz, nela e com ela se identificando, distante dos estranhamentos

causados pelo trabalho assalariado intrinsecamente alienante das relações propriamente capitalistas.

Inevitavelmente a hegemonia do modo de produção capitalista acaba por projetar, de modo anônimo, sua égide desumanizadora, via sistema, por sobre quaisquer mundos da vida – já que os mundos objetivo, social e subjetivo estão inseridos na sociedade como um todo, nos termos de Habermas (2012) – e, em particular, sobre o da pesca artesanal que as pescadoras e os pescadores buscam desenvolver em perspectiva ontológica. Tal interferência implica processo de colonização que põe severos obstáculos (constrangimentos) ao exercício pleno dessa tradição, com a qual culturalmente essas pescadoras e esses pescadores se identificam e lutam por reconquistar e manter as mínimas condições necessárias para poderem dar sequência ao existencial espontâneo de sua natureza, num esforço de autopreservação dos seres que são e da cultura tradicional a que pertencem e que lhes pertence, numa autoafirmação que implica o próprio desenvolvimento eterno e contínuo de si e dessa mesma cultura em que, e por meio da qual, esses seres, cada vez mais raros no mundo contemporâneo, buscam, especialmente na atividade pesqueira *artesanal*, se fazer e se refazer em conformidade com o gênero humano – numa referência do humano preservadamente mais originária, ontológica.

Sua luta no mundo e sua labuta diária, portanto, ainda que sofram as restrições cada vez mais coercivas do capitalismo globalizado em que vivemos todas/os, estão, por outro lado, conectadas com o que há de mais profundo em nossos sentidos de existir... estão voltadas às questões mais complexas e ousadas emanadas das nossas relações com a natureza como totalidade a que pertencemos... seus movimentos buscam, especialmente na pesca artesanal, a satisfação de necessidades, a convivência com contingências e a superação de constrangimentos, em processo que ao mesmo tempo engendre identidade de ser e volte-se a um horizonte onde reside em potência circunstancialmente adormecida a possibilidade daquela liberdade plena, livre de constrangimentos. Daí a força de seu impulso mobilizante e esperançoso que se encontra nas entrelinhas de sua simplicidade corporal e linguística, de pouca visibilidade e pouco reconhecimento no mundo em geral.

A pesca tradicional é essencialmente caracterizada por seu aspecto sociocultural, fundamentalmente dependente dos territórios pesqueiros (SOUZA, 2017). A tradição pesqueira pantaneira, materializada na relação com o ambiente físico, nas estratégias de pesca, nas formas solidárias de comercialização e nos modos de ocupação do rio e de suas margens, representa uma expressão fundamental dos processos educativos intrínsecos às práticas sociais dessas comunidades no Pantanal em Cáceres-MT. Em grande medida, há nesses

processos educativos uma *intencionalidade educativa enfrentante* que denuncia a *inação propositada do Estado* e as *intromissões do capital* (SOUZA, 2017), as quais resultam em constrangimentos diversos à vivência cultural local e, em contrapartida, anuncia em novas ações a busca por outras possibilidades de ser, com base em nossa potencialidade ontológica de liberdade. As/os pescadoras/es artesanais têm nesse conhecimento tradicional, entretido em sua memória coletiva, uma de suas principais fontes de informação, manutenção de sua cultura e conservação da biodiversidade. Seu cotidiano é caracterizado pela resistência e luta pela manutenção de seus territórios de pesca e da proteção de seu patrimônio cultural material e imaterial, essencialidades da identidade que tanto lhes é cara, como vimos, e assim buscam nela perseverar, como seres sociais que agem em conformidade com seu gênero, para cuja generidade contribuem consistente e permanentemente com seu trabalho e suas ações, sob a égide do que chamamos ética tradicional ribeirinha pantaneira, para a qual aqui procuramos abordar alguns fundamentos teóricos.

## Referências

- BOFF, L. *Ética da Vida*. 2 ed. Brasília: Letra Viva, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A águia e a galinha*. Uma metáfora da condição humana. 45 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DIEGUES, A. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. 1 ed. (trad. Marise Manoel). Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- ESPINOSA, B. *Ética*. Tradução: Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LOGAREZZI, A. J. M. Outras considerações: dialética e diálogo em Marx e em Freire. In: LOGAREZZI, A. J. M. *O trabalho em Marx: fundamentos e atualidade*. 2015. 114p. Relatório de Pós-doutorado (Estágio em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2015. p. 97-114.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, v. 4, p. 1-18, 1978.

\_\_\_\_\_. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 256 p. (Pensamento Crítico, v. 9)

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. 1ª ed., 1ª reimpressão (out./2011). São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

NASCIMENTO, I. Tempo da Natureza e Tempo do Relógio- Tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 11, n. 1, p. 5-18. 1995

PINHO, C. R. S.; DA SILVA, C. J.; SOUZA, S. C.; IRIGARAY, C. T. J. H. As comunidades tradicionais pantaneiras no contexto da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. In: DA SILVA, C. J. SIMONI, J. (Org.). *Água, biodiversidade e cultura no Pantanal*. Estudos ecológicos do sistemas de baías Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 207 - 220.

RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 175-220.

SOUZA, S. C. de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais* Tese de doutorado. 300 p. Programa de pós- graduação em Ciências Ambientais. UFSCAR, 2017.



### Parte III: COMPLEMENTOS

#### Considerações

*O trabalho e a organização diminuem a distância entre o sonho e a concreteness do sonho. O sonhador se junta a outro e eles encurtam a distância entre o sonho e a vida sonhada (FREIRE; NOGUEIRA, 1989. p. 44).*

Há quem sustente que este momento seja o mais simples da redação do trabalho. Argumentam que, *ao final*, “vocês já têm todos os dados”, “as análises e discussões já foram feitas”. De fato, talvez para algumas pessoas e/ou abordagens teórico-metodológicas seja mesmo um momento simples, porque presumem que exista este “finalmente”, esta sensação de “acabamento”. Para nós não. Não é um momento simples, talvez por preferirmos o processo permanente e aberto, o constante *vir-a-ser*, o inacabamento característico do caminhar e do esperar; também porque talvez tenhamos menos afinidades com conclusões e certezas. Por isso, não propomos escrever as “considerações finais” do trabalho, mas considerações. Trata-se, portanto do espaço em que faremos algumas reflexões sobre os aspectos teórico-metodológicos que orientaram essa pesquisa (e, por conseguinte têm orientado seus desdobramentos), bem como vislumbramos ser uma oportunidade importante de retomar, de maneira articulada, os temas centrais sobre os quais dialogamos guiados pelas questões de pesquisa e pelos objetivos do trabalho. Para isso faremos, inicialmente, algumas considerações sobre o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica no contexto desta pesquisa e de sua relação com a educação ambiental dialógico-crítica, passando pelo conceito de liberdade que fundamenta a atitude de enfrentamento que marca a postura das personagens centrais deste trabalho. Consideramos também importante apontar alguns elementos constitutivos dessa ética *do bem viver* que chamamos aqui de ética tradicional ribeirinha pantaneira. Por fim, encerramos o texto lançando um olhar mais amplo sobre o processo aqui construído e em construção, destacando sua dialogicidade e sua vocação utópica-libertária.

**A educação ambiental dialógico-crítica e o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica: possibilidades dialógicas de desvelar os silêncios e de explicitar as vozes**

*Antes eu não falava, mas hoje eu falo, eu já sei o que tem que falar [...], eu conheço meus direitos! Acari  
Antes eu abaixava minha cabeça, hoje eu quero saber quem é que está certo, quero saber os meus direitos de pessoa tradicional! Ferreirinha*

Na apresentação do livro *Metodologia comunicativa crítica*, Antonio Latorre, Montse Sanches e Ramón Flecha fazem uma linda homenagem (*in memoriam*) ao professor Jesús Gómez (Pato), um dos autores da obra. Ao tratar da dedicação e do compromisso do educador com o longo processo de formulação da metodologia, afirmam que

nem sequer nos momentos mais críticos de sua enfermidade, deixou de reler e fazer os últimos retoques antes de entregá-lo ao editor. A metodologia comunicativa crítica foi sua última leitura. [...] estava comprometido com os princípios educativos da pedagogia crítica, com a política educativa de Comunidades de Aprendizagens (GÓMEZ, 2006. p. 5).

Afirmam que o professor Jesús Gómez estava comprometido com uma visão de “educação mais justa, equitativa e transformadora”. Também desejaram que “os anseios e as esperanças de Pato postos nessa metodologia transformadora e crítica possam se realizar” em todos os contextos onde a metodologia fosse utilizada. Diante disso, cada postulado da metodologia<sup>148</sup>, consubstanciados em uma racionalidade comunicativa e crítica, encerra em si um conjunto de abordagens teóricas fundamentalmente comprometidas com a capacidade de voz e ação de todos os seres humanos, com vistas a promoverem processos de libertação propositadamente coordenados.

*O esperar e o compromisso com a transformação social* que têm movido as/os pesquisadoras/es e educadoras/es do Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade<sup>149</sup> (Crea) da Universidade de Barcelona, do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos; do Núcleo Unitrabalho da Unemat, e de tantas outras entidades, núcleos e centros de estudos, pesquisa e extensão espalhados pelo Brasil e pelo mundo são os mesmos que nos motivaram e impulsionaram, aqui no Pantanal de Mato Grosso, na consecução dessa pesquisa de educação ambiental dialógico-crítica.

<sup>148</sup> Universalidade da linguagem e da ação; as pessoas são agentes sociais transformadores; racionalidade comunicativa; sentido comum; inexistência de hierarquia interpretativa; mesmo nível epistemológico; conhecimento dialógico (GÓMEZ, 2006, 40-47).

<sup>149</sup> A partir de 2015 “Community of Research on Excellence for All” (Comunidade de Investigação de Excelência para Todos), conforme sítio da instituição <http://crea.ub.edu/index/about/?lang=es>

Com vistas a realização de uma pesquisa de educação ambiental transformadora, um de nossos objetivos específicos, pretendeu desenvolver dialogicamente uma atividade de pesquisa que pudesse contribuir com uma nova metodologia para os estudos com comunidades de pescadoras/es profissionais artesanais, a partir de uma abordagem comunicativa e crítica. A efetivação comunitária dessa atividade foi possível porque desde os primeiros encontros tínhamos em comum o compromisso vibrante com a *vida*, com as *pessoas*, com o *contexto*; vislumbrávamos diariamente as possibilidades de usufruir das belezas e dos encantos de nosso lugar no mundo, bem como identificávamos dialogicamente as possibilidades de enfrentamento e superação das multiformas de opressão a que essas comunidades de pescadoras/es são submetidas/os.

Também, diante das intempéries que se sucederam nesse processo investigativo – dificuldades de sincronizar nossas agendas e enfrentamentos diversos – é importante ressaltar que o cumprimento desse compromisso aconteceu porque as pessoas envolvidas sentiram-se tão responsáveis por sua consecução quanto os pesquisadores e as/os demais colaboradoras/es. Existiram, evidentemente, responsabilidades de diferentes naturezas, mas para que a pesquisa acontecesse e seus desdobramentos continuassem sendo acompanhados foi (e é) necessário um engajamento notadamente comunitário, de modo a não negar a importância do sujeito, mas enxergar no encontro intersubjetivo as possibilidades de superação das situações-limites que se colocam como travas à emancipação. Não há, portanto, quem tenha feito algo *por* alguém, pelo contrário, caminhamos *juntas/os*, mediatizadas/os pela realidade em que estávamos implicadas/os e impulsionadas/os pelo compromisso com a utopia que vislumbrávamos.

Nesse sentido, nesta pesquisa objetivamos contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal desenvolvida no município de Cáceres-MT, a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es tradicionais, de modo a promover, simultaneamente, processo de formação dialógico-crítica com elas/es, sobretudo a partir e a respeito de seus contextos. Para tanto lançamos mão de um referencial teórico-metodológico comprometido com a filosofia da práxis – com a pedagogia do oprimido. Por isso, além da realização de uma pesquisa diagnóstica e analítica, também nos dedicamos – a partir da radicalização do diálogo – em desvelar intersubjetivamente o contexto social da pesca artesanal. Deste modo, além de identificarmos dialogicamente as situações-limites atinentes à temática pesquisada, tivemos a oportunidade de potencializar os processos educativos inerentes às práticas sociais tradicionais pantaneiras, bem como de *coordenar comunitariamente* ações de enfrentamento e de superação dos processos econômicos e políticos de opressão.

Levando-se em conta os princípios da dialogicidade do pensamento freiriano, o agir comunicativo de Habermas, os princípios da aprendizagem dialógica de Ramón Flecha e outras contribuições oriundas da teoria crítica, a metodologia comunicativo-crítica proporcionou – na medida de nossas disponibilidades e utopias – a todas as pessoas envolvidas, a possibilidade de participarem ativamente de todas as fases da pesquisa. Estabelecemos dialogicamente nossas agendas, procuramos – considerando sempre as nossas diferenças e proximidades epistemológicas – respeitar a pluralidade de dimensões existente em nossas interações, desde a identificação dos temas, das políticas públicas acerca das quais nos debruçaríamos, dos locais e horários de encontros etc.

Como discorreremos na apresentação desta tese, um dos pesquisadores responsáveis por estas atividades – neste caso o estudante de doutorado – conviveu com pescadoras e pescadores tradicionais pantaneiras/os desde a sua juventude. De certa forma conhecia parte de suas tradições, suas angústias e seus enfrentamentos. Entretanto, após o estabelecimento de uma relação intencional e conscientemente comunicativa, que se amadurece cotidianamente em generosidade e honestidade, tem sido através dessa pesquisa que temos constituído um campo dialogal profundamente comprometido com a propositura de ações que promovam a cultura dessas comunidades (como forma de sua defesa e manutenção), bem como potencializem o enfrentamento às tentativas de colonização de seu mundo da vida.

Desse modo, nesse processo educativo ambiental dialógico-crítico, estivemos diariamente envolvidas/os em contextos e situações de conflitos socioambientais, marcadamente caracterizados pela *voz* e pelo *silêncio* dessas/es trabalhadoras/es oprimidas/os (nos termos de Paulo Freire), sendo que o silêncio interativamente percebido nessa pesquisa tem pelo menos duas faces, que podemos de maneira sintética assim descrevê-las.

1) O *silêncio decidido*: trata-se de uma expressão de denúncia e de *reserva de saberes*, caracterizada inicialmente pela falta de confiança das/os pescadoras/es tradicionais com a/o interlocutora/or. Notamos que, especialmente no âmbito da realização de pesquisas acadêmicas, bem como no campo da política partidária, esse silêncio decidido representa uma denúncia contra o descumprimento de acordos e promessas feitas durante décadas, tanto por pesquisadoras/es como por candidatas/os a pleitos eleitorais, trata-se também de uma denúncia explícita contra a expropriação de territórios e conseqüente negação da cidadania. Também identificamos esse tipo de silêncio na relação de *concorrência comercial* que existe entre *as/os diversas/os usuárias/os* do rio, diferentemente do que acontece entre elas e eles (relação marcada pela troca de informações). Dificilmente uma pescadora/or tradicional

artesanal revelará (todas) suas estratégias de pesca a uma/um pescadora/or amadora/or. Esse silêncio, inclusive, muitas vezes é revertido em uma “mentira” ou “estória”, a conhecida *mentira de pescador ou estória de pescador*, que chamamos em nossa pesquisa de “*reserva de saberes*”.

A título de exemplo, várias vezes em que acompanhávamos a atividade pesqueira das pessoas envolvidas em nossa pesquisa, quando *pescadoras/es amadoras/es* perguntavam: “tá saindo peixe aí?”, “qual isca o senhor está utilizando?”, mesmo que tivéssemos tido um dia bastante piscoso/produtivo, pouquíssimas vezes as pessoas com quem tenho convivido afirmaram que sim, que o ponto era bom de pesca e/ou declararam a isca ideal para a pescaria. Poderíamos listar aqui muitos exemplos, mas importa-nos considerar, pelo menos *à priori*, que o silêncio revertido em *reserva de saberes*, portanto, é, em grande medida, forma de resistência<sup>150</sup> (FREIRE, 2015), estratégia de defesa de seu território tradicional de pesca, de sua cultura, de sua fonte de subsistência. Sempre que íamos participar de alguma reunião, fora da entidade X, o pescador Curimbatá dizia às/aos demais pescadoras/es: “gente não vamos falar tudo, se falar tudo amanhã nós não temos mais nada”, “quando esse povo do governo perguntar você fala só um pouco, se falar demais ele volta pra proibir você de pescar ali nesse [...]”.

Especialmente no início de nossas atividades, falas como estas eram muito comuns, tratando-se evidentemente de uma importante estratégia de sobrevivência, a qual, depois de tudo que experienciamos ao lado delas/es, entendemos ser importante que essa reserva de saberes seja por elas/es problematizada a fim de que políticas públicas que versem sobre a garantias de direitos, a exemplo do que já prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sejam plenamente efetivadas.

2) O *silêncio infligido*: resultado do silenciamento que pode se dar de forma consciente (ou seja, sabem de seus direitos, mas *optaram* conscientemente por não reclamá-los) ou de maneira alienada (fruto da colonização de seu mundo da vida, alienação social, nos termos de Chauí (2008)). O que chamamos de silêncio infligido *consciente* é antes de tudo defesa de suas vidas, estratégia de manutenção da vida de seus familiares. Portanto estamos diante de um silenciamento duramente imposto não somente pelas estruturas do capital (que

---

<sup>150</sup> Freire (2015) afirma que nosso “passado escravocrata não se esgota apenas na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que “obedece” para não morrer, mas na relação entre eles. E é exatamente obedecendo para não morrer que o escravo termina por descobrir que “obedecer”, em seu caso, é uma forma de luta, na medida em que, assumindo tal comportamento, o escravo sobrevive. E é de aprendizado em aprendizado que se vai fundando uma cultura de resistência, cheia de “manhas”, mas de *sonhos* também. De rebeldia, na aparente acomodação” (p.149).

também expoliam suas vidas), mas também imposto por setores que cometem crimes (não somente crimes ambientais!) no Pantanal. Já o silêncio infligido *alienado* (agora majoritariamente empreendido pelo capital e convenientemente ignorado por algumas/uns agentes do Estado), é resultado do processo histórico de colonização de seu mundo da vida. Diante desse cenário, Freire (1992), ao tratar do *silêncio das/os camponesas/es*, nos convida a fazer as seguintes reflexões:

temos perguntado, investigado, procurado saber as razões prováveis que levam camponeses ao silêncio, à apatia, em face de nossa intenção dialógica? E onde buscar estas razões, senão nas condições históricas, sociológicas, culturais, que os condicionam? Admitindo uma vez mais as mesmas hipóteses para efeito de raciocínio, diremos que os camponeses não recusam o diálogo porque sejam, por natureza, refratários a ele. Há razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo. Sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras do antidiálogo” (FREIRE, 1992, p. 48).

Deste modo, tanto num como noutra tipo de silêncio, há uma indignação intrínseca (um amargor e um grito reprimido!). Em ambos os casos, o silêncio é ensurdecedor, por isso também *há uma voz no não dito*, uma voz que denuncia essas “razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo” (FREIRE, 1992, p. 48). Portanto, pesquisas como esta, comprometidas com a práxis freiriana, com a promoção de uma consciência popular<sup>151</sup> que caminha na direção de uma consciência crítica, devem suscitar espaços dialógicos na esfera pública e também promover espaços *de luta política*, que oportunizem a pronúncia de suas angústias e enfrentamentos diversos (ressalte-se aqui o cuidado com as identidades dessas pessoas, pois estamos tratando de espaços de conflitos socioambientais); também que proponham comunicativamente ações político-coletivas, envolvendo as comunidades pesqueiras, as/os agentes do Estado e as/os do mercado, com vistas à coordenação de ações que vislumbrem a superação dos problemas a que estão implicadas/os na antidiálogicidade característica das sociedades contemporâneas.

---

<sup>151</sup> Para Freire (1980) “o aparecimento da consciência popular supõe, senão a superação da “cultura do silêncio”, ao menos a presença das massas no processo histórico que vai pressionando a elite no poder. Pode ser compreendida somente como uma dimensão de um fenômeno mais complexo: ou melhor, a emergência da consciência popular, apesar de ser ainda ingenuamente transitiva, *constitui também um momento de desenvolvimento da consciência da elite do poder*. Numa estrutura de dominação, o silêncio das massas populares não existiria se não fosse pelas elites do poder que as mantêm em silêncio: não poderia haver uma elite do poder, se não fossem as massas” (p. 68).

### A ética tradicional ribeirinha pantaneira: algumas reflexões iniciais

*Nós temos nosso jeito de viver lá no barraco [acampamento tradicional de pesca] da gente, vocês têm outro jeito de viver totalmente diferente aqui na cidade!*  
Lambari

Foi após acompanhar o pescador Lambari (com décadas de vivência no Pantanal) em um de seus dias de atividade, ainda no início de nossa pesquisa em campo, no mês de março de 2015, quando ele fez uma longa fala da qual foi extraída a epígrafe desta subseção. Na ocasião tratávamos das práticas sociais da pesca tradicional e dos processos educativos nelas implicados. Lambari discorria sobre seu *compromisso* com a conservação da biodiversidade pantaneira, sobre seus *temores* diante do avanço do agronegócio, de seu *orgulho* por ser um dos responsáveis pela manutenção da cultura tradicional pantaneira, suas *angústias* com respeito ao futuro da pesca artesanal, de seu *desespero* diante da crescente injustiça socioambiental que avança sobre as comunidades tradicionais pesqueiras dessa região.

*Professor, eu pesco nesse pantanal tem mais de 40 anos, eu conheço cada canto desse rio. Tanto pra cima, quanto pra baixo, mas principalmente pra baixo, lá no Pantanal mesmo! Nós não moramos mais lá pra baixo o ano inteiro porque esses políticos não deixam, mas minha vida toda eu fiquei lá, tudo que eu sei eu aprendi nesse rio com esses companheiros aqui. O seo [Pescador Bagre Cabeçudo] pode confirmar o que eu estou falando, a nossa vida não é daqui é de lá. Nós temos nosso jeito de viver lá no barraco [acampamento tradicional de pesca] da gente, vocês têm outro jeito de viver totalmente diferente aqui na cidade! [...] Lambari*

O que nos chamou a atenção nesse diálogo com o pescador Lambari foi a ênfase que ele deu na distinção entre a maneira de viver das/os pescadoras/res tradicionais e o modo de vida urbano industrial. Por várias vezes, tanto ele quanto o pescador Bagre Cabeçudo, falaram demoradamente que seu modo de vida é diferente do modo de vida urbano<sup>152</sup>. Assim, debruçamo-nos sobre notas e transcrição de vários outros relatos de pescadoras e pescadores que reiteravam que sua relação com o ambiente natural, com os ciclos ecológicos do Pantanal, era fundamentalmente marcado pelo ciclo das águas, o pulso de inundação (DA SILVA; SILVA, 1992, 1995). Suas vidas eram entretecidas pelo ritmo das águas, os modos de produção e de apropriação dos bens ambientais, em grande medida, levavam em consideração a dinâmica ecológica do Pantanal. Tanto quanto exposto por Nascimento (1995), sua

<sup>152</sup>Importante destacar também que minha curiosidade, enquanto estudante de doutorado, sobre esse tema se acendeu, em função dos inúmeros diálogos que tive com meus irmãos Walter e Jonisom, pescadores amadores há muitos anos, ao me alertarem sobre os riscos de nossa pesquisa e os perigos do dia a dia da atividade pesqueira (conflitos das mais diversas ordens). Eles sempre diziam que “o mundo *no* rio é diferente do mundo *na* cidade”, que *pescadoras/es tradicionais* possuem regras próprias de sobrevivência e convivência, e que eu deveria me aproximar de maneira muito cuidadosa e respeitosa para compreender essa realidade.

temporalidade (tempo da natureza) é diferente da temporalidade imposta pelo mercado capitalista (tempo do relógio).

Diante disso, fomos identificando que há um conjunto de valores típicos dessas comunidades pesqueiras, valores esses constitutivos de sua cultura tradicional ribeirinha. Destaque-se ainda que esses valores são quase sempre arrolados quando elas/es falam de sua autoreferência e cuidado recíprocos: “*eu sou pantaneira, eu respeito cada peixinho*” Ximburé; “*só cuida quem ama*” Rosa; “*eu confio totalmente no [pescador Pacu Peva] ali no [ponto de pesca] onde a gente fica tem muita onça, mas se ele está acordado eu durmo tranquilo*” Pintado; “*eu e a [pescadora Piau] estamos juntas desde [...] a gente cuida uma da outra, se não fosse assim eu já teria morrido [se referindo aos perigos da pesca noturna]*” Mutum. “*Nesse grupo nosso de pescador todo mundo ajuda o outro, a gente só vem de lá quando todo mundo já completou a cota [se referindo à cota semanal de 125 quilos de pescado]*” Pataquinha. São muitos os relatos onde estão implícitos e explícitos valores como amizade, solidariedade, responsabilidade, cuidado, alteridade.

Diante disso, à luz do que propõe a professora Marilena Chaui (CHAUI, 2008), entendemos ser importante referenciar brevemente alguns conceitos filosóficos, para então tratarmos do que consensuamos chamar na pesquisa de *ética tradicional ribeirinha pantaneira*. Para Chaui (2008) o senso moral diz respeito à *maneira como nos sentimos* diante de alguma problemática, de alguma experiência que nos envolva ou que envolva outras pessoas. Por exemplo, no dia a dia da pesca pantaneira é muito comum nos depararmos com famílias de pescadoras/es sendo submetidas a condições de trabalho análogo ao de escravidão<sup>153</sup>. Para tanto basta *conviver* com algumas/uns pescadoras/es que trabalham grande parte da temporada de pesca para pagar dívidas oriundas de empréstimos feitos de “agiotas do peixe” (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a). Diante de uma situação como esta muitas/os de nós sentiremos indignação, asco, revolta, raiva, repulsa, sentimentos que revelam nosso *senso moral*. Para Chaui (2008) esses sentimentos e as ações desencadeadas por eles exprimem nosso senso moral, isto é, a *maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes* segundo ideias como a de justiça e injustiça (p. 305, grifo nosso).

Por outro lado, diante dessa situação fatídica, mesmo que ninguém nos pressione, seremos chamadas/os a *decidir* sobre o que fazer. Mesmo se o que fazer seja um *não-fazer* –

---

<sup>153</sup> Sobre as formas contemporâneas de escravatura sugerimos a leitura da ficha informativa sobre direitos humanos nº 14 [ACNUDH]. Também o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, disponível em <http://www.oit.org.br/node/312>



seja a *omissão* e o *silêncio propositados* tão comuns nessa região do Brasil –, teremos que escolher, que deliberar. Assim, possivelmente, ficaremos em dúvida sobre quais encaminhamentos tomar, será que devemos denunciar ação dessas/es agiotas? Colocaremos nossas vidas em risco? É melhor que fiquemos caladas/os? Proporemos alguma ação educativa que envolva tanto agiotas e pecadoras/es? Afinal, teremos que dar respostas para nós mesmas/os e para as/os outras/os, pois nossa condição humana de seres que vivem em sociedade exigirá isso de nós. Assim, são as nossas inquietações e dúvidas *sobre o que fazer diante das contingências, dores e das belezas da vida*, implicadas em nosso senso moral, que expõem a nossa *consciência moral*. A *consciência moral*, portanto, envolve as nossas *decisões*, nossa capacidade de julgar, de atribuir valor a estas decisões. Assim que

situações como essas – mais dramáticas ou menos dramáticas – surgem sempre em nossa vida. Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso senso moral (isto é, nossos sentimentos quanto ao certo e o errado, justo e o injusto), mas põem à prova nossa **consciência moral** (CHAUI, 2008, p. 306, grifo da autora).

Desse modo, no âmbito da práxis libertadora (FREIRE, 2004), como temos discorrido nessa tese, não há de falar de senso moral dissociado da consciência moral, pois ambos são expressões de nossa existência, manifestações de nossa humanidade. Humanidade que se dá entre nossos *existires coletivos*, seja na partilha ou na dissensão, mas se dará na coexistência, na interação humana e na relação sociedade/natureza, portanto na história. Assim, senso moral e consciência moral dizem respeito aos “valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade. [...] são por *isso constitutivos de nossa existência intersubjetiva*, isto é, de nossas relações com outros sujeitos morais” (CHAUI, 2008, p. 307, grifo nosso).

Deste modo, o senso moral e a consciência moral, por serem predicados humanos, são produções sociais, encarnam-se na materialidade histórica, se dão na concretude da vida em seu permanente desenvolvimento. Assim, o conjunto de valores, sentimentos e as decisões que os compõem (originando-os ou sendo deles decorrentes) também são elaborações que se dão na cotidianidade. Chauí (2008) afirma que frequentemente

não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos. Por que isso acontece? Porque, para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a naturalizá-los [...]. A naturalização da existência moral esconde, portanto, a essência da moral, ou seja, que ela é essencialmente uma criação histórico-cultural, algo que depende de decisões e ações humanas (CHAUI, 2008, p. 307).

Senso moral e a consciência moral compõem o todo humano, entremesclam a imbricação sócio-cultural-natural que *nos constitui* no inacabamento característico de nossa humanidade. Humanidade essa que vai sendo elaborada a partir de nossas interações com outras/os humanas/os, com os demais seres da natureza e com o ambiente – nos termos de Marx (2004), com os seres sociais, os orgânicos e os inorgânicos. Nessa acepção teórica, os valores éticos são nossa criação, decorrência de nossa vontade como coletividade que interfere no mundo para viver nele, dele e com ele, humanizando-nos nessa interação<sup>154</sup>, que ao mesmo tempo humaniza o mundo. No contexto do pensamento freiriano, Loureiro e Franco (2014), ao tratarem da unidade dialética linguagem-trabalho, afirmam que

compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo e explicá-lo são, portanto, acontecimentos que se efetivam na linguagem, porém, a linguagem em si não produz transformação. Ao indagar-se, o ser humano desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, decidir de escolher [...] e ao exercer sua liberdade de escolha na ação que desenvolve não muda apenas o mundo, muda sua posição diante do mundo (LOUREIRO; FRANCO, 2014, p. 158).

A partir de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2003; 2006; 2010) e dialógica (FREIRE, 2004) as reflexões que fazemos sobre os valores morais, sobre nossas decisões, sobre nossas ações/omissões, apontam para o imperativo da formulação/divulgação/promoção de uma ética para a vida, para o cuidado recíproco, para a cidadania, para a concidadania<sup>155</sup>, para o respeito às diferenças, que valorize o diálogo, que denuncie a opressão; que anuncie a beleza da partilha, as possibilidades de superação dos problemas de modo intersubjetivo, tomando isso como responsabilidade substantivamente humana. Onde mulheres e homens, a despeito de suas diferenças, possam deliberar sobre suas vidas, respeitando a dignidade dos existires dos demais seres humanos e dos demais seres da natureza. Trata-se da defesa de uma *ética socioambiental*, consubstanciada em nossa capacidade de linguagem e de ação com *vistas à manutenção da vida digna* em cada canto dessa terra.

Assim, considerando nosso permanente vir-a-ser, Boff (2000) afirma que esta ética socioambiental somente se implementará diante de uma consciência eminentemente fundada na responsabilidade com “o destino comum de todos os seres. Dessa consciência, vai se *formando lentamente uma nova cultura ecológica, o predomínio de um novo paradigma mais reverente e integrador para com o meio ambiente*” (BOFF, 2000, p. 63, grifo nosso). Daí a

<sup>154</sup> Ao tratar de nossa busca pela humanização a partir de uma ética do bem viver fundada na interação sociedade/ambiente Freire (1969) considera que “o ponto de partida dessa busca está no próprio homem. Mas, como não há homem sem mundo, o ponto de partida da busca se encontra no homem-mundo, isto é, no homem em suas relações com o mundo e com os outros. No homem em seu aqui e agora. *Não se pode compreender a busca fora desse intercâmbio homem-mundo*” (p. 126).

<sup>155</sup> Para Boff (2007) “significa a cidadania participativa, vivida pelos movimentos sociais, pela qual cidadãos se unem a outros cidadãos para lutar por seus direitos. Cidadania define a posição do cidadão em face do Estado. A concidadania define o cidadão em face de outro cidadão” (p. 128).

importância de conhecermos e compartilharmos, pela via dialógica, modos de pensar e agir *com o mundo*, que promovam uma consciência histórica<sup>156</sup> e coletiva de convivência; que irrompam – mesmo que para nossa *temporalidade* urbana e industrial pareça ser incipiente – e denunciem corajosa e comunitariamente o individualismo, que superem também coletivamente as problemáticas socioambientais nas quais estamos todas/os implicadas/os.

Assim, considerando nossa convivência com as pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso e o aporte teórico e metodológico que utilizamos nesta pesquisa, Gómez et al. (2006), Freire (2004), Habermas (2012a; 2012b), Flecha (1997), Aubert et al. (2008), Leff (2006; 2010a; 2010b) e outras/os, identificamos nos espaços de diálogos diversas práticas sociais das quais decorrem processos educativos transformadores, práticas estas fundadas e entremescladas a valores socioculturais que assinalam para uma ética que aponta para um bem viver coletivo. A seguir as elencamos e as descrevemos sinteticamente.

- a) *Responsabilidade com valores humanitários*: é muito comum encontrarmos pescadoras/es questionando/enfrentando os valores morais (implicados em leis, normas, regulamentos estatais) que desrespeitam questões humanitárias. A título de exemplo, podemos citar a persistente denúncia que elas e eles fazem do esvaziamento sociocultural das normas (SOUZA; LOGAREZZI, 2017b) que regulamentam a conservação da biodiversidade pantaneira e das que tratam de seus direitos sociais.
- b) *Respeito ao ambiente natural*: a relação sociedade/ambiente na qual elas/es estão envolvidas não está fundada, majoritariamente, em uma racionalidade instrumental. Pelo contrário, prevalece uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006), em que sua relação com as águas, com as aves, com as plantas, com os peixes, com a lua, não é de dominação (como prevalentemente acontece nos modos de apropriação/interação fundados na racionalidade instrumental), mas de cumplicidade, de interdependência.
- c) *Disposição ao diálogo*: durante a atividade pesqueira essas/es trabalhadoras/es passam horas dialogando, o diálogo sobre as condições do tempo, da água, do movimento dos peixes etc. é uma constante na convivência delas/es. Aqui não há negação dos muitos conflitos internos, nem da antidialogicidade característica das sociedades contemporâneas – até porque entendemos que no *diálogo verdadeiro* as tensões e os dissensos sempre serão uma possibilidade –, pois assim como entre elas/es em quaisquer outras comunidades, sejam elas tradicionais ou não, os conflitos de interesse fazem parte de nossa cotidianidade. Mas a despeito destes antagonismos, há, entre elas e eles, uma prontidão à superação dos conflitos pela via do diálogo, pela

<sup>156</sup> Ao tratar da conscientização e sua relação com a materialidade histórica, Freire (1980) afirma que “a conscientização é um compromisso histórico. É também *consciência histórica*: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na *relação consciência-mundo*” (p. 26).

busca interativa do entendimento. Sobre essa disposição e com vistas à *produção do conhecimento dialógico* (GÓMEZ, et al. 2006), importa destacar que, na medida em que nos aproximávamos em *confiança*, também nossos diálogos eram menos desconfiados, mais densos, mais próximos, por isso mais sinceros e íntegros.

- d) *Criatividade comunitária*: em função das ameaças e perdas de direitos, estas comunidades pesqueiras têm desenvolvido tecnologias sociais pantaneiras eminentemente correlacionadas aos seus saberes tradicionais. Mais do que adaptadas ao ambiente, são em grande medida resposta aos ataques do capital. Quando tratamos das proibições do uso de alguns apetrechos, que antes eram frequentemente utilizados, ou da proibição do corte de algumas árvores que eram utilizadas para a confecção desses apetrechos, elas/es discorreram longamente *sobre como têm tentado* superar comunitariamente restrições constrangedoras.
- e) *Perseverança enfrentante*: talvez esta seja uma das características (valores) marcadamente mais presentes no cotidiano da atividade pesqueira artesanal. A despeito de todos os constrangimentos (ESPINOSA, 2008) e perdas, há uma disposição permanente à aprendizagem intergeracional e ao enfrentamento dos mais variados tipos de desafio que surgem frequentemente no dia a dia das populações socialmente menos protegidas, particularmente das pescadoras e dos pescadores sujeitos desta pesquisa.
- f) *Lealdade comunitária*: é um valor que salta os olhos de quem não está acostumada/o com os riscos e perigos da atividade pesqueira. Mesmo para pescadoras/es profissionais experientes, a pesca noturna em algumas regiões do pantanal é muito perigosa, sobretudo, quando não se tem logística e infraestrutura necessária para a realização da atividade, exigindo alianças fortalecedoras. Frases como: “*pescador de verdade não deda (denuncia) pescador*” Jejum; “*de nosso grupo, o que um sabe os outros sabem*” Martim Pescador; “*dessas pessoas que o senhor está vendo aqui, ou vamos todos nós, ou não vai ninguém lá pra baixo*” Cachara. Assim, mesmo diante das dificuldades relacionadas à segurança, por exemplo, estas/es trabalhadoras/es confiam sua vidas umas/uns às/aos outras/os, justamente porque estão convictos da coerência entre o que dizem e o que fazem e das relações de compromisso e solidariedade entre elas e eles, como parte da lealdade ao mundo que partilham e juntos constroem historicamente: a vida é luta e nela juntas/os estão.
- g) *Pertença pantaneira*: para a maioria das pescadoras/es profissionais artesanais com quem dialogamos, os processos de humanização se dão na sua relação com o ambiente. Dizem que vivem em função do Pantanal. Por isso usamos nessa tese o conceito de território de Milton Santos (SANTOS, 1999), pois estamos nos referindo ao espaço encarnado, usado, humanizado.
- h) *Respeito intergeracional*: com vistas à manutenção da cultura tradicional pantaneira, desejam que seus filhos continuem desenvolvendo a atividade pesqueira artesanal, por isso lhes transmitindo parte significativa de seus saberes. Entretanto, identificamos

que elas/es não obrigam que seus filhos sejam pescadoras/es profissionais artesanais; também não interpretam a tradição como algo estático, imobilizado. Pelo contrário, verificamos a incorporação de novas ideias, o aceite de sugestões nas estratégias tradicionais de pesca.

- i) *Responsabilidade coletiva com a manutenção da tradição*: tanto para a consecução da atividade econômica propriamente dita, quanto para a feitura de apetrechos, há uma cooperação permanente no dia a dia da pesca. Importante destacar que mesmo que haja um “jeito de fazer” há muito praticado – que, portanto caracteriza a tradição –, em função da liberdade comunicativa, especialmente no que diz respeito às estratégias de pesca (modo de fixação de apetrechos, horário de saída e retorno para o ponto de pesca, iscas a serem utilizadas, locais e horários para navegação etc.), é muito comum verificarmos as/os mais jovens fazendo sugestões e aos poucos estas sugestões sendo acatadas<sup>157</sup> e, assim, incorporadas aos modos de produção da vida material delas/es. Em nossos diálogos com elas/es, percebemos que não se trata da relativização da tradição, mas da valorização dos aspectos intersubjetivos da convivência social.
- j) *Solidariedade interna*: o que estamos chamando aqui de solidariedade interna é a disposição delas/es em compartilhar suas vidas com outras/os pescadoras/es tradicionais. Esta disposição se manifesta nos gestos de generosidade sempre presentes entre os grupos de pescadoras/es que exercem a atividade econômica conjuntamente. Diferentemente do que prevalece nas relações fundadas em uma racionalidade instrumental, em que algumas/uns privilegiadas/os, “porque portadores dos conhecimentos técnicos e científicos, são os ‘competentes’, cabendo-lhes a direção da sociedade” (CHAUI, 2008, p. 408, destaque da autora), a posse do conhecimento tradicional pantaneiro, em grande medida, não representa, nos dizeres delas/es, condição de *imposição de ideias* (não representa poder para a prescrição unilateral das decisões sobre onde e como pescar, por exemplo), mas maneira de moderar, auxiliar as relações, especialmente no que diz respeito ao dia a dia da prática pesqueira. Também notamos que entre elas/es *não* prevalece o argumento de que existam pessoas competentes e pessoas incompetentes para a pesca, mas pescadoras/es com habilidades diferentes. Afirmam que umas/uns têm mais sabedoria e/ou sorte para capturar um tipo de peixe e as/os outras/os para pegarem outros tipos de peixes, mas todas/os são importantes. Identificamos isso diariamente na partilha dos territórios tradicionais de pesca, no uso comum de apetrechos tradicionais de pesca, na troca de informações sobre movimentação de cardumes de peixe e sobre a ação/inação da fiscalização e,

---

<sup>157</sup> Como já dissemos a tradição não é estática, imobilizada; pelo contrário é histórica, encarnada, humanizada. Tanto quanto os seres humanos são históricos e humanizam-se na relação com o ambiente através do trabalho (MARX; ENGELS, 2007), também sua cultura tradicional, por ser sua produção, não é estanque, inerte. Como apontado por Diegues (2001a), “as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de *pequena produção mercantil*. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos” (DIEGUES, 2001a, p. 93, grifo no autor).

ainda, na divisão de tarefas durante a reforma ou a confecção de apetrechos e de embarcações. Esta solidariedade também se manifesta para superar as dificuldades de acesso à informação, as divergências entre as lideranças das entidades e o descaso do Estado, além da ação de atravessadoras/es e/ou agiotas do peixe. Como apontamos em Souza e Logarezzi (2017a), elas/es desenvolveram redes internas de solidariedade que têm lhes dado condições materiais de sobrevivência.

Importa esclarecer que não estamos “dando de ombros” e/ou “fechando os olhos” diante dos problemas internos dessas comunidades pesqueiras. Não se trata disso. Em um cenário em que se consolida uma geopolítica estatal fundamentalmente comprometida com setores do agronegócio mato-grossense, é evidente que também encontremos entre aquelas pessoas a reprodução do modo de vida capitalista. Deparamo-nos com a concorrência desmedida, com o individualismo, com o desrespeito ao meio ambiente, com a pesca predatória etc. Entretanto, a despeito disso, há entre aqueles e aquelas que realmente vivem da pesca tradicional, como listamos a cima, um conjunto de práticas sociais, de valores e de processos educativos que nos remete a maneiras mais justas e solidárias de nos relacionarmos com o mundo e com as pessoas que nele habitam.

Habermas (2012a; 2012b) ao propor a teoria do agir comunicativo, objetiva a promoção de uma ética intersubjetivamente instituída na possibilidade de superação coletiva dos processos de colonização do mundo da vida, uma ética fundada em princípios universais (HABERMAS, 1990; 1997), onde destacam-se a *necessidade de observância da igualdade de direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos*. O autor considera que todas e todos são capazes de linguagem e ação e com isso podem buscar transformar sua realidade com vistas ao bem viver. Por sua vez, em todo o pensamento freiriano há uma *ética-humanista*, que não se propõe circunscrita a um lugar no mundo, mas que, a partir de um lugar no mundo, *se faz* transformadora na práxis libertadora que deve ocorrer em todos os cantos do mundo. Esta práxis, porque libertadora, se dará numa relação *com* o mundo, a partir da preocupação com o *bem viver*, com o *ser mais*, com a *humanização*, com a superação dos processos de opressão, com a conscientização atenta à dignidade da pessoa humana, com o cuidado com a terra. Portanto, Freire propôs uma ética fundamentalmente comprometida com as transformações sociais. Leonardo Boff (2015), no prefácio da obra *Pedagogia da esperança*, afirma que *Pedagogia do oprimido*

é mais que um livro, é antes uma prática pedagógica que, num momento de seu processo de constituição, ganhou corpo numa escritura. Prática pedagógica que parte de *uma clara opção ético-humanista prévia: o amor ao ser humano oprimido contra*

*a sua opressão e em favor da vida e da liberdade. Esse ser humano oprimido constitui as grandes maiorias humilhadas, marginalizadas e excluídas do Brasil, da América Latina e do Mundo. É oprimido fundamentalmente porque internalizou dentro de si o opressor que lhe tolhe a voz, a palavra, a ação autônoma e a liberdade. Esse ser oprimido tem muitos rostos: é o explorado econômico, é o condenado à ignorância, é o negro, o índio, o mestiço, a mulher, o portador de qualquer marca produtora de discriminação (BOFF, 2015, p. 9, grifo nosso).*

Assim, o que estamos propondo nessas considerações de nossa tese, não é uma idealização do modo de vida dessas pescadoras e pescadores, mas sugerir que temos, no contexto dessa ética tradicional ribeirinha pantaneira – em que a tradição é resignificada em seu cotidiano – muito a aprender com elas e com eles. Como nos ensinado por Freire (2015) “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (p. 126). Não se trata, portanto, de ocultar os conflitos e as tensões que atualmente também fazem parte do dia a dia dessas comunidades, mas de compreender que não podemos ignorar, olhando para hoje e para o futuro, as contribuições que estas comunidades têm a oferecer na permanente procura humana pela ética do bem viver.

Assim, diante dessas breves considerações sobre a educação ambiental dialógico-crítica e o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica, bem como sobre nossa percepção da ética do bem viver experienciada por estas pessoas, importa-nos destacar que somente diante de um campo dialogal constituído com paciência e temperança – desprendido de hierarquias interpretativas e desníveis epistemológicos – é que conseguiremos propor e desenvolver dialogicamente ações educativas que de fato objetivem caminhar na direção de superar coletivamente os problemas em que estas pessoas estão envolvidas.

### **Caminhos caminhados, caminhos a caminhar**

Como apontamos nos artigos dessa tese, identificamos dialogicamente que há, em função do giro dialógico e da solidariedade interna, característicos da *ética tradicional ribeirinha pantaneira*, acima comentada, um crescente interesse delas/es em participar, tanto das discussões sobre as tomadas de decisão de suas entidades, quanto dos processos de formulação do ordenamento pesqueiro. Para tanto, nessa pesquisa, procuramos dialogar sobre as formas de participação cotidianamente praticadas tanto nas entidades quanto nos espaços promovidos pelo poder público.

Restou-nos o consenso de que, apesar dos avanços inerentes à gestão de cada uma das entidades, há muito por fazer. O modelo de participação desenvolvido nestes espaços vem sendo, em grande medida, pouco dialógico e, portanto, lhes negando o direito de *serem-mais*,

prevalecendo, deste modo, o que poderíamos chamar de *participação bancária*<sup>158</sup>, que evidentemente somente legitima as decisões previamente estabelecidas. Por isso, na avaliação delas/es, é importante a realização de pesquisas de educação ambiental embasadas em valores, práticas e conceitos dialógico-críticos que de fato potencializem – por meio da práxis – a coordenação de ações com vistas à superação dessa forma de participação.

Segundo elas/es as reuniões promovidas, tanto pelas entidades quanto pelo poder público, têm tratado predominantemente de questões relativas ao dia a dia da pesca artesanal, dos deveres e direitos da categoria e da conservação da biodiversidade de peixes. Contudo as reuniões são em grande medida informativas. Sobre essa última questão (da conservação da biodiversidade dos peixes) estas pessoas não questionam a importância ambiental das normas de proteção, mas, a despeito disso, repudiam e denunciam o *esvaziamento sociocultural* nelas impregnado. Além disso, estão dispostas a enfrentar a postura antidialógica de agentes públicos que insistem em propor e emitir estes dispositivos legais, sob evidente influência de setores do mercado. Também, em virtude do giro dialógico, há uma disposição crescente no interior destas comunidades em resistir e enfrentar setores do mercado e da academia que pretendem – em nome da conservação indolente da biodiversidade – criminalizar e/ou invisibilizar a cultura dos povos e das comunidades tradicionais pantaneiras. Denunciaram o descompromisso de pesquisadoras/es que estiveram nas agremiações, fizeram entrevistas, reuniões e estabeleceram acordos, mas não apresentaram os resultados efetivos de suas pesquisas.

As pescadoras e os pescadores com quem dialogamos têm em média 23 anos de atividade pesqueira (média estabelecida entre as/os pescadoras/es que participaram da entrevista – variação entre 9 e 45 anos de pesca) e são filhas/os e netas/os de pescadoras/es. Mais do que fonte de renda, a pesca é expressão de sua cultura tradicional ribeirinha, em que buscam se auto afirmar como ser social no processo dialógico de enfrentamento das barreiras (necessárias) físicas, ambientais/ecológicas, e simbólicas, culturais/ideológicas, particularmente das constrangedoras. Das 83 pessoas – 25 pescadoras e 58 pescadores – que participaram dessa pesquisa, nenhuma delas afirmou que deseja abandonar deliberadamente a pesca artesanal. É importante que isso fique nítido, pescadoras/es profissionais artesanais, que

---

<sup>158</sup> Como dissemos na introdução desta tese (seção d.3), Paulo Freire em sua *Pedagogia do oprimido* afirma que na, visão bancária da educação, o saber “é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro” (FREIRE, 2004, p. 58). Diante disso o autor propõe como forma de sua superação, uma educação como prática da liberdade, substantivamente problematizadora, “que implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de [mulheres e] homens” (ibidem, p. 70).



de fato vivem da atividade pesqueira – aqui chamadas/os de pescadoras/es tradicionais – não desejam abandonar o rio para desenvolver outra atividade. Ao contrário disso, demandam por políticas públicas estatais que lhes garanta vida com qualidade, que possam experienciar e transmitir sua cultura, que possam pescar em segurança, com condições reais de salubridade, que tenham a cadeia produtiva do peixe promovida e protegida pelo Estado etc.

Além desses anúncios e enfrentamentos, digamos mais evidentes e institucionalizados, há outro aspecto – fundado em uma racionalidade descomprometida com a diversidade sociocultural pantaneira e tramado por setores do capital, do Estado e da mídia – que merece aprofundamentos. Trata-se da propagação, quase que naturalizada (tornou-se inclusive motivo de piadas) de que o que as/os pescadoras/es dizem são “estórias de pescador”, que são todas/os “pescadores de seguro”, que são todas/os “redeiros e arameiros”, que são “os responsáveis pela diminuição do estoque pesqueiro”, e assim por diante.

Há inegavelmente uma violência moral e psicológica explícita contra essas comunidades pesqueiras. Ao tratarmos das políticas públicas que dizem respeito à pesca no Pantanal, elas e eles apontaram que a disseminação desses argumentos inverídicos também é causa de desmotivação e fonte de desesperança. Afirmam inclusive que, em grande medida, a falta de credibilidade delas/es no comércio local seja reflexo desse tipo de pensamento que paira no imaginário popular regional. Seja nas entrevistas, seja nos grupos de discussão comunicativos, sempre surgiram relatos importantes de situações de humilhação e desrespeito a que foram submetidas/os. Nesses campos dialogais, tivemos a oportunidade de – sem negar as tensões internas e os conflitos socioambientais – além de fazer a denúncia dessas formas de opressão, também de vislumbrarmos comunitariamente as possibilidades de superação das causas dessa violência. Como mostraremos abaixo, algumas das demandas já consensuadas e apresentadas ao poder público, que tratam dessa questão, dizem respeito à possibilidade de inserção da história delas/es nos currículos escolares, a solicitação do registro dos saberes junto ao Iphan e a manutenção e/ou retomada dos territórios de pesca.

Como registramos em Souza e Logarezzi (2017a) na medida em que dialogávamos sobre os desafios do exercício da pesca tradicional e a possibilidade delas/es desenvolverem outra atividade profissional, era comum ouvirmos as seguintes expressões “o rio é minha vida” Rubafo; eu “morro se ficar aqui na cidade” Onça; “meu barraco é minha casa” Saicanga, “não sei fazer outra coisa se não pescar” Cachara; “fiz isso a vida toda, não tenho interesse em aprender a fazer outra coisa” Bagre Cabeçudo, “sou igual esse peixinho, não vivo fora d’água” Ximburé; argumentos que, além de reiterar sua disposição aos enfrentamentos cotidianos, também denunciavam os processos de opressão a que eram

submetidas/os. Inclusive afirmaram, pesarosamente, que em função da invisibilidade sociocultural e institucional a que são submetidas/os não queriam que suas filhas e seus filhos permanecessem pescando de maneira profissional, esperam que suas/seus filhas/os mantenham sua cultura pesqueira tradicional, mas que procurem outra atividade econômica

*Eu amo o Pantanal, conheço cada lugarzinho de desse rio [...] eu e minha família sempre cuidamos dele [do Pantanal], essa casinha foi construída com o dinheirinho do peixe, mas do jeito que está eu não quero que esses meninos [apontando para seus netos] passem o que nós estamos passando! Cocha de Nego*

*Durante um tempo eu levei meu filho para rio comigo. Ele até comprou uma [...] com o dinheiro do peixe, mas eu não quero que ele viva o que eu estou vivendo. Eu queria que ele continuasse a minha cultura, mas do jeito que está é muito sofrimento. Pintado*

Como já destacamos, todas as atividades dessa pesquisa foram orientadas pelos postulados da metodologia comunicativo-crítica e pelos elementos essenciais ao diálogo propostos por Paulo Freire. Por entendermos o compromisso implicado nesses postulados e elementos, ao longo da pesquisa fomos dialogando com esse coletivo de pessoas sobre a possibilidade destes postulados e elementos também serem considerados em outros momentos e ambientes de sua vida comunitária. Pretendíamos que, tanto em nossos encontros quanto nas reuniões de suas agremiações, em seu convívio diário com familiares e amigas/os nos acampamentos e barracos etc., elas/es não negassem, nem sublinhassem os conflitos diários, mas que, pela via do entendimento, considerassem a possibilidade de estabelecerem campos dialogais diagnóstico-propositivos, generosos, fundamentalmente comunicativos.

A atividade pesqueira artesanal desenvolvida nessa região do Pantanal de Mato Grosso é contra hegemônica. Em função dessa *característica elementar* dessa atividade econômica e da concepção teórico-metodológica (dialógico-crítica) dessa pesquisa, sempre que tratávamos de qualquer política pública os conflitos socioambientais inerentes a cada uma delas eram suscitados. No início dos diálogos, em nossos primeiros contatos, a explicitação desses conflitos se configurava como empecilho para nossa caminhada. Entretanto, ao amadurecermos em amizade e confiança, íamos objetivando as causas dos conflitos e então identificando os obstáculos e as possibilidades de sua superação. Não negávamos os conflitos, mas eles não nos imobilizaram.

Mesmo nos dissensos mais acirrados, como nos momentos em que dialogamos sobre o poder de polícia exercido pelo Estado através da fiscalização, conseguimos consensuar e acordar encaminhamentos importantes, que continuarão demandando disposição ao diálogo. É importante destacar que a *fiscalização é a face estatal* mais conhecida das/os pescadoras/es profissionais artesanais (SOUZA; LOGAREZZI, 2017a). Ao perguntarmos sobre qual política

pública lhes dizia respeito ou sobre uma ação estatal que lhes afetava, a fiscalização foi a primeira e mais densamente comentada por 35 pessoas, quase 90% das/os entrevistadas/os. À exceção dos muitos encontros que tivemos dentro do ICMBio, sempre que propusemos estabelecer campos dialogais com agentes públicos que atuam como fiscais de outras instituições elas/es majoritariamente não concordaram.

Os argumentos dos pescadores Pintado, Cachara e Cocha de Nego nos dão a dimensão do que representa o “barulho” e/ou o “silêncio” dos motores das embarcações que realizam e/ou deveriam realizar a fiscalização nessas águas.

*A única coisa que o governo tem pra nós é a fiscalização. Até o seguro parece que vão acabar, eu mesmo não recebi até agora. O [...] já vendeu o seguro dele pro [...], ele paga só a metade do valor, mas já está bom, pelo menos assim ele paga as contas durante a Piracema e depois faz um bico. Pintado*

*Não existe apoio pra nós, só existe fiscalização, é a ambiental [polícia militar ambiental], é a Sema, é o Juvam [...], eu concordo que tem que fiscalizar todo mundo, mas será que fiscaliza [...]. Mas e as outras coisas? Vai lá no Banco do Brasil pra ver se tem algum apoio, vai no Banco da Amazônia? Nós nem existimos. Cachara*

*Tem muita gente fazendo coisa errada nesse rio, será que a fiscalização não sabe? O senhor viu ontem lá no [...], ali é um lance de rede. Todo mundo sabe que ali é um lance de rede, agora na Piracema estão lá, porque não vão lá e prende aqueles caras, ali só tinha amador que pesca e vende o peixe para [...]. Cocha de Nego*

Não obstante os dissensos, uma importante demanda consensuada no âmbito de nossos momentos de diálogo e em seguida apresentada a representantes de seis órgãos que atuam na região (ICMBio, Sema, Polícia Militar Ambiental, Marinha do Brasil, Juvam) diz respeito à necessidade urgente da realização de ações educativas conjuntas, entre pescadoras/es e as/os agentes públicos. Ações de educação ambiental que reconheçam a importância do diálogo igualitário; ações dialógico-propositivas que – a partir das garantias constitucionais e daquelas amplamente referendadas em tratados e convenções internacionais – promovam a formulação coletiva de metas e intervenções que considerem os saberes tradicionais pantaneiros para a conservação da biodiversidade de peixes.

Como dissemos nessa tese, em nossos diálogos com os representantes dessas instituições, todos afirmaram que, apesar das dificuldades relacionadas à logística, à infraestrutura e ao pessoal, têm procurado realizar ações que aproximem a instituição das pescadoras e dos pescadores. Afirmaram também que têm consciência das limitações, especialmente de ordem financeira, pela qual passam, mas se comprometeram em continuar tomando medidas que visam garantir os direitos dessas comunidades tradicionais pesqueiras.

Como dito por Freire (2004), a palavra verdadeira é práxis, é movimento diagnóstico-propositivo comprometido com a capacidade de linguagem e ação de todas as pessoas

envolvidas na pesquisa e, conseqüentemente, nos processos educativos adstritos a pesquisas como a que realizamos. Assim sendo, apesar das dificuldades relacionadas à fiscalização propriamente dita, há um conjunto importantíssimo de ações e encaminhamentos realizados durante esse trabalho. São encaminhamentos oriundos dos espaços de diálogo estabelecidos desde a identificação da temática significativa. Estes encaminhamentos estão arrolados nos artigos que compõem esta tese. Aqui queremos destacar pelo menos algumas dessas ações, consideradas por elas/es como prioritárias, acerca das quais continuamos realizando reuniões. Ações coordenadas dialogicamente que estão plenamente imbricadas nos três temas centrais dessa pesquisa.

*No âmbito das entidades de representação:*

1. demanda pela criação de grupo de trabalho permanente na Colônia Z-2 e na Appec que auxilie as diretorias no que diz respeito às discussões que tratem das políticas públicas de pesca junto aos conselhos;
2. debate permanente pela manutenção e ampliação da participação da categoria nos conselhos;
3. demanda pela realização de reuniões com a presença simultânea de pescadoras/es filiados às duas agremiações, com vistas ao fortalecimento das redes de diálogo; sugestão às diretorias da criação de uma rede de colaboração que facilite a circulação de informação;
4. fortalecimento das redes solidárias de comercialização do pescado que envolvem pescadoras/es filiadas/os às duas entidades.
5. estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão objetivando cursos de formação política que digam respeito aos direitos e às garantias fundamentais;
6. elaboração de expediente, a ser apresentado para pesquisadoras e pesquisadores, que dê garantias de que pesquisas realizadas tanto na Colônia Z-2 quanto na Appec mantenham relação com os interesses da categoria e proteja seus saberes tradicionais;
7. manutenção e promoção da obrigatoriedade da apresentação dos termos de consentimento livre e esclarecido, previamente aprovados pelos comitês de ética das instituições de origem;
8. participar dos processos de formulação da política municipal de pesca e do processo de registro de saberes;
9. acompanhar a tramitação do Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público Federal para tratar dos saberes e territórios tradicionais;
10. acompanhar a tramitação dos pedidos de criação de unidades de conservação protocolados na Sema-MT e no ICMBio;
11. participação na Câmara Técnica para tratar da criação da Política Municipal da Pesca Profissional Artesanal e da Aquicultura (anexo 1)
12. participação na Comissão de Registro de saberes (anexo 2);

13. participação na comissão responsável pelo processo de implantação do entreposto do pescado;
14. acompanhar, no âmbito do Cepesca, a reformulação da Política estadual de pesca.

*No âmbito do poder público:*

1. criação da política municipal de pesca, que atenda as demandas de pescadoras e pescadores artesanais do município de Cáceres e região;
2. expediente emitido ao Conselho municipal de defesa do meio ambiente em Cáceres apontando as apreensões da categoria no que diz respeito à formulação da política municipal de pesca;
3. protocolo de pedido de instauração de processo que promova o registro de bens culturais de natureza imaterial; bem como pedido de criação de comissão que viabilize dialogicamente tal processo como forma de defesa dos territórios tradicionais e da cultura pantaneira;
4. expediente emitido à Sema com contribuições ao Cadastro Ambiental Rural, pleiteando a manutenção dos territórios de pesca;
5. encaminhamento ao Conselho municipal de defesa do meio ambiente de expediente solicitando reuniões conjuntas entre a Câmara técnica responsável pela formulação da política municipal de pesca e a Câmara técnica criada pelo Conselho estadual de pesca responsável pela discussão da proposta de alteração de minuta da legislação estadual de pesca encaminhada pela Asatec – que versa, entre outros, sobre a proibição do transporte do pescado para fora do município de origem;
6. solicitação ao Conselho estadual de pesca que realize reuniões no município de Cáceres, a fim de que as/os pescadoras/es conheçam a dinâmica de funcionamento e formas de discussão e deliberação do conselho;
7. expediente emitido ao Conselho municipal de defesa do meio ambiente em Cáceres apontando as demandas e apreensões da categoria no que diz respeito à formulação da política municipal de pesca;
8. encaminhamento de expediente ao Conselho estadual de pesca, pleiteando a manutenção do uso do pendurão, da pendura e da pendurinha, estratégias tradicionais de pesca;
9. encaminhamento de expediente ao Comdema pleiteando a abertura de diálogo junto à Câmara técnica responsável pela formulação da política municipal de pescas com vistas à tratarmos da inserção da categoria no mercados institucionais - PNAE e PAA
10. encaminhamento de expediente ao Conselho municipal de defesa do meio ambiente de Cáceres, denunciando o *esvaziamento sociocultural* da norma que regulamenta o uso dos tablados e pleiteando a regulamentação e manutenção do uso dos tabuados;
11. encaminhamento de expediente apresentando as contribuições da categoria no processo de elaboração do plano de manejo da Estação Ecológica de Taiamã, bem como participação na oficina promovida pelo ICMBio;

12. apresentação, à Comissão de registro de registro de bens culturais de natureza imaterial, dos territórios de pesca identificados durante pesquisa; bem como a apresentação da demanda por sua proteção no âmbito da formulação das políticas públicas as serem propostas pela comissão.

Como dissemos na seção d.1 da introdução dessa tese:

“não concebemos, portanto, o giro dialógico (e suas consequências) como doação das elites, como ato espontâneo, resultado dos encontros acadêmicos oriundos das experiências intelectuais; o consideramos sim como fonte/meio/resultado dos processos de conscientização em que as pessoas, ao buscar refletir interativamente o mundo em que vivem se movimentam em sentido contrário a qualquer ação e/ou inação que promova cerceamento de direitos, limitando suas possibilidades de *serem-mais* (p.25)”

Desse modo, como se nota, esse trabalho não se encerra aqui. Pelo contrário, a utopia freiriana<sup>159</sup> que o refere está viva! Estamos inseridas/os em um processo iniciado há muito tempo por estas pessoas. Essas comunidades pesqueiras há séculos demandam por direitos humanos fundamentais e denunciam as formas de opressão a que são submetidas, num processo que tem se acirrado nas últimas décadas, marcadas pela expansão e intensificação das forças de subordinação social do capitalismo globalizado, desumanizante, superpotente e promotor de desigualdades. O que dialogicamente fizemos nessa tese foi identificar algumas dessas exigências e, a partir delas coordenamos comunitariamente um conjunto de ações que permanecerão exigindo disposição e compromisso de todas as pessoas envolvidas nessa pesquisa e de tantas outras que encontraremos nessa permanente e motivadora caminhada.

---

<sup>159</sup> Ao tratar da utopia, Paulo Freire afirmou que “o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, 1980, p. 27), em consistência plena com o conceito de inédito viável de que lança mão na descrição do processo de conscientização (FREIRE, 2004, p. 90-95). Portanto, nosso compromisso com as pessoas é também compromisso com a história e, nesse sentido, a utopia é fruto da nossa liberdade como possibilidade objetiva.

## Referências

- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. *Aprendizaje dialógico em la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia, 2008.
- BOFF, L. *A águia e a galinha*. Uma metáfora da condição humana. 45 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Ética da Vida*. 2 ed. Brasília: Letra Viva, 2000.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. IN: FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 9-12.
- \_\_\_\_\_. *Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *Estratégia de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense: relatório preliminar*. São Paulo: NUPAUB, 1992.
- \_\_\_\_\_. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB, 1995.
- DIEGUES, A. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001b. p. 97-124.
- ESPINOSA, B. *Ética*. Tradução: Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.
- FREIRE, P. *Conscientização*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. O Papel da Educação na Humanização. Revista Paz e Terra, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132. Disponível em:  
[http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF\\_OPF\\_01\\_0003.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF_OPF_01_0003.pdf)  
 Acesso em: 20/10/2014.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOMEZ, A.; PUIGVERT, L.; FLECHA, R. Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research Critical. *Qualitative Inquiry* 17(3), 2011, p. 235-245.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

LEFF, E. *Discursos Sustentáveis*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia Ambiental*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Pensar a complexidade ambiental*. In: LEFF, E. (Org.). *A Complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Saber ambiental*. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. IN. LOUREIRO, C. F. B. TORRES, J. R. (Org.). *Educação Ambiental*. Dialogando com Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. TORRES, J. R. (Org.). *Educação Ambiental*. Dialogando com Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, v. 4, p. 1-18, 1978.

\_\_\_\_\_. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 256 p. (Pensamento Crítico, v. 9)

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. 1ª ed., 1ª reimpressão (out./2011). São Paulo: Boitempo, 2010.



MARTINS, C. C. C. *A exclusão sócio-econômica provocada pelo turismo na população ribeirinha de Cáceres - MT*. 2003. (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local e Regional) - Departamento de Geografia. UNEMT, 2003.

MARX, K. *Manuscrtos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

NASCIMENTO, I. Tempo da Natureza e Tempo do Relógio- Tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 11, n. 1, p. 5-18. 1995

PINHO, C. R. S.; DA SILVA, C. J.; SOUZA, S. C.; IRIGARAY, C. T. J. H. As comunidades tradicionais pantaneiras no contexto da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. In: DA SILVA, C. J. SIMONI, J. (Org.). *Água, biodiversidade e cultura no Pantanal*. Estudos ecológicos do sistemas de baias Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 207 - 220.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SOUZA, S. C. de; LOGAREZZI, A. J. M. *Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais*, 2017a. // no prelo

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental dialógico-crítica com pescadoras e pescadores no Pantanal em Cáceres-MT: aprendizagem dialógica em práticas sociais pantaneiras. *Anais*. Seminário de educação - Semiedu. Universidade Federal de Mato Grosso. 2016. Disponível em <  
<http://srvdotnet.com.br/semiedu2016/FrmAnais.aspx?eventoUID=117>>. Acesso em: 20/01/2017.

\_\_\_\_\_. LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental e participação comunicativa para elaboração de políticas públicas: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no Pantanal de Mato Grosso, 2017b.

## Apêndices

**Apêndice 01.** Sistematização geral dos dados da pesquisa: distribuídos nos quadros “a”, “b” e “c”. Vários elementos aqui apontados estão descritos *na parte II* desta tese.

### Quadro a – Sistematização geral dos dados referentes ao Exercício da pesca tradicional pantaneira.

Exercício da pesca tradicional pantaneira				
*	Mundo da Vida	Sistema		
	Sujeito	Colônia/Associação	Estado	Mercado
O b s t a c u l i z a d o r a s	<p>a) Desesperança: poucas expectativas quanto à possibilidade de continuar exercendo a atividade profissional artesanal especialmente em virtude do <i>esvaziamento sociocultural</i> da legislação;</p> <p>b) não querem que as/os filhas/os sejam pescadoras/es em função do “sofrimento” e da falta de expectativa quanto ao futuro da profissão;</p> <p>d) falta de escolarização dificulta o acesso à informação sobre os direitos da categoria;</p> <p>e) pescadoras/es de seguro preenchem de forma irregular e, além disso, negociam a Declaração de Pesca Individual (DPI) dentro do esquema da agiotagem do peixe;</p> <p>f) pescadoras/es de seguro negociam o “seguro defeso” dentro do esquema da agiotagem do peixe.</p>	<p>a) Inexistência de projetos integrados ao poder público que promovam a cadeia produtiva do peixe;</p> <p>b) não há elaboração coletiva de um plano de ação mensal e/ou anual com vistas à promoção da cadeia produtiva com outras/os agentes sociais;</p> <p>b) não possui câmara fria e fábrica de gelo;</p> <p>e) falta de diálogo entre as lideranças da categoria (não existem atividades conjuntas promovidas pelas lideranças da Colônia Z-2 e da Appec);</p> <p>f) falta de entendimento e acordos entre representantes de pescadoras/es e representantes setores vinculados ao turismo.</p>	<p>a) Burocracia dificulta acesso aos direitos previdenciários – preocupação com a migração do seguro defeso para o INSS;</p> <p>b) esvaziamento sociocultural do ordenamento pesqueiro</p> <p>c) abuso de autoridade por parte de algumas/uns agentes de Estado;</p> <p>d) ausência de uma política pública municipal de pesca;</p> <p>d) falta de um posto de venda exclusivo para o pescado tradicional artesanal;</p> <p>e) falta de políticas públicas de saúde para as/os pescadoras/es;</p> <p>f) abordagem diferenciada feita pelos órgãos de fiscalização – pescadoras/es e turistas;</p> <p>h) ausência do Estado com políticas fomento e assistência técnica;</p> <p>j) decisões arbitrárias quanto à vedação do uso de alguns apetrechos e a mudança do período do defeso;</p> <p>k) falta de fiscalização quanto ao cumprimento da cota de pescado realizada por pescadoras/es amadoras;</p> <p>l) proposta de moratória da pesca (PLS 750 de 2011).</p>	<p>a) Atravessadoras/es praticam a agiotagem do peixe;</p> <p>b) atravessadoras/es interferem na cadeia produtiva – estabelecendo preço do pescado e negociando a DPI (Declaração de Pesca Individual) e o “seguro defeso” (atrasos no pagamento do seguro defeso promovem a ação deliberada de <i>agiotas do peixe</i> que pagam cerca de 50% do valor do seguro);</p> <p>b) falta de capacitação para piloteiras/os no exercício da atividade de condução de turistas;</p> <p>c) falta de acordos entre representantes de pescadoras/es e representantes de setores do turismo;</p> <p>d) Hidrovia Paraguai-Paraná – temem o retorno da navegação das barcaças;</p> <p>e) setor elétrico - hidrelétricas interferem no pulso de inundação, na migração dos peixes etc.</p> <p>f) avanço do agronegócio no Pantanal – desmatamento, assoreamento e uso de e agrotóxicos;</p> <p>g) invasão dos territórios tradicionais de pesca;</p> <p>h) alguns setores do turismo defendem a exclusividade do pesque e solte.</p>

<p>T r a n s f o r m a d o r a s</p> <p>a) Autoreconhecimento como pescadoras/es tradicionais pantaneiras/os;  b) Pescadoras/es mais jovens valorizam o saber tradicional e atribuem o sucesso da atividade à troca permanente de saberes entre eles e as/os mais experientes;  c) solidariedade interna como estratégia para superar a inação propositada do Estado e a falta de infraestrutura das entidades de representação;  d) respeito à diversidade de gênero – mulheres e homens pescam juntas/os para otimizar a pescaria e minimizar os custos;  e) reconhecimento do componente cultural como elemento principal para a realização da atividade profissional artesanal – sugestão de registro dos bens imateriais junto a Secretaria de Cultura do Município e no IPHAN e inserção da história das/os pescadoras/es profissionais artesanais no currículo escolar.  f) compromisso e amor pelo Pantanal  g) estabelecem uma relação direta entre lazer e atividade profissional artesanal.  h) Não apoiam o PLS 750 de 2011.</p>	<p>a) Atendimento eficiente e respeitoso pela equipe das secretarias.  b) empréstimo de recursos para algumas/uns pescadoras/es a fim de que possam realizar a pescaria (Colônia Z-2);  c) apoio financeiro para que algumas/uns pescadoras/es possam reformar suas embarcações (Colônia Z-2);  d) compram o pescado de algumas/uns pescadoras/es.  e) orientam as/os pescadoras/es a não utilizarem apetrechos vedados na legislação, bem como a não pescarem em locais e períodos proibidos.</p>	<p>a) Ampliação das linhas de comunicação entre as/os agentes públicos e a categoria;  b) a partir do conhecimento da realidade da atividade profissional artesanal vem crescendo a consciência de que as parcerias são fundamentais para a promoção das políticas públicas de pesca;  c) atuação conjunta entre órgãos de fiscalização inibe ação truculenta;</p>	<p>a) Algumas/uns comerciantes têm adquirido o pescado das/os pescadoras/es profissionais artesanais  b) tendo em vista da população, no comércio local ainda há uma valorização do peixe de rio em detrimento do peixe oriundo de tanques;  c) comerciantes subsidiam a atividade pesqueira de algumas/uns profissionais;  d) setores vinculados ao turismo são importantes para as/os piloteiras/os que também são pescadoras/es profissionais;  e) tanto isca, quanto pescado – para fins de alimentação – são adquiridos por setores do turismo.</p>
--	--	--	--

\* Dimensões de análise propostas pela Metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ, et al. 2006, p. 95-97).

**Quadro b – Sistematização geral dos dados referentes à Participação das pescadoras e pescadores nos processos políticos internos e externos**

Participação nos processos políticos internos e externos				
* O b s t a c u l i z a d o r a s	Mundo da Vida	Sistema		
	Sujeito	Colônia/Associação	Estado	Mercado
	<p>a) Pescadoras/es de seguro não se interessam pelo cotidiano da atividade pesqueira, mas somente por temas relativos ao seguro;</p> <p>b) descrença de que a situação de opressão a que são submetidas/os pelo Estado e por setores do mercado pode mudar;</p> <p>c) apesar de dialogarem sobre os saberes tradicionais pantaneiros e ensinarem as/os filhas/os a pescar, não incentivam as/os filhas/os participarem das reuniões – tanto internas quanto em outros espaços – porque não querem que elas/es sejam pescadoras/es profissionais.</p>	<p>a) Reuniões pouco dialógicas;</p> <p>b) falta de reuniões preparatórias para as/os pescadoras/es que geralmente participam de encontros e conselhos representando a categoria;</p> <p>c) falta de reuniões/palestras para esclarecimento sobre os direitos relativos a incentivos financeiros;</p> <p>d) representantes que participam de conselhos desconhecem as demandas emergenciais e cotidianas da categoria – destaque para perda de territórios de pesca e de apetrechos;</p> <p>d) centralização das responsabilidades administrativas na figura das/os representantes;</p> <p>e) conflito entre as lideranças da Appec e da Colônia Z-2 desarticula e fragiliza a categoria.</p>	<p>a) Desrespeito/ataques aos saberes tradicionais durante as reuniões, audiências públicas etc.;</p> <p>b) uso de muitos termos técnicos nas reuniões, audiências públicas etc.;</p> <p>c) falta de respostas referentes às pesquisas realizadas pelas universidades;</p> <p>d) centralização de reuniões na capital do Estado de MT;</p> <p>e) esvaziamento sociocultural do ordenamento pesqueiro;</p> <p>f) falta de atividades conjuntas de educação ambiental por parte de órgãos que atuam no rio;</p> <p>g) não há um movimento estatal dialógico/sistemático/permanente de promoção das informações que tratam dos direitos e obrigações das pescadoras e pescadores.</p>	<p>a) Uso de pescadoras/es para legitimar seus interesses em reuniões e audiências públicas;</p> <p>b) interferência nos processos legislativos, com vistas a garantirem seus interesses, em detrimento dos interesses das comunidades tradicionais pantaneiras – ex. Lei do Pantanal; tentativa de vedar o uso do Pendurão; normas que regulamentam o uso do Tablado etc.</p> <p>c) desmobiliza as pescadoras/es profissionais artesanais na medida em promove o exercício ilegal da atividade. P. ex. setores da construção civil que também às/os contratam sem o pagamento dos direitos trabalhistas e previdenciários.</p>
T r a	<p>a) Solidariedade e confiança entre as/os pescadoras/es mais antigas/os facilita a mobilização para participação;</p> <p>b) pré-disposição para participar de cursos/ eventos educativos promovidos pelas instituições estatais;</p> <p>c) consideram que as reuniões e demais eventos são ambientes de aprendizagem;</p>	<p>a) Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>b) participação dos conselhos consultivos e deliberativos, tanto no município, no estado e nos órgãos federais;</p> <p>d) atendimento eficiente e respeitoso pela equipe da secretaria.</p> <p>e) convite feito através de diversos meios de</p>	<p>a) Ampliação dos meios de comunicação entre algumas/uns agentes públicos e a categoria;</p> <p>b) conhecimento da realidade da atividade profissional artesanal <i>in loco</i> vem ampliando a consciência de que as parcerias são fundamentais para a promoção das</p>	

<p>n d) consciência da necessidade de mobilização para a garantia de direitos;</p> <p>s e) defesa dos direitos através da <i>reserva de saberes</i>;</p> <p>f f) indignação diante das ações das instituições de ensino e pesquisa que não dão retorno das atividades de pesquisa;</p> <p>m g) interesse em participar da formulação do Plano de Manejo da ESEC de Taiamã;</p> <p>a h) não incorporam, no dia a dia da atividade pesqueira, os conflitos existentes entre as lideranças da Appec e da Colônia Z-2.</p> <p>d i) interesse em participar dos órgãos colegiados;</p>	<p>comunicação para as reuniões.</p>	<p>políticas públicas;</p> <p>c) diálogos recentes – últimos anos – mantidos entre órgãos do governo e a categoria têm sido importantes para estabelecer laços de confiança para mobilização, consequente, participação nas ações promovidas por essas instituições.</p>	
---	--------------------------------------	--	--

\* Dimensões de análise propostas pela Metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ, et al. 2006, p. 95-97).

### Quadro c – Sistematização geral dos dados referentes à conservação da diversidade biológica de peixe

Conservação da diversidade biológica de peixes				
*	Mundo da Vida	Sistema		
	Sujeito	Colônia/Associação	Estado	Mercado
O b s t a c u l i	<p>a) Grande esforço de pesca sobre espécies de maior valor comercial (p.ex. Pintado, Cachara e Pacu).</p> <p>b) pesca em locais e períodos vedados na legislação (pescadoras/es de seguro são subsidiados por setores do mercado para praticarem a pesca durante o período de defeso);</p> <p>c) uso de apetrechos proibidos, tanto durante o período que a pesca está aberta quanto</p>	<p>a) Falta de articulação entre a Colônia Z-2, Appec, setores do turismo e os órgãos de fiscalização e controle para o desenvolvimento coletivo de atividades educativas de sensibilização;</p> <p>b) inexistência de um trabalho de curto, médio e longo prazo que promova a cadeia produtiva do pescado a partir de espécies pouco comerciais;</p>	<p>a) Licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental no Pantanal – hidrovias, mineração, hidrelétricas e o avanço do plantio de grãos na região;</p> <p>b) falta de saneamento básico no município de Cáceres;</p> <p>c) fiscalização ineficiente, especialmente no período do defeso;</p> <p>d) ineficiência da fiscalização no que diz</p>	<p>a) Articulação entre as/os atravessadoras/es para que as/os pescadoras/es profissionais pesquem durante o período de defeso;</p> <p>b) uso irrestrito de cevas fixas;</p> <p>c) algumas/uns turistas pescam dentro das áreas de proteção (Ex. ESEC de Taiamã e dentro de Baias);</p> <p>d) <i>agentes</i> do mercado são subornados para utilizarem apetrechos proibidos e a pescarem em locais proibidos;</p> <p>e) <i>agentes</i> do mercado utilizam</p>

z a d o r a s	<p>durante o período de defeso;</p> <p>d) comercialização de pescado fora de medida para atender demandas de setores do turismo;</p> <p>e) pesca predatória como forma de enfrentarem comercialmente a ação de atravessadoras/es; (em nossos diálogos consideramos como pesca predatória aquela que é realizada em desacordo com a legislação).</p>	<p>c) inexistência de câmara fria e fábrica de gelo (facilita/promove a ação de atravessadoras/es).</p>	<p>respeito a prática pesqueira amadora, especialmente quanto ao uso de apetrechos proibidos e cumprimento da cota máxima de captura;</p> <p>f) violência psicológica e física praticada por, <i>alguns</i> agentes públicos no ato da abordagem, especialmente no período noturno e áreas mais afastadas do perímetro urbano;</p> <p>g) falta de assistência técnica que sinalize a possibilidade do trabalho com espécies pouco comerciais;</p> <p>h) atrasos no pagamento, baixo valor do seguro defeso e a <i>proibição de realização de outras atividades laborais</i> acabam por promover a pesca ilegal durante a Piracema.</p>	<p>apetrechos proibidos a fim de garantir o “sucesso” da pescaria;</p> <p>f) negociação de Declaração Individual de Pesca, a fim de camuflar crimes ambientais – DPI sendo utilizada para esquentar pescado irregular;</p> <p>g) pressão por parte de atravessadoras/es, restaurantes e peixarias pela captura de peixes de maior valor comercial;</p> <p>h) uso irregular das declarações de estoques durante o período do defeso.</p>
---------------------------------	---	---	--	---

T r a n s f o r m a d o r a s	<p>a) Existe um processo contínuo de ensino e aprendizagem sobre: as técnicas tradicionais de pesca, locais de melhor produtividade pesqueira, movimento de cardumes, nível e temperatura da água, fases da lua etc.; essa troca do saber de experiência feito permite que a <i>maioria</i> das/os pescadores profissionais otimize a atividade pesqueira e portanto não utilize apetrechos proibidos e não pesque no período de defeso;</p> <p>b) reconhecimento de que a legislação que estabelece as medidas mínimas de captura, a proibição de alguns apetrechos e a cota máxima de captura é importante para a conservação da diversidade biológica dos peixes;</p> <p>c) defendem a vedação expressa da proibição da pesca industrial nos rios do Pantanal</p> <p>d) reconhecimento de que o período de defeso é importante para a reprodução dos peixes e manutenção do estoque pesqueiro.</p> <p>e) reconhecimento de que a fiscalização é importante.</p>	<p>a) Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>b) participação dos conselhos consultivos e deliberativos, tanto no município, no estado quanto nas instâncias federais;</p> <p>c) incentivo para que outras/os pescadoras/es participem de reuniões diversas auxilia nos processos de sensibilização do grupo;</p> <p>d) apoio financeiro para que algumas/uns pescadoras/es possam reformar e/ou construir suas embarcações (Colônia Z-2) durante o período de defeso;</p> <p>e) orientação para que as/os pescadoras/es não pesquem em períodos e locais proibidos.</p>	<p>a) A fiscalização é importante, mas precisa ser ampliada, especialmente durante o defeso e no período noturno;</p> <p>b) o período de defeso é uma estratégia de conservação dos peixes já que garante a reprodução dos peixes, mas é importante que o Estado dialogue com as/os pescadores sobre as propostas de mudanças de datas para início e término do período;</p> <p>c) as políticas que estabelecem medidas mínimas de captura, o uso de apetrechos e as cotas de captura são importantes;</p> <p>d) a ESEC de Taiamã é uma das principais estratégias de conservação da diversidade biológica de peixes;</p> <p>e) possibilidade de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável – seja pelo ICMBio ou pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – é vista, também, como uma importante estratégia de conservação.</p>	<p>a) Setores do turismo promovem ações de sensibilização e conservação ambiental;</p> <p>b) representantes do comércio, da indústria, do turismo, de serviços etc. promovem anualmente a limpeza do rio Paraguai.</p>
---	--	---	---	--

\* Dimensões de análise propostas pela Metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ, et al. 2006, p. 95-97).

## Apêndice 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

### Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa *a participação comunicativa e a aprendizagem dialógica para conservação da biodiversidade pesqueira em Cáceres - Mato Grosso: o silêncio e a voz das pescadoras e dos pescadores profissionais artesanais*, tendo sido selecionada/o por ser filiada/o à Colônia de Pescadores Z 2 ou a Associação de Pescadores de Cáceres.

Esta pesquisa está sendo feita em virtude da realização curso de doutorado do estudante Silvano Carmo de Souza e orientação do professor Dr. Amadeu José Montagnini Logarezzi, curso oferecido pelo programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos/SP.

O objetivo geral da pesquisa será contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal em Cáceres no Pantanal de Mato Grosso, a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es, de modo a promover, simultaneamente, processo de formação dialógico-crítica com aquelas pessoas, sobretudo a partir e a respeito de seus contextos. Objetivos específicos: a) identificar, a partir de suas vozes, as principais políticas públicas de pesca que influenciam o cotidiano das/os pescadoras/es, bem como as estratégias de organização e participação praticadas hodiernamente; b) identificar as dimensões obstaculizadoras e as transformadoras que interferem na conservação da biodiversidade pesqueira no Pantanal de Mato Grosso e na participação comunicativa das/os pescadoras/es profissionais artesanais; c) potencializar, a partir do diálogo igualitário, o processo de aprendizagem das/os pescadoras/es, em um processo de participação comunicativa; d) contribuir com uma nova metodologia para os estudos com comunidades de pescadoras/es profissionais artesanais, dentro de uma abordagem comunicativa crítica, oportunizando a busca por emancipação a partir da participação comunicativa; e) delinear e por em prática estratégias de participação comunicativa e mobilização social de pescadoras/es profissionais artesanais em busca da dignidade e valorização da pessoa humana e da conservação da biodiversidade pantaneira.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. Em se tratando de uma pesquisa com base na metodologia comunicativa crítica (MCC), a proposta é que, caso você decida participar, sua participação deverá ser ativa juntamente com as/os demais participantes e o pesquisador em todas as fases da investigação, desde a coleta até a análise dos dados.

O desenvolvimento desta pesquisa pode vir a oferecer algum tipo de desconforto ou constrangimento decorrente da realização das entrevistas, do relato comunicativo (nesta técnica de coleta de dados iremos dialogar sobre a história de vida da/o participante, suas experiências e expectativas sobre o desenvolvimento da atividade pesqueira no Pantanal de Mato Grosso) e dos grupos de discussão comunicativos (nesta técnica de coleta de dados iremos formar grupos de seis a oito pessoas a fim de dialogarmos sobre as experiências e expectativas das/os participantes sobre o desenvolvimento da atividade pesqueira no Pantanal de Mato Grosso), bem como da posterior divulgação dos resultados. Para minimização de tal



desconforto, você poderá desistir a qualquer momento, ou seja, você pode decidir não mais participar da pesquisa se assim o desejar, por simples manifestação, sem sofrer prejuízo ou retaliação devido à sua desistência.

No decorrer da coleta de dados e informações, sua identidade somente será revelada se for de seu consentimento. Caso contrário, será mantida a confidencialidade das informações coletadas, bem como a sua privacidade. A pesquisa não trará nenhum gasto ou ganho remunerado às/aos participantes, os benefícios estão vinculados ao processo educativo que se desenvolverá e consequente elaboração coletiva de recomendações relativas à participação política e a conservação da biodiversidade pantaneira tanto para a colônia quanto para a associação. O desenvolvimento dessa pesquisa será acompanhado pelo pesquisador responsável, doutorando, bacharel em direito, biólogo, mestre em ciências ambientais e professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *campus* Cáceres. Você receberá uma cópia desse termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

---

Silvano Carmo de Souza

Rua São Geraldo, 26. Vila Irene. Cáceres - MT

(65) 32238547 / (65) 98103003

*Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16)3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar.br](mailto:cephumanos@power.ufscar.br)*

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

---

Assinatura da/o participante da pesquisa

### **Apêndice 3.** Roteiro da observação comunicativa

#### **Roteiro para observação comunicativa**

- a) Apresentar sobre os objetivos do projeto;
- b) fazer uma breve explicação sobre os postulados da metodologia comunicativa crítica;
- c) deixar claro que o conhecimento delas e deles é importante para compreendermos juntas/os o contexto social da pesca, bem como a possibilidade de pensarmos e delinear as soluções para os possíveis problemas que identificarmos.

#### **Dialogar com as/os pescadoras/es sobre:**

- a) os desafios enfrentados pela categoria para o desenvolvimento da atividade pesqueira;
- b) as políticas públicas de conservação da biodiversidade de peixes;
- c) a participação delas e deles nas discussões sobre as políticas públicas de pesca<sup>160</sup>.

#### **Local e período:**

- a) Durante o período de defeso a observação comunicativa será desenvolvida na sede da Colônia Z-2, na sede da Associação de Pescadores Profissionais Cáceres – Appec<sup>161</sup>, na residência das/os pescadoras e nos acampamentos/barracos.
- b) Durante período em que a pesca estiver liberada continuaremos os diálogos com as/os pescadoras nos espaços já descritos, mas, além disso, faremos esforços no sentido de acompanhá-las/os no dia a dia da atividade pesqueira no rio/acampamento/barracos.

---

<sup>160</sup> Serão consideradas políticas públicas de pesca toda ação do Estado que vise a conservação da biodiversidade de peixes e/ou a garantia de direitos das/os pescadoras.

<sup>161</sup> Conforme acordado com a presidenta da Colônia Z-2 e com o presidente da Appec estivemos em dias alternados nas agremiações, exceto nos finais de semana.

## Apêndice 4. Roteiro para entrevistas

### Roteiro para entrevista com pescadoras/es

- a) Apresentação sobre os objetivos do projeto;
- b) fazer uma breve explicação sobre os postulados da Metodologia Comunicativo Crítica;
- c) deixar claro que o conhecimento delas e deles é importante para entendermos melhor a realidade da pesca, bem como a possibilidade de pensarmos e delineararmos soluções para os possíveis problemas que identificarmos;
- d) ler e explicar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Tempo previsto para entrevista - 03 (três) horas.

### Questões a serem abordadas<sup>162</sup>:

#### 1ª parte: exercício da atividade pesqueira

- a) Há quanto tempo você pesca?
- b) Há quanto tempo você está filiado?
- c) Com quem você aprendeu a pescar? Tem ensinado suas/seus filhas/os a pescar? Gostaria que elas/eles fossem pescadoras/es?
- d) Você pesca sozinho ou em grupo? Como é que vocês se organizam para as pescarias?
- e) Quais são/foram os principais desafios/obstáculos enfrentados por vocês para o desenvolvimento da pesca?
- f) De que forma vocês têm se organizado para enfrentar estes desafios?
- g) Quais políticas públicas (ações estatais) mais influenciam seu dia a dia?

#### 2º parte: políticas de conservação da biodiversidade pesqueira

- a) Você acha que a quantidade/disponibilidade de peixes está aumentando ou diminuindo?
- b) Quais são as principais causas de depredação da biodiversidade de peixes?
- c) O que tem sido feito para proteger a biodiversidade de peixes?
- d) Quais são as principais ações (políticas) do governo para proteger os peixes?
- e) O que poderia ser feito para auxiliar na conservação da biodiversidade dos peixes?

#### 3ª parte: participação nas discussões internas e na proposição/implementação de políticas públicas de pesca

- a) Você tem participado das reuniões na colônia/associação?
- b) Geralmente quais são os principais assuntos discutidos?
- c) Você sente liberdade para falar, para dar opinião?
- d) O que é que facilita para que você participe destas reuniões?
- e) Suas/seus companheiras/os têm participado da reunião? Por quê?
- f) Além das reuniões, quais outros espaços de participação existem?
- g) O que você aprende quando está entre pescadoras/es?
- h) O que você ensina quando está entre pescadoras/es?
- i) Como mulher, você já se sentiu discriminada?
- j) Quais atividades educativas nós poderíamos realizar para incentivar as/os demais pescadoras/es a participar dos debates sobre as políticas de pesca e sobre a conservação dos peixes?

<sup>162</sup> As questões não serão necessariamente feitas nessa sequência. Isso se dá em função da liberdade comunicativa – inerente à dialogicidade – implicada nos espaços e momentos de diálogos a serem estabelecidos.

**Apêndice 5 – Registros fotográficos**



Colônia Z-2 de Pescadores em Cáceres-MT



Associação de pescadores profissionais de Cáceres - Appec





Pescador Walter e Pescadora Beatriz



Pescador José, seu neto e dona Eva



Pescador Manoel, seu neto e meu filho



Entrevista com o pescador Sérgio



Entrevista com o pescador Virgílio



Entrevista com a pescadora Maria



Territórios tradicionais de pesca demarcados com Pendurões





Acampamentos de pescadoras/es tradicionais



Acampamentos de pescadoras/es tradicionais – destaque para o tabuado



Reunião do Comdema – Política Municipal de Pesca



Reunião do Grupo de Discussão registro de saberes





Reunião na Appec – Política municipal de pesca



Reunião no ICMBio – Plano de Manejo da Esec de Taiamã



Sessão do Cepesca – participação do GDC perda de territórios de apetrechos



Reunião com MPF, SPU, ICMBio no Distrito do Limão – perda de territórios



Reunião no ICMBio - Comissão registro de saberes – territórios de pesca



Reunião na Sema – GDC áreas de uso restrito, subsídios ao CAR



Reforma artesanal de embarcação – pescadora Marina e do pescador Ulysses



Reforma artesanal de embarcação – pescadora Ana e do pescador João Alves





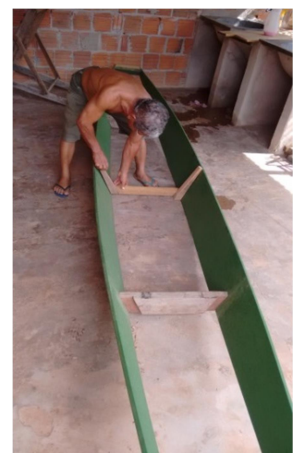
Reforma artesanal de embarcação – pescador Lourenço



Confeção comunitária de embarcação



Reparo de motor da embarcação do pescador Virgílio e descida de embarcação do pescador Sérgio após reforma – ações comunitárias



Confeção artesanal de tarrafa pelos pescadores Nelson e José Eduardo, e confeção artesanal de canoa pelo pescador José Rodrigues





Cururueiros e pescadoras/es tradicionais na festa de São Pedro – gratidão pela temporada de pesca



Reunião da Comissão de registro de saberes

Reunião Comdema e Câmara técnica Política municipal de pesca



Reunião do grupo de discussão comunicativo – Política municipal de pesca

Reunião no ICMBio – grupo de discussão comunicativo Territórios de pesca



Participação ativa da pescadora Sueli (*in memoriam*) da reunião de validação dos dados da observação comunicativa e da reunião promovida pela Colônia Z-2 em que tratamos de diversos pontos do ordenamento pesqueiro



Embarcações sendo preparadas para a temporada semanal de pesca



Rateio do pescado após temporada  
semanal de pesca



Comercialização do pescado às margens  
do rio Paraguai

Nota. O pescado indicado nessa foto, à esquerda, pertence a um grupo de seis pescadores. Eles permaneceram 15 dias em seus barracos/acampamentos a aproximadamente 200 quilômetros do perímetro urbano da cidade de Cáceres, nas proximidades da Esec de Taiamã.

## Anexos

### **Anexo 1. Resolução Comdema nº 001/2015 – Câmara técnica política municipal de pesca**

Dispõe sobre a criação da Câmara Técnica para tratar da criação da Política Municipal da Pesca Profissional Artesanal e da Aquicultura no município de Cáceres-MT.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 2.084/2007, tendo em vista o disposto em seu regimento interno, após deliberação favorável em sessão plenária no dia 05/11/2015,

RESOLVE:

**Art.1º** Criar a Câmara Técnica para a proposição de uma Política que regulamente a Pesca Profissional Artesanal e a Aquicultura no município de Cáceres-MT.

**Art. 2º** A Câmara Técnica deverá ouvir os segmentos interessados nas atividades, a fim de que o processo de elaboração da Política para a Pesca Profissional Artesanal e a Aquicultura no município de Cáceres-MT seja desenvolvido de forma democrática e participativa.

**Art. 3º** Deverão ser considerados na proposição da Política para a Pesca Profissional Artesanal e a Aquicultura no município de Cáceres-MT, as dimensões ambientais; culturais; e territoriais relativas ao desempenho das atividades da Pesca Profissional Artesanal e da Aquicultura.

**Art. 4º** Após serem realizadas as reuniões setorializadas ou por segmentos, a proposta de proposta de Política para a Pesca Profissional Artesanal e a Aquicultura no município de Cáceres-MT, elaborada pela Câmara Técnica deverá ser apresentada e discutida em Audiência Pública, em local conhecido e que permita o acesso dos segmentos envolvidos e da população em geral.

**Art. 5º** A Câmara Técnica de que trata esta resolução será integrada pelas seguintes entidades e seus respectivos representantes:

**I Secretaria Municipal de Agricultura:** Alessandro de Oliveira Soares e Marcos César Arruda da Silva;

**II Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo:** Antonio Carlos de Jesus Mendes, Liandra Mendonça Pinheiro e Maria Solange Sá Leite;

**III Instituto Gaia/COMDEMA:** Juraci Messias;

**IV Colônia de Pescadores Z – 02:** José Santana Faria;

**V Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres:** Lorival Alves da Motta;

**VI ICMBio:** Rogério Oliveira Costa;

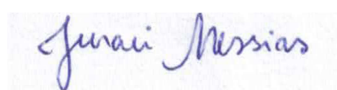
**VII IFMT - Campus Cáceres:** Roney Mendes de Arruda e Silvano Carmo de Souza;

**VIII Conselho Municipal Economia Solidária:** Laudemir Luiz Zart;

**IX Cooperativa Agropecuária dos Produtores da Agricultura Familiar:** Luiz Carlos Lemos Carneiro.

**Art 6º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres – MT, 06 de novembro de 2015.



JURACI MESSIAS  
Presidente do COMDEMA



**Anexo 2 . Decreto nº 217 de 3 de maio de 2016 – institui Comissão de trabalho de registro de saberes imateriais das/os pescadoras/es.**



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº. 217  
DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e;

**CONSIDERANDO** o presente grupo de trabalho será presidido pelo Professor Luciano Pereira da Silva, representante da Universidade do Estado de Mato Grosso;

**CONSIDERANDO** a referida comissão, por entendimento de seus membros, poderá convidar representantes de outros seguimentos, se necessário;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18767, de 02 de maio de 2016.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - Nomear os senhores abaixo relacionados para compor a Comissão de trabalhos que terá por objetivo realizar atividades concernentes ao processo de Registro de Saberes Imateriais dos Pescadores e das Pescadoras Tradicionais no Município de Cáceres-Mato Grosso.

**Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira**  
Claudia Regina Sala de Pinho

**Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT**  
Luciana Pereira da Silva

**Colônia de Pescadores Z-2**  
José Santana Farias  
José Rodrigues Leite

**Associação de Pescadores de Cáceres-Appec**  
Sebastião Surubi da Silva  
Aristides de Arruda Silva

**Ministério Público Federal - MPF**  
Ana Carolina Haline Bragança



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---


**Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia-IFMT**  
Silvano Carmo de Souza

**Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio**  
Rogério de Oliveira Costa

**Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer - SMECL**  
Ordilete Aparecida Correa.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2016.

  
**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**  
Prefeita Municipal de Cáceres em Exercício

---

Afixado em: 03.05.2016.

**Anexo 3 . Resolução Cepesca Nº 003, DE AGOSTO DE 2016.**

**Dispõe sobre a regulamentação letra “c” e definição de “amoladinha”, do inciso V do art. 25 da Lei 9.906/2009 e suas alterações**

**O CONSELHO ESTADUAL DE PESCA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CEPESCA**, no exercício de sua competência prevista no art. 50 da Lei n 9.096 de 16 de janeiro de 2009, alterada pelas Leis nº 9.204 de 25 de agosto de 2009, nº 9.130 de 12 de maio de 2009, nº 9.794 de 30 de julho de 2012, nº 9.893 de 01 de março de 2013 e nº 9.895 de 07 de março de 2013 e;

Considerando que o CEPESCA é o órgão deliberativo responsável pelo assessoramento do Poder Executivo na formulação da Política Estadual de Pesca;

Considerando o que dispõe a letra “c”, do inciso V, do art. 25 da Lei 9.096/2009 e suas alterações.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Para fins desta Resolução, considera-se:

- i. Anzol de galho: petrecho de pesca cuja linha encontra-se fixa diretamente na vegetação natural margem do curso d'água.
- ii. Pendura, Pendurinha ou Pendurão instrumento, objeto ou artefato de pesca constituído por haste com linha e anzol fixada no barranco ou na mata ciliar, configurado como patrimônio imaterial enquanto saber dos Pescadores Profissionais Artesanais e de Subsistência.
- iii. Estaca: petrecho de pesca constituído por haste com linha e anzol fixada em praia ou no leito do curso d'água. Parágrafo único Equipara-se a anzol de galho estaca, desde que fixada na barranca do rio.

**Art. 2º** Para o Pescador Profissional Artesanal fica permitido o uso dos instrumentos de pesca: anzol de galho, pendura, pendurinha ou pendurão, nos termos estabelecidos nesta Resolução, limitado a 15 quinze e unidades por pescador.

**Parágrafo único** Cada instrumento deverá possuir placa de identificação que conste:

- a) nome do pescador;
- b) número do RGP emitido pelo órgão competente;
- c) identificação numerada sequencialmente de 01 a 15; e

d) identificação da Colônia qual esteja eventualmente filiado.

**Art. 3º** Para os Pescadores de Subsistência, fica permitido o uso dos instrumentos de pesca: anzol de galho, pendura, pendurinha ou pendurão nos termos estabelecidos nesta Resolução, limitado a 05 (cinco) unidades por pescador.

**Parágrafo único** Cada instrumento deverá possuir placa de identificação que conste:

- a) nome do pescador;
- b) número do CPF;
- c) identificação numerada sequencialmente de 01 a 05.

**Art. 4º** Tais instrumentos de pesca, somente poderão ser utilizados em trechos de rios com mais de 15 metros de largura e em demais corpos d'água cuja prática da pesca seja permitida pela legislação vigente, desde que não causem embaraços à navegação ou à balneabilidade.

**Art. 5º** Fica proibido o uso de estacas na atividade de pesca.

**Art. 6º** Entende-se por Amoladinha a técnica de pesca com a utilização de anzóis desprovidos de empate de aço ou encastor na pesca embarcada em movimento de corrico ou em rodada.

**Art. 7º** Os infratores à presente Resolução estão sujeitos às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605/1998, Decreto Federal nº 6.514/2008 e Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Cuiabá, 12 de Agosto de 2016.

Original Assinado

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CEPESCA

Não substitui a versão publicada Diário Oficial do Estado em 23 de Agosto de 2016

## Anexo 4. Carta das pescadoras para a presidenta Dilma Rousseff - Articulação Nacional das Pescadoras



Articulação Nacional das Pescadoras

### CARTA DAS PESCADORAS PARA A PRESIDENTA DILMA

Prezada Presidenta Dilma, com muita revolta e indignação, acompanhamos as discussões em torno da Medida Provisória 665 e dos decretos 8424 e 8425 que visam extinguir direitos trabalhistas e previdenciários das comunidades tradicionais pesqueiras, especialmente das trabalhadoras da pesca artesanal.

Lamentamos profundamente a sua falta de sensibilidade em relação aos impactos que essas leis podem causar na vida de milhares de mulheres pescadoras em todo Brasil. Estamos espantadas com a profunda falta de conhecimento do governo em relação ao nosso modo de vida, especialmente no que se refere à postura antidemocrática e machista com a qual estão conduzindo este processo.

Vossa senhoria já imaginou o impacto negativo que estes dispositivos legais podem causar em nossas vidas? Se esses decretos forem publicados como estão, nossa identidade pesqueira será fortemente desrespeitada; ficaremos impedidas de acessar o seguro defeso e perderemos as condições financeiras mínimas para garantir a sobrevivência das nossas famílias.

Prezada presidenta, nos últimos anos o acesso ao seguro defeso favoreceu o aumento da autonomia financeira das pescadoras no período de reprodução das espécies de peixes e crustáceos. Além disso, assegura a nós mulheres pescadoras o poder de decidirmos sobre nossas vidas e prioridades, reforçando nossa autoestima e também abrindo possibilidade para que milhares de mulheres pescadoras rompam com espaços e ciclos de subordinação e dependência no plano político, econômico e social.

Definir as pescadoras, que tradicionalmente trabalham em regime de economia familiar, como *trabalhadoras de apoio a pesca*, conforme prevê o decreto 8425, é um equívoco grave, fere o princípio que homens e mulheres são iguais perante a lei ao propor uma categorização e acesso a direitos diferenciados para as atividades que em grande medida são exercidas por mulheres. Esta categoria hierarquiza e desvaloriza o trabalho das mulheres pescadoras, além disso coloca em sério risco nossa autonomia em vários campos das nossas vidas, agravando a vulnerabilidade social e econômica de milhares de mulheres pescadoras e nos expõem ainda mais às situações de violência que ocorrem das mais variadas formas dentro e fora de casa.

O decreto coloca em risco direitos conquistados e é um grave retrocesso quando ameaça o direito da pescadora enquanto segurada especial da previdência social. Corre o sério risco de transformar trabalhadoras dignas com direitos trabalhistas e previdenciários em público beneficiário de políticas assistenciais.

Por uma questão de princípio fundamental e histórico na luta das mulheres trabalhadoras de todas as categorias profissionais e tradicionais, a Senhora não pode ser proponente desse absurdo! Não podemos retroceder... Precisamos consolidar nossa luta pela afirmação de direitos... Consolidar nossa autonomia e liberdade...

Sabemos que o poder de decisão está sobre a sua governança e desde já lhe responsabilizamos pelas consequências. Solicitamos que vossa senhoria reveja essa posição que fere profundamente nossa dignidade enquanto pescadoras.

**Nenhum passo atrás... Seguiremos firmes na luta em honra a todas trabalhadoras do Brasil!**

Junho/2015





## Anexo 5. Carta da Confrem e do Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil



### GOVERNO BRASILEIRO RASGA DIREITO DE AUTO-IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS E TIRA DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES PESCADORAS

Nós, Pescadores e Pescadoras Artesanais, repudiamos as ações do governo federal na retirada de direitos conquistados com muita luta. Tais ações refletem a incapacidade do governo em perceber e dialogar com a diversidade cultural dos pescadores e das pescadoras artesanais do Brasil, além de descumprir os acordos e legislações nacionais e internacionais que garantem os direitos dos Povos e das comunidades Tradicionais.

Repudiamos a ação arbitrária do governo brasileiro em tirar direitos trabalhistas dos pescadores e das pescadoras artesanais. As medidas provisórias 664 e 665 significam retrocesso e perda de direitos fundamentais para os pescadores/as artesanais.

Os decretos 8424 e 8425 de 01 de abril de 2015 são exemplos da violação dos direitos humanos, sociais e culturais de povos e comunidades tradicionais, não perdamos e nem legitimamos tais medidas autoritárias, não pagaremos pela crise.

#### Nestes decretos o governo:

- Cria a categoria “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Desta forma, ele divide o grupo familiar classificando uns como pescador artesanal e outros não. Nega a identidade de pescador e pescadora artesanal a inúmeros trabalhadores que atuam na cadeia da pesca artesanal em regime de economia familiar e na forma tradicional de produzir. Limita o entendimento de que pescador ou pescadora artesanal são somente aqueles e aquelas que exercem a captura do pescado e comercializam. Desta forma, nega direitos trabalhistas, previdenciários e a identidade de pescadora artesanal a centenas de milhares mulheres pescadoras.

A pesca, na maioria das vezes, é uma atividade familiar indivisível, diversificada, interdependente e inseparável. E a lógica das comunidades tradicionais pesqueiras é de famílias extensas e o trabalho por vezes ultrapassa a lógica familiar e se dá no âmbito comunitário, que se embasa principalmente em relações de solidariedade e reciprocidade.

- O decreto impede que os pescadores que pescam para subsistência, para comer ou que fazem troca ou escambo tenham acesso ao RGP – Registro Geral da Pesca, documento que garante acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos previdenciários e aposentadoria. Desta forma, deixará estas pessoas entregues a própria sorte e engrossará o número de beneficiários das ajudas assistenciais.

- O decreto faz uma classificação dos pescadores e das pescadoras, criando a categoria de pescador exclusivo, objetivando que o pescador para ter acesso a defeso não possa ter outra fonte de renda. O que destoa da realidade concreta dos pescadores que desenvolvem, na maioria dos casos, atividades complementares de agricultura de subsistência, artesanato, turismo de base comunitária, o extrativismo florestal e a criação de pequenos animais entre outras. Estas atividades individualmente são incapazes de prover a subsistência familiar, mas no seu conjunto são fundamentais para a garantia da segurança alimentar e da reprodução física e cultural destas comunidades. Inclusive, o exercício destas atividades é acolhido pela legislação previdenciária, caracterizando-se como elementos constitutivos da definição de segurado especial. Portanto, não é aceitável que o pescador seja constrangido a deixar de exercer as demais atividades que caracterizam a sua tradicionalidade.

- O decreto vincula ao conceito de pescador artesanal a embarcação de arqueação bruta de 20 AB. O objetivo é colocar dentro dos direitos da pesca artesanal os barcos de armadores, empresários da pesca que através deste artifício, deixarão de pagar os salários e encargos. Esses empresários que mantêm atividades não registradas são, na maioria das vezes, os que mais praticam formas de trabalho precários e similares ao trabalho escravo.

Esse decreto não condiz com a diversidade, peculiaridades e realidade da pesca artesanal no Brasil. Tenta homogeneizar os pescadores numa lógica urbana e capitalista. Interfere no direito de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais e fere um direito internacional de interferência do Estado na divisão da categoria, coisa que o Estado é proibido de fazer.

Este decreto faz parte de uma engrenagem de Racismo institucional que objetiva invisibilizar e eliminar os pescadores e as pescadoras artesanais, pois estes são entraves para o desenvolvimentismo degradador, excludente e concentrador ao estar perto e viver em íntima relação com a natureza tão cobiçada pelo capital e que conta com a anuência e conivência do Estado.

É incoerente por parte do governo ao mesmo tempo em que se discute a sustentabilidade dos recursos pesqueiros continentais e marinhos com inúmeras medidas em pauta, violar os direitos justamente do único seguimento que por meio da sua cultura e tradicionalidade cuida desses recursos. Tal ação inviabilizará todo e qualquer esforço por parte dos pescadores de diálogo sobre essas medidas, pondo em cheque uma construção em que todas as nossas instituições tem feito nos últimos anos.

Valer ressaltar que todo esforço foi feito pelos movimentos no sentido de contribuir para que essa forma de construção fosse revista, mas infelizmente o governo endureceu a postura em publicar um decreto que viola direitos sem dialogar com os sujeitos de direito desse processo e rasgando os compromissos assumidos anteriormente.

Estamos vigilantes e em luta pelos direitos, nem um passo atrás. Pela liberdade, pelo direito a autodeterminação, pelo direito das mulheres, pelo direito a diferença e a igualdade e pelo direito aos nossos territórios tradicionais.

Exigimos a revogação do decreto 8425 e um amplo debate com as comunidades a cerca da tradicionalidade das comunidades pesqueiras de forma que as leis da pesca estejam condizente com a realidade cultural e garantia de direitos conquistados a duras penas no processo histórico do Brasil

## **NENHUM PASSO ATRÁS...**

**No Rio e no mar - Pescadores na Luta!**

**Nos açudes e barragens – Pescando liberdade!**

**Hidronegócio – Resistir, Cerca nas águas – Derrubar!!!**

MPP – MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS  
COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS  
E MARINHAS - CONFREM,

Cooperativa dos Pescadores Artesanais da RDS Ponta do Tubarão - Macau

Colônia dos Pescadores Z 04 de Natal

Associação dos Pescadores e Pescadoras de Macau - APPM.

Associação dos Pescadores e Pescadoras da Praia de Carne de Vaca - Goiana/PE

Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE

Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE

Associação de Moradores e Pescadores de A-Ver-o-Mar - Sirinhaém/PE

Colônia dos Pescadores Z - 10 de Itapissuma/PE.

Colônia dos Pescadores Z - 14 de Goiana/PE

Colônia dos Pescadores Z - 15 de Atapuz -Goiana/PE

Colônia dos Pescadores Z - 25 de Jaboatão dos Guararapes/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 08 do Cabo de Santo Agostinho/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 12 de Porto de Galinha - Ipojuca/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 06 de Barra de Sirinhaém - Sirinhaém/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 07 de Rio Formoso/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 05 de Tamandaré/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 09 de São José da Coroa Grande/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 22 de Barreiros/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 18 de Lagoa do Carro/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 23 de Petrolândia/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 26 de Itacuruba/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 27 de Belém do São Francisco/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 29 de Floresta/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 31 de Serrita/PE  
 Colônia dos Pescadores Z - 35 de Cabrobó/PE  
 Colônia dos Pescadores Nossa Senhora Aparecida -Serra Talhada/PE  
 Colônia de pescadores -74 de PIOXII - MA  
 Sindicato dos Pescadores de Cururupu - MA;  
 Sindicato dos pescadores de Rosário - MA  
 Sindicato de pescadores de Icatú- MA;  
 Associação dos pescadores de Cedral – MA;  
 Colônia de pescadores de Santa Helena – MA;  
 Sindicato dos Pescadores de Igarapé do meio – MA;  
 Comunidade de Cucurnã – PA  
 Comunidade Juá – PA  
 Comunidade São Brás – Santarém – PA  
 Associação de Pescadores de São Sebastião da Boa Vista - PA  
 Colonia de pescadores/as Z-41 Oriximina - PA  
 Colonia d pescadores/as Z-19 Obidos - PA  
 Colonia de pescadores/as Z- 66 Curuá- PA  
 Colonia de pescadores/as Z- 42 Juruti- PA  
 Conselho de pesca da região de Cametá, Z- 52 Aveiro - PA  
 Nucleos de base do Marcanã, Mararu, Mapiri, Area Verde todos ligados a Colonia de Pescadores/as Z- 20 Santarém.  
 Associação de Pescadores da Pesca artesanal- ASSEPEAPA- PI  
 Colônia Z-7 de Ilha Grande - PI  
 Sindpesca de Parnaíba - PI  
 Associação de Moradores e pescadores da Pedra do Sal - PI  
 Associação de Manjubéiros da Pesca Artesanal- PI  
 Associação de Moradores e pescadores de Rancharia - PI  
 Associação dos Moradores do Sítio Jardim- AMSJ - CE  
 União dos Pescadores da Caponga- UNIPESCA - CE  
 Associação dos dos Pescadores de Morro Branco - CE  
 Associação dos Moradores de Barra Velha - CE  
 Associação dos Pescadores do Batoque - CE  
 Associação dos Moradores e Pescadores agricultores de Capim Açú e Barro Preto - CE  
 Associação de moradores da Emboaca -CE  
 Associação dos Pescadores, Artesãos, Marisqueiras e Barraqueiros da Vila da Volta - CE  
 Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba- ACOMOTA – CE  
 Associação dos Pescadores e Pescadoras Frutos do Mar – Santo Amaro - BA  
 Associação dos Pescadores e Pescadoras de Ponta de Souza – Maragogipe - BA  
 Associação dos Pescadores e Moradores de Bananeiras – Ilha de Maré - BA  
 Associação dos Pescadores de Angolá – Maragogipe -BA  
 Associação dos Remanescentes de Quilombo Salamina do Putumuju- BA